
Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU - 33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

Revista de Ciências Sociais e Econômicas v.37, n.1, jan-jun /2017

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES

Av. Aprígio Veloso, 882

58109-970 - Campina Grande - PB

Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

www.ufcg.edu.br/~raizes



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com
Luis Henrique Cunha - luishcunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com
Marilda Aparecida de Menezes - marildamenezes@uol.com.br
Roberto de Sousa Miranda - robertosmiranda@yahoo.com.br

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Roberto de Sousa Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul Garcia (EHSS-CNRS) *Aldenor Gomes da Silva (UFCG) *Antônio Carcanholo (UFES) *Antônio Gomes da Silva (UFCG) * Bernard Roux (INRA/Paris) * Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) * Delma Pessanha Neves (UFF) * Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) * Eric Sabourin (CIRAD/FR) *Francisco de Paula Barreto Filho (UFCG) * Gian Mário Giuliani (UFRJ) * João Otávio Paes de Barros Júnior (UFCG) * Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE) * Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UFCG) *Leonilde Sérvolo Medeiros (CPDA-UFRJ) * Magnólia Gibson da Silva (UFCG) * Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) *Norma Montalvo de Soler (UFCG) *Ovídio Alberto Teixeira (UFSM) *Paolas Cappelini Giuliani (UFRJ) *Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFCG) *Régina Célia Reys Novais (UFRJ) *Robério Ferreira dos Santos (UFCG) *Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFCG) *Sônia Maria Pessoa Bergamasco (UNICAMP) *Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Jéssica Louise Rocha Cavalcante

REITOR:

José Edílson Amorim

VICE-REITOR:

Vicemário Simões

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Benemar Alencar de Souza

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETOR:

Luciênio de Macêdo Teixeira

VICE-DIRETOR:

Alarcon Agra o Ó

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADOR:

Luís Henrique Hermínio Cunha

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes
UFCG - CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande-PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 2101-1066
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.37, n.1, jan-jun /2017 -Repressão Política e Resistência Camponesa; Política Pública e Trabalho Rural; Seca e Discursos- Campina Grande: UFCG/PPGCS, 1982 - .
v.
Semestral
Resumos em *português*, *abstracts in English*
ISSN 0102-552X ISSN eletrônico 23588705

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
CDD 330
CDU 338-43 (05)



Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

EDITORIAL

V.37 n. 1 – janeiro/junho – 2017

Repressão Política e Resistência Camponesa; Política Pública e Trabalho Rural; Seca e Discursos.

O tema das políticas públicas de combate à pobreza e às desigualdades sociais permanece no repertório das questões mais relevantes para a Revista Raízes. No volume 37, número 1 – jan/junho de 2017 colocamos a disposição do leitor um conjunto de artigos, que por caminhos metodológicos e empíricos diversos promovem diálogos entre políticas públicas, trabalho e trabalhadores rurais. Tais diálogos e conexões estão presentes nos artigos autorais de: Rosemeire Aparecida Scopinho e Thainara Granero de Melo; Marcos Lázaro Prado e Jacob Carlos Lima; assim como no artigo escrito por Lívia Tavares Mendes Froes.

Os artigos escritos por: Marco Antonio Teixeira; Diana Patrícia Mendes e Benedito Souza Filho, os quais, através do recurso da memória problematizam a repressão no campo, ao tempo que valorizam esforços de resistência dos camponeses no enfrentamento de conflitos que envolvem a defesa dos recursos naturais e dos meios necessários a sobrevivência dos povos do campo, entre estes de populações tradicionais: ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais, como registrado por: Wandicleia Lopes de Sousa, Leila de Fátima de O. Monte e Ádria Oliveira dos Santos.

Também neste número, poderemos encontrar um terceiro conjunto de artigos que assinalam, através da análise dos discursos, aspectos que conformam a imagem das secas e, ao mesmo tempo a necessidade da expressão dos valores, sentidos e significados gestados na relação com a água, seja esta uma relação marcada pelo acesso ou pela escassez, dimensões bem refletidas nos trabalhos de: Valeria Llano Arias. Por fim, terminamos esse número com o artigo de João Paulo dos Santos Silva e Alessandra Alexandre Freixo, o qual aborda o campo de possibilidades criado pela educação do campo, com destaque para o acesso às tecnologias sociais.

A todos uma boa leitura!

Os Editores

SUMÁRIO

<u>Rosemeire Aparecida Scopinho e Thainara Granero de Melo</u> <i>RURALIDADES PRECÁRIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP</i>	7
<u>Marcos Lázaro Prado E Jacob Carlos Lima</u> <i>O TRABALHO REESTRUTURADO EM UMA USINA DE AÇÚCAR: REMUNERAÇÃO FLEXÍVEL, ENVOLVIMENTO SUBJETIVO E PRECARIZAÇÃO</i>	21
<u>Lívia Tavares Mendes Froes</u> <i>TECENDO CAMINHOS, OCUPAÇÕES E PERCEPÇÕES – A DIVERSIDADE DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS TEMPORÁRIOS DO NORTE DE MINAS GERAIS</i>	39
<u>Marco Antonio Teixeira</u> <i>DIMENSÕES DA MEMÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO</i>	54
<u>Sandolene do Socorro Ramos Pinto e Heribert Schmitz</u> <i>MOBILIZAÇÃO E CONFLITO NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ</i>	68
<u>Diana Patrícia Mendes e Benedito Souza Filho</u> <i>AGRONEGÓCIO, RESISTÊNCIA CAMPONESA E GOVERNANÇA TERRITORIAL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHAPADA LIMPA</i>	83
<u>Wandicleia Lopes de Sousa, Leila de Fátima de O. Monte e Ádria Oliveira dos Santos</u> <i>A PESCA ARTESANAL NA REGIÃO AMAZÔNICA: ESTUDO DE CASO DOS PESCADORES DO BAIRRO DO PÉROLA MAICÁ, EM SANTARÉM-PARÁ</i>	95
<u>Valeria Llano Arias</u> <i>RESISTIENDO EL EXTRACTIVISMO: EXPRESIONES SOCIALES EN DEFENSA DEL AGUA Y DE LA VIDA</i>	105
<u>Flávio José Rocha Da Silva</u> <i>AINDA SOBRE AS SECAS: DISCURSOS E IMAGENS</i>	118
<u>João Paulo dos Santos Silva e Alessandra Alexandre Freixo</u> <i>A EMERGÊNCIA DE UMA TECNOLOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE VALENTE – BA</i>	129

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

RURALIDADES PRECÁRIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP

Rosemeire Aparecida Scopinho; Thainara Granero de Melo

RESUMO

O artigo analisa o acesso às políticas públicas e a configuração do trabalho de famílias assentadas como partes articuladas das estratégias por elas desenvolvidas para obter renda, bem como as avaliações dos sujeitos sobre o processo vivido. Estudamos o caso de um assentamento rural implantado em meados dos anos 2000 na região de Ribeirão Preto-SP por meio de análise bibliográfica e documental, observações diretas e entrevistas semiestruturadas. A dependência crônica dos recursos oriundos das políticas públicas de assentamento rural e assistenciais e a re proletarização colocam em questão a melhoria das condições de vida e a autonomia pretendida pelos trabalhadores ao ingressarem na luta social pela reforma agrária.

Palavras-chave: assentamento rural; políticas públicas; trabalho e pobreza

PRECARIOUS RURALITIES, PUBLIC POLICIES AND WORK IN RURAL SETTLEMENTS AT THE REGION OF RIBEIRÃO PRETO-SP

ABSTRACT

In this paper, we analyzed the access of rural settled families to public policies and their working settings as articulated parts of their strategies to generate income, as well as their evaluations of the process they have lived. We studied the case of rural settlement established in the mid-2000s in the region of Ribeirão Preto, São Paulo State, through bibliographical and documentary analysis, direct observations and semi-structured interviews. The chronic dependence on resources from both policies of rural settlements and assistance and re-proletarianization call into question the improvement of living conditions and the autonomy desired by the workers at the time when they enter in the social struggle for land reform.

Key words: rural settlement; public policies; work and poverty.

Doutora em Sociologia. Professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, E-mail: scopinho@ufscar.br.

Doutoranda em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, E-mail: thainaragm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva, deflagrado com as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil a partir dos anos de 1990, aliado às demandas de solução dos problemas socioambientais gerados pela monocultura, evidenciou-se nas regiões agroindustriais com a mecanização das lavouras e a informatização dos processos industriais e de serviços que compõem as agroindústrias. Particularmente na agroindústria canavieira, a reestruturação tecnológica e organizacional resultou em concentração de terras e de capitais, processo protagonizado pelo capital transnacional, e na comoditização dos produtos agrícolas, o que agravou a questão social porque gerou desemprego estrutural, intensificou o trabalho dos que permaneceram empregados, fez crescer o mercado de trabalho informal e as modalidades de contratação precárias. Na virada do século XX, no mote da intensificação da luta pela reforma agrária, os trabalhadores canavieiros enfrentaram o poder econômico e político do agronegócio e dinamizaram as lutas sociais pela melhoria das condições de vida em regiões que têm sido cenários privilegiados das transformações estruturais do rural brasileiro (Scopinho, 2012; L'Éstoile; Sigaud, 2006).

A política de assentamento rural implantada nessas regiões pode ser entendida como uma resposta do Estado às pressões sociais dos trabalhadores rurais e urbanos demandantes de terra em razão do desemprego estrutural no campo e na cidade. Para além da posse ou da propriedade da terra, os assentamentos têm sido concretizados por meio de um conjunto de políticas públicas chamadas por Gomes e Ferrante (2012) de básicas primárias - iluminação, habitação, saneamento básico, abastecimento de água e fomentos iniciais - e básicas secundárias - crédito para a produção, infraestrutura de educação, de saúde e de lazer. Com recursos do Banco Mundial, os Programas Fome Zero e Brasil Sem Miséria juntaram-se a este conjunto, a exemplo dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar e os de transferência condicionada de renda, que pretendem solucionar os problemas decorrentes da falta de trabalho e/ou do trabalho precário e da situação social de precariedade, notadamente, a fome e a miséria (Menezes; Santarelli, 2013). Assim, os assentamentos também podem ser entendidos como comunidades que recebem subsídios e incentivos por meio de políticas públicas de várias modalidades, contributivas ou não, cujo processo de implantação e gestão pode envolver os diferentes níveis de governo e organizações não governamentais, que ficam sob a tutela do Estado por meio do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até que possam ser emancipadas, ou seja, que tenham autonomia econômica e social.

Na região de Ribeirão Preto-SP, uma das regiões agroindustriais mais importantes do país, a experiência organizativa dos assentamentos rurais criados a partir dos anos 2000 é contraditória porque o acesso à terra e aos recursos de políticas públicas não, necessariamente, tem significado a pretendida emancipação. Depois de mais de uma década, os trabalhadores rurais assentados (doravante assentados) ainda enfrentavam problemas relacionados à falta de documentação para garantir a permanência na terra, à insuficiência de créditos para investimento e de canais regulares para comercializar, à falta de assistência técnica e de infraestrutura básica - água, condições para o processamento e o armazenamento de produtos, saneamento básico, entre outros (Scopinho, 2012; Gonçalves, 2015; Melo, 2015; Boreli Filho; Ferrante, 2010). Os ganhos econômicos, políticos e subjetivos da luta social pela reforma agrária misturavam-se à insegurança social generalizada dada pela instabilidade da renda, o que não contribuía para solucionar ou amenizar a situação de pobreza que a motivou. Verificava-se uma tendência à reproletarização dos assentados em busca de renda (Firmiano, 2014), intensificava-se a migração pendular assentamento–cidade–assentamento em busca de trabalho e a dependência dos programas governamentais.

No campo interdisciplinar dos estudos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, a literatura tanto aponta os problemas estruturais que limitam e condicionam o desenvolvimento dos assentamentos, quanto analisa com otimismo o alcance das políticas recentemente implantadas como medidas de controle da pobreza, especialmente a capacidade dos mercados institucionais por elas criados para dinamizar a rede de relações econômicas e sociais que os envolvem. Porém, são escassas as análises sobre como os sujeitos vivenciam o processo de implantação das políticas, as suas dificuldades de acesso aos programas e recursos, os descompasso existentes entre as diferentes esferas de governo por elas responsáveis, as interferências dos agentes mediadores no processo de aplicação e gestão dos recursos, entre outras lacunas. Procurar supri-las é importante para melhor aferir os resultados concretos na melhoria das condições de vida desses trabalhadores que, mesmo depois de assentados e inseridos no mercado de trabalho, permanecem abaixo da linha da pobreza (Brasília, 2011). É também importante para compreender as formas de participação e de controle social desenvolvidas pelos sujeitos, como sugerem Grisa e Schneider (2014).

Como a participação dos assentados nas diferentes modalidades de políticas públicas implantadas nos assentamentos coexiste com o trabalho precário, realizado na cidade e no campo? Como eles avaliam essas experiências e que formas de controle social eles desenvolvem em função delas?

O artigo analisa o acesso às políticas públicas e a configuração do trabalho de famílias assentadas como partes articuladas das estratégias por elas desenvolvidas para obter renda, bem como suas avaliações sobre o processo vivido. Ele deriva de pesquisa empírica realizada entre 2014 e 2016 em um assentamento rural localizado na região de Ribeirão Preto-SP, composto por 79 famílias e que possui mais de 10 anos de existência oficial, mas ainda não foi emancipado. As informações foram obtidas por meio de levantamento bibliográfico e documental, de observações diretas e de entrevistas semiestruturadas realizadas com os/as titulares de 70 lotes no contexto da nossa participação no grupo gestor de um projeto inserido na Chamada PDRS - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/SMA -Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – no Programa Microbacias II, implantado no Assentamento no mesmo período. A análise foi feita por meio de triangulação das fontes e organizada em categorias temáticas que procuraram: a) caracterizar o território e o acesso dos assentados às políticas públicas nele implantadas; b) analisar a configuração e o lugar do trabalho na reprodução social dos trabalhadores; c) refletir sobre as avaliações dos assentados sobre o processo vivido.

1. RURALIDADES PRECÁRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A região de Ribeirão Preto possui um território rural cujas particularidades das relações econômicas e políticas estão centradas, fundamentalmente, nas agroindústrias de grande escala e nos sujeitos sociais típicos que elas (re)produzem: os trabalhadores não qualificados, do tipo ‘faz tudo’ – porque trabalham, temporariamente, em diversos setores e ramos da economia formal e/ou informal – e ‘andorinha’ – porque transitam entre a cidade e o campo para trabalhar e morar. Este é, em geral, o perfil dos demandantes de terras para reforma agrária nesta região.

Localizado entre Serra Azul e Serrana e há 40 km de Ribeirão Preto, o Assentamento investigado estava imerso em um grande canal entrecortado por condomínios residenciais, duas usinas-destilarias de açúcar e álcool, duas penitenciárias, pequenas áreas de reserva legal e dois outros acampamentos de demandantes de terra que se formaram ao seu lado. Predominante na paisagem, o canal tanto era motivo de preocupação pelos impactos socioambientais que a produção canavieira gerava, quanto de desenvolvimento desta região que, contraditoriamente, apresenta indicadores sociais e índices de vulnerabilidade social discrepantes en-

tre os municípios que a compõem (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014). Com os municípios do entorno os assentados mantinham redes de relações para o provimento das suas necessidades econômicas e de saúde, educação, lazer, comércio e serviços diversos. Serra Azul, justamente o município mais pobre de arrecadação, atendia as demandas por atenção básica e emergencial à saúde, educação fundamental e assistência social.

O Assentamento é fruto da ocupação, organizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 2000, de uma antiga fazenda produtora de cana-de-açúcar, desapropriada pelo governo paulista devido aos passivos socioambientais. Foi oficializado em 2004, na modalidade PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável, cujas principais diretrizes organizativas legais condicionam a posse da terra à utilização de sistemas produtivos agroecológicos e à organização associada dos assentados (Brasil, 2000)¹. A implantação de um PDS decorre do acesso às políticas públicas destinadas a qualquer outra modalidade de assentamento (Gomes; Ferrante, 2012).

O processo de implantação do Assentamento foi marcado por dois momentos muito distintos, em termos de afinidade ou estranhamento entre os principais agentes sociais envolvidos: órgãos governamentais, movimentos sociais e assentados. O primeiro momento, de 2000 a 2008, abarcou o início da ocupação até pouco depois da oficialização, quando já se tornaram evidentes os impasses da implantação da política de assentamentos rurais no Brasil. As dificuldades de acesso e aplicação dos recursos, que deveriam ser coletivamente planejados e executados, resultaram na insuficiência da infraestrutura de produção e comercialização e desencadearam conflitos entre os agentes que culminaram na negação do MST como principal articulador do processo organizativo.

Informadas pelos programas de combate à fome e à pobreza, como os planos Fome Zero (2003) e Brasil Sem Miséria (2011), nas últimas décadas houve grande proliferação das medidas institucionais para garantir a soberania alimentar, o acesso aos direitos básicos de cidadania e ao consumo. No Assentamento estas medidas dinamizaram o segundo momento do processo organizativo e se traduziram na criação de quatro cooperativas e uma associação para acessar os programas governamentais de aquisição de alimentos e merenda escolar, não sem conflitos que provocaram grande desgaste político e rotatividade na adesão dos associados às organizações. No vácuo da ausência do MST, outros mediadores externos participaram do processo organizativo, desde instituições governamentais como não governamentais: acadêmicas, religiosas, ambientalistas e outros movimentos sociais.

Do conjunto de políticas implantadas no Assentamento, destacamos para a análise neste artigo o Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e o PBF – Programa Bolsa Família² pela possibilidade, direta e/ou indireta, que eles possuem de gerar renda.

1 Modalidade criada por técnicos ligados à área ambiental e agrária para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terra no sentido de conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, promovendo o desenvolvimento sustentável. Para melhor conhecer o processo de implantação dos assentamentos do tipo PDS em São Paulo ver também Borelli Filho e Ferrante (2010), Marques, Lucas e Gaspari (2014), Gonçalves (2015) e Melo (2015), e outros.

2 Desde a criação, em 1996, o Pronaf sofreu inúmeras modificações e tem sido parte importante do sistema de crédito rural brasileiro, porque é o único programa que permite o acesso dos assentados. A partir dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, ele passou a integrar o Plano Fome Zero e o Plano Brasil Sem Miséria para, juntamente com o PAA, reforçar o eixo Fortalecimento da Agricultura Familiar. PAA e o PNAE são mecanismos de criação de mercados institucionais para o escoamento dos produtos da agricultura familiar. O PAA foi criado em 2003 para articular os gastos públicos com alimentação à pequena produção de alimentos em nível local. O PNAE foi criado na década de cinquenta, como programa de alimentação da rede de ensino público. No âmbito do Fome Zero ele teve o valor *per capita* repassado ao aluno reajustado em 130%, foi estendido para outros níveis de ensino com a obrigatoriedade de adquirir 30% do total da agricultura familiar. O PBF, criado em 2003, é um programa condicional de transferência de renda para atender famílias pobres ou extremamente pobres, resultado da fusão de outros programas de transferência de renda: o Bolsa Escola (de 2001), o Bolsa Alimentação (de 2001), Cartão Alimentação (de 2003) e Auxílio-Gás (de 2002). Um detalhamento das características desses programas pode ser encontrado em Menezes e Santarelli (2013).

Dos 70 entrevistados, 64 (91%) acessaram o Pronaf, 62 (88%) os Créditos de Custeio e 67 (95,5%) o Crédito Habitação. A maioria acessou o Pronaf pela primeira e única vez em 2005 e, nas safras seguintes, muitos acessaram por duas vezes consecutivas o Crédito de Custeio; o acesso ao Crédito Habitação ocorreu na mesma época.

No que se refere ao Pronaf, os assentados reconheciam que os recursos acessados significaram um “empurrãozinho” ou “ajuda” na fase de oficialização do Assentamento porque, depois de mais de cinco anos vivendo debaixo da lona preta, eles não tinham como (re)começar a vida. As menções aos aspectos negativos abrangeram três tipos diferentes de ideias que se referiam: aos prejuízos por falta de assistência técnica e/ou problemas climáticos; à falta de clareza sobre as regras de acesso e de uso dos recursos e ao temor do endividamento; à obrigatoriedade de usar o sistema de compras e aplicação coletiva dos recursos. Este último foi o principal problema porque não houve tempo para amadurecer um consenso mínimo sobre o que e como fazer. Os assentados explicavam que a má aplicação do dinheiro e a falta de assistência técnica inviabilizaram o investimento em tecnologia apropriada e o desenvolvimento de linhas de produção diversificadas que pudessem dar retorno econômico suficiente para manter as famílias e pagar os empréstimos. Os investimentos foram perdidos pelo mau uso, venda e depreciação das máquinas e equipamentos. O “(...) dinheiro [do Pronaf] virou televisão, panela de pressão, tanquinho de lavar roupas.”

Nem todos os entrevistados tinham clareza sobre a situação das dívidas: nove estavam em dia, 14 em atraso, cinco com parte em dia e parte em atraso e 21, que estavam inadimplentes, quitaram os débitos com 80% de desconto no final de 2014 motivados pelo Decreto 8.177, de 27/12/2013 do Conselho Monetário. Os que acumularam certa reserva de dinheiro ou tinham como obter de outras fontes aproveitaram a oportunidade para negociar a dívida atrasada com desconto atrativo para “limpar o nome”. Os adimplentes revoltaram-se contra o Decreto que beneficiou os inadimplentes: “(...) o próprio governo incentiva a gente a ser caloteiro”; houve quem entrasse em débito para receber o desconto. Lição aprendida: não vale à pena pagar o Pronaf em dia, é preciso esperar uma oportunidade para negociar a dívida. A pergunta sobre a motivação para um novo acesso teve diferentes respostas, baseadas na experiência vivida. As afirmativas estavam condicionadas à liberdade para decidir sobre o que fazer e ter assistência técnica. As negativas continham uma reflexão sobre qual seria o papel do crédito no empreendimento pretendido.

O problema em relação ao Pronaf foi que: “(...) o Incra fecha os carneiros junto com o leão. O leão sobrevive, mas o carneiro não.” A fala alude à assimetria de poderes que permeava as relações entre os assentados, os técnicos e os movimentos sociais. Eles entendiam que a exigência de aplicação coletiva se devia ao descrédito do Estado em relação à incapacidade que, supostamente, eles teriam para aplicar “corretamente” os recursos e gerenciar a dívida. Para demonstrar a sua competência para isto, um assentado que acessou Pronaf pela segunda vez, individualmente, fez o seguinte cálculo: “O trator custou 108 mil reais e, no mínimo, vai dar mil por mês [de retorno]. Preciso economizar 750 reais por mês, 9 mil no ano, em 10 anos 90 mil. A minha dívida é de 86 mil.”

Lamentavelmente, as avaliações dos beneficiários não repercutem no processo de implantação e gestão do Programa. Como revelou o levantamento da produção acadêmica sobre o Pronaf realizado por Mattei (2006), o envolvimento dos beneficiários no processo de definição e implantação das diversas linhas de crédito é extremamente precário, o que torna a gestão social do Programa incipiente e burocratiza o seu funcionamento. Ocorre que, se o Estado “fecha o leão com os carneiros”, obviamente, a voz do carneiro não será ouvida porque ele não sobreviverá às garras do leão.

Além do mau uso dos créditos, os canais disponíveis para comercialização nem sempre contribuíram para repor o capital investido e reiniciar o ciclo produtivo. Das 36 famílias entrevistadas em 2015, 35 (97,5%) comercializavam via PAA, sendo esta a mais importante estratégia, e apenas três (8,3%) também comercializavam via PNAE. Em 2016, o número das que comercializavam por meio do PAA diminuiu de 35 para 23 (65,7%) e o das que comercializavam via o PNAE quintuplicou, aumentando de três, em 2015, para 16 (433%), em 2016. Não é de estranhar que a participação no PAA tenha diminuído de 2015 para 2016 porque neste ano diminuíram os recursos e o número de agricultores cadastrados (Cardoso; Beghin, 2016). Curioso foi o aumento repentino da participação no PNAE que, em 2015, era considerado pelos entrevistados um programa quase inacessível por ser de funcionamento complexo, burocrático e exigente com relação aos tipos e qualidade dos produtos, prazos e regularidade das entregas. Era perceptível a “confusão com as letrinhas”. Embora os entrevistados diferenciasssem os Programas chamando de Conab – Companhia Nacional de Abastecimento o PAA e de merenda o PNAE, pode ser que nem todos soubessem, exatamente, por meio de qual programa estavam comercializando. Participar significava entrega de produtos de acordo com a cota estipulada, não cogestão do processo de implantação dos Programas. Destaca-se que as informações foram obtidas por meio do depoimento dos assentados, e não da consulta aos documentos das cooperativas que os representavam e/ou das bases de dados oficiais, porque o objetivo era o de compreender como eles vivenciavam e explicavam o funcionamento dos Programas.

A comercialização com os intermediários (atravessadores) era a segunda estratégia mais importante, utilizada por mais de 70% dos entrevistados. Estes personagens, comuns no Assentamento, eram de dois tipos: os “de dentro”, assentados que tinham pequenos veículos apropriados para transportar mercadorias e comercializavam não só a própria produção, mas também compravam dos demais; e os “de fora”, feirantes, ambulantes ou pequenos comerciantes do entorno que abasteciam os seus negócios com a produção do Assentamento. Aproximadamente, 30% dos entrevistados desenvolvia esquema próprio de comercialização com os atravessadores e/ou comercializavam, diretamente, nas margens da rodovia que corta o Assentamento e nas imediações do vizinho Presídio de Serra Azul que proporcionava público cativo de consumidores. A disputa pelo “melhor ponto” de venda causava conflitos. Os que tinham o privilégio de ter o lote próximo ao Presídio construíram barracas que locavam para os vendedores de refeições em marmitas e outros gêneros alimentícios, e exploravam a locação de vagas para estacionamento e para a colocação de barracas de *camping* para os visitantes.

O PAA era visto como um canal de comercialização mais seguro, cômodo e com preços atrativos, menos exigente em relação à qualidade e que aceitava uma grande diversidade de produtos. “Se não fosse a Conab, o que seria?” (...) “Dinheirinho que vem no fim do ano que salva a gente”. Mas, a confiança no Programa como mecanismo de estruturação da produção e da comercialização era abalada por diferentes razões: o baixo montante das cotas, o curto período de manutenção do Programa no ano agrícola, o descompasso entre o momento da colheita e o da aprovação dos contratos, a morosidade e os custos financeiros da burocracia, a percepção de irregularidades no funcionamento, os privilégios recebidos pelos que estavam, politicamente, mais próximos dos dirigentes das cooperativas e, principalmente, as incertezas em relação às renovações de contrato e aos constantes atrasos de pagamentos: “(...) às vezes ajuda, às vezes atrapalha.”; “Para mim é um prego no sapato (...) É bom, quando o dinheiro chega (...) não é uma coisa de confiança, a gente não pode fazer uma compra, uma prestação porque não tem dia certo para pagamento.”; “Ajuda, mas não é assim: ohhh!”; “(...) ela vem num período em que o povo não tem condição de produzir [fora do calendário agrícola], esse é o problema da Conab.”

Esses problemas, recorrentes ao longo dos anos de implantação do Programa, não permitiam que os trabalhadores tivessem com ele uma relação de exclusividade para comercializar os produtos. “(...) demora a pagar e paga pingado. Atravessador é o que garante o dia a dia.” Como diziam, o atravessador “salva do sufoco”, mas a prudência mandava considerar também as incertezas inerentes ao comércio de rua. Equacionando as vantagens e desvantagens de cada esquema de comercialização, eles planejavam a economia doméstica. A comercialização direta, com atravessadores ou não, mesmo informal, provisória e incerta, mantinha a rotina doméstica de gastos porque era venda à vista, dinheiro “vivo” que caía diretamente no bolso. Devido aos atrasos nos pagamentos, a comercialização por meio do PAA funcionava mais como uma espécie de “poupança”, pois o montante acumulado era pago de uma só vez, o que possibilitava pagar dívidas ou investir no lote. Financeiramente, comercializar via PAA era considerado muito vantajoso, mesmo com os atrasos, porque os preços praticados eram superiores aos dos mercados e os assentados aprenderam a utilizar o “dinheiro reunido” como “poupança”.

O principal problema apontado pelos entrevistados estava no funcionamento cotidiano do Programa. Havia um “jogo de empurra” sobre de quem seria a culpa dos atrasos: os assentados responsabilizavam os dirigentes das cooperativas; estes responsabilizavam os assentados ou os funcionários dos escritórios contábeis que providenciavam os documentos ou os técnicos da Conab. “Como que eu avalio este projeto? A gente entrega as coisas mas, olha! o pagamento demora demais.”; “(...) burocracia de documento que é o mais complicado de tudo”.

O controle social sobre as políticas implantadas era, praticamente, inexistente. Evidenciou-se o grau de desinformação heterogêneo entre os entrevistados sobre os seus direitos, as regras e o modo de funcionamento das políticas que os beneficiavam. No geral, eles desconheciam: as modalidades de concessão dos recursos, fundos perdidos ou créditos; quem eram os seus credores, as formas de reajuste e o montante da dívida; nem sempre sabiam o nome da cooperativa a qual estavam filiados e referiam-se ao nome do presidente para denominá-la; participavam do PAA há muito tempo, mas não conheciam os motivos dos atrasos de pagamento e com quem dividiam as cotas, entre outras questões, que os tornavam presas fáceis para os aproveitadores. Documentos eram assinados sem que eles conhecessem o conteúdo, os mesmos papéis eram assinados várias vezes sob a alegação de que as assinaturas anteriores foram invalidadas.

Cresciam as dúvidas e as desconfianças dos assentados em relação às pessoas e às instituições governamentais e comunitárias, o número de denúncias e de reclamações que circulavam entre eles. Prevalcia um tipo de controle social insuficiente para garantir democracia e equidade na distribuição dos recursos, porque estava baseado nas denúncias informais feitas no espaço privado, no âmbito da própria família e nas rodas de conversas entre amigos, o que alimentava os conflitos e o processo de fragmentação política. Revelava-se uma grande assimetria de poderes: de um lado, a comunidade vulnerável e, de outro, poderes que combinavam posturas tecnicistas, políticas e messiânicas.

Os recursos existiam, mas chegavam lentamente, aos pedaços e sem a devida sincronia entre planejamento e aplicação por causa da burocracia e das questões político-partidárias que interferiam na gestão pública. Eram sempre insuficientes para repor a crônica descapitalização (material e simbólica) dos assentados e gerar trabalho estável e renda no Assentamento. De alguma forma, eles impulsionavam o desenvolvimento de uma economia de subsistência, porém, como o controle social sobre as formas de aplicação era frágil, os projetos nem sempre respeitavam as especificidades mercadológicas locais e regionais. A falta de assistência técnica e de preparação dos assentados para a gestão dos seus negócios provocava endividamento, falência e abandono dos projetos.

Outra parte da renda das famílias era oriunda dos programas de proteção social que integravam o sistema nacional de políticas sociais (Brasília, 2011), entre eles, o PBF, as aposentadorias e pensões. 30 das 70 famílias (43%) tinham pelo menos um dos membros aposentado por idade, tempo de serviço ou invalidez; nove (13%) tinham, pelo menos, um pensionista, oito (11,4%) havia recebido ou recebia outros tipos de benefícios sociais, podendo uma mesma família ter acesso a mais de um benefício. Das 70 famílias entrevistadas, 26 (37%) não recebia nenhum benefício no momento da entrevista, mas referiram ter tido no passado. Benefícios do tipo auxílio-doença, jovem aprendiz, pensão alimentícia, Ação Jovem, Cartão Cidadão foram citados com menor frequência.

Quanto ao PBF, as famílias beneficiárias somavam 25 (36%) do total no período de realização das entrevistas, mas muitos entrevistados referiram tê-lo recebido no passado e perdido sem saberem o motivo, o que indica a falta de clareza sobre os critérios de concessão e retirada. A participação neste Programa garantia os itens de alimentação não produzidos no lote e material escolar. “Bolsa Família, graças a Deus! e Bolsa Escola”; “(...) ajudam porque a gente não tira dinheiro por mês, não tem renda fixa.”; “(...) significa muito, ajuda. A gente conta com esse dinheirinho, é do pão da criança, do leite, da bolacha, do material para ajudar na escola.”; “Não tem renda nenhuma, não tem salário, só de Deus.” Além de significar “ajuda” e uma espécie de “renda fixa” os recursos eram importantes porque a instabilidade da produção e da comercialização, assim como as incertezas para obter e manter os empregos nas cidades, fazia do PBF uma espécie de porto seguro, onde as famílias poderiam ancorar o barco e evitar que ele afundasse totalmente.

Entender o que é direito como “ajuda” significa que os recursos, em si, eram insuficientes para resolver os problemas estruturais, eram paliativos que minimizavam as carências, mas geravam dependência. Funcionavam como uma espécie de *feitiço da ajuda* (Mota, 1987), porque a “assistência aos carentes” não liberta os trabalhadores da pobreza, mas os prendem, cada vez mais, aos esquemas de controle político dos pobres (Santos; Santana; Paiva, 2013). A falta de clareza sobre os mecanismos de concessão e de retirada de benefícios era ingrediente importante para manter a eficácia do feitiço. Com ares de modernidade no discurso governamental e pautadas em concepções exógenas de desenvolvimento rural, na prática, o PBF acabava reproduzindo a [secular] cultura assistencial paternalista vigente na sociedade brasileira, na qual a ideia de ajuda ancora-se, reforçava a heteronomia e a condição de “assistidos”.

Em suma, os problemas de infraestrutura que afetavam a vida econômica e social dos assentados, provocados pelo modo lento, burocrático e descompassado do processo de implantação das políticas públicas, aliados aos problemas políticos e relacionais gerados no processo organizativo dos assentados para acessá-las, os levavam a buscar alternativas econômicas fora do Assentamento.

2. QUE TRABALHO? UM CALEIDOSCÓPIO DE POSSIBILIDADES

Os depoimentos e a convivência com os assentados revelaram haver um mundo do trabalho, agrícola ou não, ativo e intenso no interior do Assentamento. Havia uma diversificada combinação de formas de trabalho sustentadas por uma complexa rede de relações estabelecida com as cidades do entorno. O trabalho não tinha idade, sexo, tempo ou espacialidade definida, mas tinha como característica principal a informalidade dos vínculos e a precariedade das condições de realização.

O trabalho no campo envolvia, principalmente, os homens em idade produtiva auxiliados pelos idosos aposentados ou desempregados, pelos jovens que não conseguiam trabalho na

cidade por não terem idade, qualificação e experiência, pelas mulheres que nunca haviam trabalhado fora de casa ou que estavam desempregadas. A produção agrícola consistia, basicamente, de mandioca, banana e hortaliças, frutas e legumes e realizava-se por meio de base técnica artesanal auxiliada por tratores contratados de terceiros somente para a preparação do solo. A falta de assistência técnica e de infraestrutura comprometia o volume e a regularidade da produção, especialmente no período da estiagem, o que tornava incerta a renda familiar oriunda da produção agrícola.

O assalariamento temporário era uma forma de trabalho utilizada, dentro e fora do Assentamento, com o intuito de suprir as necessidades básicas e até formar um pequeno capital para investir no lote. No dia a dia, observava-se um intenso movimento financeiro de pequenos valores, que envolvia os assentados entre si e a vizinhança para negociar produtos e serviços. Jovens e idosos revendiam gêneros alimentícios industrializados e outros produtos de utilidade doméstica dentro do próprio Assentamento ou nas imediações. Configurava-se um mercado de trabalho informal onde, nas palavras dos próprios trabalhadores, as pessoas ‘se viram’, ‘dão uns pulos’, ‘fazem bicos’.

O trabalho na cidade era mais comum entre as mulheres e os jovens de ambos os sexos. O quadro abaixo mostra a diversidade de atividades profissionais realizadas pelos membros das famílias entrevistadas.

QUADRO 1 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS URBANAS REALIZADAS POR MEMBROS DAS 70 FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, EM 2015 E 2016

INDÚSTRIA	EMBRAMAQ (RP), EUROFARMA (RP), FABRICANTE DE PEÇA DE MOTO (RP), MARCENEIRO (RP), METALÚRGICO (RP)
Comércio e Serviços	cabeleireira (RP), camareira de hotel (RP), comércio de brindes (RP), caminhoneiro (RP), CPFL (RP), concerto de trator (vários locais), construção civil (RP), departamento financeiro de hospital (RP), diarista faxineira (RP), diarista na lavoura (dentro ou fora do Assentamento), escola do assentamento (SA), empregada doméstica (RP), faxineira no <i>shopping</i> (RP), instalador de cerca elétrica (RP), jardineiro (RP), lanchonete (RP), montador de antena da Claro (RP), monitora de ônibus escolar da Prefeitura Municipal de Serra Azul (SA), pintor de parede (RP), professora da escola do assentamento (SA), operador de máquinas agrícolas (vários locais), pedreiro (RP), recepcionista de motel (RP), repositor de supermercado (RP), transportadora (RP), técnica CRAS (SA), técnico IBS (RP), telefônica (RP), tratamento de esgoto no CDP – Centro de Detenção Provisória (SA), segurança (SA), serviços gerais na Unaerp (RP), Socicam (RP), Vivo (RP), Programa 1º. Emprego (SA)
‘Bicos’	eletricista, encanador, servente pedreiro, faxineira, jardinagem, borracheiro, construção civil, “de um tudo”, “quase tudo”

Fonte: Trabalho de campo (2015-2016)
RP – Ribeirão Preto; SA – Serra Azul

Predominavam atividades no setor de comércio e serviços da cidade de Ribeirão Preto. As mulheres, geralmente, eram diaristas e prestavam serviços de limpeza em domicílios ou estabelecimentos comerciais (faxineiras); os jovens trabalhavam no comércio (bares e lanchonetes), na indústria (metalúrgico, mecânico) e no setor de serviços (motoristas, pedreiros, seguranças). Foi difícil obter informações mais precisas sobre a situação dos que trabalhavam nas cidades. Os entrevistados nem sempre foram os próprios trabalhadores, mas os/as titulares dos lotes que nem sempre sabiam o nome correto da empresa, o tipo de trabalho exercido e as condições de contratação. Havia também um grande receio de confessar que as pessoas da família trabalhavam fora do Assentamento, porque uma das condições para ser assentado é, de fato,

ocupar o lote desenvolvendo produção agrícola familiar, agroecológica e cooperada. Portanto, a diversidade de atividades poderia ser ainda maior. O trabalho urbano também era visto como “ajuda”, estratégia provisória e complementar de subsistência econômica mantida como forma de permanecer no Assentamento, onde havia moradia e segurança alimentar.

Em suma, a configuração do trabalho parecia um caleidoscópio, cujo movimento que definia as atividades para o conjunto das famílias era condicionado por múltiplas ausências: de recursos para investir na produção agrícola; de assistência técnica constante e voltada para os interesses e possibilidades de produção e comercialização dos assentados; de canais seguros de comercialização; da oferta de empregos no mercado de trabalho (rural e urbano) nas cidades do entorno; e pela existência dos dispositivos legais e institucionais de restrição ao uso dos recursos naturais impostos pelo tipo de assentamento (PDS). Para cada família, este movimento dependia ainda do número de braços disponíveis para trabalhar no campo e na cidade, das características dos seus membros em termos de idade, escolaridade e experiência de trabalho, das expectativas e dos projetos de trabalho e de vida que cada um construía para si. As imagens mais evidentes do caleidoscópio eram formadas, principalmente, por famílias que possuíam: 1. Todos os membros trabalhando, exclusivamente, no campo; 2. Parte dos seus membros trabalhando, exclusivamente, no campo e parte, exclusivamente, na cidade; 3. Membros que trabalham, sazonalmente, no campo e/ou na cidade, dependendo das condições favoráveis do clima para produção agrícola e da oferta de empregos no mercado de trabalho, rural e/ou urbano; 4. As situações 2 e 3 combinadas na mesma família.

Segundo Rodrigues (2009), a lógica da tecnificação que invadiu o campo nas últimas décadas tem imprimido ao trabalho rural as mesmas características do urbano, quais sejam: a heterogeneidade de tipos de trabalhadores, o contraditório movimento entre qualificação de certos trabalhadores e não qualificação de outros, o crescimento do contingente de assalariados no setor de serviços, a precarização das relações de trabalho em que a força de trabalho somente é ocupada quando não é possível mecanizar, e a *pluriatividade* – entendida como combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas dentro e/ou fora da propriedade rural para complementar a renda. Para esta autora, a *pluriatividade* pressupõe um certo grau de capitalização para que a mecanização da propriedade rural libere parte da força de trabalho agrícola, que passa a exercer outras atividades não agrícolas para elevar a renda familiar, e é positiva porque é capaz de conter o êxodo rural e o desemprego.

Cabe questionar se, no caso dos assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, a combinação de diferentes estratégias de obtenção de renda desenvolvidas pelos assentados pode ser chamada de *pluriatividade* e se a contenção do desemprego e do êxodo é real. Isso porque, diante da falta de perspectiva de desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, tem-se um movimento pendular e cotidiano campo-cidade-campo que os leva ao mercado de trabalho, formal temporário e/ou informal. Para Firmiano (2014), nesses assentamentos, trata-se de vender a força de trabalho nas cidades ou nas agroindústrias do entorno nos momentos de necessidade e não de criar alternativas que combinem atividades agrícolas e não-agrícolas. É, portanto, *reproletarização*, processo que ocorre quando o trabalhador rural, depois de assentado ainda depende do mercado de trabalho urbano e/ou rural, formal ou informal para sobreviver, em razão da precariedade da condição de trabalho e de vida no assentamento, o que pode acarretar a perda da possibilidade de ter controle sobre o processo de reprodução social.

Concordando com este autor, porque no caso analisado, a falta de capital para investimento não criava condições de infraestrutura para o desenvolvimento constante da produção agrícola ao longo do ano. As atividades não-agrícolas significavam ‘se virar’, ‘dar uns pulos’ e, juntamente com os benefícios assistenciais, elas apenas contribuía para complementar a renda de modo a manter a família no Assentamento, onde havia moradia e um mínimo de segu-

rança alimentar. Além disso, ao ocuparem a área, os assentados buscavam fugir da insegurança do assalariamento e da precariedade do modo de vida urbano e, por meio do acesso à terra, esperavam recuperar o controle sobre as suas vidas e o seu próprio trabalho. Como mostram Scopinho (2012) e Severi (2012), na época da ocupação, as principais expectativas em relação ao futuro Assentamento eram as de ter moradia fixa, mesa farta e saudável, segurança social e autonomia produtiva.

Scopinho (2012), reconstruiu as trajetórias de migração das famílias e mostra que elas eram originárias de 106 diferentes cidades situadas em 15 diferentes estados brasileiros, das quais 37 (35%) situam-se no interior do próprio estado de São Paulo. As demais cidades de origem estão localizadas, especialmente, em Minas Gerais (18%), Paraná (16%), Bahia (11,4%), Pernambuco (5,7%), além de vários outros estados nordestinos em menor proporção. Depois de deixarem as cidades de origens, as famílias passaram por 234 outras diferentes cidades localizadas em 20 diferentes estados brasileiros. A migração ocorreu, principalmente, pelas cidades do interior de São Paulo (39%), do Paraná (15,3%), Bahia (8%) Minas Gerais (7,7%) e Pernambuco (6%). Quanto às trajetórias de trabalho dos que pretendiam a titularidade dos lotes, a autora mostra que, entre as atividades urbanas, predominavam aquelas do setor de serviços (69,2%), seguidas das industriais (19,2%) e do comércio (7,7%); entre as atividades rurais, predominavam os serviços especializados (69,2%), seguidos dos serviços gerais (30,8%). Eles eram, tipicamente, prestadores de serviços na cidade ou no campo, envolviam-se em uma ampla gama de atividades em diferentes ramos da economia formal e informal, faziam “bicos” para lidar com o desemprego.

A configuração do trabalho no Assentamento assemelha-se àquela encontrada nas trajetórias dos acampados antes da sua formalização. As experiências de trabalho e vida das famílias continuavam marcadas pela migração em busca de trabalho e pelo desenvolvimento de atividades em diversos setores e ramos da economia que não requerem escolaridade e/ou qualificação e indicam a inserção em relações e condições de trabalho, tipicamente, precárias. Conforme define Kalleberg (2009), *trabalho precário* é sinônimo de trabalho formal temporário, informal ou autônomo realizado com meios de produção e relações contratuais precárias que põe em risco a saúde e a segurança de quem trabalha. Para este autor a marca distintiva do trabalho precário é a insegurança social dos trabalhadores porque os riscos da atividade são assumidos, exclusivamente, por eles posto que estão à margem dos sistemas de proteção social. O trabalho precário, pelas suas características, inviabiliza a existência e a manutenção de projetos de vida de longo prazo e cria um modo de viver que caracteriza um constante ir e vir na busca pela sobrevivência.

Pela forma como as políticas públicas foram implantadas, os assentados vivenciavam também a precariedade da própria condição de vida no Assentamento, que Bourdieu (1998) e Castel e Haroche (2001) definem como um modo de vida caracterizado por uma situação geral de escassez de recursos materiais e simbólicos, pela ausência de condições que permitam ao sujeito viver com segurança e ser ativo no mundo. As consequências psicossociais desta forma de trabalhar e viver são danosas para os sujeitos. Para Bourdieu (1998), a precariedade é típica de um modo de dominação que deixa os sujeitos em estado geral e permanente de submissão e aceitação da ordem social excludente. A insegurança objetiva e a subjetiva são indissociáveis porque a primeira não permite elaborar projetos de vida de longo prazo, o que priva os sujeitos das estruturas temporais que organizam a vida social, degradam as relações que eles estabelecem com os outros e com o mundo e afetam, direta e/ou indiretamente, os que com eles convivem.

Era, exatamente, desta condição que as famílias procuravam fugir ao aderirem à luta pela terra. As chamativas do MST ao realizar o trabalho de base nas periferias urbanas da região de Ribeirão Preto no final dos anos noventa, encontravam eco no esgotamento causado pe-

la migração contínua, pelo trabalho superexplorado e pela violência (real e/ou simbólica) cotidianamente vivida. Poucas famílias aderiram à luta pela terra por convicção política da necessidade de realizar a reforma agrária no país. Pelo contrário, elas estavam motivadas pela possibilidade de voltar a viver em território próprio, dele extrair o necessário para o sustento e nele aglutinar os familiares dispersos pela necessidade de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como as políticas públicas foram implantadas no Assentamento não alterou, estruturalmente, a condição de vida dos que foram assentados posto que não logrou gerar trabalho e renda estável, embora tenha contribuído para aliviar os problemas de falta de moradia e de segurança alimentar. Na explicação sobre como essas políticas participavam da reprodução da vida cotidiana, as palavras mais ouvidas foram “ajuda” – que remete a uma percepção assistencialista delas – e “não sei” – que revela a fragilidade do controle social exercido pelos assentados no processo de implantação e gestão. Eles *reproletarizavam-se* para complementar a renda familiar, obter um recurso adicional para investir na produção agrícola, para pagar uma dívida, para resolver uma emergência financeira, entre outros motivos ligados à reprodução social do grupo familiar.

Porém, nem mesmo articuladas, essas estratégias garantiam as condições objetivas para projetar a vida e o futuro, o que gerava um sentimento de desamparo e de impotência, desgaste que afetava diferentemente cada um. Atingia, sobretudo, o processo de organização do grupo que, aos poucos, vinha perdendo a unidade política e, cada vez mais, investia nas ações individuais em detrimento das coletivas. Apesar de ‘se virarem’, ou seja, de articularem um conjunto de estratégias de reprodução social, os assentados não logravam alterar a condição social marcada pela precariedade, pela insegurança e pela fragilização dos vínculos políticos necessários para o processo de emancipação. Eles se movimentavam sem sair do lugar, da posição social em que sempre estiveram. De boias-frias, nas décadas de oitenta e noventa, a Sem Terra e assentados, nas primeiras décadas deste século, eles continuavam a saga da luta pela sobrevivência cotidiana, porém, atualmente “(...) com duplo estatuto de trabalhadores e de assistidos” como refere Filgueiras (2017, p. 24).

O estudo deste caso reforça a necessidade de analisar as estratégias de reprodução social de assentados rurais no atual contexto de desmonte das políticas públicas para o campo, de desregulamentação e flexibilização das legislações trabalhista e previdenciária no país.

Agradecemos o apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Recebido em: 17/02/2017

Aprovado em: 02/05/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Índice Paulista de Responsabilidade Social, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.indices-ilk.al.sp.gov.br/view/index.php>>. Acesso em: 23 dez. 2015.
- BORELLI FILHO, D.; FERRANTE, V. L. S. B. O sistema produtivo do Assentamento Mário Lago: uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: 48º CONGRESSO DA SOBER, 2010, Campo Grande. *Anais do 48º. Congresso da Sober*. Campo Grande, 2010. CD-ROM.
- BOURDIEU, P. A precariedade está hoje por toda a parte. In: _____ (Org.). *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.119-127.
- BRASÍLIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2016.
- CARDOSO, A.; BEGHIN, N. PAA: uma promessa sob ameaça. Brasília: Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2016. (Nota Técnica 188).
- CASTEL, R.; HAROCHE, C. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris: Fayard, 2001.
- FILGUEIRAS, C. A. C. Ser trabalhador e ser assistido: fronteiras permeáveis na questão social. *Revista Brasileira de Sociologia*, Viçosa, v.05, n.09, p.09-32, jan.-abr, 2017.
- FIRMIANO, F. D. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. Araraquara, 2014. 245f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- GOMES, T. P. de S.; FERRANTE, V. L. S. B. Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v.15, n.01, p.157-185, 2012
- GONÇALVES, J. C. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: retóricas e realidades em movimento*. São Carlos, 2015. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.
- GRISA, C.; SCNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v.52, Supl. 1, p.S125-S146, 2014.
- KALLEBERG, A. O crescimento do trabalho precário. Um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.24, n.69, p.21-31, fev. 2009.
- L'ESTOÏLE, B. de; SIGAUD, L. (Orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MARQUES, P. E. M.; LUCAS, A. de; GASPARI, L. C. de. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no Estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, v.17, n.1, p.161-177, 2014.
- MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: síntese da produção acadêmica sobre o programa*. Brasília: MDA/SAF, 2006.
- MELO, T. G. de. Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso da Cooperares - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP. São Carlos, 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos.
- MENEZES, F.; SANTARELLI, M. *Da estratégia “Fome Zero” ao plano “Brasil Sem Miséria”*: elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 2013.
- MOTA, A. E. da. *O feitiço da ajuda*. As determinações do Serviço Social na Empresa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- RODRIGUES, V. L. G. da S. *Urbanização e ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal*. Brasília, MDA, 2009.

SANTOS, L. T. dos; SANTANA JÚNIOR, G.; PAIVA, D. M. O Banco Mundial e as políticas de combate à pobreza na América Latina: uma análise crítica sobre seus relatórios de 1999 a 2006. *Revista Debate Econômico*, Alfenas, v.01, n.01, p.102-123, 2013.

SCOPINHO, R. A. *O processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.

SEVERI, F. C. *Da lona ao roçado: memórias e experiências de moradores de um assentamento de reforma agrária*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.

O TRABALHO REESTRUTURADO EM UMA USINA DE AÇÚCAR: REMUNERAÇÃO FLEXÍVEL, ENVOLVIMENTO E PRECARIZAÇÃO

Marcos Lázaro Prado; Jacob Carlos Lima

RESUMO

A redução de postos de trabalho, inserção de novas tecnologias e novas estratégias de gestão do trabalho e dos trabalhadores têm sido temáticas constantes quando tratamos da reestruturação produtiva vivenciada no Brasil nas últimas décadas. Implantados inicialmente em contextos industriais específicos, como no setor automobilístico, por exemplo, tais procedimentos vêm se disseminando de formas distintas a outros setores produtivos, dentre os quais o canavieiro paulista. O presente artigo propõe-se a analisar as transformações recentes vivenciadas por uma tradicional usina do setor sediada na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Na pesquisa de campo foram observados procedimentos nas áreas agrícola, industrial e administrativa além de realizadas vinte entrevistas com trabalhadores e gestores dessas diferentes áreas, o que permitiu avaliar e discutir tais transformações em seus momentos iniciais de implantação, caracterizadas pela Diminuição massiva dos contingentes de trabalhadores, pela profissionalização da administração e, principalmente, pela introdução de novos mecanismos de gestão, baseados no envolvimento dos trabalhadores, no estabelecimento de metas produtivas, na formação de equipes de trabalho e na flexibilização da relação salarial. Observou-se, portanto, a criação de um modelo articulado e específico de gestão que busca engajar os trabalhadores a partir de mudanças em sua subjetividade com a interiorização do discurso empresarial.

Palavras-chave: Gestão do Trabalho; Remuneração Flexível; Engajamento Subjetivo.

THE RESTRUCTURED LABOR IN A SUGAR MILL: FLEXIBLE INCOME, PRECARIOUSNESS AND SUBJECTIVE INVOLVEMENT

ABSTRACT

The reduction of jobs, the insertion of new technologies and new strategies for the management of work and of the workers have been constant themes when we deal with the productive restructuring experienced in Brazil in the last decades. Initially implanted in specific industrial contexts, such as the traditional automobile sector, for example, such procedures have been disseminated in different ways to other productive sectors, among which are the sugarcane in São Paulo State. The present article proposes to analyze the recent transformations experienced by a traditional plant of the sector headquartered in the region of Ribeirão Preto, State of São Paulo. In the field research, procedures were observed in the agricultural, industrial and administrative areas, besides twenty interviews with workers and managers of these different areas, which allowed to evaluate and to discuss such transformations in their initial moments of implantation, characterized by the massive reduction of the contingents of workers, the professionalization of management and, mainly, the introduction of new management mechanisms, based on the involvement of workers, the establishment of productive goals, the formation of work teams and the relaxation of the salary relationship. Therefore, the creation of an articulated and specific model of management that gives rise to significant perceptions in the workers themselves.

Keywords: Work Management; Flexible Compensation; Subjective Involvement.

Doutor em Sociologia. Professor Titular Faculdade Barretos. Barretos, SP. E-mail: marcos_lazaro@yahoo.com.br.

Doutor em Sociologia. Professor Titular Departamento de Sociologia UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. E-mail: jacobl@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute o trabalho em uma grande usina de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, tendo como recorte algumas ocupações desempenhadas pelos trabalhadores e formas de remuneração utilizadas. Busca discutir as formas flexíveis presentes na organização do trabalho, as estratégias de envolvimento dos trabalhadores que a acompanham, decorrentes dos processos de reestruturação implementados a partir da década de 1990.

Embora as mudanças no trabalho estejam presentes em todos os níveis da empresa, sua intensidade e impactos foram mais significativos nos setores envolvidos diretamente com os processos agrícolas, notadamente o de plantio, trato, colheita e transporte da cana-de-açúcar. O quadro da flexibilização da produção e do trabalho pode ser analisado dentro da proposta de ‘empresa enxuta’, que pressupõe, entre outras características, um maior ‘compromisso’ dos trabalhadores com o trabalho, emulado pelo discurso do trabalho em equipe, maior competitividade e produtividade. Isso resulta na individualização e responsabilização dos trabalhadores no processo de trabalho, enfraquecendo dos laços de solidariedade entre eles.

A pesquisa teve início em 2006, dez anos depois do início da implantação dos processos de reestruturação nessa usina, sendo acompanhados nos dois anos seguintes.

Durante esse período recuperamos as formas assumidas pelo processo de reestruturação produtiva nas duas grandes áreas em que se divide o trabalho na usina: a agroindustrial, com as tarefas de plantio, cultivo, colheita, transporte e processamento de cana-de-açúcar; e a administrativa, nas funções burocráticas. Foram estudadas, na área agroindustrial, as equipes de operação de máquinas agrícolas, especificamente as responsáveis pelo processo de subsolagem e colheita mecanizada, além das equipes de motoristas de caminhão, responsáveis pelas atividades de aspersão de vinhaça. Na área administrativa, além da consulta ao organograma, da descrição e análise de cargos da empresa, foi entrevistado o gerente da área de Recursos Humanos, e trabalhadores da área de Logística, responsáveis pelo controle de estoques de açúcar e álcool. Essas entrevistas foram acompanhadas pela observação das equipes de trabalhadores envolvidos. No total foram realizadas vinte e uma entrevistas com trabalhadores, além de outras duas com lideranças sindicais da região.

Dez anos após, em 2016, retornamos a campo para verificar a permanência e consequências das mudanças implantadas. Foram consultados materiais de divulgação institucional da empresa, além de balanços oficiais, que apontavam para sua estrutura organizacional, seus indicadores de produção e políticas de gestão de trabalhadores. Por fim, a fim de aferir a permanência e os significados dos processos anteriormente implantados, contatamos um dos trabalhadores entrevistados naquele primeiro momento, da área administrativa, além de procedermos na realização de entrevista com um operador de colhedora mecânica de cana-de-açúcar, cargo este em que os processos de flexibilização do trabalho demonstraram ser mais evidentes. As informações obtidas, principalmente aquelas referentes aos processos de remuneração, foram confirmadas em publicações especializadas do setor.

1. AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E ORGANIZACIONAIS

No início da pesquisa a usina integrava um grupo formado por três unidades produtivas, duas no Estado de São Paulo e outra no Estado de Goiás. O grupo foi responsável na safra de 2006/07 pela produção de mais de 9,7 milhões de toneladas de cana, que resultaram em 597 mil toneladas de açúcar e 440 milhões de litros de álcool. Desse montante, mais de 6,7 milhões de toneladas de cana foram processados pela unidade de Ribeirão Preto, que atingiu a produ-

ção de 286 milhões de litros de álcool e de aproximadamente 500 mil toneladas de açúcar,¹ o que a colocou como a segunda maior produtora do país.²

Em 2014 o grupo passou a contar com mais uma unidade produtiva no Estado de São Paulo, aumentando sua produção na safra 2015/2016 para 20 milhões de toneladas de cana, que resultaram em 1.230 mil toneladas de açúcar e 750 milhões de litros de etanol. Para a safra 2017 a expectativa de produção do grupo é de 1 bilhão de litros de etanol³. Desde 2016, a capacidade de processamento isolada da unidade de Ribeirão Preto é superior a 10 milhões de toneladas por safra, mais da metade de todo o grupo.⁴

Assim como grande parte do setor, a empresa vivenciou momentos de crescimento entre os anos de 1960 e 1970 decorrentes de forte apoio governamental. Passou por um processo de expansão da área plantada e da capacidade de produção, assim como do contingente de mão de obra, superior a 10 mil trabalhadores no final dos anos 1980.

A partir do fim do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) no governo Collor (1990-1992), a empresa enfrentou a crise mais aguda de sua história, tendo que se reestruturar sem incentivos estatais. Greves ocorridas no começo daquela década, o aumento da insatisfação dos trabalhadores com relação à degradação salarial, foram elementos que compuseram o quadro de mudanças que vieram a seguir.

Em 1997 foram contratadas empresas de auditoria externa, que apontaram os pontos a serem reestruturados. Em primeiro lugar, deu-se a substituição do modelo de gestão familiar e paternalista por um modelo baseado na gestão profissional. Segundo um trabalhador graduado da área de administração de recursos humanos,

Na reengenharia ocorrida em 1997, àqueles que não tinham vocação nenhuma para o negócio foram para casa, saíram do dia a dia da empresa. Foi um processo difícil para a família, mas necessário e bem planejado.

Além da gestão profissional, a receita pressupôs substancial corte de pessoal: em 2007 a empresa tinha passado de 10.000 para 4.000 funcionários. A redução do contingente de trabalhadores se inicia anteriormente à contratação das auditorias⁵, com uma ‘reengenharia’ como ficou conhecido o processo. No setor industrial havia, até o início dos anos de 1990, três turnos de 8 horas de trabalho, no qual eram distribuídos 2.700 trabalhadores. Entre 1994 e 1995 esse número passou para 1.200. Após a conclusão do processo, permaneceram apenas 900 trabalhadores, distribuídos pelos mesmos três turnos.

A redução do contingente de trabalhadores foi verificada em todos os setores, o que evidencia a intensidade da ‘reengenharia’. Seja como for, em algumas áreas o modo como foi conduzido o processo foi mais significativo por conta das tendências que antecipou. Uma mudança no setor de Almoarifado⁶ ilustra o processo.

1 Dados divulgados pela empresa. Resultados de 2007. Safra 2006/07. Acesso em 09 abr. 2017. A disponibilização do endereço eletrônico em que se obtiveram as informações constantes neste trabalho permitiria a identificação da empresa.

2 Jornal Cana, Fevereiro 2007, edição 158, p.8.

3 Dados divulgados pela empresa. Relatório da Administração 26 jun. 2017. Acesso em 29 jun. 2017. A disponibilização do endereço eletrônico em que se obtiveram as informações constantes neste trabalho permitiria a identificação da empresa.

4 Dados divulgados pela empresa. Relatório da Administração 26 jun. 2017. Acesso em 29 jun. 2017. A disponibilização do endereço eletrônico em que se obtiveram as informações constantes neste trabalho permitiria a identificação da empresa.

5 Segundo alguns trabalhadores entrevistados o processo de ‘enxugamento’ teve início entre os anos de 1993 e 1994. A sistematização, contudo, é apenas após a contratação da consultoria externa.

6 Em uma usina de açúcar o setor de Almoarifado tradicionalmente era responsável pela compra de todas máquinas, equipamentos, peças, insumos e ferramentas necessárias ao funcionamento da empresa. Realizava cotações e orçamentos, garantindo estoques mínimos necessários à manutenção da empresa durante a safra e entressafra.

Nós transformamos o almoxarifado, que era um setor em que as pessoas chegavam no balcão, e entregavam a requisição. Antes disto ela fazia uma requisição em um determinado ponto. Procurava a chefia para aprovar. E [...] nós mudamos o processo. Nós fizemos com que a pessoa que fazia isto não precisasse realizar este procedimento. Se a pessoa é responsável ela pode ir ao almoxarifado, pode se identificar no almoxarifado, ir até a prateleira, como num supermercado, pegar o material, passar pelo *check out*, e identificar pela leitora o material retirado. Era só dizer onde iria ser aplicado e ir embora. Quem deveria estar assinando a requisição, vai estar olhando o que a pessoa está levando e para onde. Então trocamos burocracia por responsabilidade. Então o setor de materiais de 60 pessoas passou para 22. De 80 para 30. Eu olhava para minha mulher e falava, não vai ter lugar para mim. (Silêncio) O que de fato não teve. (Arquimedes).

Por fim, é implantado todo um processo de reestruturação da base técnica com maior mecanização da produção, informatização e adoção de estratégias de envolvimento de pessoal inspirados no chamado modelo japonês de gestão⁷.

Essas mudanças resultaram na maior mecanização do corte de cana-de-açúcar, superior a 95% em números atuais, e com expectativa de 100% na safra 2017-2018.

Em 2016 o grupo contava com 150 colhedoras de cana, das quais 53 apenas na unidade de Ribeirão Preto. Além disso, contava ainda com aproximadamente mil veículos entre transbordos, tratores, carregadeiras e caminhões de apoio operados por quase 3.000 profissionais⁸ em suas quatro unidades produtivas.

Desde a reestruturação de 2006 têm sido implantadas continuamente inovações tecnológicas relacionadas à agricultura de precisão, como monitoramento via satélite das áreas de plantio, utilização de GPS e máquinas agrícolas controladas por computador de bordo. Além disso, passou a ser utilizado um *software* de gerenciamento informacional administrativo⁹, ainda em operação, que possibilitou o agrupamento de setores industriais, produtivos e gerenciais diversos. De maneira contrária ao organograma empresarial clássico, baseado em intensa *departamentalização*, isto é, na divisão física de setores responsáveis por funções específicas do processo administrativo, como finanças, informática e controladoria, foi adotado um modelo de atuação conjunta desses setores, através de um único órgão administrativo, o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) em que os setores atuavam em um mesmo ambiente, dentro de conjunturas coletivamente estabelecidas. Esse princípio foi estendido à gestão dos setores industriais e da lavoura, sendo que ambos se organizavam como um único sistema, atuando de forma complementar.

O ideário das novas técnicas gerenciais tinha como ‘centralidade’ presumida a existência de um princípio igualitário que nortearia as relações de trabalho, objetivando fomentar um maior envolvimento dos trabalhadores e aumentar sua produtividade, existindo uma suposta equivalência de funções na empresa.

A descrição de cargos assumiu um caráter amplo, abandonando a ideia de cargos com funções específicas, investindo em sua polivalência com tarefas amplas e complexas, seguidas

7 O ‘Modelo Japonês’ consiste numa série de procedimentos de gestão do trabalho e da produção baseados nos ensinamentos de Taiichi Ohno, que por conta das particularidades do Japão no Pós-Guerra, como restrição de matérias primas, mão de obra e mercado consumidor, desenvolveu um modelo flexível. De forma geral, o modelo consistia na produção de mercadorias e produtos diversificados e com alto padrão de qualidade, fabricados a partir da formação de equipes de trabalho, compostas por trabalhadores multifuncionais, remunerados a partir do cumprimento de metas previamente estabelecidas pela empresa. Dentre os vários autores que trabalharam com a temática, ver, por exemplo, Coriat, (1993) e Wood, (1991).

8 O aumento de trabalhadores entre 2006 e 2016 é decorrente da aquisição da quarta unidade produtiva do grupo.

9 Trata-se do software da SAP (*Systems Applications and Products in Data Processing*), empresa alemã.

de uma significativa flexibilização da relação salarial, diretamente vinculada à execução dessas tarefas.

A estratégia de envolvimento da mão de obra implicou numa política de recompensas monetárias aos trabalhadores, uma ‘remuneração variável’, para os trabalhadores envolvidos diretamente com os processos agroindustriais. Tal política ainda se mantém, e pressupõe três formas diferenciadas de remuneração complementar ao salário nominal. A primeira, referida internamente como ‘bonificada’, constitui-se na premiação das equipes de trabalho que atinjam determinados índices de produtividade. É paga mensalmente, conforme a área e o tipo de atividade praticada. A segunda forma relaciona-se à conservação dos equipamentos pelos trabalhadores. Diz respeito ao cuidado e à busca em manter em pleno funcionamento todas as máquinas, equipamentos e ferramentas utilizados pelos trabalhadores no processo de plantio, cultivo, corte e transporte de cana-de-açúcar. Em 2016 essa prática era conhecida como ‘senso do dono’, constituindo um valor específico o qual é descontado quando o trabalhador provoca algum tipo de quebra ou avaria. Por fim, a terceira forma refere-se ao funcionamento do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPR).

A primeira forma era a mais desejada pelos trabalhadores por ser mensal, podendo representar um acréscimo de até 100% do salário nominal recebido. Iremos caracterizá-la a seguir, juntamente com os processos de conservação de equipamentos.

1.1. OS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA: A ASPERSÃO DE VINHAÇA¹⁰.

A equipe de trabalho analisada compunha-se de 39 trabalhadores, que se revezava em três turnos diários de oito horas. Eram responsáveis pela operação de quatro conjuntos de equipamentos, compostos por caminhões-tanques, tanques complementares, ‘rolos de mangueiras’ e ‘bicos’. Transportavam e aplicavam na lavoura o vinhoto, ou “vinhaça”, subproduto do processo de produção de açúcar e álcool, utilizado como fertilizante por ser rico em potássio, nitratos e matéria orgânica.

No processo de trabalho, o tanque de vinhaça carregado na usina e, anteriormente acoplado ao caminhão, era deixado na lavoura. Nele, se conectavam extensas mangueiras com uma distância aproximada de 400m que pulverizavam com ‘bicos’ grande parte do solo no período do plantio. Ao mesmo tempo em que um dos tanques era deixado na lavoura para realizar a aspersão da vinhaça, o outro era transportado para usina para realização de novo carregamento de vinhaça, de modo que a pulverização era ininterrupta. Os trabalhadores chamavam esse processo de transporte de ‘bate-volta’.

Os trabalhadores da equipe tinham como meta a realização de três mil viagens mensais, o que correspondia a 40 viagens para cada turno de oito horas, com duração de 30 minutos cada. O trabalhador era remunerado conforme o cargo ocupado dentro da equipe, sendo que o cumprimento da meta estabelecida pela empresa representava uma bonificação equivalente a 100% do salário de cada um deles.

Dos cargos associados ao processo de trabalho e presentes na equipe – motoristas, trato-ristas, ‘biqueiros’ e operadores de rolo – a remuneração nominal do motorista era a mais ‘substancial’ comparativamente. Ganhando a quantia de R\$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos) por hora de trabalho atingia, sem a ‘bonificada’, a soma de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Apenas a título de ilustração dos valores salariais praticados pela usina, na safra de 2005-2006, ano da coleta destas informações, o salário mínimo nacional era de R\$ 300,00. Se caso a equi-

¹⁰ “Aspersão de vinhaça” é a designação que se dá ao setor da área agrícola que na usina em questão tem como tarefa pulverizar a vinhaça pelos solos durante o período posterior à colheita e antes do novo plantio.

pe cumprisse a meta de três mil viagens mensais, o trabalhador poderia ganhar o valor mensal de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais). Contudo, cumprir a meta era impossível, uma vez que realizar 40 viagens para cada turno de oito horas de trabalho pressupunha um rígido procedimento de padronização de tempos e movimentos, na mais pura concepção taylorista, a não ocorrência de incidentes mecânicos ou qualquer outro acaso como uma simples conversa entre trabalhadores. O atraso de um minuto em cada uma das 40 viagens praticadas por turno resultaria em 120 (cento e vinte) viagens a menos, o que configuraria a perda de R\$ 200,00 (duzentos reais) na ‘bonificada’.

Além da ‘bonificada’, paga conforme os índices de produtividade, a empresa criou, para as equipes que atuavam com equipamentos de corte, transporte e plantio de cana-de-açúcar, premiação referente à conservação de equipamentos.

Caso não houvesse quebras provocadas por “operação intensa e desnecessária do equipamento”, o trabalhador teria o direito de receber mais R\$ 103,00 (cento e três reais – praticamente um terço do salário mínimo naquele momento) de bonificação. Em outros termos, a empresa responsabilizava os trabalhadores pelas possíveis – e prováveis – quebras de equipamentos, considerando o número de viagens necessárias para a realização das metas. Contudo, a possibilidade de se ganhar “um pouco a mais” atenuava a contestação por parte dos trabalhadores, porque o tempo de conversa entre eles, durante o processo de trabalho, era curto para que se discutisse outra coisa que não fosse produzir.

Os mecanismos acima descritos de complemento da relação salarial, tanto a bonificação, quanto a conservação de equipamentos continuam a ser praticados na usina, basicamente em todas as funções mecanizadas do campo. Em 2016 tinha deixado de ser um adicional e se tornado um desconto variável.

Um operador de colhedora mecânica de cana sintetiza o ‘senso de dono’

Todos os equipamentos que eu pegar eu tenho que cuidar e zelar por eles... Se caso eu estiver trabalhando com um equipamento, uma colhedora, e se eu provocar um acidente, (bater num elevador, amassar ou tombar a colhedora), então aí eu tenho um livro que todo dia 25 chega para nós, e lá tem uma tem um valor. Caso acontecer de bater elevador esse valor que está neste livro é perdido. (Paulo).

O pagamento relacionado à produtividade e à conservação de equipamentos torna a cobrança dessa produtividade questão entre os próprios trabalhadores, que atribuíam a si mesmos - e não à empresa - a responsabilidade pelo salário obtido.

A realidade acima descrita retrata de maneira clara o esfacelamento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores, contribuindo para ampliar a compreensão dos sentidos e efeitos da precarização do trabalho em si.

A precarização do trabalho pode ser percebida como um movimento de desconstrução da relação salarial (quer na sua deteriorização, quer na sua flexibilidade) e de desregulação da jornada de trabalho, sendo entendida, portanto, como “o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria” (Alves, 2011, p. 1).

As situações vivenciadas pelos trabalhadores, para além de revelarem simplesmente um processo de engajamento subjetivo (Zarifian, 2002), exteriorizam um sofrimento e sujeição muito grandes diante dos processos de flexibilização ora implementados. Apontam e exemplificam um processo crônico em relação ao próprio sistema capitalista em si, uma vez que ela, flexibilidade, é:

[...] inscrita num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando a obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração (Bourdieu, 1998, p. 124-125).

1.2. O TRABALHO DOS OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Embora a nomenclatura do setor passe a ideia de uma grande diversidade de trabalhos desenvolvidos, essa equipe tinha como atribuição específica a operação de equipamentos de ‘subsolagem’¹¹.

A equipe era composta por 18 operadores, que se revezava em três turnos diários de oito horas. Responsáveis pela operação de cinco tratores tinham por meta a ‘subsolagem’ diária de 23 hectares por equipamento, num total de 115 hectares, que eram previamente demarcados em mapas topográficos.

A equipe de operadores recebia como salário nominal R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais). Caso atingissem a meta estabelecida, tinham direito também a 100% de bonificação, R\$ 1.640,00 (mil seiscentos e quarenta reais). Entretanto, assim como no caso da equipe anterior, a obtenção de tal bonificação era impraticável. Segundo os trabalhadores a média de recebimento durante a safra 2006 não tinha ultrapassado R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), o que equivaleria em termos atuais a quatro salários mínimos.

A razão para tal insucesso, novamente, pode ser associada à impossibilidade de cumprimento da meta exigida uma vez que, diariamente, com funcionamento integral dos equipamentos e sem qualquer tipo de quebra, a equipe não conseguia subsolar área superior a 21 hectares. Os tratores se deslocavam a uma velocidade máxima de 5,6 km/h, tendo de cobrir uma área de 1150 km², e a equipe via em seu cumprimento parcial a garantia de permanência na empresa, uma vez que desempenhos muito inferiores à meta resultavam na dispensa de trabalhadores e, de forma explícita, na penalização dos demais colegas da equipe. Mais uma vez, ao associar o ganho real do trabalhador ao desempenho da equipe da qual fazia parte, a empresa transferia para a equipe a responsabilidade do salário recebido.

Para esses trabalhadores havia também uma complementação de um quinto do salário mínimo em valores atuais, caso não houvesse quebras resultantes de “desgaste desnecessário” na operação dos equipamentos. Qualquer quebra significava a perda integral desse montante.

Uma das consequências dessas metas inatingíveis (que são verificáveis em outros setores, como nos operadores de telemarketing, por exemplo) eram condutas individuais, que geravam enfraquecimento de laços de solidariedade no grupo, fomentando ainda estresse e vários outros problemas de ordem emocional entre os trabalhadores. Cobranças quanto à conservação de equipamentos, questionamentos quanto ao tempo perdido nas trocas de turno e a agilidade no processo de trabalho constituíam-se em pontos de atrito entre os trabalhadores.

Nas trocas de turno era fato corriqueiro que o operador – que estava iniciando o turno – fizesse uma inspeção minuciosa do equipamento, para localizar pequenos defeitos, desgastes de peças etc. avarias. Eram corriqueiras, também, quebras solucionadas pelo próprio operador, que de maneira geral recebia treinamento da empresa para isso, e não raras vezes, arcava com o valor do reparo – sem o conhecimento da empresa – a fim de evitar o prejuízo e a cobrança dos outros colegas.

11 ‘Subsolagem’ é o procedimento que consiste na utilização de tratores e arados especiais a fim de se evitar a compactação do solo. Durante o procedimento, realizado tanto na safra quanto na entressafra, o arado especial penetrava no solo, ‘estourando-o’, diminuindo a quantidade de ‘torrões’ e facilitando dessa forma a fixação de nutrientes.

A pressão para realização das metas resultava, como dito anteriormente, na responsabilização do trabalhador por suas perdas individuais e da equipe. Um exemplo reforça esse argumento: um trabalhador, ao realizar um reparo no arado do trator, teve a ponta de seu dedo mínimo esmagada. Como consequência, foi afastado do trabalho. Dias depois, ao passar por entrevista com o engenheiro de segurança da empresa – que tentou responsabilizá-lo pelo acidente – recebeu a proposta, considerada tentadora, de transferir para o banco de horas¹² o período referente ao seu afastamento. A tentação vinha do fato de que ao realizar tal troca, ele e ‘sua equipe’ não sofreriam perdas financeiras, já que a ocorrência de acidentes do trabalho com afastamento gerava perda tanto na ‘bonificada’ quanto na PPR¹³. Mesmo ciente de que isso significaria prejuízos individuais¹⁴, acabou aceitando tal permuta, mesmo porque, muitos colegas demonstraram-se temerosos quanto às perdas financeiras as quais a equipe estaria sujeita.

Essa prática – que parece ser corriqueira em outros setores produtivos em que ocorrem acidentes “de menor gravidade” – acontecia, segundo a empresa, por iniciativa dos próprios trabalhadores, em contramão das normas internas de segurança e higiene do trabalho.

Para Druck e Franco (2011), entretanto, tal realidade é uma característica indissociável no capitalismo flexível.

Segundo as autoras:

O terceiro tipo de precarização social refere-se às condições de (in)segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas. Um importante indicador dessa precarização é a evolução do número de acidentes de trabalho no país, mesmo que reconhecidamente sejam estatísticas sub-registradas. (Druck; Franco, 2011, p 49).

Dessa forma, é impossível não creditar tal prática à gestão flexível na qual, em tese, é possível ganhar sempre mais. É a troca da saúde, do direito, da estabilidade pelo “desempenho do grupo”, que depende dos próprios trabalhadores.

Mais uma vez para as autoras:

[...] os estudos microssociais em empresas e organizações, no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, definem uma “psicopatologia da precarização”, produto da violência no ambiente de trabalho, gerada pela imposição da busca de excelência como ideologia da perfeição humana, que pressiona os trabalhadores ignorando seus limites e dificuldades, junto a uma radical defesa e implementação da flexibilidade como “norma” do presente. (Druck; Franco, 2011, p 49).

12 O Banco de Horas é um dos grandes mecanismos de flexibilização do trabalho. Consiste na extinção, mediante convenção coletiva, do pagamento de horas-extras, e na compensação dessas horas dentro do prazo de um ano. No caso da empresa estudada, a compensação das horas-extras acontece nos períodos de entressafra, a critério do empregador.

13 PLR (ou PPR, no caso da usina que aqui se estuda) Programa de Participação nos lucros e resultados. Para Krein (1999) o PLR constituiu uma das principais medidas institucionais de mudança no sistema de relações de trabalho ocorridas durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Embora a PLR fosse também uma reivindicação histórica do sindicalismo, a sua implantação significou flexibilização do trabalho, pois sua remuneração passa a ser condicionada por seu desempenho.

14 Segundo o artigo 118 da Lei 8213 e Súmula 378 do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado afastado por acidente do trabalho tem direito à estabilidade de um ano após o retorno de suas funções. O registro de acidentes pode também ensejar pedidos de indenização na Justiça do Trabalho. Ao ‘aceitar’ que as horas de afastamento fossem transferidas para o banco de horas, o trabalhador isentou a empresa dessas responsabilidades.

A disseminação da ideia segundo a qual “não é a empresa que está deixando de pagar, mas sim a equipe que está deixando de ganhar” - como sintetizou um trabalhador, parece ter sido incorporada pela equipe que, apesar das oito horas sem descer da máquina, considerava o recebimento da ‘bonificada’ algo positivo, corroborando a perspectiva desenvolvida por Zarifian (2002) quanto ao engajamento da subjetividade operária.

Segundo o autor

[...] é o próprio assalariado quem irá acionar sua atividade de trabalho (assalariado) e modular os momentos em que o fará. Mas isso supõe um forte compromisso de sua parte: ele deve por si mesmo se obrigar a fazê-lo. Não há uma hierarquia disciplinar fisicamente localizada por trás dele para lhe dizer o que fazer. (Zarifian, 2002, p. 65).

Em 2016 esses mecanismos continuavam, com uma percepção mais positiva dos trabalhadores quanto à possibilidade de cumprimento das metas, ajustando suas aspirações com as da organização e minimizando os conflitos.

Um operador de colhedora mecânica em 2016 tinha salário nominal de aproximadamente R\$ 3.000,00 (três mil reais). Caso cumprisse a meta de “puxada de 190 toneladas por mês” teria a ‘bonificada’ de mais R\$ 2.000,00 (dois mil reais) acrescentada em seu pagamento.

A “puxada de 190 toneladas por mês” é, na verdade, uma especificação para os operadores das colhedoras de cana de uma meta global que é disseminada pela usina a todos seus ‘colaboradores’, que parecem assimilá-la por completo.

Nas palavras de um deles:

A meta da usina e total de moagem de cana para o final da safra. Essa meta é compromisso nosso com a usina de atingir os 10 milhões de toneladas no fim da safra. Eles pedem para gente fazer o máximo pra soltar de quatro cinco caminhões carregados por hora, pra manter as moendas da usina rodando. Essa é a meta que temos que atingir. E sempre como eles pedem... com muita segurança. (Paulo).

1.3. OS TRABALHADORES DO SETOR ADMINISTRATIVO

Com relação aos ‘colaboradores’ mais graduados observou-se a implantação da remuneração flexível dentro de processos mais complexos de funcionamento e de difícil compreensão para eles. Comparada à ‘bonificada’ paga aos trabalhadores da área agroindustrial, a remuneração flexível paga ao pessoal do setor administrativo não representava grande complemento ao salário nominal, muito embora o cumprimento de suas metas fosse, também, condição fundamental de permanência na empresa, posto que envolvia análise de desempenho individual. Faltas injustificadas e mesmo excesso de faltas justificadas (licenças legais, como atestado médico etc), por exemplo, representavam perda tanto na remuneração flexível paga mensalmente quanto na PPR paga anualmente.

Dessa forma, os trabalhadores das áreas administrativas tendiam a não se entusiasmar tanto quanto à possibilidade de ganhos adicionais advindos do estabelecimento de metas produtivas, principalmente por conta da dificuldade de compreensão dos indicadores das metas de produção e pela insignificância monetária das premiações. Mas eram os que demonstravam possuir maior compreensão sobre o processo de precarização das condições de trabalho decor-

rentes do estabelecimento das metas produtivas. Por conta dos ganhos irrisórios obtidos mensalmente, alguns desses trabalhadores entrevistados tendiam a ver como positivos apenas os ganhos advindos do PPR. O ganho dos setores administrativos nesta modalidade de flexibilização salarial quase sempre é decorrente do resultado ‘global’ da empresa. Ou seja, os funcionários dos setores administrativos ganhavam, segundo afirmavam, por conta do desempenho dos outros, operadores de máquinas e trabalhadores das áreas industriais.

O caso de um trabalhador do setor de Logística é ilustrativo. Possuidor do cargo de “Analista de Expedição”, dentre suas atribuições estavam aquelas relacionadas às atividades de controle dos processos de ensaque de açúcar, armazenamento, embarque e expedição de açúcar e álcool. Ao salário nominal era acrescido um percentual equivalente a mais de um terço do salário mínimo caso as metas relacionadas à OLA (Organização, Limpeza e Arrumação), Segurança (não ocorrência de acidentes), Continuidade do Processo (não interrupção dos procedimentos), *Performance* de Carregamento de Álcool e Açúcar (precisão nas quantidades comercializadas) fossem integralmente cumpridas.

O valor acima nunca foi atingido com os trabalhadores do setor recebendo pequenos montantes como ‘bonificada’. De qualquer forma, era sobre o desempenho individual, confrontado com a consecução das metas, que se estabelecia o critério para a avaliação de desempenho do trabalhador.

Paga anualmente, a remuneração flexível relacionada ao desempenho trazia consigo outra estratégia implícita de envolvimento, haja vista que a empresa adotava o critério de autoavaliação de desempenho, ou seja, era o próprio trabalhador que se avaliava diante do cumprimento de suas atribuições no espaço de um ano (muito embora sua autoavaliação fosse referendada por supervisor imediato, a fim de se evitar possíveis distorções). Os critérios dessa autoavaliação, exclusiva aos trabalhadores considerados “da área administrativa”, diziam respeito à análise das habilidades técnicas (atributos necessários para o desempenho da função) juntamente com o comportamento pessoal do trabalhador. Sentindo-se ‘ouvido’, e consciente dos padrões de comportamento esperado pela empresa, o trabalhador trabalharia mais e se moldaria aos padrões da cultura organizacional, mesmo porque avaliações negativas poderiam custar o descontentamento por parte da gerência e, em consequência, na sua demissão.

Mais que isso, entretanto, o pagamento por desempenho constituía maior incentivo para a emergência de condutas ‘adequadas’ aos padrões da empresa, além de que, o desempenho individual positivo era ponto de medição de outra modalidade de remuneração flexível, o PPR. Dessa forma criou-se entre os trabalhadores do setor uma rígida cobrança quanto ao cumprimento de processos e posturas inerentes a cada um dos cargos, já que isto resultaria em boa ou má “Satisfação do Cliente Interno”, um dos critérios de maior peso no referido programa. Questionado sobre tal pressuposto, o trabalhador usou a seguinte expressão para caracterizar essa estratégia de envolvimento: “pressão e pressão: da empresa e dos colegas”.

Em 2016 restabelecemos o contato com esse trabalhador. Está em sua terceira usina, tendo ocupado cargos equivalentes daquele exercido na usina aqui estudada. A pressão vivenciada naquele momento não é mais tão vívida em sua memória. Questionado sobre sua atual condição de remuneração do setor afirmou: “Acredito que a usina que paga melhor é aquela que está melhor, ou seja, a Usina (...) como o Grupo (...) devem ser as que melhor remuneram”.

2. O ENVOLVIMENTO DOS “COLABORADORES”

Observaram-se grandes diferenças no tratamento dado aos trabalhadores. Para aqueles situados em níveis hierárquicos mais baixos, procedimentos de remuneração flexível extrema-

dos – associados a metas produtivas, de fácil compreensão, mas de impossível execução, que premiam a equipe, independentemente do comportamento individual – que podem configurar parte considerável do ganho desse trabalhador. Para os trabalhadores mais qualificados, estabelecimento de remuneração flexível menos significativa, que em si mesma não despertaria interesse, exceto pelo fato que com base em indicadores está embasada a avaliação de desempenho do trabalhador e de premiação da equipe. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: fragmentação dos laços de solidariedade e de possibilidade de articulação dos trabalhadores, intensificação do trabalho e individualização. Embora o trabalho ocorra em equipe, isso não significa um fortalecimento da identidade dos trabalhadores entre si. Ao contrário, vincula-se a responsabilização desse mesmo trabalhador como estratégia de gestão.

A rotinização de tais posturas tem propiciado à empresa resultados satisfatórios no que diz respeito à produtividade alcançada, destacando os recordes de produtividade alcançados seguidamente, quando se analisam os balanços anualmente divulgados.

A instituição de metas, a formação de equipes, a responsabilidade a elas atribuídas, bem como a ideologia disseminada reflete a teoria de gestão aplicada fundamentada no toyotismo, devidamente adaptado. O toyotismo propõe a flexibilização dos processos produtivos, como forma de organização da produção e do trabalho visando aumentar a produtividade da economia japonesa. Dentro do espectro produtivo, busca-se a diversificação de produtos, prontos a atender os mais diversos mercados apenas no momento em que estes passassem a ser demandados. A introdução do Just in Time permitia a redução dos estoques e um melhor controle dos recursos utilizados evitando assim desperdícios. A flexibilização é complementada pela introdução de um modelo bem específico de gestão do trabalho, caracterizado pela formação de equipes de funcionários – recompensadas e motivadas por metas produtivas – cujos trabalhadores passassem, individualmente, a realizar um conjunto bastante amplo de tarefas e atividades, em contraposição à especialização fordista (Coriat, 1993)

Nesse ponto, cabe destacar outra informação relevante quando observamos a realidade dos operadores de colhedoras de cana-de-açúcar. No período da entressafra, são esses os trabalhadores responsáveis por toda a manutenção do equipamento utilizado. Realizavam todo o desmonte, reparos, substituição de peças danificadas ou desgastadas e manutenção de maneira geral. Além disso, durante a safra, são eles os responsáveis por qualquer tipo de reparo – do mais simples ao mais complexo – que o equipamento necessite.

Sem possuírem a formação de mecânicos, tal ‘polivalência’ só foi possível por conta dos treinamentos específicos concedidos pela empresa a esses trabalhadores. O que pressupunha o mínimo de trinta horas de formação por trabalhador¹⁵, dentro da lógica da formação permanente.

Quando observado o contínuo 2006/2016, percebemos uma alteração dessa responsabilidade. Em 2006 uma equipe de três operadores era responsável pela manutenção de apenas uma colhedora, tanto na safra quanto na entressafra. Em 2016, são quatro operadores e um mecânico os responsáveis pela conservação e reparos de duas colhedoras.

Essa associação entre o *Just-in-Time* e os sistemas de controle de qualidade presentes no discurso empresarial integra a ‘gestão participativa’ na qual se insere o maior envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo, garantia de maior produtividade com menores custos.

Antunes (2003) aponta a real dimensão acerca desses processos no que concerne aos efeitos nos trabalhadores. Para além da intensificação e da aceleração da exploração do ritmo de trabalho – pontos atingidos pelo modelo japonês através da flexibilidade da produção e da multifuncionalidade do trabalhador e no trabalho em equipe – pode-se dizer que o toyotismo implica, de forma distinta em relação ao padrão fordista, uma lógica de formação de consenso,

15 Segundo informações prestadas pela área de Recursos Humanos da empresa.

aparentemente envolvente e participativa, porém, essencialmente manipulatória. Nessa mesma perspectiva, Druck e Franco (2011), quando se referem ao atual momento da acumulação flexível, se referem à precarização como uma estratégia de dominação.

Seja como for, no caso da grande usina aqui estudada, é na implementação do programa de Participação nos Lucros e Resultados (tratado como PPR no grupo do qual essa empresa faz parte) que ocorrerão os efeitos mais significativos do processo de reestruturação produtiva.

2.1. O PPR E A MATERIALIZAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DOS TRABALHADORES

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPR), pago semestralmente, envolvendo todas as áreas da empresa, constituía-se em mais uma das ‘estratégias de envolvimento’ e manipulação utilizadas para direcionar a iniciativa dos trabalhadores.’

A instituição do PPR na Empresa ocorreu pela primeira vez em 1998. Desse momento até a safra 2005/2006, o programa foi organizado mediante o estabelecimento de indicadores e metas operacionais.

A partir da safra 2006/2007, entretanto, além dos indicadores operacionais, relacionados a índices de produtividade, a empresa passou a incluir, dentro de seus pontos de aferimento para premiação do programa, o resultado operacional final, isto é, a diferença entre despesas e receitas do período.

Se por um lado a adoção desse critério tendia a parecer benéfica na medida em que a premiação dos trabalhadores associava-se aos lucros obtidos pela empresa, por outro seu cumprimento era incerto, uma vez que a ideia de ‘lucro’ dizia respeito ao resultado operacional global da empresa. Dessa forma, se os trabalhadores atingissem 100% das metas estabelecidas, mas a empresa tivesse resultados operacionais ‘globais’ negativos (decorrentes, por exemplo, das tradicionais oscilações do mercado de açúcar e álcool), esta desobrigava-se a efetivar o pagamento aos trabalhadores.

Para realização do programa, a empresa distribuiu seu quadro funcional em dois grupos: o que leva o nome da própria Empresa, que chamaremos de Grupo Agroindustrial e o grupo do qual fazem parte os trabalhadores do que definiremos por Grupo Administrativo. O Grupo Agroindustrial era composto por trabalhadores vinculados à indústria, transportes, atividades correlatas a estas e, pelos trabalhadores rurais: safristas (cortadores de cana) e entresafristas.

Embora no momento inicial de implantação do programa houvesse a distinção dos trabalhadores rurais dos demais trabalhadores do Grupo Agroindustrial, a empresa viu na unificação dos trabalhadores dentro de um mesmo grupo de premiação uma medida adequada enquanto estratégia de envolvimento e motivação. Para esse grupo foram instituídos os seguintes indicadores:

a) Produção anual de UNICOP’s¹⁶: indicador cuja meta consistia no aumento em relação a safras anteriores. No período estudado a meta era de 18.704.383 UNICOP’s.

b) Aproveitamento de tempo: indicador em que interagem os setores de colheita, transporte e processamento da cana-de-açúcar, objetivando a redução do tempo de realização de toda a safra. A meta para a safra de 2006-2007 período foi de 97% ou seja, esperava-se que o tempo de safra fosse reduzido em 3%;

c) Índice Orçamentário: Exigência quanto ao cumprimento integral do orçamento planejado;

¹⁶ Unidade Copersucar. Utilizada para equalizar quantidades produzidas. Converte toda a produção (açúcar, álcool, bagaço, etc) em uma única unidade de medida. 1 UNICOP = 50 sacas de açúcar cristal.

- d) Acidente de Trabalho: em que se objetivava a redução da ocorrência de acidentes;
- e) Resultado Operacional: desempenho global da empresa.

Para o Grupo Administrativo foram estabelecidos os seguintes indicadores:

- a) Satisfação do Cliente Interno: Indicador em que eram aferidas as atuações dos trabalhadores dos setores do grupo no atendimento das necessidades internas de outros setores;
- b) Ganhos com Negociação: Análise do desempenho dos trabalhadores com relação a negociações com fornecedores agrícolas, de equipamentos, máquinas etc. Visava a redução de gastos com tais procedimentos;
- c) Orçamento: assim como o grupo agroindustrial, esperava-se o cumprimento integral do orçamento planejado;
- d) Resultado Operacional, desempenho global da empresa.
- e) Qualidade dos Processos: mensurado mediante a realização de auditorias periódicas (internas e externas) nos processos desenvolvidos pelo setor.

Embora sem acesso à evolução dos indicadores do PPR, pode-se afirmar que algumas características tornavam a empresa diferenciada na comparação com outras na percepção dos trabalhadores da região, conforme relatado por representantes dos sindicatos das categorias. Em primeiro lugar, a PPR da empresa levava em consideração não apenas o salário nominal dos trabalhadores, mas também as variações decorrentes da premiação de outros procedimentos. A PPR baseava-se, portanto, na média salarial de todos os ganhos do trabalhador, e não no lucro obtido pela empresa em si, contrastando, portanto, com o que a própria disposição legal estabelece.

Na premiação aos cortadores de cana encontrava-se outro fator diferencial da empresa, já que não se associava a indicadores do corte manual, o que em tese reduziria pressão sobre estes trabalhadores quanto ao aumento de produtividade e ao excesso de trabalho.

Por último, e talvez mais significativo, a premiação em si, que de forma específica vinculava-se aos resultados operacionais. Na safra 2006/07, como recompensa à quebra de todos seus recordes de produtividade, a Empresa recompensou seus trabalhadores, através da PPR, com remuneração equivalente a 1,9 vezes o salário de cada um, o que equivaleria, grosso modo, ao pagamento de um 14º e 15º salários.

Na divulgação oficial de seus resultados operacionais para o mercado, a usina estuda afirma que:

A (...) reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização. A ferramenta de remuneração variável mensal aplicada à área produtiva agroindustrial evidencia o reconhecimento pela entrega e superação das metas, propiciando ganhos superiores em relação ao mercado. O Programa de Participação nos Resultados, por sua vez, estabelece o limite de dois salários anuais a todos os profissionais celetistas para o atingimento das metas organizacionais e setoriais estabelecidas. (Relatório da Administração. (...) 26 jun. 2017).

A prática foi contrasta com as políticas salariais praticadas por outras empresas do setor, em que inexistem tais pagamentos.

“Já passei por três outras usinas e nenhuma delas pagava 14º e 15º salários”, afirmou o analista de expedição entrevistado em 2006 e contatado agora em 2016.

Se observamos na flexibilização da relação salarial da empresa uma ferramenta eficaz de envolvimento do trabalhador com as metas organizacionais, vimos também que as recompensas financeiras na percepção de alguns trabalhadores dentro e fora dessa organização são vistas como positivas, diferencial.

A reestruturação da empresa e o relacionamento com seus ‘colaboradores’ teriam dado origem a um local em que os trabalhadores passaram a ‘gostar de trabalhar’ evidenciando o engajamento subjetivo tal como discutido por Zarifian (2002) e reiterado, por exemplo, por Gorz(2003), o qual afirma:

[...] a organização pode ser modificada de maneira que os operários gostem do seu trabalho, esposem os objetivos da empresa e mobilizem as reservas de produtividade e de saber que habitualmente reservam para si. (Gorz, 2003, p. 68).

Para além do simples ‘gostar de trabalhar’, há que se considerar, na verdade e de forma muito mais contundente, a inegável eficácia dos processos de flexibilização do trabalho enquanto instrumentos de envolvimento da subjetividade os trabalhadores.

3. CONSENTIMENTO E RESISTÊNCIA

Dentro da reestruturação implementada pela empresa é interessante analisar a maneira como os trabalhadores e sindicatos compreenderam e se posicionaram sobre o esse processo. A resistência que se poderia esperar diante um processo de nítida intensificação e precarização do trabalho parece ser substituída por uma lógica de escolha racional e consentimento, tanto por parte dos trabalhadores quanto dos sindicatos.

Quem resume tal conjuntura é o Gerente de Recursos Humanos da empresa, no depoimento abaixo:

À medida que as novas ferramentas eram implantadas, apesar da resistência inicial, não foi difícil as pessoas acreditarem que estávamos transformando a empresa para uma coisa melhor. [...] Participei ativamente na equipe de RH promovendo e implantando ferramentas modernas de gestão que permitiram o alinhamento, o engajamento e a obtenção de resultados extraordinários por parte das pessoas. Participação nos Resultados, Remuneração por Competências, Prêmios por Produtividade e Qualidade, reestruturação de cargos, salários e pacote de benefícios, além de treinamentos técnicos e comportamentais diferenciados para todos, foram as principais ferramentas que contribuíram na transformação organizacional e cultural. (C.)

Perguntado a respeito da atuação dos sindicatos diante do processo de reestruturação implementado na grande usina, uma vez que em nenhum momento houve qualquer manifestação espontânea por parte dele em relação aos sindicatos, o gerente afirmou que houve uma ampla colaboração diante dos procedimentos de reestruturação implantados pela empresa. Teria havido uma mudança de atitude marcada pela cooperação e o bom relacionamento. Em outras palavras, a reestruturação estaria pautando o movimento sindical, que mostraria bom senso na forma de como reagir às mudanças.

Crítico da nova forma de atuação sindical, Antunes (1997), afirmava que os sindicatos

[...] operam um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Esquecem a luta pelo controle social da produção, tão intensa nos anos 60/70, e subordinam-se à ação pela emancipação dentro da ordem. Tramam sua ação dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra (como tendência dominante) nos seus órgãos de representação sindicais e partidários, disposição de luta anticapitalista. (Antunes, 1997, p.107).

Por essa análise, os sindicatos seriam negligentes em relação ao que as empresas do setor vinham fazendo, por não observarem a real medida e o significado que os procedimentos de flexibilização traziam ao trabalhador, quais sejam, a precarização das condições de trabalho. Aceitariam tais processos enquanto forma de *emancipação dentro da ordem*, haja vista alguns ganhos financeiros que tais programas proporcionariam, muito embora intensificassem e precarizassem o trabalho em si.

Contudo, a atuação dos sindicatos deve ser analisada nas situações concretas dos processos de reestruturação empresarial. A empresa passou, no início dos anos 1990, por um processo de reestruturação, que significou uma redução radical dos postos de trabalho e um acúmulo de funções. Dessa forma, a atuação sindical, que nas décadas anteriores lutava por ampliação de direitos, com a reestruturação produtiva e a eliminação dos postos de trabalho, passou a atuar na defensiva na luta pela manutenção de um conjunto mínimo de direitos.

Analisando a conjuntura político-econômica do governo FHC (1995-2002), Santana (2002) afirma que:

A conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo altas taxas de desemprego, não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo nacional, principalmente aquele mais combativo, organizado na CUT. A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira na rede global. Tal processo incrementou a reestruturação das empresas e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical. Em muitos casos, isso se deu através da precarização das relações de trabalho, diminuindo o já diminuto setor formalizado das relações de trabalho. Por seu turno, a estabilidade econômica diminuiu em muito a capacidade catalisadora do tema salarial, atenuando uma forte bandeira sindical. (Santana, 2002, p.40-41).

Nesse sentido, a aceitação do PPR aconteceu, na opinião do Sindicato dos Motoristas, Tratoristas e Operadores de Máquinas Agrícolas¹⁷, como forma de amortizar os prejuízos decorrentes da redução salarial da categoria nos anos 1990. Para o sindicato, a PPR, longe de se constituir em unanimidade, foi a maneira encontrada para diminuir as perdas salariais do referido período. Tais programas consistiriam apenas em um ‘ganho a mais’, que não alteraria a realização das tarefas da categoria. A posição desse sindicato se contrapõe ao Sindicato dos Empregados Rurais, que analisava a implementação de tais programas como uma ferramenta reversa que aumentava a exploração do trabalhador. Para este, toda e qualquer forma de remuneração por produtividade tenderia a ser nociva, dada a radical submissão do trabalhador a um trabalho por si só extremamente penoso. A explicação das mortes nos canaviais da região seria decorrente, além da intensificação do trabalho, das próprias condições de vida destes traba-

¹⁷ Sindicato vinculado à Força Sindical, atuante nas cidades da região onde estão localizados os trabalhadores da empresa. Era responsável pela representatividade dos trabalhadores envolvidos com a operação de máquinas agrícolas, tratores, caminhões.

lhadores como o precário acesso à moradia e à alimentação. Assim a ‘modernização’ representada por esses programas, aumentou a precarização de um trabalho historicamente precário.

Quanto aos procedimentos de flexibilização da remuneração a perspectiva dos sindicatos tendia a ser mais uniforme. Havia um consenso de que o pagamento pela obtenção de metas era em si prejudicial quando comparada à retração de outros direitos do trabalhador. Nesse sentido, havia um questionamento quanto ao fato destes valores não serem agregados ao salário real dos trabalhadores, ou seja, ao 13º salário, férias, FGTS e em muitas rescisórias.

Outro ponto criticado pelo Sindicato dos Motoristas, Tratoristas e Operadores de Máquinas Agrícolas, dizia respeito aos critérios de pagamento da remuneração flexível. Considerava que o estabelecimento de metas por equipe fragilizava a união dos trabalhadores, aumentava os conflitos, além de ser injusta. Defendia que a produtividade deveria ser paga mediante critérios individuais e não coletivos. Questão que não se coloca para o Sindicato dos Empregados Rurais, para o qual toda a forma de pagamento por produtividade é nociva.

Em comum, os dois sindicatos reconheciam que os trabalhadores eram favoráveis a esses procedimentos, sobretudo à ‘bonificada’ paga pela empresa, e que consideravam os critérios claros e pontuais quanto à concessão dessas remunerações, além de serem mais elevadas comparadas a outras empresas do setor. Ao mesmo tempo em que eram conscientes quanto aos processos de intensificação do trabalho.

Ramalho (2000), ao discutir a questão da flexibilização num contexto de reestruturação afirma que essa análise deve ser relativizada, haja vista que certos grupos de trabalhadores podem considerar como vantajosos determinados aspectos do processo de flexibilização. Para esse mesmo autor a noção de “precarização”, ainda que genericamente enseje a degradação das condições de trabalho do novo padrão flexível, não capta o significado positivo que tenha um emprego, mesmo que precário.

Em outras palavras, essa positividade deve ser vista frente ao desemprego ou a falta de perspectivas, o que se altera conjunturalmente em situações de crescimento econômico e de aumento da demanda por força de trabalho.

Nesse mesmo sentido, Druck e Franco (2011) afirmam que:

Afirmar que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação. [...] força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. (Druck e Franco, 2011, p.43).

Assim, para os trabalhadores haveria uma melhor remuneração e com isso, as condições de trabalho estariam melhores do que nas décadas anteriores. Tal percepção foi refletida por todos os funcionários da empresa entrevistados durante a realização da pesquisa. A comparação que realizaram com os trabalhadores de outros períodos é facilmente constatável pelo fato desta empresa possuir um histórico de contratações de filhos de funcionários. Haveria, portanto, certa aceitação com relação a esses procedimentos, que resultavam, em grande medida, na diminuição do poder de barganha dos sindicatos. Por fim, deve-se se considerar também o fato desses trabalhadores terem experimentado épocas mais difíceis e o medo de retornar a elas contribui para uma maior docilidade e menor resistência. Não haveria, dessa forma, uma um simples processo de concordância com os preceitos de “emancipação dentro da ordem”.

CONCLUSÃO

A flexibilização da produção – e das relações de trabalho que a acompanham – incorpora os diversos setores produtivos no que seria a forma moderna de gestão. Introdução permanente de novas tecnologias, redução de custos, aumento da competitividade, intensificação do trabalho, polivalência e multifuncionalidade são suas palavras de ordem.

Em 2006 foi possível verificar a fase inicial da implantação desses mecanismos em uma das mais representativas usinas de açúcar do Brasil. Dez anos depois pudemos observar sua plena continuidade, confirmando a generalização de um modelo reestruturante de gestão do trabalho e dos trabalhadores, implantado no Brasil, na verdade, desde a década de 1990.

Na agroindústria a padronização de tarefas e a mecanização têm sido acompanhadas por um lado, pela radical utilização de força de trabalho, por outro, pela introdução de máquinas e equipamentos tecnologicamente avançados que exigem do trabalhador um maior conhecimento técnico para operá-las. Para os trabalhadores que permaneceram após a ou as reestruturações, técnicas de envolvimento, a fim de que estes ‘vistam a camisa’ da empresa, e processos de gestão mais participativa são implantados.

Os trabalhadores tornam-se ‘colaboradores’, o trabalho passa a ser realizado por equipes que assumem a responsabilidade das metas estabelecidas pela empresa. A responsabilização das equipes por seus ganhos é a forma de transferir para o trabalhador individual a culpa pelas perdas salariais, pelas quebras de máquinas, por seu não envolvimento. A disciplina se torna mais sutil, não é mais necessário o capataz para impô-la. As metas e os companheiros de equipe fazem o serviço, além da sua interiorização. Conversar significa perder tempo, não atingir as metas, ganhar menos. A remuneração flexível, os prêmios atuam no engajamento subjetivo dos trabalhadores (Zarifian, 2002).

Engajamento este que, ao mesmo tempo em que pressupõe consentimento, não elimina possíveis formas de resistência (Burawoy, 1982). O trabalhador reconhece que ganha mais, mas trabalha mais. Talvez não se mobilizem tanto, mas isso não significa que não percebem o que acontece. Tem consciência da precariedade da vida e do trabalho no dia a dia demonstra isso, mas também gosta de sentir participante, mesmo que de forma subordinada e ilusória, de ganhar mais, se achar responsável pelo que faz. Daí a sensação de estar bem com o trabalho que tem, frente às poucas alternativas que encontra no mercado. Tal como todas as relações sociais, a precarização só pode ser entendida de forma comparativa e relacional, o que explica o maior ou menor engajamento do trabalhador, sua maior ou menor resistência, sua maior ou menor mobilização.

Recebido em: 25/03/2017

Aprovado em: 02/05/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Estudos do Trabalho*, Ano V, Número 8, Marília, UNESP, 2011. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>.> Acesso em 15 out. 2015.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 2003.

- _____. Para onde vai o mundo do trabalho? In: ARAÚJO, A.M.C. (Org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: Um balanço da História Social Brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.
- BOURDIEU, P. A precariedade está em toda a parte. In BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BURAWOY, M. *Manufacturing Consent*. Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- CORIAT, B. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção. In HIRATA, H., *Sobre o “modelo” japonês*. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: EDUSP, 1993.
- DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Trabalho e precarização social. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n.spe1, p. 09-13, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 set. 2017.
- GORZ, A. *Metamorfozes do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- KREIN, J. D. Reforma do sistema de relações de trabalho no Brasil. In *Emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.
- RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00112582000000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 set. 2016.
- SANTANA, M. A. O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980/2000: do Ressurgimento à Reorientação. In: *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer III, 2002.
- WOOD, Stephen. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (6), out., 1991. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_03.htm>. Acesso em: 2 set. 2016.
- ZARIFIAN, P. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 64, p.23-31, nov. 2002.

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

TECENDO CAMINHOS, OCUPAÇÕES E PERCEPÇÕES – A DIVERSIDADE DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS TEMPORÁRIOS DO NORTE DE MINAS GERAIS

Lívia Tavares Mendes Froes

RESUMO

Este texto aborda a mobilidade a partir das perspectivas de trabalhadores rurais temporários de Rio Pardo de Minas, norte do estado de Minas Gerais. Baseada em pesquisa desenvolvida juntamente com esses trabalhadores, a análise apresentada considera a diversidade de experiências tendo em vista as distintas faixas etárias, estado civil, modos de assalariamento, destinação do rendimento obtido, e os modos de percepção e de sentimento quanto ao período em que os trabalhadores estão distantes das famílias. A prática do deslocamento é compreendida não somente enquanto um meio para assalariamento, mas enquanto experiência que possui um valor em si, constituinte de aprendizados e habilidades valorizadas positivamente nas redes de relações que estabelecem.

Palavras-chaves: Trabalhadores rurais, Mobilidade, Trabalho Temporário

WEAVING PATHS, OCCUPATIONS AND PERCEPTIONS - TEMPORARY RURAL NORTHERN MINAS GERAES STATE WORKERS'S DIVERSITY OF EXPERIENCES

ABSTRACT

This text addresses mobility from the perspectives of temporary rural workers in Rio Pardo de Minas, northern Minas Gerais. Based on research developed with these workers, the analysis presented considers the diversity of experiences taking into account variables as the different age groups, marital status, wage types, income allocation, and modes of perception and feeling of the time they spend away from their families. The practice of displacement is understood not only as a means of wage employment, but as an experience that has value in itself and as a constituent of positively valued learning and skills in the networks of relations that they establish.

Keywords: Rural Workers, Mobility, Temporary Work.

INTRODUÇÃO

A organização da vida familiar e comunitária, em diversas localidades rurais do país, é orientada por partidas e chegadas de seus membros. Em Água Boa II, comunidade rural localizada no norte do estado de Minas Gerais, pertencente ao município de Rio Pardo de Minas¹, o cotidiano das pessoas é permeado por redes de relações que compõem um universo local que está interconectado a referências distintas e que ultrapassa os limites geográficos da comunidade. A inserção em determinados vínculos de trabalho assalariado temporário, que impõem o distanciamento prolongado em municípios distantes na maioria dos casos estudados, pauta-se por obrigações e responsabilidades estabelecidas pelas relações locais, principalmente as de parentesco e as de conjugalidade.

Por ser uma prática que não é exclusiva desse grupo de trabalhadores, o distanciamento prolongado e a subsequente compreensão da mobilidade espacial da população do campo tem direcionado o interesse de pesquisadores brasileiros há décadas (Durham, 1984; Martins, 1985, 1988; Amaral, 1988; Garcia, 1990; Ribeiro e Galizoni, 1996; Silva, 1999; Felix, 2008; Woortman, 2009; Guedes, 2013). Os argumentos produzidos a respeito do que se convencionou denominar migração interna, sazonal ou definitiva, correntes migratórias, fluxos migratórios, mobilidade, deslocamentos espaciais, e assim por diante, variam consideravelmente; do mesmo modo, essas denominações correspondem a abordagens teóricas que fundamentam a compreensão da diversidade de contextos sociais, culturais, políticos, históricos e econômicos. Perante a diversidade de perspectivas analíticas e critérios que orientam tais pesquisadores, identifiquei o reconhecimento geral de que a mobilidade espacial é uma prática recorrente da população do campo no Brasil.

Baseada em pesquisa realizada junto a trabalhadores rurais residentes em Água Boa II e na sede do município de Rio Pardo de Minas², abordo, neste texto, a mobilidade a partir das perspectivas dos trabalhadores³.

Para tanto, alguns questionamentos orientaram esta análise: Quem vai? Para onde? Como? Em que ciclo de vida (solteiro, casado, pai de família recém constituída, pai de família já formada) tende a se deslocar? Como isso interfere na alocação do rendimento obtido no assalariamento temporário? Como se estabelecem alternativas de vinculação ao assalariamento? O que sentem esses trabalhadores? Deste modo, almejo evidenciar as singularidades e multidimensionalidades de uma prática tão repetidamente tratada na literatura especializada.

A análise ora apresentada apoia-se em etnografia e entrevistas gravadas nos anos de 2010 e 2011, na comunidade rural Água Boa II, no município de Rio Pardo de Minas e também na cidade de São Sebastião do Paraíso (região Sul de Minas).

Parte considerável do trabalho empírico foi concentrada em Água Boa II. Entretanto, o primeiro contato com esse grupo de pessoas ocorreu numa fazenda de café, em São Sebastião do Paraíso, entre os dias 21 a 25 de julho de 2010. Fui alojada por duas famílias que haviam migrado juntas (maridos, esposas e filhos) para a colheita. Ambas compartilhavam uma casa alugada numa das fazendas durante aquela safra.

1 Segundo dados do IBGE, a população estimada em 2017 no município de Rio Pardo de Minas é de 30.878 habitantes. Água Boa II localiza-se a 18 km da sede e possui aproximadamente 110 famílias residentes.

2 Ainda que residentes na sede do município todos os trabalhadores entrevistados para a pesquisa tinham como origem a zona rural.

3 Este texto é uma versão do 2º capítulo de minha dissertação de mestrado, defendida em 2012, no PPGA/UFF. O objetivo principal da pesquisa foi compreender a gestão da vida familiar, com foco na perspectiva feminina, diante dos constantes distanciamentos da população masculina (Froes, 2012).

Posteriormente, em fevereiro de 2011, dirigi-me ao município de Rio Pardo Minas e à comunidade de Água Boa II. A estada durou onze dias. No mês de junho do mesmo ano, retornei à localidade e lá permaneci por aproximadamente 30 dias. Em todas as ocasiões, fui apoiada e hospedada pelas mesmas famílias que inicialmente me acolheram durante a permanência na fazenda de café. No total, foram realizadas 40 entrevistas. Desse número, 16 eram homens na faixa etária dos 23 aos 77 anos⁴.

O contato estabelecido com algumas pessoas desses grupos familiares perdurou no tempo. Conversamos via telefone, ou por mensagens de e-mail e redes sociais da internet. Em maio de 2016, revisitei a localidade por uma semana⁵. Privilegiei, na ocasião, a observação direta e o registro de conversas informais em minhas anotações de campo. Dessa forma, foram agregadas, aos dados elaborados a partir da pesquisa realizada no mestrado, atualizações referentes ao cotidiano das interações locais.

1. PASSAGENS E “PARAGENS” – CONSTITUINDO CAMINHOS E OCUPAÇÕES

De forma geral, em vários argumentos e estudos, a prática da mobilidade espacial da população rural de determinadas regiões do país é justificada enquanto reflexo da junção de fatores externos e climáticos dificultadores da produção agrícola familiar.

No norte e nordeste de Minas Gerais, por exemplo, a chegada das plantações de eucalipto nas décadas de 1960 e 1970 por meio de incentivos fiscais de “programas de desenvolvimento” implantados pelo estado, provocou, sem dúvidas, inúmeras alterações nas vidas das pessoas da região⁶.

Se, historicamente, os períodos de seca já afetavam as populações residentes dessas mesorregiões, dificultando o plantio, a implantação das monoculturas de eucalipto e a devastação da mata nativa agravaram ainda mais esse quadro.

Em Água Boa II, a produção de artigos alimentícios é voltada principalmente para o consumo interno, cuja viabilidade está condicionada às condições do terreno e de cada família (fertilidade do solo, umidade, disponibilidade de mão-de-obra familiar). No geral, os produtos locais comercializados na feira semanal da cidade são oriundos do trabalho feminino: hortalças, biscoitos caseiros, polpas de fruta, óleo de pequi (produção sazonal), artesanato de vasilhas de barro e chapéus de palha. Usualmente, o provimento das famílias envolve a articulação entre a agricultura para autoconsumo, a venda de produtos locais e o assalariamento masculino distanciado. Ainda que algumas atividades gerem renda a partir da venda dos produtos citados, elas são incapazes de sustentar todas as necessidades materiais valorizadas na comunidade.

Importante mencionar que as áreas de terra, não só de Água Boa II mas de outras localidades da região, foram progressivamente comprimidas (devido ao avanço da monocultura de eucalipto), ocasionando a diminuição do plantio e da sucessão por herança. Alia-se a esse fato a ausência de empregos, ou seja, não há absorção de mão-de-obra disponível, por vezes de baixa escolaridade e qualificação. São elementos que, em conjunto, podem ser considerados influenciadores da busca por assalariamento fora do local de origem.

4 Informações mais detalhadas a respeito das condições de pesquisa podem ser consultadas em Froes (2012), precisamente no capítulo I.

5 O retorno à Água Boa II visava acompanhar a rotina de mulheres casada e com filhos, estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo no âmbito de minha pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada *Percursos Femininos: A experiência de mulheres na Licenciatura em Educação do Campo na UFMG*.

6 Estudos realizados em outras localidades rurais de Rio Pardo de Minas, como o de Brito (2006) e Correia (2005), analisaram as consequências da implantação dessas políticas para a população rural local.

É crucial considerar a conjugação desses elementos enquanto propulsores da inserção ao assalariamento temporário desses trabalhadores. Entretanto, considero igualmente relevante compreender como as pessoas viabilizam a própria existência diante de tantos constrangimentos e perversidades.

No caso estudado, atrelada à mobilidade espacial percorrida pelos interlocutores de pesquisa, está a mobilidade ocupacional, bastante presente nos relatos compartilhados. Passagens e paragens nas funções de cortador de cana (em fazendas do interior de São Paulo e Mato Grosso), ajudante de pedreiro (no próprio município ou fora dele), “mexendo com barzinho” ou “montando barraca no carnaval”, na lavoura em propriedade de particulares em Rio Pardo de Minas e entorno, como assalariado em firmas de eucalipto (no e fora do município) ou no trabalho sazonal na colheita do café em fazendas de monocultura no sul de Minas Gerais, compuseram o conjunto de experiências de um mesmo trabalhador.

Apesar da diversidade de vínculos de trabalho temporário e respectivos destinos mencionados durante as conversas, dois se repetiam e se destacavam como possibilidade de assalariamento: a colheita do café em fazendas da região sul de Minas Gerais e o trabalho em empresas de eucalipto, em diversos municípios do estado.

Nos últimos vinte e sete anos, segundo relatos de moradores, a estreia dos jovens “fora” (isto é, fora do município) ocorre pela experiência nos cafezais do sul de Minas. Muitos se vinculam à empreitada ao completarem 16 anos, idade permitida legalmente para a contratação na colheita nos cafeeiros. “Sair pra firma” só é possível quando completados os 18 anos. Ambas as situações ocorrem no estado de Minas Gerais⁷.

Se, conforme apontado por Ribeiro e Galizoni (1996), há certa correspondência entre os locais de origem e os de destino, é possível afirmar que as pessoas de Rio Pardo de Minas e Água Boa II se especializaram nos dois tipos de vinculação assalariada citados anteriormente.

Apesar de se situar em região próxima ao Vale do Jequitinhonha, local de origem de inúmeros cortadores de cana-de-açúcar nas usinas do interior de São Paulo⁸, a maioria dos trabalhadores de Água Boa II e alguns de Rio Pardo consideraram a atuação nesse setor muito pesada e perigosa, sendo consideravelmente evitada.

Além disso, a rejeição ao corte de cana ou a declarada preferência pelos trabalhos temporários nos cafeeiros e nas firmas de eucalipto relaciona-se também ao acúmulo de conhecimento coletivo a respeito destas atividades. Mesmo para o rapaz estreante na saída, o desconhecido é imaginado mediante compartilhamento de experiências anteriores dos familiares, amigos e vizinhos, ou via encarregado do recrutamento, posição ocupada por um vizinho ou até mesmo parente.

Segundo destacaram Ribeiro e Galizoni (1996, p.74), em diversos municípios, a migração temporária varia de destinos a ponto de poder ser instituída por microrregião, por córrego, por comunidade (ou bairro rural) e às vezes, como já citado, mesmo por famílias e amizades próximas⁹.

Deste modo, é significativo que a “turma”¹⁰ de trabalhadores da fazenda de café no sul de Minas, em julho de 2010, fosse composta majoritariamente por vários moradores de uma

7 Os termos locais usualmente empregados para qualificar genericamente a mobilidade foram: “sair pra fora”, “sair pro mundo”, ou simplesmente “sair”. Neste texto, os termos pertencentes ao universo semântico do universo social pesquisado serão destacados por aspas simples, para as citações diretas de trechos de entrevistas e conversas informais serão empregadas aspas duplas.

8 Situação bem demonstrada por Amaral (1988).

9 Circunstância também mencionada nos estudos de Galizoni (2007) e Woortman (2009).

10 Nomeação dada ao agrupamento de trabalhadores rurais de determinada fazenda ou plantação de monocultura, agregados para determinada mesma tarefa.

mesma família (modalidade extensa) ou localidade. Registrei membros de três gerações diferentes – avô, filho, filha e netos – prestando serviços na mesma fazenda. A “turma” era também constituída de vizinhos e afins, tanto de Água Boa II quanto da cidade de Rio Pardo de Minas.

Foi comum, portanto, ouvir depoimentos como: (a) “Saiu eu mais pai”; (b) “Fui com meu irmão mais velho”; (c) “Minha irmã se mudou para Triângulo e fui morar uns tempos com ela. Lá consegui trabalho com soja”; (d) “Meu irmão estava trabalhando numa fazenda, ligou e falou: Ó, tá precisando de um!”.

A respeito desse tipo de rede extensiva, alicerçada pelas relações familiares e também vicinais, e que extrapola os limites geográficos e administrativos da localidade, vale mencionar as contribuições de Comerford (2003). Baseado em pesquisa junto a famílias na zona da mata mineira, o autor comenta que, diante de uma valorização retórica e prática da “união” da família, sendo essa “união” constituída em torno de sua associação a uma localidade, ela também pode ser afirmada em torno da manutenção dos laços, apesar da dispersão. Essa dispersão implica também possibilidades, oportunidades e perspectivas práticas e retóricas inexistentes caso os parentes não estivessem, em alguma medida, espalhados.

Há, portanto, diversas formas estabelecidas de movimentação e circulação (efetuadas a curto ou longo prazo) de famílias entre localidades e municípios da zona da mata de Minas Gerais e cidades e bairros fora da região (Comerford, 2003, p. 42). Fluxo e movimento, de acordo com o autor, não faltam à sociedade por ele pesquisada, mesmo que a antiguidade de certas famílias e a associação bem marcada entre elas e os lugares certifiquem que também não faltam práticas de fixação e localização. Comerford (2003, p.43) destaca a importância da percepção do fluxo “para fora” e eventualmente de volta “para dentro” das localidades. Estes fluxos são acompanhados com cuidado e interesse, de maneira que deslocar-se “para fora” não pressupõe a saída imediata do campo de observação/informação/julgamento do círculo social ao qual pertence a família. Deste modo, as pessoas sabem para onde foram os seus parentes e os parentes dos outros, o que fizeram e deixaram de fazer, avaliam seus sucessos, fracassos, dramas, retornos (Comerford, 2003, p.44).

Em Água Boa II, durante o mês de junho de 2011, comentários a respeito da rotina no sul de Minas, os preços do saco de café, as condições climáticas, o volume de grãos nos cafeeiros, o estado emocional dos entes queridos, o comportamento e índole deles, inclusive o horário e a dedicação direcionados à colheita, eram observações frequentes na pauta usual de conversas entre os comunitários. Da mesma forma, os trabalhadores em condição distanciada buscam atualização constante a respeito da integridade física e emocional de filhos, esposas, namoradas, pais, demais parentes e vizinhos.

Nos últimos anos, algumas facilidades de comunicação vêm possibilitando a atualização mais constante de notícias entre aqueles que partiram e aqueles que ficaram. Se antes era necessária a ida à sede do município a fim de aguardar a ligação em telefone público ou particular de algum bar, o acesso ao telefone celular e tarifas de chamadas acessíveis às suas condições financeiras possibilitaram aos trabalhadores uma comunicação mais frequente e prolongada – isto é, quando há sinal disponível nas fazendas. Nesses casos, é possível conversar tranquilamente e por um tempo considerável, sem se preocupar em perder a conexão.

Dessa forma, a distância não se configura, na maioria dos casos, como fator impeditivo da inclusão das pessoas nas operações de “mapeamento” das relações de parentesco, conforme definiu Comerford (2003).

O abandono de família pelo companheiro, apontado em outras localidades rurais marcadas pelos deslocamentos temporários e intermitentes dos maridos (Maia, 2004; Silva e Menezes, 2010), situação vulgarmente rotulada por meio da expressão “viúvas de marido vivo”, não

foi registrada em Água Boa II. Não significa, entretanto, a inexistência de conflitos e depreciações, por parte das companheiras, dessa condição de constante aproximação e distanciamento¹¹.

Os efeitos emocionais e físicos (referentes à rotina da gestão do cotidiano familiar) do distanciamento, tanto por quem o efetua, o homem, como por quem é afetada, a família que fica, são diferencialmente sentidos conforme o tipo de vinculação. A variação desses efeitos é mais bem entendida quando se apreende, conforme será apresentado a seguir, as condições particulares dos assalariamentos temporários.

2. MODOS DE IR, FICAR E VOLTAR: O “SUL DE MINAS” E AS FIRMAS DE EUCALIPTO

Se a inserção nas fazendas de café e em empresas de eucalipto foi repetidamente citada, os modos de assalariamento e os períodos de distanciamento ocorrem sob formas e condições específicas. A estada nas fazendas de café corresponde ao período da colheita, aproximadamente de três a quatro meses. Ocorre, na maioria das vezes, entre maio e agosto, podendo se estender ou se encurtar de acordo com a condição dos cafeeiros e da função a ser executada. O primeiro fator talvez seja o que mais diretamente influencie no tempo de permanência na fazenda e, conseqüentemente, no ganho resultante. Tal fato decorre da produção bianual dos cafeeiros, ou seja, espera-se, no período de um ano, a colheita de volume significativo de grãos. Já no ano seguinte, a produção sofrerá diminuição, e assim sucessivamente.

Importante mencionar também que a condição dos cafeeiros, além de afetar o período de estada na fazenda, pode interferir na decisão da viagem, ou seja, a partir dessas informações os trabalhadores podem avaliar se o deslocamento irá, ou não, “compensar”.

Em relação ao processo produtivo da monocultura, os trabalhadores podem atuar em atividades diversas. Para citar algumas: desbrota, adubação, colheita, arruação e varreção¹².

Um diferencial relevante da vinculação à colheita do café é a possibilidade do deslocamento das esposas para as fazendas, também para assalariamento na colheita ou na atribuição de cozinheira da “turma”. Em alguns casos pontuais, desloca-se temporariamente toda a família nuclear. Conheci um trabalhador habituado a levar consigo a esposa e os três filhos (na época com 10, 12 e 13 anos). Ele parecia convicto a não abrir mão dessa prática. De acordo com o entrevistado, mesmo que essa iniciativa demandasse um esforço considerável, como negociar uma função para a companheira e ainda a transferência, temporária, de escola das crianças, ele declarou: “Não saio sozinho não!”.

É relevante comentar que o “Sul de Minas”, quando proferido pelos interlocutores em campo, não correspondia necessariamente a uma delimitação física precisa, aquela geograficamente delimitada pelo IBGE, mas a um território de trabalho. Na maioria das vezes, a exatidão da localização era oferecida a partir do nome das fazendas e das pessoas com as quais eram tecidos contatos. Assim, durante as entrevistas com algumas mulheres em Água Boa II, quando eu perguntava sobre a cidade a qual o marido havia se dirigido, algumas mulheres respondiam: “A cidade não sei, mas sei que é na Fazenda de João Carlos”, ou “Fazenda do Tião”¹³.

Do mesmo modo que o “Sul de Minas” não corresponde a uma delimitação física exata, o termo “firma” pode se referir a distintas reflorestadoras localizadas no estado de Minas Gerais. A

11 Tal questão foi aprofundada no 3º capítulo da dissertação que fundamenta este artigo (Froes, 2012).

12 O objetivo da arruação é facilitar a colheita; o da varreção é recolher os frutos caídos durante a “panha”.

13 De maneira semelhante, o “São Paulo” presente nas narrativas dos interlocutores sítiantes de Woortman (2009, p. 218), em Sergipe, não se configura como uma localização territorial precisa, mas se reporta a uma categoria classificatória oposta ao “Norte”.

definição precisa quanto a qual reflorestadora o trabalhador se empregava parecia pouco importar, pelo menos no decorrer das conversas e entrevistas que me eram concedidas, nas quais o objetivo era explicitar outras questões, como o tempo de permanência, os acordos trabalhistas etc.

Os deslocamentos para as “firmas”, naquele momento, ocorriam idealmente nas seguintes condições: a) se a empresa se localiza em município próximo, o retorno acontece de quinze em quinze dias ou até mesmo diariamente; b) caso ela esteja em distância maior, um ônibus é disponibilizado aproximadamente de 3 em 3 meses e em momentos específicos do ano: semana santa, a fogueira de São João (os ônibus chegavam próximos aos dias 20 e 21/06 e os trabalhadores poderiam permanecer quase 10 dias), 12 de outubro (feriado de Nossa Senhora Aparecida) e festas de fim de ano. Não foi relatado ônus para os empregados quando o transporte era realizado nesses momentos. Fora dos períodos mencionados, as despesas de transporte eram arcadas por eles. Na maior parte das vezes, o trabalho nas firmas de eucalipto era formalizado via carteira assinada ou contrato.

Vale registrar como esse regime de tempo de retorno à comunidade corresponde também a feriados e datas comemorativas do calendário católico. A fogueira de São João é um evento ordenador, dada sua relevância para os moradores de Água Boa II. Orienta não apenas o retorno prolongado daqueles contratados nas ‘firmas’, mas também pode regular adiamentos da ida para o sul de Minas por algumas semanas ou dias, lembrando que a colheita do café inicia-se geralmente em maio. Quando essa prorrogação não é possível, resta a lamentação de ambas as partes: dos que foram e dos que ficaram.

A alegria direciona-se, então, para a chegada dos rapazes solteiros e alguns homens casados distanciados devido ao assalariamento nas reflorestadoras localizadas longe do município. Para eles, o período de retorno é altamente festivo, devido não somente às comemorações juninas mas também aos reencontros com os amigos e às possíveis paqueras e namoros. Alguns rapazes solteiros chegam tão ávidos por viver intensamente os dias de descanso que as mães acabam por sentir um misto de alegria e preocupações. Uma “alegria aflita”, segundo definiu uma interlocutora em campo.

Em certa ocasião, ocorrida em anos anteriores e rememorada durante a entrevista, experiências impulsionadas pelo excesso de bebida desembocaram em um acidente de moto. Um dos rapazes solteiros realizava manobras arriscadas na estrada de terra e quebrou a perna, logo nos primeiros dias de visita. Em junho de 2011, presenciei os dias marcados por essa agitação, os sons ligados nas casas, em volume bastante alto, sinalizando essa presença relativamente excepcional, algo não presenciado no campo anterior, realizado em fevereiro do mesmo ano.

Assim, naquele momento observei que a maior parte dos assalariados nas firmas de eucalipto era composta de rapazes solteiros. À colheita do café vinculavam-se principalmente os homens casados e dedicados à agricultura na própria terra. Tal quadro parece ter mudado. Ao visitar a comunidade em 2016, fui comunicada do casamento dos rapazes que conheci solteiros. Tornaram-se pais, formando jovens núcleos familiares cuja faixa etária não ultrapassa os 30 anos, marcadamente fragmentados pelas idas e vindas do pai e/ou companheiro, vinculado na maior parte do ano às empresas de eucalipto.

Contudo, essa observação não intenciona congelar as possibilidades de assalariamento conforme o estado civil desses indivíduos. Não há uma regra definidora do intenso revezamento e complementação do serviço nos cafezais e nos eucaliptais. Enquanto alguns anunciaram a preferência por transitar entre as firmas e fazendas de café, outros davam preferência à colheita do café ou à contratação mais permanente ou prolongada nas reflorestas próximas ao local de moradia. A depender do modo como são construídas, as duas situações podem ser conjugadas com a lida no próprio roçado.

Além disso, em termos gerais, a intensidade de circulação pelas fazendas de café e as “firmas” pode ser influenciada pelo cargo alcançado nas últimas. Usualmente as funções em escritório, oficina e condução de tratores e caminhões oferecem melhores salários. A potencial oportunidade de conseguir esses cargos torna-se situação geradora de expectativa e perspectiva de estabilidade expressadas pelos trabalhadores em algumas conversas, devido à remuneração permanente no tempo por determinada firma empregadora. Os serviços de limpa, a derrubada da madeira e a queima do carvão são consideradas mais exaustivas e de pior remuneração. Foi recorrente ouvir, daqueles ocupados nessas tarefas, que a permanência na ocupação correspondia ao período suficiente para solicitação do seguro desemprego, recurso indicador da sobrecarga física e exaustão a qual são submetidos. Entre um período e outro de contratação, alguns descansavam aproveitando o intervalo. Dessa forma, sustentavam-se apenas com o pagamento do seguro, principalmente os jovens solteiros residentes nas casas dos pais. Essa alternativa de revezamento de vínculo descontínuo às “firmas”, entre um pedido de seguro desemprego e outro, foi frequentemente citada.

A inserção nas oficinas de empresas reflorestadoras, reconhecida pela alternativa de domínio de uma profissão ou pela obtenção, pelo próprio esforço, de categorização profissional como mecânico, era altamente valorizada. Em 2011, dois irmãos solteiros da minha principal interlocutora em Água Boa II residiam no município de Três Marias e conseguiram elevar seus cargos. Ao retornar à localidade, em 2016, fui informada pela mesma interlocutora que um irmão, já casado e ainda residindo naquela cidade, contratou à distância a construção de uma casa em lote comprado por ele. Deste modo, planejava retorno definitivo à comunidade. Apesar de não estar presente no acompanhamento da construção, ele contava com o apoio de parentes, irmãos e cunhados que monitoravam, acompanhavam e até trabalhavam na construção. Seu plano envolvia estabelecer, na localidade, uma oficina mecânica de carros e motos. Considerava-se, portanto, hábil para desenvolver uma atividade aprendida durante os anos nas “firmas”. Vê-se, nesse caso, a possibilidade da volta ao local de origem por meio de uma vinculação de trabalho distanciada. Não significa negar, entretanto, os sofrimentos decorrentes do afastamento contínuo, por anos, entre os entes familiares dessa parentela.

Ainda sobre as especificidades de organização do tempo instituídas pelo tipo de assalariamento, enquanto a saída para a safra do café pode corresponder ao período de entressafra daqueles que se dedicam às próprias lavouras, as saídas para as “firmas” de eucalipto são realizadas ao longo do ano, sem respeitar a dinâmica sazonal do trabalho no campo ou no lote. Sendo assim, no conjunto de trabalhadores regularmente vinculados às empresas distanciadas dos locais de origem, a dedicação à lavoura (para o consumo interno) pode ser gradualmente enfraquecida.

Além da consideração desses aspectos, situações ocorridas no local de origem podem orientar as decisões em torno de tais vinculações. Em alguns momentos específicos, tais como proximidade do parto da esposa, seu posterior resguardo, doenças graves ou falecimento de parentes, o deslocamento é evitado, adiado ou é providenciado o retorno imediato. Portanto, tais interrupções revelam que as saídas se coadunam com o exercício de papéis e posições na vida familiar, e as situações críticas desses ciclos.

Marcado por um evento traumático, um trabalhador rememorou a primeira experiência dele no “mundo”. Ao retornar a Rio Pardo, foi noticiado da morte do pai, assassinado tragicamente quinze dias antes. Não ter presenciado seu enterro o deixou fortemente abalado. Por ocupar a posição de irmão mais velho, foi responsabilizado por fazer companhia e prover o sustento da mãe. Segundo ele, como resultado desse evento passou cinco anos “tomando conta da casa” e “sem sair pro mundo pra trabalhar”.

Usualmente, as motivações declaradas para o assalariamento distanciado tocavam a “necessidade”, a “precisão”. Assim, ouvi repetidas vezes: “Eu vou por necessidade”, “Se eu pudesse não ia mais”, “A gente sai por falta de oportunidade”. Ao mesmo tempo, aqueles que enunciavam os deslocamentos enquanto resultado imediato da “necessidade” reconheciam também outros aspectos da vivência. Fui surpreendida pela forma ambígua com a qual alguns deles relataram a acentuação do desejo de “sair” quando as semanas precedentes à partida para as fazendas de café se aproximavam. Narravam, valorizando, seus momentos de diversão e de brincadeiras com os companheiros.

3. A NECESSIDADE – MOTIVAÇÕES MATERIAIS, SIGNIFICADOS SOCIAIS

A “necessidade” tão enunciada nas justificativas motivadoras para as saídas relaciona-se especialmente à aquisição de bens materiais. De forma geral, há a avaliação de que os empregos disponíveis no município não possibilitam a aquisição de produtos e bens de valor elevado, como moto, terreno, a construção ou reforma da casa, móveis e eletrodomésticos. Dessa forma, o assalariamento temporário na colheita do café ou durante uma temporada nas “firmas” pode possibilitar o acesso a um maior montante de recursos de uma única vez.

Uma análise mais detida sobre as formas de direcionar a renda obtida pode demonstrar como a justificativa da “necessidade”, enquanto alegação da inserção nesses vínculos de trabalho distanciados, envolve aspectos morais e sociais além das relações objetivas de utilidade estabelecidas pelos atores ao ato de consumir.

Em *Cultura e Razão Prática*, Sahlins (2003) já havia chamado atenção que, tanto para a sociedade burguesa como para a chamada primitiva, os aspectos materiais não são separados dos sociais de maneira satisfatória. Deste modo, por meio de uma profunda análise, ele pondera que há uma conformação a pressões materiais, mas essas ocorrem de acordo com um esquema simbólico definido e que nunca é o único possível.

No decorrer da pesquisa, fui percebendo as distintas formas de consumir entre os trabalhadores. Ora variavam, ora se assemelhavam conforme, por exemplo, o estado civil. De que forma gastavam, por exemplo, os solteiros e os casados?

Quando os casados comentavam o desejo em reformar a casa, mobiliar, comprar um terreno ou uma moto, a orientação da renda, mesmo temporária, articulava-se à constituição de um patrimônio voltado não somente para garantir o sustento e estabilizar a vida familiar, mas também como aquisição de bens que poderiam, futuramente, servir como moeda de troca em negociações de compra e venda.

Entre os mais jovens e solteiros, era comum ouvir dos meninos com idade a partir dos 13 anos dos seus planos de “sair” para comprar moto e roupas, dois bens fundamentais para a apresentação singularizada tanto no local de residência quanto em espaços sociais distanciados daqueles da família e vizinhança imediata. A conquista da autonomia foi explicitada em vários momentos durante as entrevistas, especialmente entre os rapazes solteiros. Alguns comentaram o desejo de comprar a casa própria e, assim, “não depender dos outros”.

A importância da conquista da autonomia nessa fase da vida biológica foi ressaltada por Neves (1999), em estudo sobre os significados atribuídos ao trabalho infantil na região canavieira do norte do estado do Rio de Janeiro (em Campos):

Na demarcação simbólica da passagem da infância à vida adulta e sua correspondente conquista de autonomia para deslocamento espacial, a bicicleta é, para os jovens trabalhadores entrevistados, um símbolo fundamental. Ela permi-

te o transporte para áreas distantes da casa, como o local de trabalho, e a participação na camaradagem com colegas. Por isso, trabalhar para conquistar o símbolo da autonomia frente aos pais passa a ter um peso fundamental (Neves, 1999, p. 82).

Considerando a temporalidade e o universo social referenciado para a análise deste texto, a moto, ao invés da bicicleta, configura-se representativa da conquista da autonomia ou do reconhecimento da condição de adulto responsável por si mesmo. Além de possibilitar a mobilidade nos limites da comunidade e fora dela, potencializa oportunidades de vinculação em empresas de eucalipto em Rio Pardo e arredores. Mesmo com as “firmas” oferecendo transporte para buscá-los, o local de embarque pode ocorrer em um ponto específico na estrada de terra que conecta as localidades do município, e para boa parte dos trabalhadores localiza-se distante do local de habitação.

Não só os rapazes e homens circulam em motocicletas. A maioria das mulheres abaixo da faixa dos 40 anos de idade, casadas e solteiras, sabem pilotar e constantemente se deslocam à sede do município para resolução de assuntos diversos. Alguns rapazes, inclusive, emprestam as motos às namoradas durante o período em que estão fora. No casamento, esse artigo é concebido como patrimônio da família e não de uso exclusivo do esposo. Nesse sentido, trata-se de um objeto emblemático e constituinte da formação dos meninos/rapazes em homens, futuros esposos e pais de família.

Num universo no qual a união conjugal é bastante valorizada e almejada pelas pessoas, a moto é um bem de relevante importância para a constituição autônoma da família e do exercício dos papéis correspondentes.

Ainda sobre as possibilidades de aplicação dos rendimentos gerados pelo assalariamento, registrei os planos de uma família em viajarem, exclusivamente com fins recreativos e religiosos, para Bom Jesus da Lapa. Localizada na região oeste do interior da Bahia, ela é famosa pela romaria ao santuário e às grutas. Dessa forma, deslocam-se realizando outro tipo de mobilidade, a viagem e o passeio.

4. FORMAS DE LIDAR, REFLETIR E TEMATIZAR O SOFRIMENTO VIVIDO

Além do tema das motivações propulsoras das saídas, outro tema bastante presente referiu-se aos relatos de dificuldades e sofrimento vividos no processo de distanciamento. Os assuntos mais recorrentes nas falas dos trabalhadores incluíam os pagamentos injustos, as condições precárias de moradia, as saudades do lar, a preocupação com os familiares distantes, o desejo de permanecer na região e não mais “sair pro mundo”.

Os efeitos da ausência paterna no processo de educação dos filhos foram penosamente reconhecidos pelos próprios pais. Um senhor compartilhou a forte saudade da filha caçula (na época com cinco anos de idade), sentida nos períodos de seu afastamento do lar, expressando de forma enérgica o desejo de não efetuar mais os deslocamentos. Os momentos de despedida eram marcantes: “Eu saio chorando, toda vez que eu saio pra fora eu saio chorando, eu choro assim, água nos meus olhos” (senhor de 50 anos, casado, entrevistado em 05/02/2011).

Fatores subjetivos como a percepção do passar do tempo e sua influência na disposição e dedicação ao serviço também vieram à tona durante nossas conversas. Aliada ao desejo de ganhar mais pela colheita de sacos de café, a imersão na atividade representava também uma estratégia para “o dia passar mais rápido”. Um dos interlocutores afirmou trabalhar até o dia escurer, além de não descansar nem mesmo durante os finais de semana. A esposa recebia li-

gações de parentes e vizinhos alertando que o marido estava “em tempo de dormir na roça”. Ao questionar se durante os intervalos (no período de descanso a noite e aos finais de semana) as saudades de casa eram intensificadas, ele respondeu positivamente. Na época, o entrevistado estava legalmente contratado por um ano em uma firma de eucalipto em Rio Pardo de Minas. Mas a sensação, segundo ele, era a de que esse ano não havia passado, pois estava em casa na companhia da esposa e dos filhos. Diariamente realizava alguma atividade na própria roça, cuidada por ele com zelo e prazer. Assim, ele não “via o mês passar”. Entretanto, quando estava “fora”, um mês, três meses “viravam um ano”.

5. RELATIVIZANDO O SOFRIMENTO: APRENDIZADOS E PERCEPÇÕES POSITIVAS DO PROCESSO

A “necessidade de sair”, explicada por muitos como decorrente da falta de oportunidades de geração de renda no local de origem, conforme mencionado, não exclui o reconhecimento de outros aspectos desse processo.

Um rapaz solteiro, na época com 23 anos, afirmou inicialmente: “saio por falta de oportunidade”. Porém, na sequência do relato ele ponderou que, mesmo prometendo a si mesmo não ir para o sul de Minas, a aproximação do momento de partida o levava a refletir a respeito das experiências possíveis de serem vivenciadas. A possibilidade de conhecer outras pessoas, rapazes de outras comunidades, estabelecer vínculos e compartilhar momentos lúdicos, brincadeiras e partidas de futebol foram, para minha surpresa, positivados pelo rapaz. Deste modo, o retorno ao lar era marcado tanto pela felicidade da chegada quanto pelas saudades dos momentos vividos com os companheiros de trabalho.

Outros rapazes avaliaram a importância de “sair pro mundo” para aprender sobre a vida e o sofrimento. Permanecer na casa dos pais sem nunca ter saído implica em não compreender como a vida pode ser difícil.

Na análise empreendida por Guedes (2013, p. 150), não ter condições de sair devido a saúde debilitada pode ser encarado como um castigo ou uma prisão:

A ele não está dada a possibilidade de sair dali – aos 50 anos e sofrendo do estômago, com uma família grande para cuidar, como poderia abrir no mundo? Já não tem mais idade para essas coisas. Estou preso, não sou mais livre não (Guedes, 2013, p. 150).

O estabelecimento de vínculos afetivos e a criação de redes de trabalho e amizades podem facilitar a abertura de caminhos sociais, inclusive para outras possibilidades de contratação ou posições diferenciadas no sistema de organização de funções na fazenda, como a de chefe de turma ou “turmeiro”. O cargo exige determinadas habilidades que nem todos apresentam, como desenvoltura, facilidade e clareza de expressão pública. As responsabilidades correspondentes ao cargo são: administrar conflitos e mediar a relação do administrador ou do fazendeiro com os trabalhadores.

Os saberes adquiridos nesses momentos e os recursos financeiros obtidos, representativos do bem-estar e do orgulho em retornar ao lar com dinheiro e com a sensação de dever cumprido, são aspectos altamente valorizados nas narrativas.

Deste modo, além dos já mencionados planos de adquirir bens materiais, aumentar o patrimônio familiar ou tornar viável a autonomia pessoal (principalmente no caso dos jovens), outros valores, conhecimentos e saberes práticos são agregados mediante as experiências viven-

ciadas. É o caso da associação de reflexões sobre as experiências vivenciadas em outros universos sociais e em momentos distintos influenciadores no tipo de cargo ocupado nas empresas ou fazendas contratantes, como nos relatos de participação de alguns interlocutores em cursos do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), em atividades e projetos promovidos por órgãos governamentais como a Embrapa, ou de entidades religiosas como a Pastoral da Criança ou não-governamentais, como o Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas. Todas essas situações demonstram a ampliação do campo de possibilidades e oportunidades dessas pessoas para a constituição de projetos de vida.

A incorporação e boa utilização de uma variedade de conhecimentos, habilidades e bens (como o uso da moto para o trajeto às firmas próximas ao município) podem, inclusive, propiciar a permanência no lugar e a suspensão, quando almejado e possibilitado, das constantes saídas.

Vale citar o caso de um trabalhador, na época motorista recém-habilitado, ofício que o possibilitava trabalhar numa firma próxima ao município. Ainda indeciso, porém, ele examinava se realmente iria se inserir na colheita do café. O dilema foi verbalizado da seguinte forma:

- Eu consegui tirar carteira agora, eu estava querendo trabalhar de motorista aí na firma, eu tô indeciso ainda, se eu fico ou vou pro café.
- Já te ofereceram o cargo de tratorista?
- Já, é no caminhão. No café eu ganho mais e trabalho menos, trabalho noventa dias, fico aqui descansando e torno a trabalhar de pedreiro aqui, e a firma é pesado. E tem outra proposta de serviço aí para mim, que é levantar a cantina de outra carvoeira lá no Bonfim, aí me chamaram. Informaram que eu trabalhava e eles estão precisando de pedreiro. Mandaram me procurar, não procurei ainda por causa desse negócio do caminhão. Agora eu estou pensando os dois serviços aqui e o sul de Minas, no sul eu ganho mais (trabalhador, 27 anos, casado, entrevistado em 22 de junho de 2011).

Na sequência da conversa, o interlocutor relata ainda o conhecimento, no sul de Minas, de três fazendas de café às quais poderia se vincular. A partir de contratações anteriores ele construiu uma boa reputação entre os chefes de turma, ampliando, assim, as possibilidades de atuação. Todavia, sua indecisão não poderia se delongar por mais semanas. Familiarizado com os procedimentos e rotina da safra do café, havia instituído para si uma data limite para partida, o dia 04 de julho. Após essa data, segundo ele, a colheita estaria “ruim”, e a viagem, portanto, não compensaria mais.

Diante do exposto, saliento as habilidades e os conhecimentos diversificados pontuados pelo entrevistado. Contudo, mesmo sabendo em qual atividade ele poderia ser mais bem remunerado, ainda se mostrava indeciso, pois ir à fazenda de café implicaria em um período de distanciamento da esposa e filha pequena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pontuou Guedes (2013, p. 31), geralmente a tradição analítica que permeia a ideia de migração destaca o movimento do campo para a cidade. A partir desse ponto de vista, o movimento, subordinado à partida ou ao destino, representaria basicamente uma passagem entre dois pontos, e apenas nos pontos repousa o interesse do pesquisador (por que sair? O que acontece quando se chega lá?). Tendo em vista as relações estabelecidas com os interlocutores de sua pesquisa, Guedes argumenta: o que está entre estes pontos (o mundo, o trecho) também é habitável.

Valorizando então o “entre”, o autor considera a mobilidade não apenas como consequência, reflexo ou implicação, mas (também) como algo que possui um valor em si mesmo (Guedes, 2013, p. 37).

Embora neste artigo tenham sido abordadas as motivações anunciadas para as saídas, bem como as percepções elaboradas sobre os períodos “lá fora”, a análise construída levou os aspectos apontados por Guedes em consideração, tendo em vista o quadro complexo de relações constituídas no universo social desses trabalhadores que, conforme já indiquei, é tocado por referências e interconexões distintas.

Dentre os diversos aspectos considerados a respeito da experiência da mobilidade foram valorizados, portanto, não somente os relatos sobre quando e como ocorrem as vinculações ao assalariamento temporário, mas também as narrativas que sinalizavam as ambiguidades referentes às expectativas que giram em torno da eminência da partida (excitação e tristeza), os recursos utilizados para que o “tempo passe mais rápido” quando os trabalhadores estão longe da família, as ponderações sobre até qual data ainda é vantajoso partir, os saberes e fazeres incorporados, e até mesmo a apreciação dos aprendizados para a vida que o “sair” possibilita.

Nesse sentido, considero que reconhecer aspectos variados da mobilidade efetuada por inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais pode suscitar rendimentos analíticos e etnográficos enriquecedores, revelando que as dimensões presentes nessas práticas não dissociam o aspecto material do simbólico. A “precisão” é recorrentemente evocada e deve ser considerada, mas não é a única variável no conjunto de práticas e visões de mundo dos atores sociais em questão, que a todo momento reflexionam sobre suas ações.

Deste modo, para alguns, “sair pra fora” viabiliza a compra da moto, da roupa, do celular; para outros, a compra do material para construção da casa, do reboco ou da pintura. As formas de investir a renda obtida são várias, tanto quanto são os aprendizados e as lembranças que as saídas proporcionam.

Foi ressaltado também que não há uma regra definidora do intenso revezamento e complementação do trabalho nos cafezais e nos eucaliptais. Enquanto alguns anunciaram a preferência por transitar por “firmas” e fazendas de café, outros privilegiavam apenas a saída durante a colheita nos cafeeiros ou a contratação mais prolongada nas “firmas” próximas ao local de moradia. A depender do modo como são construídas, as duas situações podem ser conjugadas com a dedicação ao próprio roçado.

Ao versar sobre dimensões mais localizadas das experiências de descolamentos vividas por trabalhadores rurais de Rio Pardo de Minas, não pretendo romantizar nem negar as situações de desigualdades sociais agravadas pela expansão da monocultura do eucalipto e pela consequente compressão das áreas das terras desses trabalhadores, assim como a precariedade nas condições de emprego. A análise proposta foi de compreensão dessas constantes saídas e retornos segundo o ponto de vista desses atores sociais.

Atualmente, em Água Boa II o ingresso de trabalhadores rurais nas reflorestadoras de eucalipto em cidades distantes do local de origem e nos cafezais no sul de Minas permanece representando o meio mais recorrente de assalariamento na comunidade. Ciente de que as relações de trabalho estão em processo de mudança devido, por exemplo, à ampliação da mecanização nas monoculturas, não há neste texto a pretensão de engessar os princípios de vinculação mencionados, mas sim de contribuir para uma abordagem que destaque aspectos variados de um fenômeno tão recorrentemente investigado na literatura especializada.

Dessa perspectiva, busquei evidenciar de quais maneiras os processos se configuram e se objetivam em situações específicas, bem como de quais maneiras os mesmos operam segundo diferentes tipos de investimentos orientados para viabilizar projetos de vida pessoais e familiares.

De acordo com Félix (2008, p. 240), ao invés de estarem agindo como numa correria às pressas frente a uma catástrofe iminente, os sujeitos podem também estar lançando mão de um projeto de mudança de sua própria situação social. Torna-se necessário, portanto, considerar a articulação das possibilidades vigentes para a criação de novas, nos distintos contextos vividos pelos trabalhadores.

Recebido em: 25/01/2017

Aprovado em: 15/05/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. *Do Jequitinhonha aos Canaviais: em busca do paraíso mineiro*. Belo Horizonte, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1988.

BRITO, I. C. B. *Comunidade, território e complexo industrial florestal: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais*. Montes Claros, 2006. 154 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, 2006.

COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

CORREIA, J. R. *Pedologia e Conhecimento Local: Proposta Metodológica de Interlocação Entre Saberes Construídos por Pedólogos e Agricultores em Área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Agronomia) - Instituto de Agronomia, UFRRJ, 2005.

DURHAM, E. *A caminho da cidade: vida rural e a migração para São Paulo*. 3ed. São Paulo: Perspectiva (Coleção Debates), 1984.

FELIX, G. A. *O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa Região da Amazônia Oriental*. Niterói:Eduff, 2008.

FROES, L. T. M. *Todo mundo pela família: Gestão feminina e vida familiar diante do assalariamento sazonal dos homens*. Niterói, 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFF, 2012.

GARCIA, A. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Brasília: Editora Marco Zero e Editora Unb em co-edição com MCT CNPq, 1990.

GALIZONI, F. M. *A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*.

GUEDES, A. D. *O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás*. São Paulo: Garamond, 2013.

MAIA, C. J. *“Lugar” e “trecho”*: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MARTINS, J. S. *Não há terras para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Migrações temporárias: problema para quem? *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-8, maio/ago. 1988.

NEVES, D. P. *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói: Intertexto, 1999.

RIBEIRO, E. M. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Cedefes, 1996.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. As andanças dos mineiros: considerações sobre as viagens sazonais de trabalhadores rurais migrantes do norte e nordeste de Minas Gerais. *Cadernos de Administração Rural*, v. 8, n. 2, p. 72-78, jul./dez. 1996.

SAHLINS, M.. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, M.; MENEZES, M. A. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs.). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH et. al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

DIMENSÕES DA MEMÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO¹

Marco Antonio Teixeira

RESUMO

O artigo analisa a maneira como trabalhadores rurais, seus familiares e atores envolvidos nos conflitos sociais no campo fluminense se lembram e narram as memórias sobre a repressão política que os atingiu durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Esta reflexão se baseou nos dados da pesquisa *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, financiada pela FAPERJ e voltada para auxiliar os trabalhos da CEV-Rio. A análise feita aqui buscou destacar as variadas maneiras como as memórias sobre os conflitos e repressão foram narradas pelos diferentes atores que viveram alguns dos eventos traumáticos da ditadura iniciada no Brasil em 1964.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais; Memória Social; Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).

DIMENSIONS OF MEMORIES OF POLITICAL REPRESSION IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT

This article analyses how rural workers, their families and actors who are involved in social conflicts in fluminense countryside remember and tell their memories about political repression that hit them during Brazil's military dictatorship (1964-1985). This reflexion was based in *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* dates research, financed by Faperj and pointed to assist the CEV-Rio works. The analysis made here sought to highlight different ways how memories related to conflicts and repression are narrated by different actors who have lived some traumatic events during the dictatorship that started in Brazil on 1964.

Keywords: Rural Workers; Collective Memory; Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985).

1 Este texto deriva da pesquisa "Conflito e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro, 1946/1988", financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e com apoio da CEV/Rio. Uma primeira versão desse artigo consta no anexo do relatório final da CEV/Rio.

Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), com bolsa da Faperj. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: mateixeira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O tema de reflexão aqui proposto diz respeito às formas como a sociedade e os indivíduos lidam e expressam suas memórias sobre conflitos sociais associados a experiências históricas de repressão política. Mais especificamente, trata-se de analisar as memórias dos conflitos sociais no campo fluminense no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).²

Para isso, farei uma reflexão sobre as diferentes dimensões das memórias dos conflitos e repressão no campo fluminense expressas em algumas das fontes que serviram de subsídio na pesquisa “Conflito e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro: 1945-1988”. Foram elas: a) literatura sobre o tema; b) documentos primários; c) entrevistas. Cada uma delas nos ajuda a perceber diferentes dimensões das memórias sobre a repressão política que atingiu os trabalhadores rurais fluminenses durante a ditadura civil-militar no Brasil. E, por sua vez, nos ajuda a refletir sobre os significados das memórias sobre conflitos sociais em situações de repressão política.

Refletir sobre as variadas dimensões dessas memórias, inscritas em diferentes fontes, nos ajudam a: a) lidar com o problema da recordação e do esquecimento presentes em cada uma dessas fontes; b) com isso, pensar nos significados que cada fonte pode ter; c) e, finalmente, elaborar interpretações sobre os eventos considerando as possibilidades e limites das fontes.

1. AS FONTES

Para refletir sobre as memórias dos conflitos no campo no Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura parte-se da análise das fontes tratadas na pesquisa já mencionada. O pressuposto é o de que as fontes identificadas e analisadas, mediadas pela interpretação do pesquisador em diálogo com os atores que viveram os processos sociais estudados, são inscrições das dimensões das memórias da repressão política no campo fluminense.

Sendo assim, é importante antes de tudo apresentar as fontes. A partir disso, farei a seleção de algumas delas para refletir sobre as dimensões memoriais dos conflitos sociais rurais presentes em cada uma delas. Em linhas gerais, ao apresentar essas fontes, levarei em conta: a) o processo de constituição do material que veio a ser identificado como fonte histórica e o seu processo de constituição em acervo histórico; b) o contexto político e social no qual as fontes foram elaboradas como forma de dimensionar seus possíveis sentidos em um dado momento histórico. A análise considera os documentos em seu conjunto, buscando apreender possíveis relações entre as fontes – documentais, entrevistas e a literatura sobre o tema, dependendo de qual delas se fala.

A primeira fonte analisada foi a literatura acadêmica sobre o tema. Trata-se de diversos trabalhos feitos principalmente por historiadores, sociólogos e antropólogos, em diferentes momentos das suas formações acadêmicas (dissertações de mestrado, teses de doutorado, pesquisas coletivas). Como a literatura específica que articula conflitos sociais no campo e repressão política na ditadura é escassa, busquei na pesquisa ler e analisar trabalhos que abordassem temas correlatos e que trouxessem pistas para pensar aspectos do tema de investigação. Uma análise mais detalhada dessa literatura será apresentada no tópico seguinte.

O segundo conjunto de fontes considerado neste artigo foram os documentos primários:

² Formulação elaborada com base em Sarti (2004). Para o debate sobre violência política no campo no Brasil, ver Medeiros (1996).

a) no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ), analisamos principalmente os documentos das organizações sindicais dos trabalhadores rurais, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Estado, e aqueles produzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Este foi o primeiro conjunto de material sobre o qual nos debruçamos porque já estava organizado e disponível para consulta pública, era de fácil acesso e porque o conhecimento prévio destes documentos por alguns pesquisadores nos davam a segurança de que seria um material que renderia dados e reflexões substanciais para a pesquisa. A leitura deste material no começo da pesquisa nos permitiu identificar a ocorrência de mais de cem conflitos sociais na área rural do Estado do Rio de Janeiro.³ Este mapeamento inicial serviu de referência para a escolha das situações que seriam pesquisadas em profundidade.⁴ Tal escolha foi necessária para tornar viável o conhecimento com mais profundidade de algumas situações conflitivas, para que pudéssemos compreender de forma mais detalhada como se estruturou a repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro e os seus significados;

b) os documentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ). Como o material desta instituição não era um acervo organizado, foi necessário localizar os documentos, higienizá-los e organizá-los para que fosse possível analisá-los. O material de interesse da pesquisa (aquele até o ano de 1988) e em condições de ser manipulado foi digitalizado e está disponível para consulta no site do NMSPP/CPDA/UFRRJ.⁵ Trata-se principalmente de relatórios de conflitos, de atividades da federação, ofícios trocados entre sindicatos, federação e confederação e destas entidades com órgãos estatais, processos trabalhistas, entre outros.

c) os documentos do Centro Documental sobre a História Política do País *Memórias Reveladas*, disponível para consulta no Arquivo Nacional, formado principalmente por documentos do Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações;

d) os documentos do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, formado por processos judiciais movidos para identificar pessoas envolvidas com o que os militares consideravam “atos de subversão”. Este material foi organizado pelo Conselho Mundial das Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo, nos anos 1980, e está disponível para consulta pública em portal na internet;⁶

e) os documentos da CPT, da cúria de Nova Iguaçu e da cúria de Volta Redonda. Este material é oriundo de setores da Igreja Católica que desempenharam papel importante em alguns conflitos, apoiando a luta dos trabalhadores rurais e denunciando muitas das violências que os atingiram. Eles oferecem a leitura dos conflitos feita por essas instituições. Uma parte desses documentos está disponível no site da CPT. Outra parte teve que ser recuperada no próprio acervo da entidade em Goiânia, pois ainda não está digitalizada. Suplementarmente, foram usados os boletins da Arquidiocese de Nova Iguaçu (*A Folha*) e de Volta Redonda.

f) documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza o acervo das polícias políticas do Estado do Rio de Janeiro. Esse material foi pouco explorado na pes-

3 No final da pesquisa, identificamos 219 conflitos sociais no campo fluminense entre 1946 e 1988.

4 Na escolha dos casos analisados, selecionamos pelo menos um conflito de cada região do estado do Rio de Janeiro. Nesta triagem, buscamos também abranger os vários tipos de conflitos ocorridos, compreendendo a diversidade de atores em cena. Para isso, o conhecimento prévio de parte da equipe de pesquisa sobre os conflitos sociais rurais fluminense foi essencial.

5 <http://www.nmspp.net.br>

6 <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>

quisa. Pretendemos analisá-lo com mais profundidade em projetos que se desdobrem da pesquisa aqui referenciada.

g) Documentos da imprensa disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Por fim, o terceiro conjunto de fontes analisadas neste artigo foram as entrevistas realizadas com trabalhadores rurais, lideranças ou não, seus familiares e seus apoiadores (advogados, agentes religiosos, assessores sindicais e outros simpatizantes, como estudantes). Todos eles estiveram envolvidos de alguma maneira nos episódios conflituos no meio rural do Rio de Janeiro entre os anos 1940 e 1980. As entrevistas utilizadas na pesquisa podem ser divididas em dois blocos no que se refere aos seus contextos de produção:

a) aquelas realizadas no contexto da atual pesquisa e, portanto, orientadas pela problemática que estruturou nossa investigação. Elas foram feitas em um momento de alta intensidade do debate sobre justiça de transição no Brasil, que tem como marco a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A criação da CNV estimulou uma série de desdobramentos, como: a criação das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais; o destaque e emergência de diversos grupos na sociedade civil que abordam de alguma maneira a temática da memória, verdade e justiça; a ampliação de notícias na mídia sobre o tema, fazendo crescer o debate público sobre o assunto.⁷ Temos, portanto, um contexto no qual há uma situação de oportunidade política para se debater o tema.⁸

b) aquelas realizadas em diferentes contextos históricos e de pesquisa. Embora essas entrevistas não tenham sido feitas com o mesmo foco das demais entrevistas realizadas no âmbito da presente pesquisa, trouxeram pistas que nos levaram a entender melhor os conflitos sociais e o processo de repressão política contra os trabalhadores rurais na área rural fluminense. Nesse conjunto de depoimentos há uma diversidade de relatos que se referem a várias situações de pesquisa. Cabe situar cada uma delas em detalhe quando se recorrer a elas. Aqui, foi suficiente apontar alguns parâmetros gerais que as situam como “entrevistas feitas por terceiros”.⁹

2. DIMENSÕES DA MEMÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO

A pesquisa mostrou diferentes dimensões da memória da repressão política contra os trabalhadores rurais entre 1946 e 1988, especialmente entre 1964 e 1985, durante a ditadura civil-militar no Brasil. Essas dimensões, quando analisadas conjuntamente, fornecem um panorama mais amplo e complexo da história dos conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro. Elas mostram diferentes versões que ora se complementam, ora se contrapõem, mas que no seu conjunto indicam a disputa pelo sentido dos acontecimentos que devem se cristalizar na memória histórica em construção, seja destacando episódios que devem ser lembra-

7 O debate sobre justiça de transição no Brasil não começou com a criação da CNV. No âmbito do Estado, este debate pode ser remetido a própria Lei de Anistia (1979), seguida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (1995) e Comissão de Anistia (2001), pelo Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) e pela Lei de Acesso à Informação (2011). Na esfera da sociedade civil, podemos mencionar como iniciativas de justiça de transição as denúncias de familiares de mortos, desaparecidos e presos, ainda durante a ditadura, a divulgação da identidade de agentes repressivos no jornal *Em Tempo* (anos 1970), a luta pela anistia, com a formação de Comitês Brasileiros pela Anistia (anos 1970), o Projeto “Brasil: Nunca Mais” (1979-1985), o Grupo Tortura Nunca Mais (registrado em 1987), entre tantas outras iniciativas.

8 Neste trabalho, refiro-me a oportunidade política como um conjunto de condições políticas e sociais conformadas socialmente que constituem uma configuração social que encoraja as pessoas a debaterem um determinado tema. O contrário disso seria a “restrição política”, quando condições históricas desencorajam o debate público sobre dado tema. Esta reflexão se baseia e se apropria de forma crítica das noções de oportunidades e restrições políticas desenvolvidas por Tilly (1978) e Tarrow (2009) para analisar a ação coletiva e as condições de mobilização social.

9 A maioria destas entrevistas está disponível para consulta no NMSPP/CPDA/UFRRJ. Para consultar informações sobre este acervo, ver: <http://www.nmspp.net.br>. Para o debate sobre alguns desafios e implicações em trabalhar com entrevistas feitas por terceiros, ver Borges (2012) e Luiz; Teixeira (2013).

dos, seja silenciando aqueles que não devem ou não merecem ser mencionados ou simplesmente foram esquecidos.

Neste trabalho vou mencionar as diferentes dimensões da memória de maneira panorâmica e tratar de três delas de maneira mais sistemática, tendo em vista o tipo de fonte utilizada: bibliografia, documentos e entrevistas. Busquei com isso ressaltar os aspectos da memória da repressão política no campo inscritas em cada uma das fontes.

2.1 A MEMÓRIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA E O SILENCIAMENTO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA DITADURA CIVIL-MILITAR

O debate acadêmico sobre a experiência da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar brasileira tem algumas contribuições significativas, como os trabalhos de Figueiredo (1978), Sigaud (1979), Palmeira (1985; 2009), Sader (1988), Medeiros (1989 e 2015), Martins (1994), Novaes (1997), Ricci (1999), Silva (2006), Santana (2008; 2014), Frederico (2010), Welch (2010), Carneiro e Ciocari (2011), Viana (2013), Mattos (2014), entre outros.

Além dessas publicações há que mencionar o projeto Memória Camponesa, coordenado por Moacir Palmeira e apoiado pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA). Trata-se de uma série seminários, reunindo lideranças de trabalhadores rurais para narrar suas experiências no regime civil-militar. Iniciado em 2004, com um evento de dois dias no Rio de Janeiro, prosseguiu com encontros semelhantes em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul.

Entretanto, esses investimentos, a despeito das muitas contribuições que trouxeram para o campo de estudos sobre o tema, não lograram conformar uma agenda de pesquisa sistemática sobre o assunto. Por isso, argumento que a memória da produção acadêmica brasileira, principalmente da História e das Ciências Sociais, sobre o mundo do trabalho na ditadura civil-militar foi marcada até muito recentemente pelo silenciamento, que tem pelo menos duas dimensões.

A primeira delas envolve a experiência da classe trabalhadora no contexto do regime civil-militar no Brasil. Neste âmbito, tem predominado o estudo da experiência dos trabalhadores no pré-1964 e no contexto de redemocratização, após 1978, cujo marco é a emergência das greves no ABC Paulista.¹⁰ É importante ressaltar esse marco, uma vez que não se pode falar que há pouca produção acadêmica sobre a experiência dos trabalhadores após esse período. Por outro lado, essa produção trata, principalmente, das greves do universo fabril dos operários urbanos paulistas e é marcada pela importância, que então era muito discutida, da construção de projetos políticos alternativos ao regime posto.

A segunda dimensão refere-se à repressão contra a classe trabalhadora e seus modos de resistência. Neste conjunto de estudos, têm predominado os trabalhos sobre as causas do golpe de 1964, a estrutura estatal da repressão, a resistência de grupos de esquerda armada e do movimento estudantil, movimentos culturais etc. A experiência do universo dos trabalhadores permanece pouco investigada.

Apenas mais recentemente houve o crescimento de pesquisas sobre a repressão aos trabalhadores no Brasil no período da ditadura. A publicação de alguns dossiês em revistas científicas, como a do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional dos Professores Universitários,

¹⁰ O termo se refere às cidades industriais localizadas na Região Metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

rios de História (Anpuh), é um elemento que expressa esse aumento do debate sobre o tema.¹¹ Outro espaço importante que deu visibilidade pública a essa agenda foi a criação de um grupo de trabalho (GT) no âmbito da CNV sobre a temática. Trata-se do GT “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical”. Além desse GT, houve ainda na CNV um GT específico para tratar da repressão contra os camponeses e indígenas.¹²

Com isso, tem havido uma incipiente interlocução entre pesquisadores e grupos de pesquisa que pode desembocar em uma linha de investigação duradoura. Esse processo, entretanto, ainda está se produzindo. São indicativos do crescimento desse debate nas agendas de pesquisa a consolidação do Grupo *Mundo do Trabalho* da Anpuh, o conjunto de Seminários *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, iniciativa do Arquivo Nacional e do Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores (Cedoc/CUT) já com quatro edições (2008, 2011, 2013 e 2016) e o *I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul*, realizado em 2015 pelo Laboratório dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), o Departamento de História da PUC-Rio e o Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Diante desse cenário, se impõe a necessidade de elaborar interpretações sobre os conflitos e repressão no campo, de modo a escrever uma história a contrapelo, conforme Benjamin (1986) mencionou. Ou seja, uma história do ponto de vista dos vencidos, ressaltando o papel desses agentes na história e na interpretação sociológica, compondo por sua vez uma memória da produção acadêmica sobre o tema mais ampla e complexa, considerando a experiência da classe trabalhadora na ditadura civil-militar brasileira. Isto feito, teríamos uma contribuição significativa para compor nosso conhecimento sobre a memória da repressão no campo no Brasil.

2.2 AS MEMÓRIAS DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO FLUMINENSE A PARTIR DA PESQUISA DOCUMENTAL

Até hoje, uma das maneiras mais usuais de se pesquisar a repressão contra trabalhadores foi a consulta a documentos oficiais das polícias políticas e das agências estatais de monitoramento e investigação. Nos anos mais recentes, essa tendência se intensificou quando os arquivos começaram a se tornar públicos, inicialmente pelo projeto BNM, depois pela plataforma Memórias Reveladas. Na presente pesquisa, além do material supramencionado, optamos por analisar os documentos produzidos pelas organizações sindicais de trabalhadores rurais, sobretudo os da federação estadual e de alguns sindicatos, quando foi possível, e da CPT.

As organizações de representação sindical dos trabalhadores rurais existem desde o pré-1964. As portarias que regulam a criação de sindicatos de trabalhadores rurais datam de 1962. A partir de então, vários sindicatos foram criados em várias partes do país. Logo depois, formaram-se as federações estaduais e, em dezembro de 1963, a confederação nacional. Com o golpe, algumas destas entidades sofreram intervenção pelo Ministério do Trabalho. Outras simplesmente fecharam porque suas principais lideranças precisaram fugir da perseguição que sofriam ou foram presas. Apesar disso, diversos sindicatos, federações e até mesmo a confederação continuaram a existir, atuando de diferentes maneiras, ainda que com limites restritos em

11 Trata-se do dossiê “Trabalhadores e Ditadura” (v. 6, n. 11, 2014). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/2157/showToc>>. Acesso em 20 set. 2015.

12 A separação entre trabalhadores de um lado, e camponeses, do outro, é indicativa da maneira como o urbano e o rural são vistos na sociedade brasileira: de maneira dicotomizada. Embora cada grupo tenha suas particularidades, uma análise abrangente que investigue como a repressão atingiu os trabalhadores (urbanos e rurais) poderia subsidiar uma interpretação mais ampla sobre o caráter de classe do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil, como já apontam alguns estudos. Sobre isso, ver Estevez; Assumpção; Guimarães (2015).

muitas situações. Por terem tido perenidade e por terem acompanhado muitas das lutas sociais no campo pós 1964, essas organizações produziram uma grande quantidade de documentos nos quais havia, em muitos casos, detalhados relatos das situações de violência vivenciadas pelos trabalhadores rurais. Por isso, a sua leitura e análise trouxeram pistas importantes para se conhecer a violência no campo no período. Na presente pesquisa, os documentos da Fetag/RJ foram a principal fonte desse tipo consultada.

No entanto, recuperar os documentos sindicais não foi uma tarefa simples, uma vez que não há nessas entidades uma preocupação sistemática de preservação e organização desse tipo de material. É uma situação existente não só entre os sindicatos de trabalhadores rurais, mas também na grande maioria dos sindicatos urbanos. Os diversos relatos de situações similares nas quatro edições do *Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, alguns deles registrados nos anais do congresso e publicados mais recentemente, mostram com clareza esse tipo de dificuldade.¹³ Elementos como a falta de conexão entre as gerações que viveram o tempo da ditadura e as novas gerações;¹⁴ a ação política orientada para demandas do cotidiano e emergenciais, que influenciam o presente dos trabalhadores de forma mais direta; e a falta de recursos, estrutura e conhecimento técnico para tratar esse material são fatores explicativos para o pouco cuidado com os arquivos sindicais.

Esse episódio é em alguma medida indicativo do lugar atribuído pelas lideranças sindicais de hoje à memória das lutas no campo: aproxima-se de uma situação de pouca ou nenhuma atenção a essa memória, uma vez que não há uma ação que vise preservar essas fontes documentais para que seja possível por meio delas conhecer parte da história da atuação sindical durante a ditadura. Isso não significa, porém, que as lideranças do presente não se importem com a sua história. Em diversas ocasiões eles manifestaram em falas suas preocupações em preservar esses documentos e conhecer a história da categoria que representam. Contudo, essas falas não foram transformadas em ações de preservação desses arquivos. Vale destacar que a situação de pouca atenção para a memória não é absoluta, mas expressão do que importa no tempo presente para o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais fluminenses. E não significa que será sempre assim.

Para trabalhar com os documentos da Fetag/RJ, a equipe da pesquisa se dedicou durante alguns meses ao tratamento desse material, que consistiu em sua higienização básica, identificação e organização preliminar. Em seguida, o material foi digitalizado, como já mencionado anteriormente. A análise destas fontes, em conjunto com a leitura dos documentos produzidos pelas organizações sindicais que estão disponíveis para consulta no NMSP/CPDA/UFRRJ, nos deu um amplo panorama sobre os conflitos sociais no campo no estado.¹⁵

13 Ver Stampa e Marques (2010); Stampa e Netto (2013); Pereira e Garcia (2014); Pessanha e Medeiros (2015); Lopes e Regos (2015); Santana e Rodrigues (2015); Marques e Troitiño (2016); Gill e dos Santos Neto (2016); Medeiros e Teixeira (2016).

14 Refletindo sobre alguns aspectos que carregam de tensão a questão da verdade e da justiça na atual conjuntura, Padrós destaca a dimensão pedagógica. Segundo o autor, esta dimensão é fundamental para recompor a desconexão entre a geração que viveu o cotidiano dos regimes autoritários e a que veio depois. Nas palavras do autor: “Tal desconexão se expressa, muitas vezes, no desconhecimento geral que essas novas gerações possuem sobre o passado recente, ou através de um precário e perturbador senso comum. Pode-se dizer que tal constatação é o resultado, mais do que a ausência de “políticas de memória”, da aplicação deliberada de “políticas de esquecimento”, ou seja, a proposição de ações de “esquecimento induzido”: sonegação de informação; difusão de informações ambíguas; imprecisão conceitual; relativização da violência irradiada contra a população; apagamento das responsabilidades pelos crimes estatais; e a reafirmação de justificativas como a teoria dos dois demônios, ou da tese da ditabranda”. (Padrós, 2012, p. 69-70). Esta reflexão, feita por Padrós para um plano mais geral da sociedade, apresenta elementos que contribuem para entender a cisão entre gerações que considero ter havido e que explicam, em parte, o tratamento dado aos documentos por organizações de trabalhadores.

15 Não foi possível replicar essa ação nos sindicatos. Apenas marginalmente tivemos acesso aos documentos sindicais, seja porque eles não existem ou não foram localizados pelos agentes que atuam nos sindicatos ou porque não houve tempo da equipe em se dedicar a essa linha de trabalho.

Obviamente, como todas as fontes, essa também tem limites que precisam ser tratados metodologicamente. Sabemos que sua produção reflete uma leitura sindical das lutas sociais no campo fluminense e que por isso produz uma série de ênfases em alguns episódios (aqueles que tiveram o protagonismo do movimento sindical) e silenciamentos sobre outros processos importantes (principalmente aqueles que não tiveram a participação ativa do movimento sindical). Para lidar com isso é importante que o pesquisador recorra a diferentes fontes para cotejar os diversos pontos de vista sobre os eventos e assim poder produzir uma interpretação mais abrangente no sentido de contemplar as diferentes vozes que vivenciaram determinado processo analisado.

Com isso, foi importante também na presente pesquisa a análise dos documentos produzidos pela CPT, outra entidade que atuou em alguns conflitos no estado. Da mesma maneira que os documentos da Fetag/RJ, o material produzido pela CPT apresentou vestígios sobre conflitos, repressão e atuação da entidade em algumas situações. Além disso, o cotejamento destes documentos foi complementado com a análise de documentos do Estado e da imprensa. A leitura dessas fontes em conjunto nos permitiu construir uma interpretação sobre os conflitos sociais e repressão no campo fluminense mais complexa, agregando diferentes pontos de vistos, vestígios das memórias desses episódios que se cristalizaram nesses documentos.

2.3 Memórias dos conflitos e repressão nas narrativas dos atores

As entrevistas feitas ou utilizadas na pesquisa tinham três diferentes perfis de atores: trabalhadores rurais protagonistas dos conflitos, os familiares desses trabalhadores e alguns dos seus apoiadores. Em linhas gerais, podemos apreender da fala de cada um desses perfis uma dimensão da memória dos conflitos e repressão no campo. Obviamente, cada uma dessas falas ressalta outras dimensões e isso geralmente tem a ver com a experiência social e trajetória passada e presente de vida dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras rurais que estiveram à frente dos conflitos e foram os principais atingidos diretamente pela repressão política mostraram uma memória que destaca, principalmente, como eles se envolveram nos conflitos; o protagonismo que eles e outros trabalhadores tiveram na luta pela conquista da terra, destacando geralmente a coragem que precisaram ter para resistir à repressão de supostos proprietários – os *grileiros* –, policiais, exército e outros agentes repressivos (que variam conforme a situação); e as ações empreendidas para conseguir a desapropriação das terras (ações coletivas, tais como ocupações em frente a prédios públicos, resistência ao despejo nos locais onde viviam, ações na justiça, reuniões com agentes do Estado, ações armadas).

Essas entrevistas constroem uma narrativa com um caráter heroico da luta dos trabalhadores rurais, nas quais pouco aparece a história daqueles que desistiram de lutar pela terra, as derrotas sofridas ou aspectos do cotidiano da vida dos trabalhadores. As dificuldades e derrotas, quando aparecem, servem como elemento que vai compor a trajetória que precisou ser enfrentada para se chegar até a vitória – geralmente a conquista da terra.

Nesse caso, há entrevistas feitas no atual contexto de pesquisa, mas a grande maioria das entrevistas analisadas desse perfil se refere a momentos anteriores, principalmente porque algumas das principais lideranças das lutas sociais no campo no período estudado já morreram ou estão bem idosas. As referências mais emblemáticas desse conjunto de entrevistas são aquelas feitas no âmbito da pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”, em 1982 e 1983, e as falas dos trabalhadores e trabalhadoras no seminário *Memória Camponesa*, edição do Rio de Janeiro, realizado em 2004.

As entrevistas com os trabalhadores rurais que viveram os conflitos, mas que não eram lideranças, aglutinam tanto os depoimentos de familiares de lideranças quanto o de pessoas comuns. Elas trazem as lembranças daqueles que viveram os conflitos, mas não estavam envolvidos diretamente neles, ou que apenas ouviram histórias sobre esses conflitos e a repressão. A força dessa situação permite falar em uma “memória quase que herdada”. Segundo Pollak: “De fato [...], podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (Pollak, 1992, p. 201).

Esses depoimentos indicam uma memória difusa sobre os conflitos e a repressão, destacando diferentes pontos de vistas com lembranças a elementos que não costumam estar presentes no depoimento das lideranças, como uma memória mais do cotidiano dos acontecimentos. Na sua maioria, foram entrevistas feitas no contexto da pesquisa.

Por fim, temos um grupo de entrevistas com apoiadores dos trabalhadores rurais. São advogados, agentes religiosos e assessores de organizações sindicais, principalmente, mas também pessoas que se sensibilizaram diante do que foi visto como uma situação injusta: em geral, a tentativa de despejo de grupos de trabalhadores dos locais onde viviam. Suas lembranças trazem narrativas sobre as maneiras pelas quais a resistência foi articulada, vivida e contada por atores que se dedicaram a apoiar essas lutas. Trata-se de uma memória dos apoiadores dos trabalhadores rurais.

Esse conjunto de entrevistas, contudo, não nos permite acessar de forma direta a memória das pessoas que foram vítimas de despejo e fugiram ou simplesmente desistiram de resistir. Grynszpan (1987) afirmou que o despejo foi o principal problema social vivido pelos trabalhadores rurais fluminense no pré-1964. Esse processo não começou em 1964 nem tampouco acabou em 1988. Mas ganhou contornos mais fortes no período da ditadura civil-militar, uma vez que em muitas situações esses despejos aconteceram como resultado de um conluio entre agentes privados e públicos que se intensificou no período da ditadura. Como se trata do principal problema enfrentando pelos trabalhadores rurais, o despejo atingiu quantitativamente o maior número de pessoas. A despeito disso, acessar a memória daqueles que foram despejados ou fugiram e foram viver em outros locais é particularmente difícil: requereria uma enorme quantidade de tempo e dedicação para localizar grupos que, muito provavelmente, estão dispersos em diferentes lugares do estado ou até mesmo do país. Isso significa que as famílias expulsas tiveram suas vivências em certas localidades interrompidas. Com isso, suas memórias, que também são vinculadas ao espaço, também foram interrompidas no sentido de não poderem continuar se elaborando socialmente como estavam acostumadas a fazer.

Na pesquisa, acessamos em alguma medida narrativas de memórias sobre os despejos a partir da fala de atores que optaram por resistir e permanecer na terra em que viviam. E isso tem implicações profundas no tipo de narrativa que se constrói sobre aqueles que não resistiram. A história do ponto de vista desses atores ainda está para ser contada.

Outra face das narrativas dos entrevistados sobre os conflitos e repressão no campo foi o silenciamento sobre os episódios de repressão em si. Esse silenciamento tem a ver com o medo de que algo parecido possa se repetir ou com uma negação em narrar acontecimentos que quando lembrados causam dor e sofrimento. Estamos diante, portanto, de memórias traumáticas sobre dados eventos.

Pollak (1989) apresentou o debate sobre os silêncios na memória, afirmando que eles podem ocorrer, por exemplo, por causa de uma lembrança traumatizante, seja por razões políticas, pessoais ou ainda de outra ordem. Além disso, uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos também pode levar ao silêncio em uma memória. A memória evocada por al-

guém está repleta de silêncios, “zonas de sombra”, “não-ditos”, nas palavras de Pollak. “As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (Pollak, 1989, p. 8).

Contudo, se para algumas pessoas o silêncio é o subterfúgio para lidar com os medos e traumas vividos, para outras, essa memória ganha outro sentido quando narrada. Alguns entrevistados construíram suas narrativas contando os acontecimentos traumáticos para construir uma história de superação e coragem. Vale lembrar que essa narrativa é construída no presente, após ter alcançado o sucesso das lutas.

A marca do presente nas entrevistas feitas fica particularmente clara também em outra situação que nos deparamos: pessoas que nos procuraram para contar episódios de perseguição política durante a ditadura mobilizadas pela esperança de serem reparadas economicamente. Essa situação só ganhou destaque no contexto de alta intensidade do debate público sobre justiça de transição no Brasil. O desejo de obter reparação pela perseguição sofrida fez com que as pessoas narrassem os acontecimentos vividos e passassem a buscar indícios que comprovassem a maneira como foram perseguidas e reprimidas, condição para que possam dar início a um processo de reparação. É nesse sentido que falamos que essas memórias são ativadas, pois elas eram subterrâneas até que emergissem diante de uma oportunidade política, tendo a possibilidade de se tornarem parte da memória oficial.

Por fim, o caráter político e a marca do presente na construção das narrativas dos trabalhadores sobre os episódios de conflitos e repressão no campo ficaram particularmente visíveis nos episódios conflituos ocorridos em Cachoeiras de Macacu, município localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Há atualmente em desenvolvimento neste município um projeto de construção de barragens na região da Bacia do Rio Guapiaçu. O projeto é uma exigência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para liberação da obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Para licenciar esta obra, a Petrobras teve que financiar novas obras de captação de água para o leste metropolitano do Rio de Janeiro. A construção da barragem no rio Guapiaçu é essa obra. A barragem terá cerca de 21 quilômetros quadrados e vai atingir por volta de 3.000 pessoas. Fabrício Teló, ao pesquisar esta história e se deparar com a situação vivida no presente pelos agricultores de Cachoeiras de Macacu, escreveu:

Na área em que está projetado o alagamento da barragem [...] temos famílias que vêm de diferentes trajetórias, a maioria marcadas pela vulnerabilidade e por processos de expropriação, que se intensificaram com a ditadura. As que vieram do Imbé, por exemplo, já estavam lá porque haviam sido expulsas de outras terras antes, como é o caso das que foram despejadas da Fazenda do Largo, em São João da Barra, ou de antigos colonos do café oriundos de Minas Gerais e do norte fluminense que se obrigaram a buscar outras formas de sobreviver em função da crise cafeeira. Os que já estavam em Cachoeiras de Macacu enfrentaram a perseguição militar em função do conflito da Fazenda São José da Boa Morte. Estes agricultores, depois de cinco décadas, correm o risco de serem novamente expulsos de suas terras, o que mostra a constante vulnerabilidade a que estão sujeitos os trabalhadores do campo no Brasil, sobretudo aqueles a quem a terra não é objeto de herança, mas de conquista (Disponível em: <http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2015/03/expulsao-de-agricultores-para-barragem.html>. Acesso em: 22/09/2015).

Dona Roseli, assentada em Cachoeiras de Macacu, em um depoimento que deu durante um evento oficial da CEV-Rio chamado *Testemunhos da Verdade*, construiu sua argumentação contando de forma cronológica como em sua trajetória ela foi sistematicamente expulsa de

vários locais: saiu do Imbé para ir morar em Cachoeiras de Maccacu nos anos 1960; nos anos 1970/1980 lutou para permanecer na área; e agora precisa lutar novamente para não ser expulsa da terra que vive há anos.

A história de resistência dessas pessoas é rememorada e utilizada como uma forma de mostrar como elas têm: a) sido sistematicamente vítimas de ações de expulsões ou tentativas de expulsões; b) ao mesmo tempo em que serve de inspiração à luta atual contra a barragem. Com isso, a memória das lutas nessa área é reavivada com uma conotação política, como forma de fazer lembrar do histórico de repressão nessa área e como maneira de unir um grupo novamente. Essa fala se inscreve num conjunto de reflexões sobre os efeitos dos usos da memória. A memória reavivada nesse caso tem servido como maneira de vincular o grupo que está sob ameaça de despejo, ao mesmo tempo em que o ajuda a conhecer e melhor entender o passado traumático que viveram (Thonson, 2000).

Trata-se de uma situação em que o passado se converte em princípio de ação para o presente, em que a experiência traumática particular ganha a dimensão pública a partir do exemplo e da lição que dela se pode extrair, conforme destacou Todorov (2000) em trabalho no qual faz reflexões sobre os usos da memória.

A memória do passado é reavivada como uma memória exemplar e tem um sentido potencialmente libertador, ao contrário das memórias literais, intransitivas e incomparáveis entre si. O uso exemplar da memória “permite utilizar el pasado con vistas al presente, aprovechar las lecciones de las injusticias sufridas para luchar contra las que se producen hoy día, y separarse del yo para ir hacia el outro” (Todorov, 2000, p. 32).

A questão que deve ser colocada a partir do conhecimento do passado é: o que fazer com ele e que lições extrair? (Todorov, 2000, p. 33). O caso da memória reavivada em Cachoeiras de Macacu mostra o que é possível fazer como o conhecimento do passado, ressaltando como o presente marca o ato de lembrar (e de esquecer).

3. SIGNIFICADOS DAS DIMENSÕES DAS MEMÓRIAS

Durante a pesquisa percebemos as dificuldades em se falar sobre a memória de trabalhadores (principalmente do campo), tema com pouco espaço nas discussões sobre ditadura e justiça de transição. Mais difícil ainda foi tratar isso em um país que vive um processo de justiça de transição tardio (porque, diferente de outros países latino-americanos, **só muito tarde começou a criar instrumentos de justiça de transição**) e lento (porque **ainda não abriu todos os arquivos, como os militares, porque demora para julgar os processos de reparação na comissão de anistia, porque apresentou poucas descobertas novas na CNV**).

O esforço feito neste artigo buscou ressaltar as variadas maneiras como as memórias sobre os conflitos e repressão são tratadas pelos indivíduos e sociedades. Fica claro como a lembrança e o esquecimento, inscritos nas diferentes fontes, estão fortemente relacionados ao presente, aspecto mencionado de forma marcante na literatura sobre memória. Segundo Pollak, a memória é seletiva e sofre flutuações em função do momento em que ela é expressa – “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p. 4). Já Portelli (1998) afirma que a memória deve ser considerada em seu tempo histórico. Nossos dados convergem, portanto, com as reflexões de ambos os autores. Pensar sobre a importância do presente na construção dessas memórias é importante para o pesquisador saber como tratar essas memórias na elaboração da sua narrativa sobre a história. Também é importante refletir sobre como as pessoas lembram desse passado, de formas variadas, também conforme seus papéis sociais e suas experiências no passado e no presente (no caso das entrevistas).

As vítimas dos regimes totalitários se empenharam em entender e conhecer o que se passava nos campos de concentração como forma de sobrevivência e como uma maneira de combater o que se passou. Com isso, a reconstrução do passado era vista então como ato de oposição ao poder (Todorov, 2000). Podemos aproximar o contexto da pesquisa e do debate sobre justiça de transição no Brasil do cenário descrito por Todorov. A reconstrução do passado é uma forma de combater o que se passou, um ato de oposição ao poder que existia e ainda existe de algumas formas na sociedade – através de alguns traços, como a existência da violência no campo e as tentativas de expulsões de camponeses das áreas onde vivem há anos, deputados defendendo o poder dos militares, pessoas pedindo intervenção militar.

A pesquisa “Conflito e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro: 1945-1988”, no contexto de um trabalho para a CEV-Rio, tentou ser uma contribuição para a elaboração de uma narrativa histórica e sociológica sobre os conflitos e repressão no campo, destacando o papel dos trabalhadores rurais e seus apoiadores nessa história.

As experiências descritas na pesquisa a partir de diferentes dimensões da memória da repressão no campo, que pode ser recuperada de variadas formas, como foi mostrado (via literatura, documentos diversos e entrevistas), não são situações isoladas, particulares, desconectadas de outras experiências. Essas experiências ilustram a forma como a ditadura civil-militar reprimiu os trabalhadores no Brasil, de maneira geral, e os trabalhadores do campo, de forma mais específica. Nesse sentido, reconstruímos essas memórias não para buscar o que há de particular em cada narrativa. Mas para buscar no conjunto das narrativas construídas a partir da diversidade de memórias elaboradas uma experiência que revele uma situação: a repressão contra os trabalhadores e, talvez valha dizer, o caráter de classe da repressão política durante a ditadura.

Buscando uma aproximação com Todorov (2000), ele nos disse que o senso comum que apresenta a experiência do holocausto dos judeus como única não nos ensina nada, pois é desconectada do passado e com isso é incomparável com o presente. Seguindo a orientação de Todorov, devemos buscar conectar as experiências do passado entre si e com o presente de modo a dotá-las de algum ensinamento no presente.

O presente artigo, ao apresentar as dimensões das memórias da repressão política no campo fluminense, ressalta não só aspectos da história e memória da experiência social dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro. Este texto ressalta também alguns temas referentes à pesquisa sobre os trabalhadores rurais durante a ditadura de 1964 que são carentes de investigação assim como possíveis caminhos de pesquisa pelos quais a história camponesa possa ser narrada e interpretada – a história a contrapelo, como sugere Walter Benjamin. É o próprio Benjamin que afirma não haver redenção possível se não se fizer o resgate das vítimas da história, condição para a transformação ativa do presente (Benjamin, 1986). Conhecer e mostrar a história dos camponeses e das lutas camponesas durante a ditadura é ainda tarefa pendente e missão para os pesquisadores do presente.

Recebido em: 28/01/2017

Aprovado em: 15/05/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BORGES, V. T. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. *Diálogos*, Maringá, maio/ago. 2012, v. 16, n. 2, p. 663-676.
- CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.
- ESTEVEZ, A.; ASSUMPCAO, S. R.; GUIMARAES, V. O caráter de classe da ditadura e a invisibilidade dos trabalhadores. *Re-vista Verdade, Justiça e Memória*, Rio de Janeiro, 2015, v. 9.
- FIGUEIREDO, A. Intervenções sindicais e o novo sindicalismo. *Dados*, Rio de Janeiro, 1978, v. 17, p. 135-155.
- FREDERICO, C. A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984). São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GILL, L. de A. G.; DOS SANTOS NETO, M. G. (Orgs.). Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e campo. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2016. v. 2.
- GRYNSPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. 2 vol. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- LOPES, C. (Org.); REGOS, T. C. (Org.). Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo. 1ª. ed. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2015. vol. 2.
- LUIZ, J. R.; TEIXEIRA, M. A. Alguns desafios na organização de acervos de fontes orais: o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ). *História Oral*, Rio de Janeiro, 2013, v. 16, p. 73-99.
- MARQUES, A. J.; TROITINHO, S. (Orgs). Arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2016. v. 1.
- MARTINS, H. H. T. de S. Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. v. 1
- MATTOS, M. B.; VEGA, R. (Orgs.). Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 1.
- MEDEIROS, L. S. de S. História dos Movimentos Sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- _____. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, 1996, v. 1, n.1, p. 126-141.
- _____. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 195-230.
- MEDEIROS, L. S.; TEIXEIRA, M. A (Orgs.). Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2016. v. 3.
- NOVAES, R. C. R. De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- PADRÓS, E. S. Ditadura brasileira: verdade, memória... E Justiça? *Historiae*, Rio Grande do Sul, 2012, 3 (3): 65-84.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

- _____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. de, PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).
- PEREIRA, R. de C. M. (Org.); GARCIA, D. (Org.). *Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores, 2014. v. 1.
- PESSANHA, E. (Org.); MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Resistência dos Trabalhadores na Cidade e no Campo*. 1. ed. São Paulo: Cedoc/CUT, 2015. v. 1.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICCI, R. *Terra de ninguém. Representação sindical no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, Santa Catarina, 2008, v. 1, p. 269-309.
- _____. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2014, v. 12, p. 85-98.
- _____. M. A.; RODRIGUES, V. A. C. *Direito à memória e à verdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.
- SARTI, C. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso)*, Rio Grande do Sul, 2014, v. 20, p. 77-105.
- SIGAUD, L. M. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, O. H. da. *A Foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.
- STAMPA, I. (Org.); MARQUES, A. J. (Org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: CUT Brasil e Arquivo Nacional, 2010.
- STAMPA, I. (Org.); NETTO, R. de S. (Org.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. v. 1.
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THONSON, A. Aos cinquenta anos. Uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House, 1978.
- TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- VIANA, G. (coord.). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- WELCH, C. A. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOBILIZAÇÃO E CONFLITO NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ¹

Sandolene do Socorro Ramos Pinto; Heribert Schmitz

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as mobilizações e os conflitos sociais em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Campo da Mangaba, município de Maracanã, no Pará. Na pesquisa foram utilizadas as técnicas de observação direta e entrevistas nas comunidades que fazem parte do Campo da Mangaba e na sede municipal. As conclusões mostram que as mobilizações começaram em decorrência de conflitos sociais pelo uso dos recursos naturais e pela posse da terra, os quais colocavam em risco a sobrevivência das denominadas populações tradicionais, que praticam o extrativismo vegetal e animal, além da agricultura. Os conflitos levaram à mobilização dos extrativistas, mediada pela ação das lideranças. A mobilização em favor da implantação da reserva desencadeou novos conflitos, o que contribuiu para criar a coesão do grupo em torno do objetivo comum e conquistar a RDS. Palavras-chave: Mobilização; Conflito social; Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

MOBILIZATION AND CONFLICT IN THE PROCESS OF SETTING UP A CONSERVATION AREA IN PARÁ STATE, BRAZIL

ABSTRACT

The aim of the paper is to analyze the mobilizations and the social conflicts around the creation of a Sustainable Development Reserve (SDR) in the Mangaba Field, municipality of Maracanã, State of Pará, Brazil. In the research was carried out direct observation and interviews in the communities that are part of the field and in the centre of the municipality. The research outputs show that the mobilizations started due to social conflicts over the use of natural resources and land tenure that put at risk the survival of so-called traditional populations who practice plant and animal extraction, as well as agriculture. The conflicts led to the mobilization of the people of the Mangaba Field mediated by their leaders. The mobilization in order to implement the reserve, in turn triggered new conflicts, which helped to create group cohesion around the common goal and to win the SDR.

Keywords: Mobilization; Social Conflict; Sustainable Development Reserve.

¹ Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFFA, Belém, PA, bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas foram implantados vários tipos de unidades de conservação (UC) no Brasil com o objetivo de unir a conservação dos recursos naturais com a reprodução social dos povos e comunidades denominadas tradicionais². Existem duas categorias de unidades de conservação: uma, denominada *de proteção integral*, não permite a intervenção antrópica, mesmo que haja pessoas morando no interior das áreas em questão; outra, chamada *de uso sustentável* prevê a manutenção de moradores nesses locais, sendo protegidos os conhecimentos tradicionais desses povos junto com os recursos naturais pertencentes aos espaços conservados. A Reserva Extrativista (Resex) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) estão incluídas na categoria *de uso sustentável*. Todas essas reservas são reguladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação Sistema (Snuc), instituído pela lei n.º 9.985/2000 (Brasil, 2000).

Inicialmente predominaram as UC de proteção integral, muitas vezes implantadas em áreas onde residiram há muito tempo grupos de agroextrativistas, como nos Lençóis Maranhenses (Moura, 2012), que perderam nessas áreas sucessivamente os direitos de acesso aos recursos naturais³. Nas últimas décadas, têm sido criadas preferencialmente UC de uso sustentável, considerando-se que a biodiversidade não é só um produto da natureza, mas em muitos casos também produto da ação humana, um resultado das práticas rotineiras das populações residentes no seu entorno (Diegues; Arruda, 2001). Uma das modalidades é a RDS, definida no artigo 20 da Lei n.º 9.985, como uma área natural destinada ao abrigo das populações tradicionais cuja sobrevivência é baseada em “[...] sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (Brasil, 2000).

A modalidade RDS foi criada como resultado da luta de ambientalistas em torno do pesquisador Márcio Ayres, conhecido por sua pesquisa sobre o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*), os quais não concordaram em proteger os animais em detrimento da população local. Por isso, a primeira UC desse tipo implementada foi a RDS de Mamirauá (AM), em 1996, que pretendia aliar a ideia da preservação ambiental à garantia da reprodução social dos seus usuários que residem, em geral, há muito tempo na área protegida.

Diferentemente da criação da primeira Resex do Brasil, a Resex Alto Juruá, criada no Acre, em 1990, ou da Resex “Verde para Sempre”, no Pará, decretada em 2004, ambas resultado da luta dos extrativistas (Cunha, [2001?]; Moreira, 2008), em muitas outras reservas nem sempre se registram mobilizações dos usuários ou da população do município para alcançar a sua criação. O papel de ambientalistas ou dos órgãos competentes nesse processo é, frequentemente, predominante. Autores, como Costa (2014), Lobão (2006) e Mattos (2008), destacam criticamente que as Resex (marinhas) foram criadas sem a participação efetiva dos usuários e que elas não são uma resposta à demanda socialmente construída dos povos e comunidades denominadas tradicionais. Lobão, que estudou cinco reservas marinhas extrativistas, também no Pará, e mais duas outras unidades de conservação afirma:

São convidados a ingressar em um novo universo cognitivo, mas desde que o façam de forma subalterna, sem poder tornar-se senhores de seus próprios des-

2 “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

3 Foi até cunhada a expressão “refugiados da conservação” (*Conservation Refugees*).

tinios. Os instrumentos mais comuns neste aprisionamento são a construção de identidades de fora para dentro, a ressignificação de seus lugares como Unidades de Conservação ou Áreas Protegidas sob a égide do Meio Ambiente e submissão aos ditames do Desenvolvimento Sustentável (Lobão, 2006, p. 18).

Ferreira (2004), que estudou mudanças sociais e conflitos em áreas protegidas na Amazônia e na Mata Atlântica, explica:

As UCs brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em situação de confronto com os moradores das áreas colocadas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, acabaram se tornando altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente investidos na condição de atores (Ferreira, 2004, p. 52).

Com o objetivo de conservar uma vasta área “[...] contínua de manguezais que, em termos comparativos nacionais e internacionais, está relativamente bem conservada [...]” (Silva Júnior et al., 2014, p. 4), o litoral paraense foi parcialmente transformado em área protegida por meio de doze reservas extrativistas marinhas, com aproximadamente 339.890 hectares. Nessa região do litoral paraense, está localizado também o município de Maracanã, onde o extrativismo animal e vegetal é uma atividade importante e, em 2002, foi criada a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (REMM) para proteger as áreas alagadas, como os manguezais e as áreas marinhas, com uma área de mais de 30.000 hectares. Em comparação com as reservas extrativistas florestais, essa área é relativamente pequena⁴, mas ela contempla principalmente o território da marinha com as áreas de mangue – as áreas mais sensíveis –, muito importantes para a reprodução da fauna.

A maioria dos usuários não mora na reserva, senão no entorno, uma característica das reservas extrativistas marinhas. O entorno da REMM abriga, além da sede do município, 75 comunidades com cerca de 1.500 famílias, o que significa que mais de 5.000 usuários vivem e sobrevivem dos recursos naturais explorados na área da reserva. As atividades desenvolvidas pelos moradores concentram-se no extrativismo animal (peixe, caranguejo) e vegetal e na agricultura. A vegetação da reserva e do entorno é composta de mata de terra firme, florestas secundárias, vegetação de várzea e manguezais (Barbosa; Schmitz, 2010). O entorno da reserva é considerado uma zona de amortecimento⁵.

Uma parte do entorno, uma área de terra firme de 3.571 hectares, é denominada Campo da Mangaba. Trata-se de uma área onde predomina o ecossistema campo cerrado com a ocorrência de remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) e de outras espécies vegetais, como o bacuri (*Platonia insignis*) e o muruci (*Byrsonima crassifolia*), que são impor-

4 A Resex Alto Juruá (AC) tem uma superfície de 537.946,47 hectares e a Resex Verde para Sempre (PA) de 1.289.362,78 hectares. Esse tipo de Resex visa conservar, principalmente, a floresta, e está localizado, sobretudo, em terra firme.

5 No âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por zona de amortecimento “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (art. 2, XVIII, da Lei n.º 9.985/2000). A Zona de Amortecimento visa atenuar os conflitos entre, por um lado, o uso de recursos naturais e as atividades econômicas e, por outro, a proteção de uma unidade de conservação. No entanto, muitas vezes, a Zona de Amortecimento não está demarcada segundo critérios ecológicos ou sociais, mas simplesmente definida como uma faixa de 10 km ao redor da unidade de conservação (Brasil, 2000).

tantes componentes, tanto para a alimentação, quanto para a comercialização. Dez comunidades são relacionadas ao campo e estão localizadas dentro dele ou à sua margem. Nessas comunidades, moram 388 famílias, com um total de 1.753 pessoas que vivem do extrativismo e, em pequena escala, da agricultura (Fernandes, 2011; Lima; Bordalo; Pimentel, 2009; Oliveira; Pereira; Paes, 2007; Pinto, 2016; Schmitz et al., 2007, 2010b).

A área tem sido alvo de investidas exploratórias que ameaçam a conservação e ocasionam a perda da biodiversidade, além de afetar diretamente a sobrevivência das populações ali residentes, uma vez que, durante a safra, utilizam os frutos da mangabeira e de outras espécies como importante componente alimentício e de melhoria da renda familiar. Há ocorrência de “[...] ocupação desordenada, derrubada da vegetação nativa para plantio de espécies exóticas, queima constante na área na época de estiagem, etc [...]” (Pará, 2013, p. 13), além de utilização intensiva de recursos naturais como a retirada de areia e seixo.

Nessa área, conflitos movidos por diferentes interesses têm sido deflagrados desde a década de 80 do século XX, envolvendo a utilização da área e de seus recursos naturais. Desde 2007, os moradores e usuários têm feito mobilizações pela criação de uma unidade de conservação, na categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas⁶. O fato de optar pela criação de uma nova UC mostra a incerteza dos usuários e dos moradores no entorno da REMM referente ao significado e à extensão da zona de amortecimento diante da insegurança e dos conflitos sobre o que é permitido ou não nessa zona⁷. Contribui para isso o conflito institucional, porque a REMM está sob a gestão da União, enquanto o entorno está sob o domínio do Estado do Pará.

Constatam-se também experiências de mobilização de usuários para a criação de reservas por causa da preocupação com a destruição do mangue e a exploração predatória do caranguejo, como em Bragança (PA). Catadores de caranguejo e universitários que estudaram o ecossistema engajaram-se com o apoio da Igreja Católica para a implantação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, nesse município, conquistando apoio político. Além disso, essa mobilização influenciou na criação simultânea de reservas extrativistas marinhas em Traquateua, Augusto Corrêa e Viseu, no litoral paraense (Costa, 2014; Schmitz et al., 2010b).

Em escala maior, Porro, Mota e Schmitz (2010) descrevem a emergência de movimentos de mulheres, que lutam pelo reconhecimento como grupos culturalmente diferenciados, favorecidos pela existência de uma política nacional afirmativa relacionada às populações denominadas tradicionais, sendo sua identidade coletiva fundada no extrativismo. O Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) teve na sua origem o apoio da Igreja Católica, na década de 80 do século XX, e contou com apoio de organizações da sociedade civil na formação das suas lideranças. No caso do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe, foi a ação de pesquisadores que reuniu um número significativo de mulheres extrativistas no I Encontro das Catadoras de Mangaba, em 2007, e que foi o ponto inicial para a luta pelo acesso livre aos recursos naturais, as mangabeiras, que as sustentam. Em ambos os casos, as mobilizações foram estimuladas pela ameaça ao modo de vida das extrativistas pela privatização das áreas de uso comum. Entre as bandeiras, encontraram-se a defesa do acesso aos recursos naturais nas áreas que elas denominam de babaçuais libertos e a “Lei do Babaçu Livre”, no caso das quebradeiras, e a implementação de reservas extrativistas, no caso das catadoras, que

6 Nessa pesquisa, adota-se a expressão “Campo da Mangaba” quando se faz referência à denominação da área e utiliza-se “Campo das Mangabas” por ser o nome atribuído à Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

7 Mesmo no âmbito jurídico, existe incerteza sobre esse tema, especialmente sobre a zona de amortecimento e a área circundante, como mostra o título de um artigo sobre o tema: “Área circundante e zona de amortecimento das unidades de conservação da natureza: institutos jurídicos distintos?” (Maia Neto, 2010). O gestor da REMM, em entrevista no dia 5 de novembro de 2015, afirmou que “a zona de amortecimento da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã não está definida por não existir ainda o plano de manejo”.

ainda não se realizou. Diferentemente da visão de Olson (1965) e Hardin (1968) que consideram pouco provável a ação coletiva para a conservação de recursos de uso comum, os protagonistas destes movimentos partiram do pressuposto que as populações locais possuísem capacidade da gestão comunitária dos recursos e seriam capazes de excluir externos que não contribuiriam para a sua manutenção.

Dada a problemática apresentada, o objetivo do artigo é analisar as mobilizações e os conflitos sociais que se desenvolveram em torno da criação de uma RDS no Campo da Mangaba, desde 2007. Conflitos sociais estão também na base dessa ação coletiva⁸. A pesquisa foi movida pelo interesse na rara oportunidade de acompanhar uma mobilização de extrativistas para a criação de uma unidade de conservação, movimento que parece contrário à imposição da UC, conforme registra uma parte da literatura.

1. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Maracanã, na sede municipal e nas dez comunidades que ficam dentro ou no entorno do Campo da Mangaba. O município está localizado no Norte do Brasil, Nordeste Paraense, Região do Salgado, a 170 quilômetros da capital Belém. A área territorial do município é de 781 km², e a população estimada foi de 28.656 habitantes, em 2010 (IBGE, 2010).

A dinâmica econômica tanto da sede do município como das comunidades demonstra a importância do uso dos recursos naturais e de sua proteção por regras aceitas pelos usuários. Objetivando a proteção ambiental, já existem duas UC no município: a Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá, criada em 1990, e a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, criada em 2002, visando resguardar e controlar o uso da biodiversidade marinha.

O estudo segue uma abordagem predominantemente qualitativa, com a coleta de dados primários e secundários. Os dados primários foram reunidos por meio de observações *in loco* e de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Foram realizadas 40 entrevistas, das quais 36 nas 10 comunidades dentro ou na margem do Campo da Mangaba, área onde será criada a RDS (Aricuru, Beira Mar, Campo Alegre, Espírito Santo, Martins Pinheiro, Nova Brasília, Passagem, São Sebastião do Itaquerê, São Tomé e Vista Alegre). Além disso, foram entrevistadas três lideranças na sede do município e um funcionário do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), em Belém, anteriormente idealizador da proposta na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA). Na escolha dos entrevistados tivemos a preocupação de incluir tanto pessoas interessadas quanto indiferentes à mobilização.

Como em outros grupos camponeses na Amazônia, a simultaneidade de atividades pontua o modo de vida, pois a maioria dos entrevistados pratica atividades como a pesca, a coleta de mariscos (mexilhão, caranguejo, camarão, etc.), o extrativismo vegetal (mangaba, bacuri, etc.) e a agricultura (milho, arroz, feijão e mandioca), além de manter um quintal e um pomar⁹. Assim, podem ser considerados pluriativos.

Como outros povos e comunidades tradicionais, a exemplo de grupos quilombolas na Ilha de Marajó, descritos por Cardoso, Schmitz e Mota (2010) ou das catadoras de mangaba em Sergipe (Mota et al., 2011), os moradores do Campo da Mangaba possuem regras consue-

8 Segundo Tilly (1981, p. 17), a ação coletiva “[...] consiste em todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns”.

9 Nas entrevistas, “[...] a agricultura de base familiar foi citada por 29 dos 36 entrevistados, a pesca foi indicada por 28 pessoas, o extrativismo por 30, a aposentadoria por 9 informantes e o funcionalismo público por 4 dos participantes da pesquisa” (Pinto, 2016, p. 64).

tudinárias que orientam as práticas da população local em relação aos recursos naturais. Estas regras estão na sua memória, se formaram ao longo do tempo e, em geral, não são oriundos de um acordo negociado. Constituem uma ordem local que está entrelaçada com outras ordens, principalmente as ordens instituídas no âmbito do Estado. Como são a expressão do poder de determinados grupos, elas favorecem de forma específica as diferentes categorias sociais, podendo resolver ou acentuar os conflitos entre os mesmos. Distintas compreensões destas ordens podem estar também na base de conflitos relacionados à apropriação dos recursos naturais.

2. MOBILIZAÇÃO E CONFLITO SOCIAL

A literatura sobre o tema mostra o conflito como parte integral da vida social, tanto nas relações entre indivíduos, como entre organizações. Formas características da manifestação do conflito são a luta como confrontação aberta e a concorrência como uma forma específica da disputa. A Georg Simmel (1983 [1908]) é atribuído o mérito de ter tratado o conflito na sua multiplicidade como um fenômeno “positivo” da vida social, um elemento do regulamento social. O conflito teria a capacidade de construir importantes momentos de interações, que seriam propulsores para desencadear transformações sociais, ao ocasionar em determinadas situações a coesão de pessoas e grupos em torno de um interesse ou objeto comum ou da divergência entre eles. A disputa unifica os adversários em torno de um objetivo comum. Simmel vê no conflito não apenas a unidade entre os adversários (díade), mas também o mérito de introduzir no jogo o papel do terceiro (tríade). O terceiro ganha uma importância especial no caso da concorrência: dois adversários ou concorrentes esforçam-se para conquistar o favor do terceiro. Na concorrência, há um caso particular da união, sua característica é a luta indireta (Schmitz et al., 2010a).

Glasl (1997) ressalta que o conflito ocorre não apenas por um fator isolado, mas é desencadeado por várias causas. O autor entende o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com outro ator, assim que a ação de um ator social sofre algum impedimento a partir da ação de outro ator social.

Conflitos existem em todas as “[...] esferas da vida humana [...] – e entre todos os tipos de relações humanas [...]” (Little, 2001, p. 107). Podem surgir de questões ambientais, pelo uso da terra, pelo acesso e uso de recursos naturais; caracteriza-se por “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”.

Para Melucci (1996, p. 289), “[...] a mobilização é o processo pelo qual um ator coletivo reúne e organiza os seus recursos para a promoção de um objetivo comum contra a resistência de grupos contrários a esse objetivo”. A mobilização, segundo esse ator, está diretamente ligada a um processo de resistência num conflito social. Uma condição para a mobilização é a formação de uma visão comum sobre os temas centrais em questão, muitas vezes, a mobilização é promovida por lideranças, mediadores, igrejas e movimentos por meio de um processo com uma perspectiva cognitiva e, parcialmente, emocional, denominado *framing*¹⁰. Outro aspecto, estreitamente ligado à mobilização é a formação de uma identidade coletiva. Segundo Melucci (1995), existe uma carência de pesquisas em âmbito microsocial para estudar o processo de formação de um ator coletivo e determinar os fatores que contribuiriam para esse processo. Seguindo as sugestões de Melucci, o foco deste artigo é identificar, em âmbito microsocial, os motivos individuais para se engajar numa ação coletiva e os interesses dos representantes das organizações locais em apoiar essa iniciativa.

10 O termo *frame* foi traduzido como “quadro interpretativo” (Tarrow, 2009).

3. CONFLITOS ANTERIORES À MOBILIZAÇÃO

Vários conflitos sociais pelo uso dos recursos comuns e pela posse da terra no Campo da Mangaba antecederam a mobilização para a criação de uma RDS no Campo da Mangaba, em diferentes momentos, que enquadrámos em quatro tipos diferentes: conflitos pelos recursos naturais, conflitos pela terra, conflitos por causa de loteamento e conflitos pelo uso dos recursos naturais.

a) Um conflito pelos recursos naturais ocorreu quando houve a derrubada com tratores e correntes da vegetação nativa de uma parte do Campo da Mangaba, principalmente árvores de mangabeiras, bacurizeiros e murucizeiros. Essa ação foi promovida, na década de 80, por uma empresa de Belém chamada Gelar, que, segundo informações, na época do conflito havia arrendado o campo do governo do Estado do Pará. Essa empresa utilizou os trabalhos de uma parte da população, com o objetivo de realizar o plantio de coco no campo (*Cocos nucifera* L.). A partir desses acontecimentos foram registrados o descontentamento com essa situação e uma revolta por parte dos moradores que não trabalhavam para a empresa. Segundo os moradores, essa revolta chegou à escala de confronto aberto quando parte dos moradores queimou e arrancou as mudas de coco (Schmitz et al., 2007). Outros moradores envolveram-se num conflito indireto, colocando no Campo da Mangaba faixas com mensagens ameaçadoras dirigidas não só aos adversários, mas também ao público em geral. Como relataram os entrevistados, houve momentos de muita tensão e a divisão entre os moradores – os que eram contra o plantio realizado pela empresa e os que eram favoráveis. Apesar de decorridos vários anos após esse conflito, o episódio foi lembrado por vários entrevistados, explicando que naquela época uma parte do campo foi destruída, mas que a vegetação depois de um tempo brotou novamente. Citaram que foram momentos de coação e de receio de serem expropriados. O conflito acabou com a falência da empresa no fim dos anos 80 do século XX, e os coqueiros não se adaptaram às características daquele ecossistema.

b) Um conflito pela terra envolveu, de um lado, os moradores das comunidades, principalmente da comunidade Espírito Santo, e, do outro, um fazendeiro do Rio Grande do Sul. Começou quando esse fazendeiro instalou-se na área, como proprietário de 500 ha do Campo da Mangaba. Ele cercou a área e proibiu aos moradores de atravessar as suas terras. Assim, o acesso às partes do campo que concentravam mais mangabeiras e o caminho para o manguezal ficaram impedidos, fato que causou revolta nos moradores. Esse conflito acirrou-se, quando, em 2008, o fazendeiro tentou impedir que um dos moradores construísse uma casa, afirmando que o terreno estava em sua propriedade. Os moradores reagiram procurando seus direitos “[...] então pedimos ajuda das irmãs da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Eu era a representante da comunidade, por causa disso fomos chamados na delegacia, mas ganhamos pelo usucapião” (B. D., 48 anos, comunidade Espírito Santo), pois o fazendeiro não comprovou ser dono da terra, e o morador conseguiu construir a casa. O fazendeiro foi embora e, por enquanto, desistiu de investir nessa área. Deixou uma pessoa tomando conta do terreno.

c) Conflitos por causa de loteamento surgiram a partir da entrada no campo de pessoas vindas de outras cidades próximas ou até mesmo de Belém, que chegaram às comunidades, delimitaram áreas e apossaram-se de lotes de terras para construir casas ou para venderem os terrenos. Essa situação foi explicitada em praticamente todas as dez comunidades visitadas. Essa atuação ocorre na maior parte dos casos por pessoas de fora das comunidades, mas foi relatado que alguns moradores do campo também demarcaram terrenos para vender. Segundo Barbosa (2011, p. 71), um dos conflitos recorrentes refere-se aos “[...] loteamentos ilegais. Aliás, é importante salientar que os próprios moradores que sobrevivem do campo podem envolver-se na venda desses lotes”. Nesse caso, além das cercas, os moradores relataram a existência de

placas advertindo sobre a proibição que geralmente é transgredida pelos moradores, pois precisam passar pelos terrenos para coletar a mangaba.

d) Conflitos pelo uso dos recursos naturais ocorrem por causa dos recursos naturais do Campo da Mangaba, principalmente a coleta de mangaba e de bacuri, da retirada de areia e de seixo, na perspectiva discutida por Little (2001). Por um lado, envolvem moradores das comunidades que praticam o extrativismo vegetal voltado para o sustento de suas famílias e a comercialização em pequena escala apenas para satisfazer suas necessidades e usam areia e seixo na construção de suas casas. Por outro lado, existem usuários externos vindos de outros lugares ou municípios próximos em busca desses recursos para a comercialização em Maracanã e em outros municípios, como Castanhal, Salinas e Belém. Essas duas formas de uso dos recursos naturais demonstram a existência de interesses opostos que, segundo os moradores locais, colocam em risco a sobrevivência do ecossistema. A coleta e o manejo inadequados são feitos, tanto por uma parte dos moradores, como por usuários externos, que, na ânsia de coletar uma quantidade que satisfaça suas necessidades, retiram os recursos sem os devidos cuidados com as plantas. “O conflito é gerado pelo mau uso dos recursos do campo, como o bacuri e a mangaba. Existem pessoas que não sabem fazer bom uso das frutas, estragam” (E. M., 23 anos, comunidade de Campo Alegre). O mesmo se aplica à areia e ao seixo; com a retirada descontrolada, há o desequilíbrio do ambiente, o que causa problemas. Nesse tipo de conflito, insere-se a questão das queimadas, que ocorrem anualmente durante a estiagem e justamente no período da safra de mangaba. Os interlocutores disseram desconhecer a origem dessas queimadas, se são provocadas por alguém ou se ocorrem acidentalmente: “Sei que existe um conflito em relação à questão do fogo no Campo da Mangaba. Mas não sei se é acidente da natureza por causa da seca ou se alguém coloca o fogo por que quer [...]” (D. B., 36 anos, comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

Nos casos analisados, mesclam-se as diferentes formas do conflito, conflito direto e indireto (concorrência) (Simmel, 1983 [1908]). A maioria dos conflitos não envolve confrontações diretas, trata-se de um nível baixo de escalção. Os conflitos têm uma dinâmica própria com variações em sua forma e em sua intensidade expressa pelo grau de escalção. A escalção significa que o conflito aumenta na sua tensão e em seus efeitos, o que pode ser tipificado numa escala de diferentes estágios. Os únicos casos que criaram uma revolta com reações da população foram a devastação do Campo da Mangaba pela empresa Gelar, nos anos 80 do século XX, e as proibições de um fazendeiro, que não provou ser dono da terra, nos anos 2000.

Os conflitos descritos envolveram atores com posicionamentos diferentes em relação ao uso dos recursos naturais; como consequência, ocorrem problemas relacionados à diminuição desses recursos e do acesso à terra. A maioria dos entrevistados citou desentendimentos e conflitos entre usuários internos e externos e a preocupação em relação ao livre acesso e a agressões ambientais que têm aumentado nos últimos anos o quadro de degradação e de conflitos, sendo esses os motivos da mobilização em curso.

A continuação da situação conflitiva por tanto tempo e o surgimento de novas ameaças criaram um clima propício à reação. Faltaram ainda a oportunidade adequada, a ideia sobre o que fazer e a coragem de enfrentar oponentes.

4. AS MOBILIZAÇÕES NO CAMPO DA MANGABA

Diante do cenário de conflitos acumulados, descrito acima, surgiram mobilizações dos usuários como um processo de resistência num conflito social (Melucci, 1996). Decisivo foi o conflito com o fazendeiro na área do campo que começou já antes da proibição da construção

da casa com o impedimento do acesso aos recursos naturais. Outro motivo foram as queimadas e a ideia da proteção por meio do replantio de árvores na área. As mobilizações começaram em 2007, quando representantes da CPT e da Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores de Aricuru (APEAGA) encaminharam ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) uma solicitação pedindo esclarecimentos sobre a localização do Campo da Mangaba em relação à Reserva Extrativista Marinha de Maracanã. Em decorrência dessa iniciativa, deu-se o envolvimento da SEMA-PA – a área pertence ao Estado do Pará – e a elaboração da proposta da criação de uma RDS, avaliada como a modalidade mais adequada pelos técnicos da SEMA-PA. A partir desse momento, foram desenvolvidas várias ações coletivas em apoio à proposta como objetivo comum do grupo.

O foco inicial dessa mobilização foi a comunidade de Aricuru, local de origem de uma das freiras, que se destaca pelo grau de organização, resultado de um trabalho de longa data, sobretudo pela atuação das freiras da CPT. A mobilização estimulou a organização dos defensores da proposta nas outras comunidades, especialmente em Espírito Santo, onde o extrativismo vegetal é essencial para a sobrevivência, e levou à formação de um “grupo de apoio” da causa. Esse grupo desencadeou uma série de ações coletivas, dentre as quais se destaca o mutirão para conter as “agressões ambientais” ao Campo da Mangaba. As principais atividades desse mutirão foram a preparação de mudas e o manejo e o replantio das mangabeiras para manter “o campo vivo”.

Como analisou Olson (1965) no seu livro sobre “a lógica da ação coletiva”, nesse caso também nem todos os usuários apoiaram essa campanha, porque, uma vez que é alcançado pela ação de um grupo engajado – em geral, uma minoria –, o benefício não pode ser negado aos outros moradores. Para explicar porque não participaram, os entrevistados apresentaram argumentos como os seguintes: “Deus deixou as mangabeiras para nós; a planta não precisa de mão de homem, precisa só respeitar; a natureza cuida; não participo muito de reunião; não sei o que é o mutirão, o pessoal de Aricuru deixou mudas, não sei se vieram”. Isso mostra que uma parte dos moradores não se apropriou ativamente da causa e ficou na dependência de incentivos do “grupo de apoio”.

Uma questão difícil é a proteção das plantas contra o fogo que, segundo os moradores, ocorre quase todos os anos no campo. Mas nenhum dos entrevistados soube informar se as queimadas são acidentais ou propositais. Como em muitas outras regiões, a proposta para resolver essa questão prevê um longo trabalho de conscientização que enfrenta frequentemente os argumentos de que o fogo faz parte desse ecossistema e de que, especialmente, as mangabeiras resistem contra as queimadas. “Uma das coisas que a gente aprende com elas é a resistência” (S. F., 42 anos, liderança da comunidade de Aricuru). Outros interesses escondidos podem ser a causa: incentivar a brota do capim para o pastejo de animais; inviabilizar o Campo da Mangaba como uma área de proteção para intensificar a exploração ou a venda da terra. Esses motivos dificilmente são desvendados por meio de entrevistas.

Os moradores que participam das atividades para proteger o Campo da Mangaba mostram a sua preocupação com as regras consuetudinárias, dizendo que “não quebram galho”, “não apanham verde” e “imaginam ainda o sofrimento das árvores com as queimadas”. O mutirão para “manter o campo vivo” que começou em 2007 segue um planejamento anual e contribui para plantar entre 1.000 e 1.500 pés de mangabeira cada ano. Além disso, as ações incluem encontros, palestras e reuniões dos envolvidos, reforçando assim a mobilização.

Nesse caso, pode ser observado o lado positivo do conflito que incentivou a organização e as ações ambientais entre os moradores do Campo da Mangaba. Nessas ações, os mora-

dores tiveram o apoio da CPT, da APEAGA, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)¹¹ e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Maracanã.

A principal atividade do “grupo de apoio” era informar os moradores das 10 comunidades do Campo da Mangaba sobre a proposta da criação da RDS e tirar dúvidas relacionadas às eventuais consequências dessa transformação do campo. Além dos moradores das comunidades participaram representantes da CPT, da APEAGA, do CPP, do STTR e da SEMA-PA.

Foi realizada uma Consulta Pública pela SEMA-PA na sede do município, em setembro de 2013, com o objetivo de apresentar os estudos técnicos que embasaram a proposta de criação da RDS, promover debates e esclarecimentos e efetivar a votação da proposta. Participaram organizações e lideranças locais, moradores das comunidades do Campo da Mangaba e autoridades municipais. A proposta da criação da RDS foi aprovada pelos cerca de 200 moradores e representantes de organizações.

Iniciativas das comunidades são encontradas em outros processos de criação de UC. Cita-se como exemplo o caso da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança, criada em 2005. Segundo Peres (2011), as reivindicações e iniciativas da população local foram suscitadas pela preocupação com a proteção do território. Há registros também de mobilização social das comunidades locais no processo de criação da RDS do Rio Madeira, criada em 2006, no Estado do Amazonas: a “demanda de criação da RDS partiu da comunidade do Lago Preto no município de Novo Aripuanã” (Andrade, 2011, p.21).

Durante os levantamentos de campo, observamos que as representantes da CPT no município de Maracanã desempenharam nas comunidades o papel importante de articuladoras e motivadoras da mobilização pela proposta de criação da RDS. As reuniões e os encontros foram realizados nas comunidades da área prevista para ser transformada em UC, no período de 2007 a 2013.

Apesar da realização das reuniões, dos encontros e da Consulta Pública, na prática, segundo alguns entrevistados, essas ações não esclareceram para todos envolvidos o que é uma RDS e quais os motivos para essa proposta. Existem dificuldades de compreensão e desinteresse por uma parte da população. O desconhecimento e a dificuldade de entender o assunto afastam uma parcela dos comunitários e, conseqüentemente, enfraquecem as mobilizações. A participação por si mesma não é suficiente, como observado, por exemplo, no processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. Na análise da participação e da compreensão durante esse processo, enfatizou-se que “[...] as reuniões realmente ocorreram, mas o grau de entendimento e de participação dessas pessoas é questionável” (Costa, 2014, p. 127).

Após a realização da Consulta Pública em 2013, no entanto, não houve mais relatos de reuniões em prol da RDS, o que mostra que as mobilizações aparentemente estagnaram. Essa ausência de pressão pode influir diretamente na efetivação da proposta, pois a organização das comunidades locais é uma estratégia importante para impulsionar os passos que faltam para a implantação da UC. Os discursos em Maracanã demonstram uma preocupação em relação ao tempo decorrido desde o início do processo: “Acho que em oito anos já é tempo suficiente, acho que tem alguma coisa amarrando, falaram que só faltava a assinatura do governador” (M. C., 51 anos, liderança da comunidade Aricuru).

As opiniões sobre essa demora divergem em vários aspectos; alguns chamaram a atenção para a burocracia na criação das unidades de conservação, enquanto outros a consideraram normal nesse tipo de processo. Segundo alguns dos entrevistados, o enfraquecimento nas mobilizações, aliado ao desinteresse e à falta de empenho dos poderes Executivo e Legislativo e de

11 Pastoral criada em Olinda (PE), na década de 60 do século XX, que foi constituída na região Norte em 1989.

uma parte das pessoas que residem nas comunidades da futura RDS aparecem como possíveis entraves para a efetivação da proposta.

No entanto, no dia 20 de junho de 2016, foi oficializada a criação da RDS Campo das Mangabas, com uma extensão de 7.062 hectares, abrangendo o ecossistema Campo da Mangaba e parte de seu entorno¹².

5. CONFLITOS POR DIVERGÊNCIAS SOBRE A CRIAÇÃO DA RDS

Além dos conflitos e disputas pelo uso dos recursos naturais e pela posse da terra no Campo da Mangaba, observados desde a década de 80, surgiram novos conflitos a partir de 2007, referentes à criação da RDS. Constatamos a existência de dois tipos de conflitos sociais: conflitos internos entre moradores das comunidades e conflitos entre as organizações que apoiam e as que desprezam as mobilizações.

a) Os conflitos internos são pouco visíveis entre os moradores das comunidades; de um lado, estão os protagonistas da criação da UC nas comunidades, principalmente em Aricuru e Espírito Santo, organizados em grupos de mobilização em prol do objetivo comum; de outro, os atores contrários à proposta, com uma atuação individual, sem articulação, quase invisíveis em comparação com os atores favoráveis, que declararam não conhecer e não perceber a existência de conflitos entre os moradores. Tais conflitos transparecem em conversas de vizinhos, durante as viagens que fazem à sede do município ou a outras comunidades e em eventos como reuniões comunitárias, encontros e Consulta Pública. Existe desinformação sobre o tema entre os moradores do campo. Dos 36 entrevistados, 13 afirmaram não conhecer a proposta, por não participarem dos encontros e reuniões, ou por não procurarem receber explicações melhores. Esses conflitos são pouco percebidos por uma das partes, no caso os atores que são a favor da UC, o que reforça a visão de conflito como uma interação entre atores, na qual pelo menos um deles vivencia a incompatibilidade no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com o outro ator (Glasl, 1997). Esses aspectos do conflito foram reconhecidos em depoimentos, como mostrado a seguir: “Existem discussões por diferentes opiniões, conflito de ideias. Não sei explicar direito porque não apoiam. Mas já ouvi pessoas falarem aqui que é porque não entendem, não sabem o que é a proposta” (L. A., 30 anos, comunidade Nova Brasília): “É conflito de posicionamentos sobre criar ou não uma reserva no campo, mas não passam de conversas que não chegam a ser briga mesmo” (B. D., 48 anos, comunidade Espírito Santo). Algumas pessoas declararam não perceber a existência de conflitos. Os conflitos encontram-se num nível baixo de escalação, não acontecem confrontações diretas.

b) No segundo tipo de conflito, confrontam-se as organizações que apoiam as mobilizações e delas participam, de um lado, e as que são contra a proposta ou lhe são indiferentes, de outro: Nesse tipo de conflito, encontram-se em um lado a APEAGA, o CPP, a CPT e o STR de Maracanã. Foram as organizações que participaram das mobilizações nas comunidades e que desenvolveram uma ação coletiva que visou a proteção dos recursos naturais do Campo da Mangaba, tendo como foco a proposta de criar uma UC na área. No outro lado, situam-se a Colônia de Pescadores Z-7 de Maracanã e a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (Auremar), que não participaram efetivamente das mobilizações. Apenas a Auremar esteve presente na Consulta Pública, mesmo sendo contra a proposta da criação de uma outra UC no município. Segundo uma das lideranças, a organização está mais ligada ao uso dos recursos marinhos na REMM. Esse tipo de conflito não se revelou como um confron-

¹² Além da RDS Campo das Mangabas, foi criado o Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Padre Sérgio Tonetto, em Maracanã, uma pequena área de 339,28 hectares à margem da RDS (Pará, 2016).

to aberto, mas ficou explícita a existência de posicionamentos contrários originados dos interesses específicos de cada organização e de seus representantes. No caso da Colônia de Pescadores observou-se a indiferença quanto à proposta e à mobilização em curso. A interpretação, baseada na observação, e confirmada por relatos dos entrevistados, parte de uma concorrência em termos de poder entre as organizações ligadas ao uso dos recursos marinhos. Os representantes da Colônia consideraram desnecessária a criação de mais uma reserva.

Os conflitos aqui identificados ocorreram em esferas diferentes. O primeiro tipo deu-se entre pessoas da mesma comunidade e pessoas que habitam comunidades diferentes dentro do Campo da Mangaba. O segundo tipo abrange as organizações, tanto as que atuam apenas nas comunidades do Campo da Mangaba, como as que se engajam também em outras áreas do município de Maracanã. Esses conflitos resultaram dos diferentes interesses, tanto entre os atores individuais, quanto entre as organizações, favoráveis ou não à proposta da RDS. Os interesses das duas organizações (Colônia de Pescadores Z-7 e Auremar) referem-se principalmente à proteção do rio Maracanã e dos recursos marinhos. Mesmo não sendo visivelmente contra, essas duas organizações não mobilizaram esforços e têm reservas quanto à necessidade de criação de uma outra UC. Esses conflitos são analisados como concorrência. Nessa forma de conflito indireto, cada concorrente por si pretende alcançar o fim sem se dirigir contra o outro, usando apenas as suas habilidades em termos de negociação ou de persuasão.

A própria mobilização desencadeia novos conflitos que, no entanto, ficam quase invisíveis, porque os adversários não lutam abertamente, e uma parte dos moradores declara simplesmente desconhecer a proposta. Como se trata de grupos desprivilegiados, isso pode ser considerado, parcialmente, uma maneira de não enfrentar o outro. Isso também se aplica também ao conflito entre organizações. Há ainda um conflito latente, institucional: a possível “sobreposição” de regras pela implantação de duas UC com, em parte, os mesmos usuários.

Os conflitos foram causados por diferentes posicionamentos e interesses dos atores, destacando-se: o acesso à informação, a compreensão do fenômeno social em questão, a participação nos eventos de mobilização e a avaliação da necessidade de uma outra UC e de mais regras. Glasl (1997) ressalta que o conflito não é resultante de apenas um fator. O autor segue uma abordagem socioecológica, rejeita um pensamento causal mecanicista no caso do conflito e enfatiza que o conflito depende de uma multiplicidade de fatores. Portanto, é difícil reduzir um conflito a uma só causa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi motivada pelo interesse na rara oportunidade de acompanhar uma mobilização de extrativistas para a criação de uma unidade de conservação e de conhecer os motivos deles e dos representantes das organizações locais para se engajar numa ação coletiva e apoiar essa iniciativa. Além dessa temática, estimulada pela afirmação de Melucci (1996) de que a mobilização está diretamente ligada a um processo de resistência num conflito social, interessamos pela relação entre conflito social e mobilização.

Constatamos que no Campo da Mangaba tem havido uma sucessão de diferentes conflitos sociais desde a década de 80. Nos casos analisados, mesclam-se as diferentes formas de conflito: direto e indireto (concorrência). A maioria dos conflitos não envolve confrontações diretas, trata-se de um nível baixo de escalação. Os conflitos marcados por uma revolta com reações dos extrativistas foram provocados pela devastação do Campo da Mangaba pela empresa Gelar e pelas proibições de um fazendeiro que não provou ser dono da terra.

Em decorrência desses conflitos sociais pelo uso dos recursos comuns e pela posse da terra, surgiu uma mobilização dos moradores do campo. Foi decisivo o conflito com o fazendeiro que impediu o acesso aos recursos naturais e seu uso. Contribuiu para a reação a constatação, por meio do Ibama, de que o Campo da Mangaba não estava efetivamente protegido, porque ficava fora da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã. As iniciativas partiram dos moradores das comunidades no campo e de organizações locais, na tentativa de conter os conflitos decorrentes dessa situação.

Como analisou Simmel (1983 [1908]), o conflito contribui para a coesão de pessoas e grupos em torno de um interesse ou objeto comum. No caso analisado, houve a união de um grupo de moradores em favor da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A própria mobilização desencadeou novos conflitos que reforçaram a luta do grupo de apoio. Assim, uma parte dos extrativistas, principalmente mulheres, começou a agir e assumiu, pela primeira vez, o papel de ator numa arena pública.

Os conflitos criaram um clima propício à reação, mas foi essencial a atuação de lideranças que desenvolveram um trabalho de vários anos, desde a chegada da CPT em Maracanã em 2000, até a emergência da mobilização, em 2007. Por meio desse trabalho, criou-se a coesão em um grupo de apoio ao projeto que se formou durante a realização de um mutirão para o replantio de árvores, como as mangabeiras, para manter “o campo vivo”.

A própria mobilização desencadeou novos conflitos ligados a oposições e diferentes interesses em relação à criação da reserva. No entanto, ficaram quase invisíveis, porque os adversários não lutaram abertamente, e uma parte dos moradores declarou simplesmente desconhecer a proposta.

Os resultados de nossa análise corroboram parcialmente as afirmações de Ferreira (2004, p. 48), para quem “[...] a organização social que promove a mudança [emerge] através dos conflitos em torno do uso de recursos naturais, e não da agregação de sujeitos ao redor de uma identidade ou projeto”. Porém, diferem do ponto de vista dessa autora na medida em que os atores do Campo da Mangaba mobilizaram-se para a realização de um projeto – a criação da RDS.

Ao final, a aprovação da proposta, em 20 de junho de 2016, encerra essa fase de mobilização, cuja conquista foi a garantia do acesso aos recursos. Outras ações coletivas fazem-se necessárias para criar uma associação e definir as novas regras para o Campo da Mangaba. Assim, podemos concluir que os conflitos (muitas vezes) contribuem para aumentar o bem-estar da coletividade, como afirmou Simmel.

Recebido em: 28/06/2016

Aprovado em: 20/03/2017

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. A. de (Org.). *Organização social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM)*. Brasília, DF: Instituto Internacional de Educação do Brasil. 2011. 93 p.

BARBOSA, J. E. C. *Gestão coletiva de bens comuns: regimes de propriedade e conflitos na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã*. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BARBOSA, J. E. C.; SCHMITZ, H. Populações e território: reservas extrativistas (RESEX) como instrumento de gestão e inclusão social - o caso da Reserva Extrativista Marinha (REM) de Maracanã, Pará. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., Ipojuca, PE. *Anais...* Ipojuca, PE: ALASRU, 2010.

BRASIL. *Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 14 maio 2016.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CARDOSO, L. F. C. e; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da. Direitos entrelaçados: práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó - PA. *Campos - Revista de Antropologia Social*, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 9-20, 2010.

COSTA, J. N. *As novas regras do jogo para acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará*. 2014. 315 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CUNHA, L. H. de O. *Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade*. São Paulo, [2001?]. 42p. Mimeografado. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R.S.V. (Org.). *Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FERNANDES, T. *É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a mulher e o extrativismo da mangaba*. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FERREIRA, L. da C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. 7, n. 1, p. 47-66, jan./jun. 2004.

GLASL, F. *Konfliktmanagement*. Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater. 4. ed. Bern: Stuttgart: Haupt, Freies Geistesleben, 1997. 464p.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, n. 162, p. 1244-1248, 1968.

IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 28 maio 2014.

LIMA, M. V. da C.; BORDALO, C. A. L.; PIMENTEL, M. A. da S. Unidade de paisagem de uso territorial como base de planejamento para Reserva Extrativista Marinha. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA - SBGFA, 13., 2009, Viçosa. *Anais...* Viçosa: UFV, 2009. 6p. Resumo expandido.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

LOBÃO, R. J. da S. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

MAIA NETO, G. A. Área circundante e zona de amortecimento das unidades de conservação da natureza: institutos jurídicos distintos? *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2518, maio 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14899>>. Acesso em: 9 maio 2016.

MATTOS, F. F. de. Unidades de conservação, turismo e inclusão social: o caso da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-834-588-20080517142534.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

- MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 441p.
- MELUCCI, A. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Eds.). *Social movements and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p.41-63.
- MOREIRA, E. do S. S. *Movimento Social Amazônico em Defesa de Territórios e de Modos de Vida Rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu*. 2008. 278 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Université Paris 13, Belém, Paris, 2008.
- MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (eds.). *A Mangabeira. As Catadoras. O Extrativismo*. Belém: Embrapa, 2011. 303p.
- MOURA, J. R. *A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e as mudanças no modo de vida dos moradores de Travosa*. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- OLIVEIRA, M. C. S; PEREIRA, N. G. P.; PAES, J. V. A. de S. *Parecer técnico da visita efetuada à Área denominada Campo de Mangaba*. Belém: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2007. 10 p.
- OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965. 186 p.
- PARÁ. Decreto nº 1.567, de 17 de junho de 2016. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, ambas no Município de Maracanã e dá outras providências. *Diário Oficial do Pará*, Belém, v. 126, n. 33.151, p. 6-7, 20 jun. 2016.
- PARÁ. *Estudo técnico para criação de unidades de conservação na categoria RDS “Campo das Mangabas” no Município de Maracanã/PA*. Benjamin Carlos Ferreira... [et al.]. – Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013. 118 p.
- PERES, A. da C. *Estudo antropológico de uma comunidade de abrangência da reserva extrativista Marinha de Caeté Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)*. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- PINTO, S. S. R. *Mobilização e conflitos em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba, Maracanã-PA*. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- PORRO, N. M.; MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômica*, Campina Grande, v. 30, n. 2, p. 111-126, jul.-dez. 2010.
- SCHMITZ, H.; BARBOSA, J. E. C.; COSTA, J. N.; SILVA JÚNIOR, S. R. da. *Relatório da I Excursão das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense*. Belém: IFCH/UFPA, 2010b. 24 p.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. *Relatório da terceira expedição da mangaba (Pará)*. Belém: UFPA/Embrapa Amazônia Oriental/Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007. 29 p.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; JESUS, N. B. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, v. 16, n. 1, p. 157-178, jan.-jun. 2010a.
- SILVA JÚNIOR, S. R. da; SIQUEIRA, D.; MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 13, n. 477, p. 1-11, 2014.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (Org). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-164. Original: 1908.
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009. 319 p. Original: 1998.
- TILLY, C. Introduction. In: TILLY, L. A.; TILLY, C. (Ed.). *Class conflict and collective action*. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

AGRONEGÓCIO, RESISTÊNCIA CAMPONESA E GOVERNANÇA TERRITORIAL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHAPADA LIMPA

Diana Patrícia Mendes, Benedito Souza Filho

RESUMO

O artigo analisa as formas de resistência camponesa diante do avanço do agronegócio, que contribuíram para a criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, no município de Chapadinha, no Leste do Maranhão. Busca sublinhar a ação coletiva das famílias como estratégia de defesa dos seus territórios. A partir do trabalho de campo, com a utilização de entrevistas e observação direta, o trabalho procura dar conta também dos problemas da governança na unidade de conservação, bem como das formas de uso dos recursos.

Palavras-chave: Ação Coletiva; Resistência Camponesa; Reserva Extrativista.

AGRIBUSINESS, PEASANT RESISTENCE AND TERRITORIAL GOVERNANCE IN THE EXTRACTIVE RESERVE OF *CHAPADA LIMPA* CREATION CONTEXT

ABSTRACT

This article aims to understand the forms of peasant resistance in the context of creating of the Extractive Reserve Chapada Limpa, located in the municipality of Chapadinha/ MA State, Brazil. It aims to emphasize the collective action of families as strategy defense of their territories. From the fieldwork, with the use of interviews and direct observation, the work also tries to take in account the problems of governance in the conservation unit, as well as the ways of using resources.

Key words: Collective Action; Peasant Resistance; Extractive Reserve.

Mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). E-mail: dipatriciamentes@gmail.com.

Doutor em Antropologia Social. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). E-mail: beso45@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar os elementos que justificaram a criação da Reserva Extrativista (Resex) Chapada Limpa como estratégia de defesa de territórios por parte de famílias camponesas ante o avanço de empreendimentos do ramo da soja. Entendemos por isso, as mudanças nas relações sociais que tornou esse território uma referência de resistência ao *agronegócio*. O universo empírico da pesquisa foi o povoado Juçaral, localizado no município de Chapadinha¹, que se destacou pelo movimento de resistência de seus moradores à expropriação e devastação das áreas de *chapada*², locais de instalação de empreendimentos do ramo da soja, e também por ser o primeiro povoado a dar início ao diálogo com funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), (à época) com vistas à criação da Resex.

É nesse ponto que se insere uma das razões para escolha dessa área como local de pesquisa. Os empreendimentos do ramo da soja, uma vez instalados necessitam para o desenvolvimento de suas atividades, a utilização de grandes extensões de terra, livres de vegetação nativa. Os interesses dos sojicultores promovem, portanto, a destruição de áreas de cerrado, comprometendo dessa forma, a reprodução social e econômica das famílias instaladas nessas áreas ou próximas a elas. Esses empreendimentos interferem no bem-estar dos grupos familiares que historicamente exploram essas áreas de *chapada*, desenvolvendo suas atividades agrícolas, extrativas e de pequena criação de animais. A mobilização das famílias ocorreu justamente para que não fossem privados de realizar suas atividades rotineiras para dar lugar a esses empreendimentos.

Privilegiou-se nessa pesquisa, a análise e discussão sobre as áreas de incidência dos conflitos, os agentes envolvidos, os móveis das tensões, confrontos desencadeados a partir da instalação dos *chamados gaúchos*³, assim como as estratégias mobilizadas pelas famílias.

Buscaremos refletir sobre as formas de resistência camponesa diante do avanço da devastação do cerrado maranhense e os graves problemas socioambientais que se verificam no município de Chapadinha. A finalidade é investigar quais mecanismos esses grupos mobilizaram em suas estratégias de defesa dos territórios que ocupam e em que contextos as mobilizaram. Nesse sentido, é interessante observar como se movimentam as próprias famílias e quais as ações de apoio, de assessoria receberam de instituições e agentes de mediação que tradicionalmente se interpõem entre elas e a sociedade mais ampla.

O trabalho de campo via observação participante, proporcionou as bases para as análises empreendidas no presente artigo. A observação direta e as entrevistas realizadas auxiliaram no entendimento dos diversos aspectos relacionados com os problemas enfrentados pelas famílias, as suas estratégias, assim como as articulações para a criação da Resex Chapada Limpa.

1 O município de Chapadinha está localizado na Mesorregião Leste Maranhense. Conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta Mesorregião é formada por seis microrregiões geográficas: Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Caxias e Chapadas do Alto Itapecuru.

2 Como mencionado por Paula Andrade (2008, p. 65), as áreas de *chapada* são apropriadas pelas unidades de produção camponesa para a caça, coleta de frutos e plantas medicinais, assim como a criação de animais. As caças mais comuns nessas áreas são o tatu, cotia, caititu, peba e outros. Os frutos mais procurados são o bacuri, o pequi, o murici, dentre outros, assim como o mel que também é fundamental à dieta dessas famílias camponesas. Além desses, as ervas medicinais são igualmente exploradas pelas famílias.

3 Denominação atribuída àqueles que se dedicam ao cultivo da soja não apenas aos que vieram do Rio Grande do Sul, mas também produtores oriundos de diversos lugares das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste do país, e hoje se expandem para o Leste do Maranhão e já atingem, com seus monocultivos, até mesmo as áreas de floresta, no Pará. Desse modo, o Leste Maranhense passou a ser identificado como o “novo eldorado” por parte desses novos agentes sociais interessados na terra (Paula Andrade, 2008; Gaspar, 2013). Para maiores informações consultem-se os trabalhos realizados por Haesbaert (1997) no oeste Baiano e Moraes (2000) no sudoeste piauiense.

O artigo está organizado em três partes: na primeira apresentamos os elementos que caracterizaram a emergência dos conflitos, tal como o início da resistência dos camponeses. Na segunda, mostramos os enfrentamentos a pretensos proprietários e gaúchos e também mobilização coletiva das famílias para a criação da Resex. Na terceira, dedicamos atenção às formas de manejo e uso dos recursos provenientes das transformações ocorridas dentro da Unidade de Conservação (UC), no que diz respeito à governança ambiental e territorial, uma vez que elas também transformam e influenciam as práticas dos grupos familiares em relação ao território em que vivem e ao ambiente de que fazem uso.

1. A AMEAÇA DE EXPROPRIAÇÃO E O INÍCIO DA RESISTÊNCIA: COMPREENDENDO A EMERGÊNCIA DOS CONFLITOS

Juçaral é o povoado que se destaca pelo movimento de resistência ao desmatamento das áreas de chapadas. É justamente em razão da ameaça à reprodução material das famílias que identificamos a motivação para a criação da Unidade de Conservação e os tipos de problemas enfrentados pelas famílias. Assim, o trabalho de campo realizado no povoado, permitiu o acesso às informações que auxiliaram na compreensão da história de ocupação do povoado, os problemas com os pretensos proprietários e o enfrentamento dos chamados gaúchos, bem como a mobilização para criação da Resex.

Convém esclarecer que as situações de conflito ajudam a entender o longo processo de ocupação da área por parte das famílias. Para fins dessa caracterização, faremos uma rápida contextualização do processo de ocupação da área e os fatores que concorreram para a emergência de conflitos com pretensos proprietários da área onde se situa o povoado Juçaral.

As narrativas das famílias apontam que as primeiras famílias do povoado ocuparam essas terras na década de 1960 e mencionam que Pedro Ribeiro teria sido um dos primeiros moradores de Juçaral. Após ter fixado residência e desenvolvido atividades agrícolas, outras famílias passaram a instalar-se no local. Assim como Pedro Ribeiro, essas famílias eram também provenientes do Estado do Piauí e se instalaram na região em busca de terras livres (Andrade, 1973), onde seus descendentes permanecem até hoje.

Essa migração está relacionada com problemas sociais decorrentes de grandes períodos de seca e de concentração fundiária, fatores que sempre afligiram a região nordestina, como observou Andrade (1973) em seus estudos sobre o processo de ocupação territorial do Maranhão. Aos desafios próprios desse contexto, acrescentam-se o desejo de melhorar a qualidade de vida e a busca de condições para garantir a manutenção dos integrantes das unidades familiares. A fim de alcançar esses objetivos, chefes de família saem em busca de áreas disponíveis para cultivar livremente (Andrade, 1973; Velho, 1972).

Embora seu Pedro Ribeiro seja apontado como suposto dono de Juçaral, as narrativas informam que as famílias que residiam em tais terras não pagavam renda (nem produto e nem a dinheiro) pelo uso da terra. Os relatos evidenciavam qualidades atribuídas a Pedro Ribeiro, como aquele que ofereceu condições não só para a reprodução das áreas de cultivo, mas também para a coesão social das famílias.

Outro aspecto relacionado ao controle do território é a falta de demarcação de terras no Leste do Maranhão. Em relação à aquisição de terras e registros irregulares para o controle ilegítimo de terras, Shiraishi (1995) aponta que muitas dessas aquisições foram sustentadas por mecanismos de grilagem, como o que ocorreu em Juçaral.

Aparece nos relatos que Pedro Ribeiro se endividou e não teve mais condições de pagar os impostos da terra e, por conta disso, cedeu uma parte da área (50 braças) que correspon-

de ao povoado Juçaral, para Mudiquinho Vieira, que à época era prefeito de Chapadinha, em troca do pagamento dos impostos devidos. De acordo com os interlocutores, além da área cedida na negociação com Pedro Ribeiro, Mudiquinho Vieira açambarcou outras áreas e passou a dizer-se *dono*.

Com relação aos outros problemas observados envolvendo famílias dos povoados vizinhos, Chapada Limpa I e Chapada Limpa II, destacamos os relacionados às atividades extrativas, como a coleta de bacuri e à obrigatoriedade de dividir o produto dessa atividade, identificado pelos trabalhadores como *bacuri de meia*, ocorrida no povoado Chapada Limpa I entre 2003 e 2004. O problema do pagamento de renda da terra e da exploração do trabalho das famílias por meio do chamado *bacuri de meia*, exigências dos irmãos Gilvan e Pedro Fonteles (pretensos proprietários de Chapada Limpa I), definiram uma situação-limite que fez com que seu Raimundo Beata (morador de Chapada Limpa I) iniciasse a recusa em entregar os bacuris segundo esse sistema. Cansado daquela situação de exploração, recusou-se a realizar tal divisão, demonstrando coragem em enfrentar aquele que se dizia proprietário da terra. Essa iniciativa de seu Raimundo Beata pode ser entendida como uma forma de resistência cotidiana, tal como sublinhado por Scott (2002).

Essa forma de resistência individual abriu espaço ao questionamento do direito de propriedade dos pretensos proprietários e a recusa dos demais integrantes das famílias de Chapada Limpa I de continuar pagando renda pela terra e de entregar a metade dos bacuris coletados.

Diante dos interesses antagônicos, a posição dos membros das unidades familiares do povoado Chapada Limpa I acabou assumindo as características de um enfrentamento declarado. De um lado a sobrevivência das famílias que historicamente viviam naquela área e que dependiam das terras para assegurar a reprodução material de seus membros; de outro o pretense proprietário, que desejava continuar explorando as famílias mediante cobrança de renda pelo uso da terra. Segundo os interlocutores, o caso foi objeto de intervenção da justiça e ficou constatado que os pretensos proprietários de Chapada Limpa I não tinham o título de propriedade das terras que alegavam como suas. A partir desse momento as famílias de Chapada Limpa I deixaram de realizar definitivamente a divisão do bacuri.

Além desses enfrentamentos em Chapada Limpa I, relacionados com pagamento do chamado *bacuri de meia*, destaca-se o ocorrido no povoado Chapada Limpa II, em 2004. Tal problema refere-se à supressão da vegetação nativa e a derrubada de um antigo *bacurizeiro de sessenta galhos*, pelo pretense proprietário chamado Manuel Lira. A derrubada de áreas de *chapada* está relacionada com a presença de *gaúchos* na região. Ele pretendia desmatar a área que dizia ser sua para posteriormente vendê-la aos denominados *gaúchos*. Essa iniciativa de Manoel Lira causou insatisfação coletiva e o enfrentamento dos *gaúchos* por parte dos moradores de Juçaral, que na época – 2004 - ameaçavam desmatar amplas áreas de *chapada* no povoado para dar lugar ao plantio de soja.

De acordo com os dados obtidos, o bacurizeiro derrubado era considerado o mais antigo. Por ser frondoso, ele servia como abrigo para quem transitava pela região e também funcionava como ponto de localização. Era conhecido, inclusive, por pessoas de outras localidades. Por ser bastante apreciado pelas famílias, possuía grande valor simbólico.

O conflito em Juçaral ocorreu porque outro pretense proprietário, Evaldo Vieira, prometeu vender uma parte das terras, a moradores, pelo crédito fundiário. Não cumprindo o acordo com as famílias, vendeu a área para um *gaúcho* chamado Volmir Follmer. As famílias de Juçaral ao se sentirem ameaçadas de perderem as áreas de *chapada*, dirigiram-se ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Chapadinha para denunciar a situação e encontrar uma forma de assegurar a permanência no território. Ante a ameaça de perder suas

terras, os trabalhadores acabaram adotando medidas no sentido de defendê-las. Denunciar o problema e pedir apoio do STTR na defesa das terras e da *chapada* podem ser lidas como formas de resistência, nos termos sublinhados por Scott (2002).

Segundo os informantes, a cobrança exorbitante do aluguel da terra e do produto do extrativismo das famílias do povoado Chapada Limpa I; o conflito no povoado Chapada Limpa II, que ocasionou a supressão da vegetação nativa e a derrubada de um antigo bacurizeiro, ocorrido em 2004; e a ameaça de derrubada de áreas de *chapadas* no povoado Juçaral, também em 2004, são os principais eventos justificadores da mobilização coletiva das famílias para a criação da Reserva extrativista Chapada Limpa.

2. AÇÃO COLETIVA PARA CRIAÇÃO DA RESEX CHAPADA LIMPA

As situações identificadas são consideradas como fatores que concorreram para a mobilização das famílias das localidades Chapada Limpa I, Chapada Limpa II e Juçaral. O objetivo principal dessa movimentação das famílias foi o de impedir a devastação das áreas de *chapada* pelos chamados *gaúchos*, diante da possibilidade da transferência de terras por parte dos pretensos proprietários. Cabe destacar que em alguns momentos ocorreram enfrentamentos diretos, seja com os pretensos proprietários, seja com os *gaúchos*. Nestes contextos, houve uma mobilização das famílias do povoado contra uma operação de desmatamento que estava sendo realizada em áreas utilizadas pelas famílias dessa localidade. Nesse sentido, cabe destacar as formulações de Acserald (2004, p. 7) ao afirmar que na “perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente”, pois cada relação é dotada de sentido específico, e as interações se verificam tanto material como socialmente.

O enfrentamento entre as famílias dos três povoados e os *gaúchos*, a princípio, sugere uma relação de poder desigual, porém, o desenrolar do conflito alterou toda a situação, de forma semelhante àquela estudada por Souza Filho (2013) ao sublinhar o conflito entre os quilombolas de Mamuna e a Alcântara Ciclone Space⁴. Embora sejam situações distintas em termos sociais e geográficos, e apesar da existência de uma relação de força desigual, no caso de Juçaral ocorreu situação similar. Segundo Souza Filho (2013, p. 107) “o que era apontado como irreversível, foi evitado pela reação das famílias ao se verem ameaçados em sua reprodução material e social”. Ainda que as relações de poder indicassem um desequilíbrio nesse enfrentamento, os trabalhadores viram-se diante de uma situação-limite, já que o que estava em jogo era a garantia da permanência em seus territórios e a manutenção das áreas de *chapada*, historicamente utilizadas pelas famílias.

Nessa perspectiva, considerando as ponderações de Scott (2002), as formas cotidianas de resistência compreendem as diversas maneiras de defender-se em um determinado contexto. Em um desses momentos de ameaça de devastação de extensas áreas de mata nativa, os moradores de distintas localidades e os membros do STTR de Chapadinha, dirigiram-se às *chapadas*, munidos de facões, foices e outros instrumentos de trabalho, para impedir a devastação levada a cabo pelos chamados *correntões* dos *gaúchos*, que consistem em grandes correntes atadas a tratores e usadas para derrubada da vegetação nativa. A partir dessa iniciativa pode-se perceber que a ação coletiva das famílias de Juçaral, demonstrou “a capacidade de associação dos agentes sociais” (Souza Filho, 2013, p. 113).

Com relação ao enfrentamento, convém ressaltar que os moradores conseguiram evitar a continuidade do trabalho dos encarregados de promover o desmatamento, impedindo qual-

4 O referido estudo relaciona-se aos problemas envolvendo famílias quilombolas e as terceirizadas da Binacional (Brasil-Ucrânia) Alcântara Ciclone Space.

quer tipo de acesso às terras por parte dos sojicultores. Esse episódio provocou grandes desdobramentos a ponto de o pretense proprietário acionar a polícia para acompanhar o trabalho dos tratores, porém, o embargo das obras foi mantido pelos moradores, propiciando a abertura de processo por parte de um sojicultor do Estado do Paraná para assegurar o direito de acesso à propriedade que reivindicava como sua.

Essa situação de conflito revela os interesses em jogo, uma vez que a área era pretendida pelos chamados *gaúchos* e também reivindicada pelas famílias que há décadas moravam na localidade. Sobre a utilização dos recursos, essas famílias caracterizam-se por apresentar um modo de vida peculiar que permite uma apropriação equilibrada dos espaços e dos recursos naturais, permitindo, assim, um impacto menor, se comparado àquele provocado pelos novos agentes econômicos que se instalam na região.

Zhour e Laschefski (2010) destacam que os grandes agentes econômicos disputam áreas com famílias camponesas, principalmente porque veem nesses espaços condições favoráveis para o desenvolvimento de seus *empreendimentos*. Nesse sentido, cabe sublinhar a perspectiva salientada por Little (2002), que considera a resistência como uma das respostas mais comuns na história da expansão da produção de *commodities*.

Diante do avanço dos agentes do *agronegócio*, as famílias situadas historicamente na região organizaram-se e estabeleceram estratégias no sentido de frear a destruição das *chapadas*. Tais mobilizações permitiram que buscassem meios para defender os seus territórios e conservar os ambientes indispensáveis à reprodução do seu modo de vida (material e social). Nesse sentido, a mobilização ganhou força e contou com o apoio do STTR e órgãos ambientais oficiais para transformar essas áreas de tensão social em uma Reserva Extrativista de Uso Sustentável.

Em relação a esse quadro vale lembrar as ponderações de Charles Tilly. Segundo este autor uma ação coletiva consiste em pessoas agirem juntas objetivando alcançar interesses comuns. A ação dos agentes sociais deve ser pensada também como produto de uma aprendizagem assegurada em outras situações de enfrentamento (Tilly, 1986, p. 7). Em outras palavras, a luta empreendida pode ser entendida como uma pedagogia histórica e politicamente caracterizada.

A ameaça de perderem as áreas de *chapada*, indispensáveis às suas atividades econômicas, serviu de referência para orientar as mobilizações, permitindo que as famílias dos distintos povoados partissem para o confronto direto com os chamados *gaúchos* ao mesmo tempo em que estabeleceram estratégias, articulações de variados tipos de modo a potencializar suas ações. Mobilizaram novos repertórios de ação coletiva a partir de experiências vividas ou observadas. Desse modo, ações anteriores puderam contribuir para alterar favoravelmente as subsequentes.

A dinâmica que move os agentes sociais a conduzir suas ações em um enfrentamento como o verificado entre as famílias dos povoados e os novos agentes econômicos, fez com que colocassem em operação o que Tilly (1993) denominou de repertório contencioso, ou seja, a gama das formas possíveis que os agentes sociais põem em funcionamento para fazer valer os seus direitos ou realizar suas reivindicações.

Nesse movimento, as experiências que não deram certo devem ser abandonadas e outras devem ser buscadas de modo a conservar a dinâmica da ação coletiva. Os agentes sociais atuam estrategicamente para potencializar os seus ganhos coletivos realizando as operações necessárias dentro dos limites determinado pelos custos das ações empreendidas (Tilly, 1986).

Os distintos episódios ocorridos em Chapada Limpa I, Chapada Limpa II e Juçaral podem ser ilustrativos também do aprendizado que os agentes sociais adquiriram ao longo do tempo, seja no âmbito das reivindicações, nos enfrentamentos diretos ou mesmo por meio de articulações com instituições de diferentes tipos. Esse aprendizado serve, inclusive, para manter em ação aqueles que historicamente participam dos enfrentamentos. Essa aprendizagem, que

qualifica para a luta, pode ser identificada também como parte do repertório que se constitui e reformula-se constantemente pela própria dinâmica do enfrentamento.

Foi a partir do entendimento dos interesses em jogo que envolviam nessa arena diferentes agentes e instituições, e também pela consciência do *quantum* de força que possuíam nos enfrentamentos, que as famílias das distintas localidades tiveram êxito nas suas ações. Essa ação coletiva, portanto, não deve ser entendida, como observa Tilly (1993), como algo realizado de forma impensada ou aleatória, mas sim como uma ação consciente e estratégica que integra o repertório contencioso dos grupos familiares.

Diante desse quadro, para o entendimento do interesse em inserir a questão ambiental no universo da mobilização das famílias, vale recuperar as reflexões de Leite Lopes (2006, p. 45) no que se refere à “ambientalização dos conflitos”, uma vez que os questionamentos sobre os impactos da agressiva devastação de áreas de *chapadas* foram trazidas ao debate público. De acordo com o autor, o termo “ambientalização” passa a fazer parte do discurso das populações atingidas como estratégia de interesses e reivindicações (Lopes, 2006, p. 49). Conforme sublinhado pelos entrevistados, os funcionários do IBAMA (à época) compartilharam da mobilização em favor da preservação dos ecossistemas.

Para a situação em análise, cabem as considerações feitas por Souza Filho (2014, p. 49) ao apontar que “o conflito não nasce, portanto, motivado por razões ambientais, torna-se ambiental, nos seus desdobramentos, por motivos estratégicos”. Assim sendo, conforme o autor sublinha, o que deve ser levado em consideração, portanto, é a argumentação dos moradores de Juçaral associada ao discurso de preservação, pois, o que se observa, segundo os relatos, é que essa foi a melhor maneira de obter o que almejavam, já que foram orientados pelo órgão ambiental.

O povoado Juçaral foi pioneiro na luta pela criação da Resex, visto que sua situação ganhou mais destaque, uma vez que houve um enfrentamento direto. Cabe destacar que foram os moradores desse povoado que buscaram apoio e alternativas para minimizar os danos provocados pelos chamados *gaúchos*. Segundo os relatos foi somente após o enfrentamento realizado pelas famílias de Juçaral que as dos outros povoados ampliaram a luta e criaram suas respectivas associações de moradores, tendo sido auxiliados pelo STTR. Dessa maneira, o processo de criação da Resex cumpriu distintas etapas: a solicitação formal dos moradores de Juçaral por meio de sua associação; vistoria técnica do IBAMA para levantar o potencial da área e de seus recursos; elaboração do laudo socioeconômico e biológico; consulta pública a moradores da área para implantação da Resex.

Como resultados desse processo de luta das famílias, no dia 26 de setembro de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto de criação da Resex Chapada Limpa, localizada no município de Chapadinha/MA, com uma área de 11.971,24 hectares.

3. GOVERNANÇA AMBIENTAL E TERRITORIAL: O USO DOS RECURSOS ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DA RESEX CHAPADA LIMPA

Superados os problemas com os pretensos proprietários e agentes do *agronegócio*, e uma vez criada a Resex Chapada Limpa, caberia compreender os problemas relacionados com as formas de governança a partir da confrontação entre o modelo adotado pelo Estado e aquele pensado pelas famílias dos distintos povoados que integram a Resex. Para tanto, serão observadas, em termos comparativos, as formas de uso dos recursos pelas famílias tanto antes como depois da criação da Resex. Em se tratando de reservas extrativistas de uso sustentável, isso implica levar em consideração os modelos postos em jogo com relação ao uso e à conserva-

ção dos recursos: aquele definido pelos órgãos gestores e aquele dos atores sociais usuários dos recursos disponíveis na Unidade de Conservação.

A própria existência de uma UC reforça a ideia de compreender o que Arns (2010, p.124) chama de “dispositivos de governança”, já que a participação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - (ICMBio) como gestor da unidade de conservação tem gerado expectativas negativas pelas famílias em função das novas regras de uso dos recursos naquele território. O objetivo, portanto, é entender em que medida a criação da Resex interferiu na autonomia dessas famílias.

Ao pensar as formas de organização social e econômica dessas famílias, é importante destacar que uma vez decretada a área como unidade de conservação, o Estado passou a funcionar como cogestor da Resex e, nesse caso, a maneira de olhar para o mesmo espaço natural começou a ser diferenciada. Novas regras passaram a orientar a relação homem e natureza, tendo como ponto de referência as áreas naturais na lógica da natureza intocada (Diegues, 2004).

Nesse contexto, a criação da Resex Chapada Limpa fez aflorar um novo desafio: “relacionar-se com o Estado sem que isso representasse uma perda de autonomia das famílias em relação ao uso dos recursos segundo as particularidades de sua organização social e econômica” (Souza Filho, 2014, p 56).

Segundo Teisserenc (2014), governança tem a ver com um conjunto de práticas participativas, cuja finalidade é assegurar o desenvolvimento sustentável. No caso da Resex Chapada Limpa, a governança seria efetivada através das tomadas de decisão do conselho deliberativo, ao qual cabe o co-gerenciamiento dessas áreas segundo regras acordadas e legitimada pelo órgão gestor.

A Resex Chapada Limpa é uma área utilizada por famílias camponesas, cuja organização econômica baseia-se na articulação do extrativismo do bacuri, agricultura, caça, e criação de animais de pequeno porte. Desta maneira, o modelo de UC tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

Corezola *et al* (2010, p. 90) chamam atenção nesse sentido, argumentando que “a governança territorial se expressa na capacidade, dos atores sociais gerarem resultados políticos e sociais para os territórios, compartilhando o poder de decisão do Estado e a sociedade civil”. Cabe destacar que antes de a área ser decretada como Resex, os segmentos camponeses eram submetidos ao pagamento de renda pelo uso da terra, bem como à *divisão de meia* do bacuri com os pretensos proprietários. Com a criação da UC, moradores outrora atrelados a proprietários, passaram a ficar sujeitos a regulamentos estabelecidos pelo ICMBio. Assim, foram introduzidas novas regras que regulavam o uso dos recursos, limitando a autonomia das famílias das localidades sobre seus territórios.

Vale ressaltar que embora as UCs estejam intrinsecamente voltadas à sustentabilidade, ao serem criadas, elas transformam e influenciam as práticas dos grupos sociais em relação ao território em que vivem e ao ambiente de que fazem uso. Assim, as novas regras introduzidas pelo órgão gestor da Resex colidiram em muitos aspectos com aquelas operadas pelas famílias em relação ao uso dos seus territórios, interferindo na forma de uso e manejo dos recursos. Esses elementos oferecem as bases para pensar as dinâmicas adotadas pelos agentes envolvidos na gestão ambiental e territorial dessa unidade de conservação.

Todos esses aspectos apontam, como observa Gohn (2005), que a importância dos direitos de determinado grupo social consiste em exercer princípio ético e moral, através da experiência acumulada, isto é, a participação social é essencial, uma vez que estimula as redes de participação social, estruturada a partir de territórios, com base na gestão compartilhada. Co-

rezola *et al* (2010) apontam que a governança deve consistir no conjunto de práticas entre atores preocupados em promover uma capacidade coletiva de gestão social pautada na cooperação e seus benefícios.

Segundo os integrantes das unidades familiares, existe um confronto entre as regras estabelecidas pelo ICMBio e aquelas que orientam as práticas das famílias em relação ao uso dos recursos. Por colidirem em muitos aspectos, isso significou uma redução na autonomia das famílias. Assim, desde a época dos pretensos proprietários, até o momento posterior à criação da Resex, a autonomia das famílias tem permanecido em questão.

Mas afinal, de qual governança estamos falando? Uma governança que restringe autonomia ou a possibilita de alguma maneira? Segundo os interlocutores, existe uma ambivalência da governança ambiental, visto que por um lado ela fortalece o poder do ICMBio mas, por outro, confere certa autonomia às famílias, uma vez que podem conservar as regras de uso de recursos em determinados ambientes tal como operavam antes de criação da Resex, agora sem a ameaça de intervenção de um pretense proprietário.

Apesar da presença incômoda e ambivalente do Estado, os moradores evidenciam compreensões muito bem definidas sobre os aspectos positivos da criação da Resex - quebra da sujeição - já que outrora estavam atrelados aos proprietários, mas também aspectos negativos, relacionados às mudanças nas atividades agrícolas, em função do que estabelece o plano de uso da Resex.

Segundo os interlocutores, antes da criação da Resex, cada povoado tinha seus limites demarcados. Tal limite era identificado pelo que denominam localmente de *variantes*. Os *variantes* marcam, portanto, os limites identificados e reconhecidos pelos proprietários ou moradores. Ainda segundo os informantes, mesmo depois de decretada a área como unidade de conservação, as formas de uso dos recursos dentro dos limites territoriais de cada povoado foram mantidos pelas famílias que, mesmo adotando as antigas regras, passaram a experimentar novos códigos e dinâmicas, desta feita, determinadas pelo ICMBio.

É possível perceber nitidamente como gerenciam os limites do território no que diz respeito às áreas de bacurizais. Segundo os moradores, as áreas de ocorrência do bacuri são divididas entre povoados, respeitando-se os limites estabelecidos e reconhecidos por eles. Assim, o bacurizal de cada povoado é uma área de *uso comum*⁵ das famílias daquele povoado. Em outras palavras, os limites territoriais em relação à apropriação dos recursos, como por exemplo, a área de bacurizal, antes da criação da UC, baseava-se, na prática de que cada pessoa só poderia coletar bacuri dentro do limite do seu povoado. Segundo as regras locais, não era permitida a entrada de moradores que não pertencessem ao povoado para colher o fruto.

Com a criação da Resex, foram introduzidas novas regras para disciplinar o acesso aos recursos segundo outro entendimento de *uso comum*. O *uso comum*, para o ICMBio, significava a apropriação igualitária dos recursos da natureza. O sentido de comum, na perspectiva do órgão gestor parte do pressuposto de que todos têm direito de acesso aos recursos por tratar-se de uma unidade de conservação. Seguindo as indicações de que a reserva extrativista contribui para a manutenção do meio ambiente, além de proteger a reprodução de modo de vida das famílias, e promover a garantia dos territórios aos integrantes das unidades familiares, isso dissemina o pensamento de que todos têm o direito de colher o fruto onde desejar, visto tratar-se de uma unidade de conservação.

5 O termo *uso comum* contempla a ideia de coletividade, o acesso a terra para o exercício das atividades extrativas e produtivas. Para maiores informações sobre esse entendimento de uso comum em terras tradicionalmente ocupadas ver Almeida (2004).

Certamente aqui reside um problema fundamental que é o de confrontação com os fundamentos nativos de *uso comum* dos recursos dos territórios. O gestor da Resex, ao mencionar que todas as pessoas têm acesso livre aos recursos, independentemente de morar ou não em áreas de ocorrência de bacuri, fez aflorar um descontentamento já que, anteriormente à criação da unidade, a regra era que cada pessoa só poderia colher bacuri para vender, dentro dos limites do seu povoado. Neste contexto, Souza Filho (2008, p.139) destaca que “apesar de o *uso comum* ser uma prática recorrente, existem normas erigidas pelo grupo que disciplinam o acesso a tais recursos”. Segundo o plano de manejo, deve ser levada em consideração a forma de manejo praticada pelas *comunidades tradicionais*, assegurando, deste modo, o seu saber sobre a natureza.

A solução tomada pelos moradores foi a elaboração de um contrato de concessão firmado em ata entre os povoados de Juçaral, Chapada Limpa I e Chapada Limpa II, realçando que permaneceria em vigor a antiga regra. Com isso, foram resguardados os direitos historicamente estabelecidos. Neste caso, o que estava em jogo, expresso na tomada de decisão relativa à estratégia de acordar a antiga regra de acesso aos recursos, era a própria garantia da manutenção dessas famílias.

Neste sentido, é preciso enfatizar que, mesmo tendo sido criada a Resex, e esta possuir um gestor vinculado ao órgão ambiental do Estado, alguns moradores continuaram a ter o controle sobre algumas porções do território da unidade de conservação.

Os interlocutores enfatizaram ainda algumas alterações na organização social e econômica de Juçaral em função da aplicação do plano de uso e manejo dos recursos da unidade de conservação. Durante a pesquisa, os relatos dos moradores remetiam às mudanças em relação às atividades agrícolas, extrativas, criação de animais, caça, e outros. Segundo os informantes, após a criação da UC, as *roças* deveriam ser implantadas apenas nos locais indicados, no caso, as áreas de *carrasco*⁶ e *chapada*, obedecendo ao limite mínimo de cem metros, ou mais, de distância da beira de riachos, nascentes, e onde não havia a presença de bacuri, babaçu e demais espécies de potencial extrativo; as *roças* poderiam ser implantadas por um ou dois grupos, cujo objetivo era a redução de áreas isoladas, promovendo o cooperativismo, evitando a fragmentação da vegetação, com vistas a promover o menor impacto possível; o local de implantação das *roças* deveria ser comunicado à associação de moradores, indicando a forma de limpeza e o tamanho da área utilizada.

Conforme o plano de manejo, recomendava-se utilizar também como áreas de roçado, terrenos degradados, com a finalidade de evitar a abertura de novas áreas, o que vai de encontro ao uso tradicional da terra operado pelas famílias dos povoados. Cabe destacar, que os segmentos camponeses que viviam ali já desenvolviam naquela região as suas atividades econômicas segundo seu sistema cultural antes mesmo da chegada dos *gaúchos* e do Estado. Praticavam, portanto, um sistema de uso e manejo dos recursos distinto daquele imposto pelo Estado posteriormente à criação da unidade de conservação.

A criação da Resex Chapada Limpa possibilitou a identificação de algumas questões relacionadas à autonomia das famílias camponesas. As recuperações históricas apontam dois momentos importantes: o anterior à criação da Resex e o posterior a ele. No que se refere à autonomia das famílias no momento anterior à criação da Resex, observamos que ela esteve sujeita à relação que as famílias estabeleciam com os pretensos proprietários que ameaçavam sua reprodução material e social. Foi possível perceber que quando se verificou o enfretamento de camponeses com pretensos proprietários de terra, o que estava em jogo era a autonomia das

⁶ As áreas de *carrascos*, descritas pelos interlocutores referem-se a terreno íngreme e pedregoso. São locais de vegetação mais densa, embora apropriados para caça. Não apresenta um solo fértil quanto os chamados *baixões* (áreas úmidas, apontadas como propícias para o cultivo).

famílias camponesas, que não podia ser usufruída em função das limitações impostas pela cobrança da renda da terra.

O problema da autonomia ganhou contornos diferentes quando essa relação de subordinação podia ser transformada em uma situação de expropriação definitiva por conta da presença de novos agentes econômicos interessados na terra, no caso os chamados *gaúchos*.

Essa possibilidade colocou em risco a própria reprodução material e social das famílias, já que a mudança de relação com os antagonistas mudaria o cenário social e ambiental onde as famílias estavam instaladas. A presença dos *gaúchos* implicava uma perspectiva totalmente distinta, pois representava a possibilidade de mudança radical na paisagem a partir da supressão da vegetação nativa.

Interessa considerar que quando é criada uma unidade de conservação, alteram-se as práticas pré-existentes no que se refere ao uso dos recursos. Isso propicia alterações na autonomia das famílias, uma vez que a gestão da Resex implica a introdução de novas regras de monitoramento ambiental e territorial. Então, quando se cria uma unidade de conservação, redefine-se o princípio de autonomia.

É importante ressaltar que as famílias camponesas que historicamente vivem e trabalham na região Leste do Maranhão, à medida que realizam o enfrentamento aos novos agentes econômicos que ali se instalam, além de lutarem para continuar exercendo a autonomia sobre seus territórios, acabam cumprido um papel importante na conservação da biodiversidade existente no cerrado. Assim, a questão da autonomia nesse caso, define-se como complexa em função dos desafios a serem superados em função da modificação dessas áreas de tensão social em uma unidade de conservação, e também pela existência de novas regras para o monitoramento ambiental e territorial da Resex Chapada Limpa.

Recebido em: 20/06/2016

Aprovado em: 20/02/2017

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, A. W. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.6, n.1, p. 1-24, maio. 2004.
- ANDRADE, M. C. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 4ª ed. – São Paulo. Brasiliense, 1973.
- ARNS, P. C. Um Olhar Sobre os Dispositivos de Governança. *Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campinas Grande: UFCG, v. 28, ns. 1 e 2, v. 29, n. 1, p. 121–131, jan./2009 a jun./2010.
- COREZOLA, F.; OLIVEIRA, C. D.; ALMEIDA, M. G. Desafios da Governança Territorial nos Territórios Incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campina Grande: UFCG, v. 28, ns. 1 e 2, v. 29, n. 1, p. 87-96, jan./2009 a jun./2010.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.
- GASPAR, R. B. *O Eldorado dos Gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2013.
- GOHN, M. G. Cidadania e direitos culturais. *Katálisis*, Florianópolis, v.8, n.1, p. 15-23, jan/jun, 2005.

- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. – Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Nº 322. Brasília: UNB, p. 1-32, 2002.
- LOPES, J. S. L. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, jan/jun, 2006.
- MORAES, M. D. C. *Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense*. Campinas, 2000. 459 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- PAULA ANDRADE, M. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra). *Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campinas Grande: UFCG, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SHIRAISHI NETO, J. Grilagem de Terra no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa*. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1995. p. 67-77.
- SOUZA FILHO, B. *Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum*. São Luís: EDUFMA, 2008.
- SOUZA FILHO, B. Ovo Briga com Pedra: metáforas e conflitos socioambientais em Alcântara. In: SOUZA FILHO, Benedito. *Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 105-135.
- SOUZA FILHO, B. Conflitos e estratégias para a governança territorial: o caso da Resex Chapada Limpá. *Revista Pós Ciências Sociais - Dossiê Sociedade, Ambiente e Governança*. São Luís: EDUFMA, v.11, n. 22, p. 43-59, jul./dez. 2014.
- TEISSERENC, P. Governança Territorial em Reservas Extrativistas. *Revista Pós Ciências Sociais - Dossiê Sociedade, Ambiente e Governança*. São Luís: EDUFMA, v.11, n. 22, p. 19-41, jul./dez. 2014.
- TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1838. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.
- TILLY, C. *The contentious French: four Centuries of popular struggle*. Cambridge, Mass, Belknap press of Harvard University Press, 1986.
- VELHO, O. G. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária - estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais – um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 11-31.

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

A PESCA ARTESANAL NA REGIÃO AMAZÔNICA: ESTUDO DE CASO DOS PESCADORES DO BAIRRO DO PÉROLA MAICÁ EM SANTARÉM-PARÁ

Wandicleia Lopes de Sousa; Leila de Fátima de Oliveira Monte; Ádria Oliveira dos Santos

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever características econômicas e sociais dos pescadores artesanais que moram no Bairro Pérola do Maicá, na extensão do Lago do Maicá, localizado no município de Santarém-Pará. Adotou-se como método de pesquisa a aplicação de formulário de campo a uma amostra intencional de 20 pescadores artesanais do bairro citado entre os meses de outubro de 2016 a janeiro de 2017, todos vinculados ao núcleo de base do Bairro Pérola do Maicá. Os principais resultados evidenciaram a importância econômica que a pesca artesanal tem para os pescadores no bairro pesquisado, no que tange a sua comercialização e autoconsumo. A renda média mensal familiar obtida pela comercialização do pescado dentro e fora do bairro foi considerada muito baixa (R\$500,00). No período do defeso existem alguns pescadores que exercem a atividade da agricultura familiar e outras correlatas com a finalidade de complementar a renda familiar.

Palavras-Chave: Pesca Artesanal; Amazônia; Canais de comercialização.

ARTISANAL FISHING IN THE AMAZON REGION: CASE STUDY OF THE FISHERMEN FROM THE PEROLA DO MAICÁ NEIGHBORHOOD IN SANTARÉM – PARÁ STATE, BRAZIL

ABSTRACT

This research aims to describe economic and social characteristics of artisanal fishermen who live in the Pérola do Maicá neighborhood, in the extension of the Lake Maicá, located in Santarém-Pará State, Brazil. It was adopted as a research method the application of a field form with a non random sample of twenty artisanal fishermen linked to the base nucleus of the Pérola do Maicá neighborhood, between October 2016 and January 2017. The main results evidenced the economic importance that the artisanal fishery has for the fishermen in the neighborhood researched, in what it concerns to its commercialization and self consumption. The average monthly family income obtained by the commercialization of the fish inside and outside the neighborhood was considered very low (R\$ 500.00). In the closure period there are some fishermen who carry out the activity of family agriculture and other correlates with the purpose of complementing the family income.

Keywords: Artisanal Fishing; Amazon; Marketing Channels.

Mestranda em Ciência da Sociedade na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Estado do Pará, município de Santarém, Brasil. E-mail: wandicleia@hotmail.com.

Professora Mestre Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Curso de Economia, Estado do Pará, município de Santarém, Brasil. E-mail: leila_monte@yahoo.com.br.

Mestranda em Ciências da Sociedade na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Estado do Pará, município de Santarém. E-mail: adrioliveirastm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A atividade da pesca é dividida em várias categorias, seguindo uma finalidade econômica distinta, destacada pela pesca industrial, pesca artesanal, pesca ornamental, pesca esportiva e pesca de subsistência (Rosa *et al*, 2011). A pesca industrial é uma atividade que exige o suporte de uma grande estrutura portuária que possibilite o embarque e desembarque do pescado para responder a demanda comercial. A pesca artesanal, diferentemente da anterior, possui característica e estrutura de pequeno porte, muitas vezes com embarcações e apetrechos construídos pelos próprios pescadores artesanais, além de ser marcada pela relação do homem com a natureza (Brasil, 2009).

Nesse sentido, entre as diversidades de pesca existentes, a artesanal é considerada uma atividade importante para a dinâmica econômica da região do Baixo Amazonas Paraense. Nesta região, encontra-se a cidade de Santarém localizada às margens dos Rios Amazonas e Tapajós. Nesta cidade, encontra-se uma grande variedade de pescados que somados às potencialidades naturais existentes, em suas áreas de várzeas, fazem dela um dos maiores polos de produção e comercialização pesqueira do Estado do Pará (Isaac, 2008; Martins, 2009).

Entre os territórios de produção pesqueira existentes, na cidade de Santarém, encontra-se o Lago do Maicá, que possui aproximadamente 161 km² de extensão, estendendo-se por vários bairros e comunidades. Esta região de várzea possui grande parte do seu território dentro da área urbana de Santarém, sendo composta por um sistema de lagos oriundos do “Rio Amazonas com forte influência do Rio Tapajós através da restinga que divide a região em Ituqui e Maicá e áreas de terra firme próximas a cidade de Santarém” (Vaz, 2016, p. 14-15). A área escolhida para o referido estudo foi o bairro Pérola do Maicá, localizado no Distrito da Grande Área do Maicá.

Diante do exposto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: Quais serão os perfis social e econômico dos pescadores artesanais que moram no bairro Pérola do Maicá, no município de Santarém/Pará? E qual a importância desta atividade para a sobrevivência desses pescadores, na Região do Baixo Amazonas?

Com o intuito de responder ao questionamento acima citado, propõe-se como objetivo caracterizar de forma econômica e social os pescadores artesanais do bairro Pérola do Maicá. A metodologia deste trabalho se enquadra nas categorias de pesquisa exploratória, descritiva e bibliográfica. Dessa forma, para aplicá-la, ocorreram visitas de campo e entrevistas, com os pescadores artesanais que vivem, no Bairro Lago do Maicá, no município de Santarém, no estado do Pará.

Este artigo inicia com a apresentação das diferenças existentes entre as pescas industrial e a artesanal; discutiremos ainda sobre a diversidade dos recursos pesqueiros no Brasil e Região do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, e a produção da pesca artesanal e os seus canais de comercialização. A segunda seção mostra os procedimentos metodológicos adotados que norteiam a discussão sobre a pesca artesanal, no Bairro Lago do Maicá, em Santarém/Pará. A terceira seção apresenta os resultados desta pesquisa. E, finalmente na última seção, apresentam-se as considerações finais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 DIFERENÇAS ENTRE AS PESCAS ARTESANAL E INDUSTRIAL

A pesca artesanal, na língua inglesa, é definida como *small scale fisheries* significando pesca em pequena escala. Essa atividade, no Brasil, ao longo de sua história, sofreu interferên-

cia das três correntes étnicas responsáveis pela concepção da cultura brasileira ou das comunidades do litoral do país, quais sejam: portuguesa, indígena e negra. Cada etnia contribuiu, significativamente, com a formação histórica dos pescadores. Os portugueses, por exemplo, aprenderam as técnicas para confeccionar os anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastões. Os indígenas, por sua vez, transmitiram o conhecimento da preparação do peixe para sua alimentação, a confecção das embarcações, das flechas, dos arpões e, por fim, com os negros aprenderam a confeccionar os cestos e os utensílios para captura do pescado (Diegues, 1983).

O pescador artesanal caracteriza-se como aquele que têm relação direta com a natureza, pois a sua atividade é desenvolvida, na exploração dos ambientes aquáticos de forma individual ou junto com a sua unidade familiar. Assim, o seu modo de vida é intensamente dependente do ciclo da natureza, pois:

[...] no Brasil, a atividade pesqueira está tradicionalmente ligada às comunidades costeiras e ribeirinhas, que historicamente desenvolveram inúmeras artes de pesca (arrasto, cerco, vara, tarrafa, espinhel, etc.), adaptadas às características de cada região e ao tipo de embarcação (Lopes, et al. 2011, p. 188).

Na visão de Diegues (1983), o pescador artesanal não é definido apenas pelo fato de sua sobrevivência depender exclusivamente da atividade pesqueira, mas sim, pela sua habilidade, em manusear inteiramente todos os meios utilizados na pesca. Assim, este deve ter o “controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca” (Diegues, 1983, p. 193).

Conforme Catella et al., (2012), esta é uma modalidade da pesca apontada como um indicador de qualidade ambiental, o que a transforma em uma estratégia essencial para a garantia dos recursos pesqueiros do país. Mcgrath et al., (1994) ressaltam que apesar da maior parte da produção da pesca artesanal estar voltada praticamente para a subsistência do pescador, o seu excedente tem sido comercializado na comunidade local, em feiras e mercados.

Observa-se, no entanto, que até a década de 1960, a atividade da pesca era hegemonicamente artesanal. Nesse mesmo período, ocorreu a implantação de indústrias pesqueiras, no litoral do Centro-Sul do país (Diegues, 1983). Esta ação gerou uma descaracterização da pesca artesanal, com a introdução de um processo de transformação dos fatores de produção do pescador para a produção da pesca industrial. De acordo com Vaz (2016), a partir da década de 1970, a pesca na Amazônia foi impulsionada,

(...) pelas políticas de incentivos fiscais do governo federal e do Estado do Pará, através da introdução de novas tecnologias de captura e a implantação de mudanças nas relações de trabalho, entre os pescadores que intensificaram sua prática até então direcionada somente para a subsistência, caracterizando assim em uma pesca industrial (Vaz, 2016, p. 10).

Alguns subsídios do Governo Federal chegaram, na Amazônia, via Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE que oferecia privilégios às indústrias pesqueiras, tais como, as isenções de impostos. Esta ação tinha por finalidade reduzir os custos de produção desta atividade, facilitando, por sua vez a introdução do pescado, no mercado internacional (Abdallah; Castello, 2003).

No entanto, a produção pesqueira industrial exigiu que novas técnicas fossem adotadas para que houvesse o aumento da captura das espécies e, conseqüentemente, a produção em larga escala. Segundo Vaz (2016, p.10), “a introdução de novas tecnologias de captura e a implantação de mudanças nas relações de trabalho” foram necessárias para que a produção

de pescado deixasse de ser artesanal, baseada na baixa produção e escala regional, e se tornar industrial e abastecer os grandes centros comerciais do país e do mundo.

As medidas adotadas pelo governo federal (isenção de impostos) e a industrialização da agricultura provocaram a ambição de muitos empresários de diversas regiões do país e do exterior que, conseqüentemente, migraram para a Região Amazônica nas décadas de 1960 e 1970, com a pretensão de instalar as suas indústrias pesqueiras. Segundo Almeida (2006), essas indústrias foram instaladas, na capital do Estado do Pará, a cidade de Belém. Com o aumento da produção do pescado, nessa cidade, muitas embarcações de grande porte atracavam diariamente nos portos, o que pressionava o estoque de pescado, no estuário do Rio Amazonas, principalmente, nas espécies de piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e camarão (*Penaeus*). Essa diversidade dos recursos pesqueiros, no Brasil e Região do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, será discutida, na seção seguinte.

1.2 A DIVERSIDADE DOS RECURSOS PESQUEIROS NO BRASIL E REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS NO ESTADO DO PARÁ

Nas diversas regiões brasileiras, existe uma grande diversidade de espécies pesqueira, em seu extenso sistema hidrográfico. Nesse sistema, destacam-se as Bacias Amazônica, do Rio São Francisco, do Leste, as das Costeiras do Sul do Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a Bacia Platina. A Bacia Amazônica se destaca entre as demais por ser considerada a mais rica, em termos de diversidades pesqueiras e recursos naturais.

Segundo Rebouças et al. (2006), a Bacia Amazônica abriga aproximadamente 3.000 espécies de peixes, seguidas das seguintes Bacias: da Foz do Rio São Francisco na Bahia e do Rio Cubatão, em Santa Catarina, ambas com 285 espécies de peixes; seguida da Bacia do Paraná (com 250 espécies); do Rio São Francisco (com 180 espécies); as Bacias dos Rios Jacuí e demais que desembocam na Laguna dos Patos que juntas apresentam 155 de espécies de peixes e, por fim, os Sistemas Costeiros do Norte do Rio Grande do Sul com 106 espécies.

No âmbito desta diversidade de produção pesqueira, existe um número pequeno de espécies que são capturadas nesse território, das quais 80% são responsáveis pelo abastecimento do mercado local e regional:

As dez principais espécies representam mais de 80% da produção dos mercados pesqueiros regionais; no caso específico de Santarém, destacam-se principalmente as espécies popularmente identificadas como Aracu (*Leporinus Friderici*), Apapá (*Pellona castelnaeana*), Curimatá (*Prochilodus scrofa*), Dourada (*Sparus aurata*), Jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), Mapará (*Auchenipterus Nuchalis*), Pacu (*Piaractus mesopotamicus*), Pescada (*Cynoscion leiarchus*), Surubim (*Pseudoplatyatomia fasciatum*) e Tucunaré (*Cichla ocellaris*) (Martins, 2009, 34).

Percebe-se, portanto, que mesmo com a existência de uma extensa variedade de espécies de peixes na região, se faz necessária a implementação de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento do potencial pesqueiro, a fim de garantir o abastecimento do mercado consumidor, além de ações que promovam o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do pescado, visando a integração entre a conservação dos recursos do ecossistema e a garantia de produção para os canais de comercialização existentes.

1.3 A PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL E OS SEUS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

A pesca artesanal ou de pequena escala desempenha papel importante, na economia, sendo responsável por quase 60% do montante da frota pesqueira do país (Ibama, 2007). Na maio-

ria das vezes, a pesca é integrada com outras atividades econômicas que geralmente extraem os recursos da natureza como meio de sobrevivência. Porém, na região da Várzea pesquisada, neste artigo, essa é a forma de ocupação predominante entre os moradores. Isso porque esses territórios estão localizados, em áreas alagadiças onde existem lagos de água, nos quais os peixes se reproduzem. Esse recinto é propício para a realização da atividade pesqueira devido à proximidade do ambiente com suas moradias e a abundância de pescado existente nessa região (Cerdeira, 2002).

Para a captura do pescado, os pescadores artesanais da região de Várzea da área estudada utilizam apetrechos tradicionais, como: anzol, linha, flecha, arpão, malhadeiras, tarrafas e espinhel, materiais que sempre são adquiridos no mercado local, movimentando inclusive setores do comércio de suas cidades (Cerdeira, 2002). Após essa fase da captura, o pescado é processado e, em seguida comercializado.

Assim sendo, a maioria dos pescadores artesanais faz o processo de captura e comercialização de forma direta, no entanto, em alguns casos, por exemplo, nas áreas onde o manejo pesqueiro é praticado, ocorre a agregação de valor ao produto e o aproveitamento de todos os itens da matéria prima do pescado (Silva, 2014).

A etapa da comercialização do pescado, geralmente é realizada em feiras livres para atender a demanda dos consumidores ou, em muitos casos, a venda do pescado acontece diretamente entre pescador e atravessador. Outro canal de comercialização do pescado são os frigoríficos. Na cidade de Santarém, no Oeste Paraense, atualmente, existem duas empresas frigoríficas cadastradas junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA), as quais compram o pescado de toda região. Entre as espécies mais procuradas e, portanto, comercializadas nesses frigoríficos são: Dourada (*Sparus aurata*), Piramutaba (*Branchyplatystoma vaillanti*), Surubim (*Pseudoplatyatomia coruscans*), Mapará (*Auchenipterus Nuchalis*), Arraia (*Batoidea*) e a Pesca-da (*Cynoscion leiarchus*) (Isaac, 2008).

Em Santarém, um Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR) está sendo construído e funcionará como um entreposto pesqueiro na região. Em sua estrutura física, temos uma fábrica de gelo, espaço de beneficiamento do pescado, câmara fria e de filetagem. A gestão do CIPAR, quando finalizada as obras, ficará sob a responsabilidade dos pescadores artesanais da região, representado pela Colônia de Pescadores Z-20 e cooperativas.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada, no estudo, se enquadra, nas categorias de pesquisa exploratória, descritiva e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi realizada sobre a pesca artesanal, no Brasil e, na Amazônia, bem como, trabalhos, relatórios de pesquisa e o acervo bibliográfico de bibliotecas públicas e privadas, além das instituições de ensino local e regional.

As informações e dados coletados no decorrer da pesquisa foram dispostos, analisados e tabulados depois de concluída a pesquisa de campo. Esta se realizou nos meses de outubro/2016 a janeiro/2017. Do universo de 44 pescadores e pescadoras artesanais que moram, no bairro Lago do Maicá, foi extraída uma amostra de 20 que participaram da pesquisa.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS PESCADORES DO BAIRRO LAGO DE MAICÁ EM SANTARÉM NO ESTADO DO PARÁ

Por sua localização estratégica, Santarém tornou-se a principal cidade da região do Baixo Amazonas, sendo considerada um dos principais polos de produção pesqueira do estado, re-

sultado da diversidade e potencialidade natural existentes, na extensa região de várzea, tendo Manaus e Belém como principais mercados garantidores da maior parte de processamento de pescado da região (Isaac, 2008).

Esse território tem recebido uma forte pressão da iniciativa privada por meio da tríade: Estradas/Portos, Hidrelétricas e Mineração como alternativa de trazer o progresso econômico para a região. Esses são baseados, na exploração de recursos naturais na Amazônia, como é o caso do Projeto de construção dos Portos Graneleiros no Lago de Maicá, no município de Santarém/Estado do Pará, no Brasil, concebidos com o intuito de estimular a produção e a circulação da soja e do milho do centro-oeste brasileiro para o mercado exterior (Silva, 2014).

A região do Maicá está localizada a 3 km da cidade de Santarém e interligada com a região do Ituqui/Maicá, nas proximidades do paraná do Rio Ituqui e Maicá, na margem direita do Rio Amazonas, possuindo aproximadamente 161 km². O Maicá é composto por “um complexo de lagos, cujas águas são de origem do rio Tapajós, com influência do rio Amazonas” (Cerdeira, 2002, p.499). Seu território é formado por “um complexo ecossistema composto por ilhas e uma parte de terra firme, que se encontra adjacente às áreas de várzeas” (Vieira, 2013, p. 5).

Possui cerca de 21 comunidades e/ou bairros situados, em parte do espaço urbano da cidade de Santarém onde se encontra o território descrito como área de várzea. Este é constituído de um sistema de lagos oriundos do “Rio Amazonas com forte influência do Rio Tapajós através da restinga que divide a região em Ituqui e Maicá e áreas de terra firme próximas a cidade de Santarém” (Vaz, 2016, p. 14-15).

Ressalta-se que esta área também é considerada de preservao ambiental, de acordo com a Lei municipal n. 18.051/06, pois é considerada um berrio natural de diversas espécies de peixes, quelônios, rpteis, aves, além da flora com uma biodiversidade de plantas aquáticas todas típicas da região amazônica que possui grande importância ambiental para o território (Vaz, 2016).

De acordo com a Colônia de Pescadores Z-20, às margens do Lago do Maicá habitam aproximadamente 1.500 pescadores artesanais. Desse total, 44 estão inscritos na organizao dos pescadores, por meio do núcleo de base do Pérola do Maicá, um dos 106 núcleos da referida entidade. Os pescadores artesanais do bairro Pérola do Maicá estão representados, na sua maioria, por homens (65%) e por mulheres (35%), mostrando a predominância da mão de obra masculina, na atividade da pesca artesanal no bairro. A contribuio feminina, na pesca artesanal, está diretamente ligada às atividades consideradas secundárias, tais como: recuperao dos arreios, comercializao e beneficiamento do pescado.

A atividade da pesca artesanal, no referido bairro, é realizada por pescadores com idade entre 40 a 72 anos, com média de aproximadamente 54 anos. Os que têm idade na faixa de 40 a 50 anos não conseguiram concluir o ensino fundamental (71,43%). Os que estão na faixa de idade de 51 a 61 anos, 20% se consideram semianalfabetos, 10% analfabetos e (60%) possuem o ensino fundamental incompleto. Ressalta-se, portanto, que em diversos estudos que investigaram o perfil socioeconmico dos pescadores artesanais, a escolaridade foi considerada muito baixa. Neste caso, especificamente, entre os 20 pescadores entrevistados nenhum conseguiu concluir o ensino médio completo, o que não difere da realidade das comunidades pesqueiras da região amazônica onde é comum o baixo nível de escolaridade, assim como, em outras regiões do Brasil.

Discorrendo sobre a relao entre a idade dos pescadores e o seu nível de escolaridade é essencial que se entenda quem são os atores que estão atuando, na pesca no bairro Pérola do Maicá. Ficou evidente que esta atividade está sendo exercida pelos pescadores com ida-

de média superior a 50 anos, o que prediz que a mão de obra jovem nesta atividade, praticamente, inexistente, ocasionando sérias dificuldades, na continuação da atividade da pesca, a qual se espera passar de pai para filho. Uma das causas apontadas por Zacardi (2015) é a escolha de outras atividades mais rentáveis pelos jovens. Por outro lado, muitos pescadores que já se encontram aposentados, continuam exercendo a pesca para complementar a sua renda no final do mês. Ver tabela 1.

TABELA 1 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE E FAIXA ETÁRIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ

GRAU DE ESCOLARIDADE	IDADE					
	40-50	%	51-61	%	62-72	%
Ensino Fund. Incompl.	5	71,43	6	60,00	2	66,67
Ensino Fund. Compl.	1	14,29	-	-	-	-
Ensino Médio Completo	1	14,29	-	-	-	-
Semialfabetização	-	-	2	20,00	1	33,33
Analfabeto	-	-	1	10,00	-	-
Não respondeu	-	-	1	10,00	-	-
TOTAL	7	100	10	100	3	100

Fonte: Dados da pesquisa.

O perfil de geração de renda, tempo de serviço e as condições econômicas da atividade de pesca artesanal no bairro Pérola do Maicá serão analisados a seguir. A Tabela 2 contém informações sobre o tempo de serviço que os pescadores artesanais exercem a profissão de pescador. A maioria dos pesquisados respondeu que a pesca artesanal é a principal atividade econômica exercida, dependendo desta para sobreviver. Esta é praticada há mais de 10 anos pelos pescadores artesanais. Pode-se destacar que os pescadores residentes, no Bairro Pérola do Maicá, em sua maioria, são oriundos de outras localidades, sobretudo, comunidades de várzea onde a principal ocupação da população tem sido a pesca artesanal.

TABELA 2 – TEMPO DE SERVIÇO DOS PESCADORES ARTESANAIS NO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ QUE TEM NA PESCA A SUA PRINCIPAL OCUPAÇÃO

TEMPO DE PROFISSÃO	PESCA COMO PRINCIPAL OCUPAÇÃO			
	Sim	%	Não	%
5-10 anos	2	10,00	-	-
Mais de 10 anos	18	90,00	2	100,00
TOTAL	20	100	2	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Outra questão importante a ser considerada é a renda auferida pelos pescadores artesanais na comercialização do pescado. Segundo as informações coletadas em campo, os pescadores artesanais que dedicam o tempo máximo de 5 dias para a pesca no Lago do Maicá, conseguem capturar de 1 a 20 kg de pescados por semana. Essa produção se destina ao autoconsumo do pescador e o restante é comercializado em feiras e mercados localizados, no bairro Pérola do Maicá e, em alguns casos isolados, em feiras e mercados na cidade de Santarém. O ganho advindo pela venda deste pescado é de R\$500,00, o que corresponde a 56,81% do salário mínimo vigente no ano de 2016, conforme se observa na Tabela 3.

TABELA 3 – RENDIMENTO MÉDIO DIÁRIO AUFERIDO PELOS PESCADORES ARTESANAIS DO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ POR QUANTIDADE DE PESCADO

QUANTIDADE PESCADADA	RENDIMENTO MÉDIO POR DIA (R\$)	
	Menos de 1 S.M	%
1 a 5 kg	4	20,00
6 a 10 kg	7	35,00
11 a 20 kg	2	10,00
Acima de 20 kg	7	35,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Existem ainda as diferenças de renda entre os períodos de safra e entressafra do pescado que pode interferir, diretamente, no rendimento dos pescadores artesanais. Segundo os dados obtidos, na pesquisa do referido autor, essa variabilidade na renda dos pescadores, em alguns casos, pode alcançar R\$1.000,00 ao mês no período de safra do pescado e no período de baixa temporada, cai bruscamente para R\$150,00 por mês.

No que se refere à comercialização, toda a produção pescada é destinada a abastecer a demanda de mercado do próprio bairro, sendo que apenas um pesquisado expande sua comercialização para bairros das proximidades. Destaca-se que o preço praticado no mercado local varia entre R\$ 10,00 (dez reais) a R\$ 15,00 (quinze reais) a cambada de peixe, que equivale a uma média de 2kg, sendo que a variação do preço ocorre devido a diferença entre as espécies consideradas de menor valor (pacu e aracu) e as de maior valor (tucunaré e tambaqui). Vale ainda salientar que a dinâmica de comercialização se dá, na venda do produto de porta em porta inibindo assim, a participação de atravessadores, possibilitando a relação direta com o consumidor.

O que pode ser afirmado por Vaz (2016, p. 31-32) “[...] a comercialização ocorre principalmente com os peixes resfriados e “*in natura*”, geralmente em frente às casas [...] ou nas ruas por cambadas, ou ainda, na beira do lago direto das embarcações no “Porto do Maicá” [...]”. De acordo com as entrevistas, 100% dos pescadores fazem uso da rede de emalhe em suas pescarias, 85% utilizam o caniço, 70% a tarrafa e 55% o espinhel.

Na pesca artesanal, a escolha do tipo de embarcação pode ser influenciada pela distância que a atividade será desenvolvida, sendo que quanto menor for a distância a ser percorrida maior é a frequência do uso de embarcações que utilizam o esforço manual. No caso pesquisado, a canoa aparece com maior evidência representando 80%; em segundo lugar, com 25%, aparece a rabeta, que por ser uma embarcação motorizada exige menor esforço na realização da atividade e percorre uma distância maior em menor espaço de tempo.

Em relação à variedade de peixes, foi observada a captura de 36 espécies, cinco delas com maior frequência, a saber, o Aracu (*Leporinus friderici*) identificada por todos os pesquisados, em seguida, o Tucunaré (*Cichla*) com 95%, o Curimatá (*Prochilodus scrofa*) com 90%, o Pacu (*Piaractus mesopotamicus*) com 85% e o Tambaqui (*Colossoma macropomum*) com 80%, as quais estão entre as espécies mais capturadas em Santarém.

É importante salientar que durante o período de defeso do pescado que compreende os meses de novembro a março, impõe-se a limitação, na captura de espécies de pescados, no Lago do Maicá. Nessa época, alguns pescadores costumam exercer outras atividades a fim de complementar a sua renda mensal. Entre as atividades consideradas secundárias, destaca-se que 25% dos entrevistados realizaram serviços gerais; 25% desenvolvem atividades ligadas a agricultura, principalmente, ao cultivo de horta e 50% não desenvolvem nenhum tipo de atividade, além da pesca (atividade exclusiva).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi caracterizar os aspectos econômicos e sociais dos pescadores artesanais que residem, no Bairro Pérola do Maicá, localizado no município de Santarém-Pará. Constatou-se, então, que a atividade da pesca artesanal desempenha um papel importante, na dinâmica econômica e social dos pescadores que moram, no bairro Pérola do Maicá. Apesar de esta atividade ser exercida quase que exclusivamente pelos homens, as mulheres participam, realizando atividades consideradas secundárias e essenciais ao desenvolvimento da pesca. Isso não difere da realidade vivida por outros grupos de pescadores espalhados pelo Brasil.

Pode-se inferir, tomando como base a pesquisa realizada em campo, que a atividade da pesca é essencial para a sobrevivência de muitos pescadores artesanais. Entretanto, existem diversas dificuldades que foram expostas durante todo trabalho que contribuem para o enfraquecimento da produção de pescado no Lago do Maicá. O primeiro ponto a ser destacado é a questão da renda auferida, no momento da venda dos pescados, em feiras e mercados locais pelos pescadores artesanais da região. A baixa renda foi observada também em outras pesquisas que tinham objetivos semelhantes aos propostos neste trabalho. Essa realidade vivida, no Brasil, é acompanhada pela baixa escolaridade desses trabalhadores e pela ausência dos jovens exercendo essa atividade nas comunidades pesqueiras.

Os resultados demonstram, ainda, o enorme papel da pesca artesanal, nas economias local, regional e nacional, contribuindo diretamente com os diversos setores da cadeia produtiva da pesca, bem como na garantia da segurança alimentar da população. Como foi mostrado no decorrer do estudo, os apetrechos usados na atividade são predominantemente artesanais, não infringindo com os instrumentos jurídicos regulatórios.

Constatou-se também a existência de ampla variedade de pescado, no lago, destacando as cinco espécies mais capturadas e comercializadas: Aracu, Tucunaré, Curimatá, Pacu e o Tambaqui, confirmando que esse território é um espaço propício para a reprodução dessas espécies. Foi possível perceber que o Lago do Maicá é um importante berçário natural, com uma variedade de aves, quelônios, peixes e outros animais que estão ligados diretamente com o bioma desse espaço natural, além de possuir um rico potencial de espécies da fauna aquática, em variabilidade e exuberância típicas da região amazônica com grande importância ambiental para o território.

Portanto, o modo de vida do pescador artesanal está diretamente relacionado com o ambiente natural, fato evidenciado na descrição de sua compreensão quanto aos ciclos das espécies, da flora e da fauna. Esses são considerados pela literatura como conhecimentos tradicionais em que o homem dialoga com a natureza para dela retirar seu sustento. Assim, qualquer alteração nesse ambiente causará problemas de ordem social, cultural e econômica, na vida dos pescadores.

Recebido em: 25/01/2017

Aprovado em: 04/05/2017

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, P. R.; CASTELLO, J. P. O momento de repensar a economia pesqueira no Brasil. *Con-Ciência*, São Paulo, v.41, p. 1-4, out. 2003.
- ALMEIDA, O. T. *Manejo de pesca na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Petrópolis, 2006.
- BRASIL. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras*. Brasília, DF: Senado 2009.
- CATELLA, A. C.; MORAES, A. S.; MARQUES, D. K. S.; NASCIMENTO, F. L.; LARA, J. A. F.; OLIVEIRA, M. D.; BORGHESI, R. *Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal*. Disponível em <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM152>>. Acesso em: 16 out. 2012.
- CERDEIRA, R. G. P. *Conflicto y Colaboración en el Manejo de Recursos Naturales en America Latina y Caribe* CyC. São Paulo: Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais, 2002.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- IBAMA. *Estatística da pesca*. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2008_boletim_brasil_06.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2007.
- ISAAC, V. J. *Diagnóstico, tendências e perspectivas para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal. Diagnóstico da pesca e da aqüicultura no estado do pará*. Belém: UFPA-NAEA, 2008.
- LOPES, V. F. M.; MATTOS, U. A. O.; LIANZA, S.; SILVA, E. R.; SANTOS, P. R. Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores: a experiência da rede solidária da pesca no Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, São Paulo, p. 186-196, 2011.
- MARTINS, E. V. *Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém*. Belém, 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 2009.
- MCGRATH, D. G.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C. *Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no baixo Amazonas: Uma avaliação preliminar*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- REBOUÇAS, G. N. M.; FILARDI, A. C. L.; VIEIRA, P. F. Integrated and participative management in small-scale fisheries: opportunities and barriers. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 83-104, nov. 2006.
- ROSA, R. F. S.; DINIZ, M. J. T.; DINIZ, M. B. Queda da Produção Pesqueira do Estado do Pará: Evidências da tragédia dos comuns? IN: IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO – Políticas Públicas e as Perspectivas da Economia Ecológica, 2011, Brasília.
- SILVA, Y. A. R. *Agricultura Mecanizada e Expansão Urbana em Santarém-PA: Padrões e Processos Espaciais*. Santarém, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará. 2014.
- VAZ, E. M. *Caracterização da atividade pesqueira praticada no Lago Maicá, Município de Santarém, Pará*. Santarém, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado de Engenharia de Pesca. Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.
- VIEIRA, J. C. *Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao Território do Quilombo do Maicá em Santarém-Pará*. In: XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2013, Curitiba-PR. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6f8805c87ad80ed9>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- ZACARDI, D. M. Aspectos sociais e técnicos da atividade pesqueira realizada no rio Tracajatuba. *Acta pesca*. Amapá, Brasil, v. 3, n. 2, p. 31-48, 2015.

Raíces

v.37, n.1, jan-jun/2017

RESISTIENDO EL EXTRACTIVISMO: EXPRESIONES SOCIALES EN DEFENSA DEL AGUA Y DE LA VIDA

Valeria Llano Arias

RESUMEN

Este artículo presenta el estudio de caso de un movimiento en contra de la minería de oro a cielo abierto en el noroeste de Colombia. El artículo reflexiona sobre las prácticas de comunicación y la apertura de espacios para la participación democrática y cómo estas han permitido abrir un debate público sobre las implicaciones sociales, ambientales, políticas y económicas de proyectos mineros e hidroeléctricos. El artículo retoma los enfoques de comunicación participativa y pública, la noción de ciudadanía activa, y teoría de los nuevos movimientos sociales, teniendo como base los datos del trabajo de campo realizado en Colombia durante cinco meses como parte de mi doctorado, así como en literatura y experiencias personales y profesionales en el movimiento del agua en Colombia. El marco teórico subyacente a la metodología de mi estudio de doctorado se basa en la Investigación Acción Participativa y etnografía.

Palabras clave: Minería; Movimientos Sociales; Colombia

RESISTING EXTRACTIVISM: SOCIAL EXPRESSIONS IN DEFENCE OF WATER AND LIFE

ABSTRACT

This paper presents the case study of a movement opposing an open pit gold mining in north-western Colombia. The article reflects on the communication practices and the opening of spaces for democratic participation and how they have triggered a public debate on the social, environmental, political and economic implications of mining and hydroelectric projects. The article is based on the participatory and public communication approaches, the notion of active citizenship, and the new social movements theory, analysing data from my five-month fieldwork conducted in Colombia for as part of my PhD research, as well as literature and personal and professional experiences in the movement of water in Colombia. The theoretical framework underlying the methodology of my PhD study is based on Participatory Action Research and ethnography.

Keywords: Mining; Social Movements; Colombia.

RESISTINDO AO EXTRATIVISMO: EXPRESSÕES SOCIAIS EM DEFESA DA ÁGUA E DA VIDA

RESUMO

Este artigo apresenta o estudo de caso de um movimento que se opõe a uma mineração de ouro a céu aberto no noroeste da Colômbia. O artigo reflete sobre as práticas de comunicação e a abertura de espaços para participação democrática e como desencadearam um debate público sobre as implicações sociais, ambientais, políticas e econômicas dos projetos de mineração e das hidrelétricas. O artigo baseia-se nas abordagens de comunicação participativa e pública, na noção de cidadania ativa e na nova teoria dos movimentos sociais, analisando dados do meu trabalho de campo de cinco meses realizado na Colômbia como parte da minha pesquisa de doutorado, bem como literatura e experiências pessoais e profissionais no movimento da água na Colômbia. O quadro teórico subjacente à metodologia do meu estudo de doutorado é baseado na Pesquisa-Ação Participativa e etnografia.

Palavras-chaves: Mineração; Movimentos Sociais; Colômbia.

University College Dublin, Irlanda. PhD. E-mail: valeria.llanoarias@gmail.com.

EN LA BÚSQUEDA DE EL DORADO: MINERÍA

Una economía orientada a la minería y la producción energética es el camino que muchos países en desarrollo están siguiendo en las últimas décadas (Hujo, 2012). En América Latina, el aumento de las actividades extractivas ha sido impulsado por las exigencias del mercado global y el incremento del precio de minerales e hidrocarburos en la última década (Aguilar, 2012)¹. La decisión de escoger esta estrategia de desarrollo no ha sido necesariamente acompañada por el fortalecimiento de las instituciones políticas, la revisión de los sistemas de remesas, o la consulta previa con las comunidades que viven en las áreas afectadas por los proyectos mineros. En su informe para UNRISD “Las rentas minerales y el financiamiento de la política social: opciones y limitaciones”, Hujo (2012, p. 1) señala que para que los países manejen positivamente los retos de una economía orientada a la minería, es esencial “diseñar e implementar políticas sociales completas, inclusivas y con enfoque de derechos y construir instituciones democráticas fuertes”. El modelo enfocado en la minería ha sido visto como una oportunidad única por países como Colombia para transformar su economía y para atraer inversión extranjera a través de los proyectos a gran escala. En Colombia y Perú, el gobierno ha otorgado concesiones a compañías multinacionales para la explotación de recursos naturales como una manera de multiplicar el ingreso nacional (Aguilar, 2012).

El plan para convertir los sectores de la energía y la minería en una fortaleza de la economía fue introducido en el gobierno de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) (ABColumbia, 2012, p. 5; CINEP, 2012). Durante su mandato presidencial, más de 9,000 permisos mineros fueron otorgados con poca consideración del impacto de grandes proyectos de infraestructura en reservas naturales y comunidades indígenas (Ronderos, 2011). El plan “Minero Energético Visión 2019” ha sido continuado por el gobierno actual de Juan Manuel Santos Calderón y ha sido incluido en el Plan Nacional de Desarrollo (ABColumbia, 2012). Contrario a los anuncios optimistas, un informe de ABColumbia (2012) revela que, entre otras cosas, el manejo ineficiente de el sistema de impuestos de las corporaciones mineras ha resultado en que Colombia esté regalando su materia prima.²

En los últimos años, el incremento del PIB colombiano y la inversión extranjera ha beneficiado sólo a una pequeña parte de la población (Nieto-López, 2011). Los resultados de las nuevas políticas mineras incluyen la afectación a los ecosistemas hidrológicos, pérdida de bienes comunes naturales y, aún más, degradación de la tierra. El apego de las comunidades a sus prácticas, rutinas e historia son parte integral de la relación de los pueblos con su territorio y la construcción de su identidad. En el caso de la mayoría de proyectos mineros, no hubo consultas claras y oportunas entre los principales actores involucrados: el gobierno, compañías mineras, y comunidades. En Colombia existe el derecho a la consulta previa con comunidades Indígenas y Afro-Colombianas. Este derecho se supone se debe cumplir cuando se llevan a cabo proyectos en los territorios de estas comunidades. Incluso, Colombia ha ratificado la Convención 169 de la Organización Internacional del Trabajo que se refiere a los derechos de los pueblos indígenas y tribales. Para Rodríguez (2013),³ las consultas previas tienen una importancia

1 “Como consecuencia, la mayoría de países latinoamericanos se están especializando en materias primas de exportación, como muestra el incremento de estos en términos de exportaciones y el aumento de la Inversión Directa Extranjera en el área de recursos naturales, que alcanzó 43% en 2010, de acuerdo con ECLAC1, 2010” (Aguilar, 2012, p. 5)

2 “[...] el sector extractivo tiene un complicado sistema de exenciones fiscales concedidas a las empresas multinacionales que, según el experto economista Guillermo Rudas, ha dado a Colombia muy poco en forma de ingreso del sector extractivo.” (ABColumbia, 2012, p. 22). Ver también Arellano-Yanguas y Mejía Acosta (2014).

3 La Convención requiere que los pueblos indígenas y tribales sean capaces de tener una participación previa, informada y libre en los procesos de toma de decisiones sobre políticas o proyectos de desarrollo que les afecten. Tanto el derecho a la consulta previa como la Convención 169 de la OIT no siempre son observadas en grandes proyectos

enorme. Las comunidades indígenas han declarado que ellas no necesariamente se oponen al desarrollo en sí, pero quieren procesos de toma de decisiones colectivos y pluralistas. Antes de que el gobierno adoptara un modelo económico orientado a la minería y capital privado, Colombia tuvo poca experiencia en actividades extractivas a gran escala (con la excepción del carbón), por eso, muchas comunidades, especialmente pueblos indígenas, aún no están familiarizadas con sus implicaciones. Así como sucedió en Perú, las solicitudes para permisos mineros están concentradas en zonas caracterizadas por economías agrarias olvidadas y una población significativa de indígenas y campesinos (Bebbington y otros., 2008). Estas son las poblaciones más vulnerables en términos de seguridad, educación y medios de subsistencia.

Las comunidades son también afectadas por varias formas de desposesión. Bebbington y otros. (2008) se refieren a la desposesión causada por conflictos mineros como “una pérdida de un modo de vida, y una serie de supuestos que se dan por sentado sobre los medios de subsistencia y desarrollo”. La desposesión puede también ser entendida como “la pérdida de un intercambio de valor a través de el impuesto y las ventajas de derechos y exenciones que las compañías disfrutaban en un momento de aumento del precio de los bienes” (Bebbington y otros., 2008). El incremento en las actividades mineras a gran escala y la inversión extranjera desde los años 90 ha generado un número creciente de movilizaciones sociales y conflictos en América Latina (Bebbington y otros., 2008). Amenazas a los medios locales de subsistencia provocaron el surgimiento de movimientos sociales que quieren proteger las diferentes formas de vida y la organización social (Bebbington y otros., 2008).

Las actividades mineras tienen un impacto directo sobre las fuentes de agua. Las luchas en contra de la minería son también luchas en defensa del agua y de la vida. Estas luchas han creado redes y conexiones entre ellas para encontrar estrategias comunes y compartir experiencias. Las características “multi-localización” y transnacional de estas luchas son factores en común con otras campañas enfrentando industrias extractivas en el mundo (Bebbington y otros., 2008).

Por medio de un estudio de caso a través usando la Investigación Acción Participativa y etnografía, este artículo explora las consecuencias de la implementación de las políticas mineras y energéticas en Colombia. El análisis de las acciones de comunicación por los movimientos descritos en los casos de estudio ayuda a iluminar la acción de la sociedad civil resistiendo los proyectos mineros e hidroeléctricos. Las interacciones y repertorios de los y las activistas y el objetivo de sus prácticas de comunicación son el enfoque principal de este análisis.

Los resultados de la investigación de la cual hace parte este artículo, demuestran que a través de luchas como las que se oponen a la minería, el agua se ha convertido en un tema de discusión e interés público, relacionado a otros debates como el bienestar y los bienes comunes. Este tipo de movimientos sociales indican que las prácticas de comunicación alrededor de la defensa del agua han congregado a un sinnúmero de ciudadanos y ciudadanas, superando en muchos casos la fragmentación de la sociedad colombiana y la apatía a la participación democrática.

1. LA POLÍTICA EN LAS CALLES: MOVILIZACIONES

Las movilizaciones son unas de las expresiones y representaciones más visibles de los movimientos sociales. Ellas son la puesta en escena de ideas, símbolos, reclamos e identidades.

mineros e hidroeléctricos. Gloria Amparo Rodríguez, una abogada ambientalista, ve el proceso de consulta previa como una oportunidad y no como una amenaza u obstáculo al modelo de desarrollo del país (Rodríguez, 2013). Ella afirma que la consulta previa sirve como un intercambio de experiencias a través del cual es posible identificar mecanismos y estrategias comunes para minimizar el impacto ambiental, social y cultural que un proyecto de estos puede causar.

La Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC) resalta que ha habido 83 procesos de consulta previa realizados entre 1994 y 2009, pero ninguno de ellos fue considerado como ejemplo de buenas prácticas (ABColumbia, 2012, p. 16)

En las diferentes luchas por el agua, las movilizaciones han sido un lugar de encuentro entre ciudadanos(as) afectados por conflictos por el agua, partidarios de estas luchas, y otra serie de actores sociales incluyendo espectadores, oponentes, y políticos. José Bernardo Toro define la movilización social como

la convocación de voluntades para lograr un propósito común bajo una interpretación y un sentido compartidos, mediante una acción comunicativa que por ser una convocación es un acto de libertad, por ser una convocación de voluntades es un acto de pasión y por ser una convocación de voluntades a un propósito común es un acto público y de participación (Toro, 2001).

FOTO 1 – MOVILIZACIÓN EN DEFENSA DEL AGUA Y DEL TERRITORIO. TÁMESIS, ANTIOQUIA, COLOMBIA, 21 DE JULIO DE 2012



Fuente: Valeria Llano Arias, 2012.

Las movilizaciones son un ejemplo de prácticas de comunicación pública porque diseminan información acerca de temas de interés general. White (1994, p. 108) cree que “las movilizaciones locales son el primer paso adelante para la construcción de una estructura alternativa de comunicación horizontal.” Las movilizaciones también pueden ser vistas como estrategias políticas de intervención social que, a través de mediadores, generan redes permitiendo el logro de objetivos comunes.

Las movilizaciones en diversas luchas por la defensa del agua y el territorio en Colombia, se caracterizan por ser encuentros pacíficos de diferentes actores sociales; ellos apelan a la cultura popular y usan elementos simbólicos para comunicar sus propósitos. En las luchas que se oponen a la minería y represas, el apego por y cuidado del territorio y la identidad local constituyen una característica regular. La representación de tradiciones locales y mitos es un elemento central de estos eventos públicos; ellos ejemplifican los valores de las comunidades y

celebran su valiosa herencia, que se ve afectada por los conflictos por el agua. En su estudio sobre la revolución iraní Sreberny Mohammadi y Mohammadi (2006) observan un fenómeno similar y lo llaman “la repolitización de la cultura”. Estos autores afirman que la cultural popular puede ser altamente politizada y el entretenimiento puede ser un poderoso vehículo para la reunión política y la movilización.

Las movilizaciones reflejan la interacción entre activistas y diferentes medios y tecnologías. Los descubrimientos de Mattoni (2013) acerca de las movilizaciones de grupos sociales de base en contra del trabajo informal y precario en Italia, son útiles al analizar las movilizaciones en defensa del agua en Colombia. Para Mattoni, los activistas desarrollaron un conocimiento acerca del ambiente de los medios siendo parte activa de las audiencias que producían, circulaban, reproducían y transformaban diversos textos mediáticos. Los elementos simbólicos han jugado un papel importante en el movimiento por el agua en Colombia: expresiones como arte, poesía, representaciones, grafiti, murales, canciones, han facilitado la difusión de material sensible o radical y reclamos.

El uso de símbolos y arte por parte del movimiento del agua transforma las movilizaciones en acciones más inclusivas. Muchos de estos símbolos apelan a las tradiciones locales, refuerzan el sentido de pertenencia, y ayudan a expresar sus reclamos en términos menos radicales. En contextos caracterizados por el conflicto armado y la represión política, ciudadanos y ciudadanas necesitan buscar alternativas para disfrazar sus mensajes y expandir su audiencia minimizando los riesgos de persecución o acoso. Rodríguez y otros. (2014, p. 160), en su estudio del uso de medios ciudadanos en comunidades desarmadas viviendo en zonas de guerra en Colombia afirman que

Los medios son usados para abrir espacios de comunicación en los cuales hombres, mujeres y niños encuentren maneras de articular las experiencias vividas de violaciones de derechos humanos y otros modos de victimización de manos de los grupos armados en la forma de mensajes camuflados que no alerten a dichos grupos (Nordstrom, 2004; Ramírez, 2001). Frecuentemente, los medios comunitarios mueven cuidadosamente estos mensajes desde las esferas privadas a las públicas, permitiendo que crezcan sentimientos de la experiencia compartida.

El uso de elementos simbólicos tiene una doble función: por un lado sirve para generar una sensación de experiencia compartida, basada en tratados culturales comunes y recursos; por otro lado, al evadir el uso de mensajes extremos o radicales, violencia o fuerza, busca reducir el riesgo de retaliación o represión. El uso de elementos simbólicos y metáforas es una diferencia importante entre los nuevos movimientos sociales colombianos y movimientos más tradicionales enfocados en condiciones laborales, salud o agricultura, cuyas demandas y lenguaje son mucho más directos y sólidos. El significado de la vida diaria, la rutina y actividades que hacen parte de la vida de una persona aparecen a menudo en los mensajes de los nuevos movimientos sociales y sus movilizaciones. Para Escobar y Álvarez (1992, p. 30), la valorización de la vida diaria en los movimientos latinoamericanos tiene un significado especial

Problematizar la vida cotidiana es proveer las condiciones para una teoría social diferente y un marco interpretativo. La vida cotidiana involucra un acto colectivo de creación, un significado colectivo, una cultura. La reflexión sobre la vida diaria se debe localizar en la intersección de micro-procesos de producción de significado, por un lado, y macro-procesos de dominación, por el otro. La pregunta por movimientos sociales desde esta perspectiva busca restaurar la centralidad de las prácticas populares, sin reducir los movimientos a algo más:

la lógica de la dominación o la acumulación de capital, la lucha de la clase trabajadora o de los partidos laboristas.

La reflexión de Escobar y Álvarez nos da un punto de partida interesante para el análisis del caso de estudio de este artículo. A través de sus prácticas de comunicación, las comunidades afectadas por la minería han logrado resaltar los efectos negativos de estos conflictos en su vida cotidiana, en términos de deterioro de sus medios de subsistencia, la desaparición de sus trabajos tradicionales, la desposesión de sus tierras e identidad cultural. Las prácticas de comunicación y las acciones simbólicas en las movilizaciones se están ubicando en el centro de prácticas populares y experiencias que pertenecen al ámbito de la vida cotidiana, trayendo entonces los espacios privados y preocupaciones individuales y de las comunidades a la esfera pública. Las acciones simbólicas en las movilizaciones y las acciones de comunicación también funcionan como una manera de mediar entre los niveles micro y macro de los reclamos de los movimientos sociales.

2. ESTUDIO DE CASO: MINERÍA DE ORO EN EL SUROESTE ANTIOQUEÑO, COLOMBIA

El Suroeste Antioqueño es parte del Cinturón de Oro de Colombia, un área con una alta concentración de oro⁴. La principal actividad económica de esta región es la agricultura (café, cítricos, frutas, caña de azúcar, papa). Aunque también hay mucha actividad minera artesanal no regulada. En algunos municipios, el turismo es una actividad económica importante.

Desde 2010, numerosos permisos de exploración minera fueron concedidos, muchos de ellos sin consulta previa con los habitantes locales, incluidas comunidades de la etnia Embera, quienes tienen derechos constitucionales especiales sobre sus tierras. La población de diferentes municipios fue testigo de exploraciones imprevistas, vuelos exploratorios de helicópteros y encuestas llevadas a cabo por las compañías mineras. Las personas estaban conscientes de las consecuencias de la minería de oro a cielo abierto.⁵ Estos eventos motivaron la creación del Cinturón Occidental Ambiental (COA) una red regional que agrupa a ciudadanos y ciudadanas de 12 municipios del Suroeste Antioqueño y el Occidente de Caldas, ubicados en los valles de los ríos Cauca y Cartama.

El COA ha elaborado planes ambientales, de prevención de riesgo y propuestas de planeación a los diferentes municipios. Además, el COA y otras organizaciones de la sociedad civil, incluidos grupos ambientalistas, comenzaron una campaña para concientizar acerca de los proyectos mineros y su impacto en la población y el medio ambiente.

El análisis de la campaña en el Suroeste Antioqueño identifica dos características del modelo de comunicación participativa de Manyozo (2012): la reconfiguración de relaciones de poder y el diálogo. Manyozo sugiere que la reconfiguración de relaciones de poder es parte del modelo de comunicación participativa. Estructuras de poder nuevas y equitativas pueden ser desarrolladas desde prácticas de comunicación participativa (Manyozo, 2012). En el Suroeste Antioqueño, el movimiento que se opone al proyecto minero construyó una alianza con algunos de los alcaldes y concejales para desarrollar un plan de acción y mitigar las amenazas de la minería. Los alcaldes fueron receptivos a las peticiones y preocupaciones de las perso-

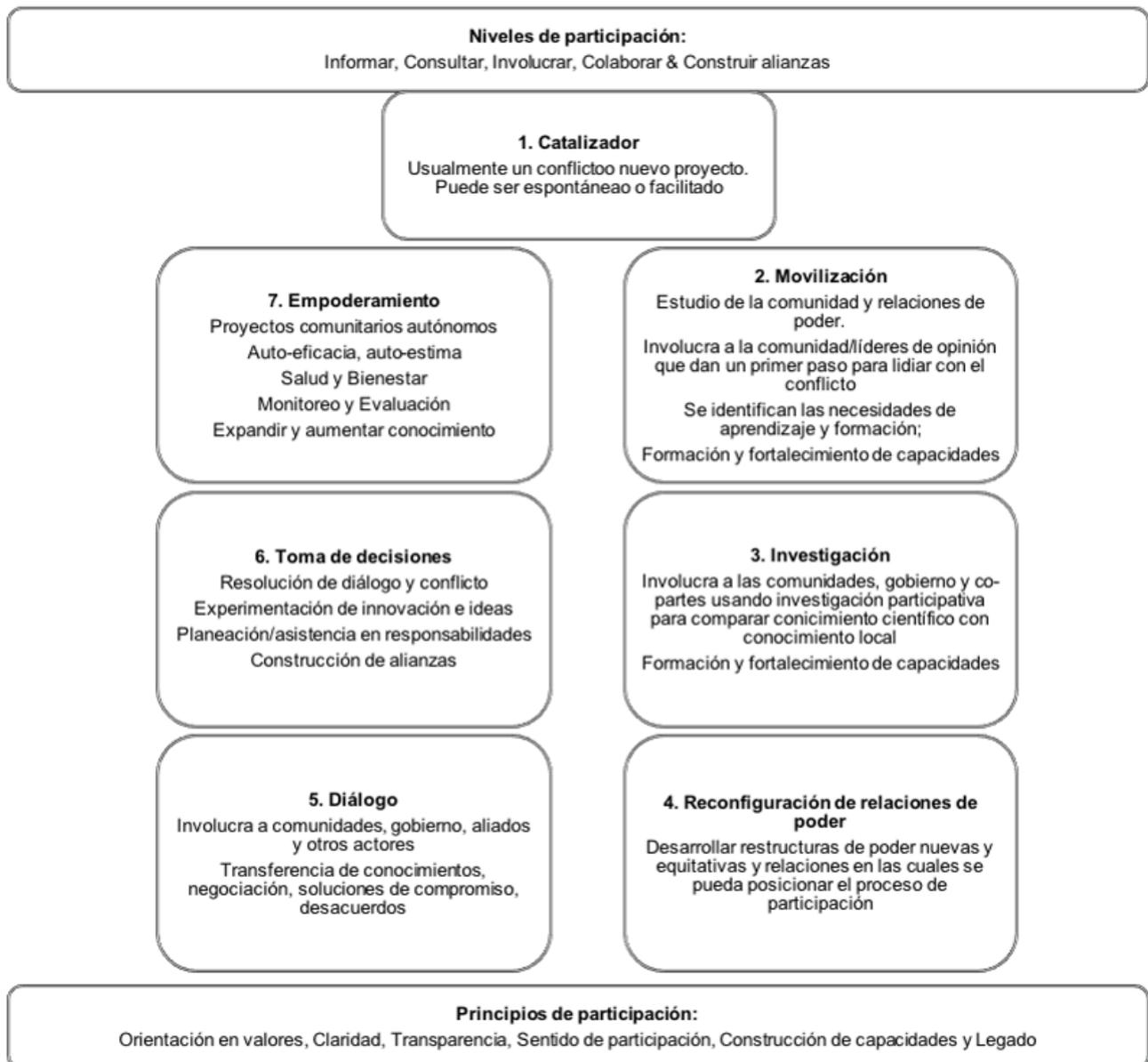
4 De acuerdo con líderes comunitarios del municipio de Támesis, por cada gramo de oro, tres toneladas de tierra deben ser removidas. El mineral está disperso en las montañas de esta zona.

5 Guhl-Nannetti (2013) menciona algunas de ellas: la contaminación de las fuentes de agua subterránea por la infiltración de minerales, la alteración de acuíferos, perforaciones, excavaciones y explosiones. Los proyectos mineros a gran escala como este tienen un impacto serio en la calidad del aire, la biodiversidad y el suelo, especialmente en áreas montañosas altas.

nas. Las comunidades encontraron en los alcaldes un apoyo e incentivo para formular objetivos más amplios orientados al desarrollo de la región y el mejoramiento de la calidad de vida.

Manyozo (2012) agrega que el diálogo puede involucrar comunidades, gobiernos, aliados y otros actores; además de la transferencia de conocimiento, negociación, compromisos y desacuerdos. En este caso de estudio, los ciudadanos y ciudadanas usaron el diálogo y sus interacciones con las autoridades locales para alcanzar objetivos comunes. Esta cooperación representa una evolución en términos de redefinir la relación entre la sociedad civil, el gobierno y quienes formulan las políticas. Esta colaboración también crea oportunidades para los ciudadanos de involucrarse en el movimiento que se opone a la minería para contactar a personas en posiciones de poder a través del apoyo de autoridades locales.

FIGURA 1 – MODELO DE COMUNICACIÓN PARTICIPATIVA



Fuente: Manyozo (2012, p. 191). Traducción propia.

Un enfoque de comunicación participativa ofrece una contribución significativa al análisis de procesos sociales en desarrollo y movimientos sociales. Las iniciativas de comunicación participativa generalmente comienzan desde las comunidades, con un proceso de auto-evaluación de recursos, capacidades, fortalezas y debilidades. Como lo resalta Altafin (1991, p. 312)

“Es un enfoque de comunicación basado en el potencial creativo de las personas y es este potencial el que crea los procesos de comunicación de acuerdo a una situación específica”. Este enfoque de comunicación aboga por la democratización de la difusión y recibo de la información, y de los procesos de toma de decisiones. El uso de este tipo de comunicación contribuye a ampliar la ciudadanía, ya que refuerza el papel de las comunidades en procesos de cambio social y desarrollo.

Organizar acciones conjuntas con vecinos(as), compañeros de clase, comunidades y gobiernos locales es una manera efectiva de presionar públicamente al gobierno con relación a asuntos ambientales. Estas iniciativas pueden resultar en un aumento en la participación política que abre espacios para el reconocimiento, el diálogo, el trabajo comunitario y la educación. En el Suroeste Antioqueño, se realizaron varios talleres participativos para comprender la situación de las comunidades afectadas y las implicaciones de las actividades mineras. Los(as) talleristas escogidos(as) provenían de dentro y fuera de la región. Al final de cada taller, surgieron varias propuestas y se asignaron tareas a diferentes participantes. También se programaron otras sesiones para revisar los asuntos que surgían en los talleres. Adicionalmente, se hicieron recorridos y caminatas en diferentes áreas que permitieron la recolección de información, de testimonios y de apoyo a la campaña. Estas actividades lograron que muchas más personas conocieran la campaña y se adhirieran a ella. El propósito de estas actividades también fue resaltar las características del patrimonio natural, el legado cultural, la geografía y el trabajo comunitario. Estas experiencias ejemplifican algunos de los resultados positivos de procesos de participación ciudadana identificados en la noción de “ciudadanía activa” (Citizenship-DRC, 2011) (Centro de Investigación de Desarrollo en Ciudadanía, Participación y Responsabilidad), como la inclusión de nuevos actores en espacios públicos, la creación de un sentido más amplio de empoderamiento y participación y el fortalecimiento de redes y solidaridad.

Entre junio y julio de 2012, ciudadanos y ciudadanas de los municipios de Támesis y Jardín (Antioquia) realizaron acciones de cabildo en los concejos municipales para que estos adoptaran una declaración de intención que expresaba su oposición a los proyectos mineros. Los alcaldes de ambos municipios apoyaron la declaración y se unieron a la campaña. Durante una conferencia de prensa el 21 de julio de 2012, el alcalde de Támesis declaró que la minería no era una alternativa social o económicamente viable para la región. Él afirmó que un proyecto minero del tamaño del que fue propuesto por las multinacionales mineras afectaría radicalmente el legado ambiental y cultural de la región. El alcalde también destacó la importancia de la campaña y la necesidad de maximizar la comunicación con otros municipios en el área. La campaña que se opone a la minería de oro en el Suroeste Antioqueño y Occidente de Caldas reclamó respuestas y rendición de cuentas de parte de las autoridades locales, un paso importante hacia la consolidación de prácticas democráticas en la región. La campaña demostró que la sociedad civil puede trabajar de la mano con el gobierno local y realizar acciones políticas conjuntas.

2.1 EL ALCANCE DEL SENTIDO DE PERTENENCIA

Servaes (2003, en Cadiz, 2005), sugiere que la comunicación participativa se origina en la discusión de problemas a nivel local. Esto fue enfatizado por los participantes de esta investigación involucrados en el movimiento en el Suroeste Antioqueño quienes articularon la importancia del sentido de pertenencia y la identidad:

La participación activa de los ciudadanos y ciudadanas a nivel local es generada por el sentido de pertenencia y la colaboración mutua, que contribuye positivamente al mejoramiento de las condiciones de vida y de convivencia (PI 6). Los y las residentes locales tienen un interés en preservar las condiciones de vida e identidades que siempre han existido en estas áreas (PI 16).

Estas discusiones son promovidas frecuentemente gracias a la interacción con otras comunidades. Para que la comunicación participativa sea efectiva, un aspecto crucial es la construcción de redes y alianzas con otras organizaciones, sectores, comunidades que trabajen en temas similares (Cadiz, 2005), así como lo demuestra la lucha contra la minería en el Suroeste Antioqueño. El COA y el CODEATE (Comité por la defensa ambiental del territorio)⁶ se unieron a otras luchas similares en el país, como por ejemplo la de Santurbán, en Santander, y el movimiento que se opone a la mina La Colosa en el Tolima, para compartir información, contactos, tácticas y experiencias. Ellos siguen además otros casos representativos en América Latina como el proyecto minero Yanacocha en Perú. Incluso los comités locales, las asociaciones de mujeres y escuelas en diferentes municipios de la región organizaron eventos que permitieron a la gente reunirse y discutir sus propias perspectivas sobre la minería y los conflictos ambientales.

La “Vigilia en defensa del agua y de la vida” (21-22 de julio de 2012) fue otra acción de comunicación y movilización que tuvo lugar durante la campaña en defensa del agua, la tierra y el territorio en el Suroeste Antioqueño. La vigilia fue organizada por CODEATE. Durante 24 horas, se realizaron actividades como un almuerzo comunal, un foro sobre minería y los patrimonios arqueológicos de la región, un desfile/carnaval en el que se mostraban los bienes comunes naturales, las leyendas e historias de los diferentes pueblos. También se realizó un festival nocturno con música, show de comedia, danza y poemas, además de una conferencia de prensa a la que asistió el alcalde, representantes de comunidades afectadas y de pueblos indígenas.

La tarea de representar la cultura local y el conflicto fue un esfuerzo creativo e intergeneracional. Niños, niñas, jóvenes y adultos decoraron juntos las carrozas, organizaron las comparsas y prepararon las pancartas. Al promover su cultura y tradiciones y al mismo concientizar a la población acerca de prácticas ambientales sostenibles, las comunidades del Suroeste Antioqueño proponen alternativas al proyecto minero. Durante la vigilia, un grupo de personas también escaló la montaña más alta del pueblo y pasó la noche allí, para ofrecer un tributo a la madre tierra. Dentro de las personas que hicieron parte de este grupo estaba el reconocido abogado ambientalista Juan Ceballos, quien previamente protestó por proyectos mineros y madereros en las selvas del departamento del Chocó. Juan Ceballos se amarró a un árbol por varios días como una forma de protesta por el avance de compañías multinacionales destruyendo bosques nativos en el Pacífico colombiano.

2.2 NUEVAS TECNOLOGÍAS PARA EL CAMBIO SOCIAL

Durante la vigilia por la defensa del agua, la vida y el territorio, un grupo de jóvenes, miembros del colectivo Manada Libre, presentó su proyecto de un videojuego en el que se evidenciaban las consecuencias de la minería y se proponían acciones para hacerle frente a este conflicto. El caso de Manada Libre es un ejemplo del uso de las herramientas digitales para promover la participación y conciencia ciudadana. Manada libre es un colectivo sin ánimo de lu-

⁶ El CODEATE es un comité ambiental que fue establecido en Támenes en medio del conflicto minero. El comité agrupa asociaciones ambientalistas, grupos de escuelas y colegios, clubes de jóvenes, asociaciones de mujeres, comunidades indígenas, universidades y otros actores sociales. Hace parte del COA.

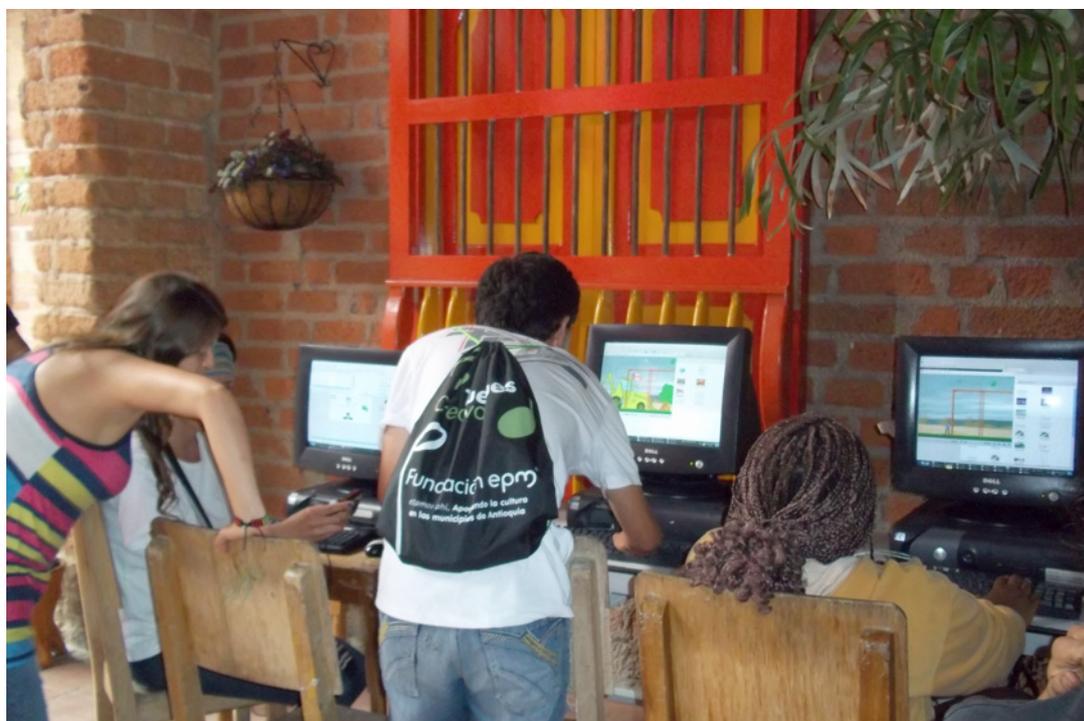
cro que diseña y adapta software libre para diferentes campañas sociales. En su página web, el colectivo explica que:

El software libre es una cuestión de la libertad de los usuarios de ejecutar, copiar, distribuir, estudiar, cambiar y mejorar el software. [...] Es el derecho a compartir, aprender, es cooperación, es la libertad llevada a lo digital, se da por la lucha de no permitir que se prohíba el compartir y por no permitir privatizar el conocimiento.

Manada libre creó un videojuego en el que el personaje principal descubre que su comunidad va a ser afectada por un proyecto minero. Su misión es detener este proyecto. Este personaje se resiste al proyecto minero por medio de acciones como sembrar vegetales en la tierra que se entregaría a las compañías mineras, invitar a más personas de la comunidad a darse cuenta del problema y ayudar, y limpiando los campos de las toxinas dejadas por la minería. De acuerdo con uno de sus creadores, el videojuego es sólo una expresión de lo que puede hacer el uso de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en comunicar asuntos críticos de manera creativa y a la vez promover conciencia sobre las diversas causas.

El videojuego fue una acción novedosa para muchos niños y niñas en los municipios del Suroeste Antioqueño. A través del juego ellos pudieron entender mejor el proyecto minero y sus implicaciones. Además, los niños fueron capaces de replicar ideas acerca de acciones que podrían poner en práctica. Uno de los diseñadores del juego (PI 17).

FOTO 2 – NIÑOS Y NIÑAS DESCUBRIENDO EL VIDEOJUEGO SOBRE LA MINERÍA



Fuente: Valeria Llano Arias, 2012.

Con relación a la apropiación de las tecnologías de la información y la comunicación, Clemencia Rodríguez (2011) afirma que estas pueden ser tan inofensivas y poco efectivas como tener un blog que nadie lee. No obstante, en algunos contextos sociales y políticos, los mis-

mos procesos de apropiación y uso de las TIC puede tener un fuerte impacto en la sociedad. El ejemplo del video juego ilustra el potencial de las iniciativas locales para promover más gobernanza sustentable del agua y la conservación ambiental. Estas nuevas formas de ciudadanía activa basadas en el reclamo de la soberanía sobre bienes comunes naturales están transformando el espacio democrático en Colombia.

De acuerdo con Gumucio-Dagrón (2011), la comunicación para el cambio social promueve procesos basados en el diálogo y la comunicación interpersonal, en vez de el uso vertical de instrumentos de comunicación. Él asevera que el uso de la tecnología debe responder a la necesidad de cada proceso de comunicación: “la capacidad de apropiación por los actores involucrados define la tecnología apropiada en cada fase del proceso” (Gumucio-Dagrón, 2011, p. 34). Por ejemplo, el juego desarrollado por Manada Libre no podría ser usado en cada comunidad porque requiere algunas condiciones técnicas y la capacidad de instalar y usar software libre y computadores. Existen otras tecnologías apropiadas y métodos que diferentes comunidades utilizan para difundir sus mensajes y obtener más apoyo en sus campañas.

La lucha contra la minería en el Suroeste Antioqueño continúa y el futuro de las concesiones mineras es incierto. De todas maneras, el conflicto ha creado oportunidades para repensar la relación entre las personas y los bienes comunes naturales. Los comités formados en oposición a la minería están expandiendo sus acciones para afrontar otros conflictos en la región como evitar el uso de sustancias tóxicas en actividades agrícolas, promover el eco-turismo, rescatar el patrimonio arqueológico de la región. Las personas afectadas por el conflicto minero también han cuestionado el modelo actual de desarrollo orientado a la minería y energía, argumentando que este modelo no incluye las visiones de los habitantes locales.

CONCLUSIÓN

Este artículo revela que las luchas en contra de proyectos mineros a gran escala han sido capaces de cuestionar duramente el modelo económico y de desarrollo enfocado a la minería y la energía, resaltando sus implicaciones a largo plazo. De este modo, han explorado diferentes prácticas de participación ciudadana y han implementado acciones de comunicación para promover sus objetivos y enlazarse con otras redes. El caso de estudio presentado en este artículo revela cómo las prácticas de comunicación participativa han motivado a ciudadanos(as) a sumarse a acciones democráticas reclamando la soberanía ambiental y defendiendo el agua, el sustento y la identidad.

En estos movimientos sociales, los ciudadanos han confrontado grandes compañías transnacionales y al gobierno central, explicando sus demandas y preocupaciones acerca del impacto de los proyectos en sus vidas y sus tierras. Además, los ciudadanos han aprendido sobre procesos de comunicación, han adquirido nuevas habilidades y se han familiarizado con la implementación de mecanismos legales de participación.

La apatía histórica hacia la participación en procesos democráticos en muchas regiones afectadas por grandes proyectos de infraestructura y minería ha sido un reto para las luchas. Esta apatía es resultado de la violencia y el conflicto armado, del aislamiento físico y social de las comunidades y de la falta de educación e información en el uso de mecanismos legales para defender sus derechos.

El diálogo entre las personas afectadas por el problema de la minería ha promovido no sólo el compartir de experiencias sino que también ha contribuido a crear lazos y alianzas más fuertes. El diálogo ha implicado la reflexividad sobre las diferentes perspectivas del conflicto, los intereses individuales y colectivos. Las movilizaciones a su vez, han demostrado el ejercicio

de la política desde abajo y la práctica de una ciudadanía activa. Salir a las calles a reclamar un derecho humano requiere valentía, determinación e indignación por una situación particular.

Estos movimientos también han demostrado que existe una relación particular entre las comunidades locales y la naturaleza, y que además es posible implementar modelos sustentables de manejo de los bienes comunes naturales por parte de los habitantes locales y el estado. El proceso de retar a los modelos hegemónicos de desarrollo y la propuesta de alternativas han contribuido al fortalecimiento de la democracia.

Muchas personas que pertenecen a estos movimientos han criticado la exclusión de la sociedad civil de los espacios de formulación de políticas públicas sobre proyectos de minería y represas. Ellas afirman que las comunidades no son tenidas en cuenta en la toma de decisiones que concierne a su territorio. En respuesta de ello, ciudadanos y ciudadanas se han movilizadado en la última década para oponerse a estos proyectos y reclamar sus derechos y soberanía. Una lección que deja este tipo de protestas es que las acciones legales sin el respaldo de la movilización social no tiene repercusión o influencia en los procesos de tomas de decisiones de las políticas de agua. Se ve reflejado en el caso del Suroeste Antioqueño que las decisiones alrededor de bienes comunes como el agua deben involucrar a diferentes actores y puntos de vista. Los efectos de discusiones públicas tendrán un impacto en las generaciones actuales y futuras.

Las luchas contra la minería como el caso del Suroeste Antioqueño, se convierten en un nuevo capítulo en la historia de los movimientos ambientalistas en Colombia. Dado el difícil contexto de violencia, represión y corrupción, las prácticas de comunicación cobran importancia y se convierten en un paso adelante hacia el reconocimiento de la sociedad civil en las decisiones que afectan sus vidas. Este tipo de luchas por el agua, la vida y el territorio han sido un ejercicio de la democracia, de resistencia y solidaridad en Colombia.

Recibido em: 21/01/2017

Aprovado em: 03/05/2017

AGRADECIMIENTOS

La autora agradece a la Escuela de Sociología y la Facultad de Ciencias Humanas de University College Dublin por la beca Mary Kelly Ad-Astra y las becas de viaje concedidas para llevar a cabo el proyecto de investigación de doctorado entre 2011 y 2014.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCOLOMBIA. *Regalándolo Todo: Las Consecuencias de una Política Minera No Sostenible en Colombia*. Disponível em: <http://www.abcolombia.org.uk/wp-content/uploads/2017/06/Giving_it_Away_mining_report_SPANISH.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

AGUILAR, Carlos. *Transitions towards post-extractive societies in Latin America*. Disponível em: <http://www.comhlahm.org/NewReport_Southern_Perspectives_TradeDev.html> Acesso em: nov. 2012.

ALTAFIN, I. Participatory communication in social development evaluation. *Community Development Journal*, v. 26, n. 4, p. 312-314, out. 1991.

BEBBINGTON, A. et al. Mining and Social Movements: Struggles Over Livelihood and Rural Territorial Development in the Andes. *World Development*, v. 36, n. 12, p. 2888-2905, 2008.

- CADIZ, M. C. Communication for empowerment. The practice of participatory communication in development. In: HEMER, O.; TUFTE, T. (Org.). *Media and glocal change*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 145-158.
- CINEP. *Minería, conflictos sociales y violación a los derechos humanos en Colombia*. Disponível em: <<http://www.cinep.org.co>>. Acesso em: oct. 2012.
- CITIZENSHIP-DRC. (2011). *Blurring the Boundaries: citizen action across states and societies*. A summary of findings from a decade of collaborative research on citizen engagement. Disponível em: <<http://www.drc-citizenship.org/system/assets/1052734700/original/1052734700-cdrc.2011-blurring.pdf>> Acesso em: jul. 2012.
- ESCOBAR, A.; ÁLVAREZ, S. *The making of social movements in Latin America. Identity, strategy and democracy*. Oxford: Westview Press, 1992.
- GUMUCIO-DAGRÓN, A. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. *Signo y pensamiento*, v. 30, n 58, p. 26-39, out. 2011.
- HUJO, K. *Mineral rents and the financing of social policy: options and constraints*. 2012 Disponível em: <http://www.unrisd.org/RPB16e.pdf&utm_campaign=ebulletin_12_12_2012&utm_medium=email_html&utm_source=en&utm_content=content_link>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- MANYOZO, L. *Media, Communication and development*. Three approaches. Nueva Delhi: Sage, 2012.
- MATTONI, A. Repertoires of Communication in Social Movement Processes. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (Org.). *Mediation and protest movements*. Bristol: Intellect, 2013.
- NIETO-LÓPEZ, J. Resistencia social en Colombia. Entre guerra y neoliberalismo. *OSAL -Observatorio Social de América Latina*. v. 12, n. 30, p. 125-142, out. 2011.
- RODRÍGUEZ, C. Trayectoria de un recorrido: comunicación y cambio social en América Latina. In: PEREIRA, J. M.; CADAVID, A. (Org.). *Comunicación, desarrollo y cambio social*. Interrelación entre comunicación, medios ciudadanos y medios. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2011. p. 37-56.
- RODRÍGUEZ, C.; FERRON, B.; SHAMAS, K. Four challenges in the field of alternative, radical and citizens' media research. *Media, Culture & Society*, v. 36, n. 2, p. 150-166, out. 2014.
- RODRÍGUEZ, G. Consulta previa: respuesta a Maria Isabel Rueda. *El Herald*. Barranquilla. Opinión, 2014.
- RONDEROS, Maria Teresa. T. *La fiebre minera se apoderó de Colombia*. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/la-fiebre-minera-apodero-colombia/246055-3>>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- SEOANE, J.; TADDEI, E.; ALGRANATI, C. Las disputas sociopolíticas por los bienes comunes de la naturaleza: características, significación y desafíos en la construcción de nuestra América. In: FERNÁNDEZ, M.; LUGO, L. (Org.). *Reencauzar la utopía*. Movimientos sociales y cambio político en América Latina. La Habana: Editorial Caminos, 2012. p. 57-94.
- SREBERNY-MOHAMMADI, A.; MOHAMMADI, A. Small media and revolutionary change: a new model. In: GUMUCIO-DAGRÓN, A.; TUFTE, T. (Org.) *Communication for social change anthology: historical and contemporary readings*. South Orange: Communication for social change Consortium, 2006. p. 464-475.
- TORO, B. *Conceptos básicos de movilización social*. Bogotá: Fundación Social, 2001.
- WHITE, R. Participatory Development Communication as a Socio-Cultural Process. In: WHITE, S.; NAIR, K. S.; ASHCROFT, J. (Org.). *Participatory communication: working for change and development*. Nueva Delhi: Sage, 1994. p. 95-116.

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

AINDA SOBRE AS SECAS: DISCURSOS E IMAGENS

Flávio José Rocha da Silva

RESUMO

Este artigo busca refletir como as imagens e os discursos sobre as secas ajudaram a alicerçar as estruturas de desigualdades socioeconômicas para muitos em benefício de poucos. Para muitos brasileiros, as secas seriam as grandes somas gastas em açudes e barragens, incentivos fiscais a empresas que se instalam no Nordeste e para o perdão de dívidas junto aos bancos estatais para grandes e médios proprietários. Para ela, por ela e com ela são respaldadas todas as grandes obras para que os nordestinos dela não sejam mais vítimas, como o atual projeto de transposição das águas do Rio São Francisco

Palavras-chave: Seca; Nordeste; Imagens Sobre as Secas.

STILL TALKING ABOUT DROUGHTS: SPEECHES AND IMAGES

ABSTRACT

This article tries to reflect how the images about the droughts helped the structures of socioeconomic inequalities for many to privilege a few people. For many Brazilians, drought is the only cause of inter-regional and intra-regional social inequalities in Brazil. In the last decades drought has been used as an important discourse by certain political and economic groups to advocate for additional resources and to justify money spent on dams, fiscal exemptions and bank debt pardon for large landowners in the Northeast of Brazil. Because of the drought, megaprojects are justified as the solution to develop the Northeast. One example is the project to divert the São Francisco river.

Keywords: Drought; Northeastern of Brazil; Images About the Droughts.

AS SECAS COMO DISCURSO DOMINANTE A SERVIÇO DOS INTERESSES DE POUCOS¹

Meu Deus, meu Deus
 Setembro passou
 Outubro e Novembro
 Já tamo em Dezembro
 Meu Deus, que é de nós,
 Meu Deus, meu Deus
 Assim fala o pobre
 Do seco Nordeste
 Com medo da peste
 Da fome feroz
 Ai, ai, ai, ai

(Patativa do Assaré, 1964)

O trecho da canção *A Triste Partida*, assim como de outras tantas cantadas por Luiz Gonzaga ao longo de sua carreira ou por outros artistas da música,² demonstra o quanto a seca conseguiu entranhar-se no imaginário coletivo da população nordestina. De acordo com Albuquerque Jr. (1999 p. 178), “A seca surge no discurso de Gonzaga como o único grande problema do espaço nordestino. Para chamar a atenção para este fato ele compõe, em 1950 com Humberto Teixeira, a música *Asa Branca*, que ele chamou mais tarde de ‘música de protesto do cristão’”. *A Triste Partida* (assim como foram tantas por ele cantadas com a mesma temática) levou para milhões de brasileiros de outras áreas do país a história do sofrimento dos habitantes pobres do sertão com as estiagens prolongadas, segundo sua visão. Se no início a letra acima destaca o clima como impiedoso, mais à frente ela revelaria o poder das estruturas fundiária e hídrica concentradas por poucos, diante da fragilidade dos pequenos proprietários indefesos perante o poderio do latifúndio,

Pois logo aparece
 Feliz fazendeiro
 Por pouco dinheiro
 Lhe compra o que tem
 Ai, ai, ai, ai.

As secas³ nunca foram um problema para parte da elite nordestina, a qual, muito pelo contrário, souberam aproveitar-se delas para lucrar com os projetos governamentais ao longo do último século que prometiam combatê-la. Já para os mais pobres da região, ela causa problemas no sistema produtivo, dificuldade para conseguir a água que é destinada ao gado por estar armazenada nos açudes das grandes propriedades, o não acesso aos gêneros alimentícios básicos e o desemprego generalizado. A abordagem sobre o Nordeste com o foco nas secas serve para

1 Esse artigo faz parte do primeiro capítulo da tese de doutoramento em Ciências Sociais deste autor.

2 Segundo Villa (2001), Eduardo das Neves gravou a primeira música com o tema da seca, em 1915, com o título de *Pobres Flagelados*. Já o espetáculo *Opinião*, dirigido por Augusto Boal, em 1964, lançou a cantora Maria Bethânia, nacionalmente, cantando a música de protesto *Carcará* (composta por João do Vale e José Cândido). A música terminava com a cantora denunciando a migração forçada dos nordestinos para o Sudeste na seca de 1950. A mesma cantora voltaria ao tema da seca em 1999 com a canção *A força que nunca seca* (composição de Chico Cesar e Vanessa da Mata). Confira Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino (Castro, 1992).

3 Para uma tipologia das secas, confira *As secas e seus impactos* (Carvalho, 2012).

naturalizar os problemas das desigualdades socioeconômicas advindos das restrições ao acesso a terra e a água. Não negamos sua participação majoritária como fator agravante das desigualdades, mas o enredo que se escreveu sobre ela no país, a projeta como a protagonista de todos os problemas nordestinos. Pouco se pergunta por que ela atinge sempre os mesmos grupos sociais ou porque é apresentada como a causa natural de todas as calamidades. Para ela, por ela e com ela são respaldadas todas as grandes obras para que os nordestinos dela não sejam mais vítimas, como o atual projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Assim nos dizem os governos dos últimos cem anos, sejam de qual espectro político e ideológico forem.

O que determina a seca⁴ como um fenômeno climático periódico no Semiárido, além da pouca ou da falta de precipitação pluviométrica em certos períodos do ano ou até mesmo interanuais, é a sua imprevisibilidade temporal e geográfica. Pode chover muito em uma área do Semiárido durante um determinado mês do ano e não chover por anos em uma área próxima. A quantidade de chuvas caídas também é imprevisível, tanto que o Semiárido pode sofrer com cheias em seus rios causadoras de grandes prejuízos para as populações ribeirinhas da região. A situação tende a agravar-se com o desmatamento e assoreamento dos rios sertanejos nas últimas décadas.

A grande seca de 1877⁵⁷ fez com que o banditismo dos cangaceiros e cangaceiras recebesse muitos adeptos no sertão, embora ele já existisse antes. Os saques promovidos por grupos de famintos também causaram muitos prejuízos de ordem financeira aos grandes proprietários durante aquela seca. Estes, por sua vez, começaram a reivindicar a intervenção do Império para resolver seus problemas. A resposta do Imperador Dom Pedro II a tais acontecimentos veio no final daquela estiagem, e, segundo Mello (2011, p. 99), “Na fala com que encerrou a 1ª sessão e abriu a 2ª, da legislatura da Assembleia Geral do Brasil no ano de 1879, lamentava o Imperador a quebra, ‘em alguns lugares’ da ‘segurança individual e da propriedade’” A ausência de qualquer menção às milhares de vítimas fatais daquela estiagem demonstra onde estava a preocupação do Imperador. É a partir desta seca que o discurso sobre uma região vítima do clima torna-se protagonista e passa a ganhar força como arma para a barganha política e para o convencimento do envio de verbas para “salvar” o Nordeste. Uma receita que daria tão certo que “Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua ‘calamidade’: a seca” (Albuquerque Jr., 1999, p. 72). É ela a causa, segundo os portadores deste juízo, do atraso econômico do Nordeste.

É possível que a seca de 1877 tenha dado origem, alimentada pelos contrastes socioeconômicos e fundiários da região, a vários movimentos messiânicos e de revoltas sociais, a exemplo de Canudos, Padre Cícero, etc. (Ribeiro, 2007). Talvez tenha até mesmo acelerado a abolição da escravatura, já que o estado do Ceará,⁵ o mais atingido naquela estiagem, foi o primeiro estado brasileiro a declarar, no ano de 1884, que todos os negros escravizados em seu território estavam libertos. Os grandes proprietários logo perceberam que não precisavam ter despesas com a alimentação de seus negros escravizados e que poderiam lucrar com a venda destes para as plantações de café no Sul do país. O governo promovia as frentes de trabalho para beneficiar as suas terras sem que eles precisassem ter despesas com as vítimas das secas. Era

4 “O Nordeste se encontra em posição geográfica muito afetada pela direção dos ventos secos e úmidos, quentes e frios, resultantes da pressão atmosférica no Atlântico-Norte, na África do Sul, nas Ilhas do Pacífico e no Sul da América. A variação desses fatores, afastando ou aproximando as frentes tropicais frias e úmidas, combinadas com outras causas, traz uma irregularidade nas chuvas ou secas sem ciclo definido” (Duque, 1982, p. 19).

5 É possível que o Ceará tenha abolido a escravidão oficial em seu território por possuir, segundo Andrade (1964, p. 189), “[...] 31.915 escravos, ou 4.4% de uma população total de 721.688, no ano de 1872”. Com a seca de 1877, muitos dos escravizados morreram ou foram vendidos para os cafezais do Sul, e a abolição da escravatura não trouxe grandes prejuízos para a economia cearense. A Seca de 77, como ficou conhecida, teve o agravante de coincidir com a queda no preço do algodão internacionalmente. Este fato certamente foi o motivo para o agravamento da fome e para o desemprego de milhares de sertanejos.

uma escravidão com as despesas pagas pelo erário público. Por que ter despesas com escravizados, quando as vítimas das estiagens faziam o mesmo trabalho e recebiam alimentos por parte do governo? Esse se tornou um negócio que se estenderia dali para frente e ganharia mais e mais adeptos por ser tão lucrativo.

Foi também a seca de 1877 que fez com que o Imperador Dom Pedro II enviasse uma segunda Comissão Científica para o Estado do Ceará, em 1881, com o objetivo de estudar e sugerir soluções para as longas estiagens. Para os conhecimentos técnicos e ambientais que possuíam à época, não se poderiam esperar outras sugestões que não as de engenharia hídrica, já em voga em outros países. A Comissão sugeriu a transposição de águas do Rio São Francisco para o Rio Jaguaribe, a construção de grandes açudes e estradas e campos de irrigação para resolver os problemas de grandes estiagens.

1. AS IMAGENS DAS SECAS E OS SEUS USOS POLÍTICOS

Para muitos brasileiros, as secas seriam a essência das desigualdades intra e interregionais no Brasil. Albuquerque Jr. (1999, p. 81) afirma que “O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área.” E continua este mesmo autor: “A seca foi decisiva para se pensar o Nordeste como um recorte inclusive ‘natural’, climático, um meio homogêneo que, portanto, teria originado uma sociedade também homogênea” (Albuquerque Jr., 1999, p. 138).

A seca passou a ser um discurso uníssono para reivindicar verbas e para justificar as grandes somas gastas em açudes e barragens, incentivos fiscais às empresas que se instalam no Nordeste e o perdão de dívidas junto aos bancos estatais para os grandes e médios proprietários ao longo do último século. Albuquerque Jr. (1999, p. 71-72) observa que:

A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado, etc. O discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa das províncias e depois Estados no Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão.

Sua popularização na mídia começou com a grande seca de 1877 e conseguiu maior repercussão com os artigos de Euclides da Cunha para o jornal Estado de São Paulo, que mais tarde tornar-se-iam o clássico livro *Os Sertões*⁶. Involuntariamente ou não, estas matérias jornalísticas e outras que se seguiriam nas décadas seguintes serviram e servem para justificar as mazelas do sertão com base nas suas características climáticas, já que condicionam as suas desigualdades socioeconômicas às suas particularidades naturais e não à estrutura socioeconômica mantenedora desta desigualdade.

O Semiárido ficou profundamente marcado pelas imagens das secas, e as imagens não existem em um vácuo político, principalmente quando são repetidas à exaustão. Elas têm o poder de ampliar as situações “justificadoras” para reivindicar ações governamentais e conseguir o apoio da opinião pública na defesa dos gastos para megaprojetos. Não é sem razão que as soluções socioeconômicas do Semiárido apresentadas e promovidas por grupos que trabalham a partir do viés da convivência e das experiências dos que lá vivem não recebem o mesmo espa-

⁶ Carvalho (2004), afirma que o livro de Cunha acabou sendo importante para “[...] estimular e emprestar decisivo apoio as classes dominantes, ao Estado e as elites intelectuais, notadamente as da região...”

ço e tempo na grande mídia. Além disso, muitas vezes estas soluções são tratadas como medidas complementares que, supostamente, não trariam os mesmos resultados que os grandes projetos.

A chegada da televisão no Brasil, em 1950, capitaneada pelo paraibano Assis Chateaubriand, daria uma dimensão muito maior à percepção que o país já alimentava sobre o Nordeste. A cada estiagem, os lares brasileiros captavam as imagens de crianças famintas tomando sopa de palma⁷ com água e sal. As redes de televisão organizavam campanhas de arrecadação de alimentos para as vítimas com artistas famosos.⁸ Imagens que seriam repetidas estiagem após estiagem nas últimas décadas como fotografias eternas de um lugar e que levaram muitos sertanejos a internalizar a ideia de que sua região não possui água. Com os novos programas governamentais de transferência de renda, projetos de convivência com o meio ambiente local e os novos arranjos sociais (maior acesso a educação formal, menor número de filhos, etc.) as vítimas das estiagens já não perambulam pelo país a procura de emprego e comida. Sobra para a televisão as imagens das carcaças bovinas espalhadas pelo sertão e a “denúncia” das obras paradas a exemplo do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, reproduzindo um arcabouço ideológico de manutenção das grandes obras como solução para o problema. Nas palavras de Albuquerque Jr. (1999, p. 72), “A descrição das ‘misérias e dos horrores do flagelo’ tenta compor a imagem de uma região ‘abandonada, marginalizada pelos poderes públicos’”. A fixação deste retrato regional no inconsciente coletivo brasileiro acabou por favorecer a manutenção de uma estrutura de poder que parece imutável. Elas, as imagens, convencem grande parte da população brasileira de que algo deve ser feito urgentemente naquela região “subdesenvolvida” e este algo esteve sempre atrelado pelos governos à construção de grandes obras como os açudes, as barragens, os projetos de irrigação, a rodovia Transamazônica, a Ferrovia Transnordestina ou o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. A questão fundiária e hídrica que sustenta as desigualdades sociais sempre esteve fora de questão em qualquer dessas ações governamentais, salvo pequenos ajustes por pressão de movimentos sociais que reivindicam as reformas agrária e hídrica.

A costa litorânea coberta por canaviais e com tantos rios é tão ou mais desigual socioeconomicamente que o Semiárido, como observa o *Severino Retirante* do famoso poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, ao chegar ao mangue recifense. Não pretendemos negar a relevância da seca como um dos problemas centrais do Nordeste, mas é inegável que ela serviu e serve ainda para o aparelhamento do Estado por um grupo dominante (dentro e fora daquela região) que utiliza o discurso da necessidade de combatê-la para apropriar-se de recursos públicos⁹.

2. O SOCORRO AS VÍTIMAS DAS SECAS

A primeira resposta por parte de um governante com relação às secas no Semiárido brasileiro aconteceu durante o reinado de Dom João IV, na estiagem de 1736, quando, ao ser informado de que faltava farinha de mandioca na colônia, ele ordenou, por decreto, que os senhores de engenho plantassem aquela, ou seriam multados. A falta de farinha deveria ser por

7 Comer palma foi um estigma para o sertanejo em tempos passados, já que serve como alimentação para o gado e era apenas em caso de fome extrema alimento para os habitantes do Semiárido. Nos últimos anos, esta situação vem mudando com projetos que estimulam a culinária da palma. Guedes (2002) publicou uma cartilha com receitas adaptadas ao paladar nordestino.

8 Em 1985, um grupo de 155 artistas ligados ao mundo musical brasileiro gravou o compacto simples *Nordeste Já*. A ideia era arrecadar fundos para as vítimas da estiagem. Este tipo de evento teria início ainda no final do século XIX. Villa (2001) conta que o Imperador Dom Pedro II participou de festas para arrecadar fundos para ajudar as vítimas da grande seca de 1877, mas estes eventos aconteceram em Portugal.

9 Confira O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino (Castro, 2002).

causa da preguiça dos sertanejos, decerto pensou o monarca. Garcia (1984) relata que duas décadas depois algumas famílias foram reunidas em povoados de cinquenta casas no interior do Ceará. Teria sido esta, segundo este autor, a primeira vez que vítimas da seca receberam terra.¹⁰ Ainda no final deste mesmo século, surgiu na Paraíba a primeira tentativa de mitigar as consequências da estiagem prolongada através de medidas assistencialistas. Liderada pelo governador José de Melo Castro, a Pia Sociedade Agrícola surgiu “[...] com o objetivo de desenvolver a agricultura, dar ocupação aos emigrantes e socorrer, com lucros da lavoura, aos necessitados...” (Alves, 2004). A Pia Sociedade criou um projeto de colonização no município litorâneo de Mamanguape. Note-se que apenas a segunda toca na questão da posse da propriedade da terra.

Na década de cinquenta do século XVI, a sede do Império enviou a primeira Comissão Científica de Exploração¹¹ para o estado do Ceará para conhecer a região. Esta Comissão estava mais interessada em descobrir possíveis riquezas minerais do que em estudar a área, já que anos antes a Califórnia havia sido tomada do México pelos Estados Unidos por causa da descoberta do ouro naquele território. Possuindo a Califórnia uma vasta área árida e semiárida, existia a expectativa de que o mesmo mineral pudesse ser encontrado em território nordestino (Kury, 2004).

Depois da seca de 1877, políticos nordestinos conseguiram incluir, no Artigo 5º da Constituição de 1891, a obrigação de envio de verbas emergenciais para as vítimas das secas (Albuquerque Jr., 1999). Uma segunda Comissão Científica foi enviada ao Ceará para estudar e propor soluções para as longas estiagens em 1881. Mais de uma década depois da grande seca de 1877,¹² o Ceará recebeu a visita do Conde D’Eu, um francês casado com a Princesa Isabel e Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para conhecer a aquele estado.

O incentivo para que os sertanejos mudassem para outras áreas do país também foi uma das estratégias de “combate às secas” mais utilizadas por sucessivos governos. Ainda no final do século XIX, por exemplo, o governo estabeleceu o serviço gratuito para os retirantes que desajassem se deslocar para trabalhar nas lavouras de café do Sul e nos seringais amazônicos. Este incentivo seria repetido durante a Segunda Guerra Mundial, quando estrangeiros de origem dos países em guerra, como o Japão, foram proibidos de migrar para o Brasil. A falta de mão de obra para trabalhar nos cafezais aumentou a migração dos nordestinos para o Sul. A necessidade de borracha para os exércitos aliados fez com que o governo brasileiro firmasse convênio com o governo dos Estados Unidos e, “Conforme acertado com a Rubber Reserve Company, 500 mil nordestinos deveriam ir para a Amazônia travar aquela ‘batalha’.” (Medeiros Filho e Souza, 1988, p. 74). Ainda hoje não se sabe ao certo quantos nordestinos pereceram na região amazônica, um bioma completamente estranho para eles. Em algumas secas, o socorro propositalmente atrasou para forçar a ida dos retirantes para o trabalho nos cafezais e na extração da borracha¹³.

10 O estado de Ceará também foi o primeiro a receber alguma assistência do novo Império. D. Pedro I autorizou o envio de ajuda alimentar em 1824. Este estado também teve o primeiro banco provincial em 1834 (Villa, 2001).

11 Também chamada de Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte. Uma das curiosidades sobre esta Comissão é que ela importou dromedários do Marrocos, na crença de que estes animais seriam ideais para o clima da região. Como era de se esperar, os animais morreram em pouco tempo (Villa, 2001). Mais de um século depois, estes mesmos animais tornaram-se um atrativo turístico nas praias de Natal - RN.

12 Durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX, o fenômeno dos Campos de Concentração para as vítimas das estiagens se alastrou, principalmente, no estado do Ceará. O livro *O Quinze* (Queiroz, 1980) retrata esta realidade.

13 A figura da vítima da seca a vagar a esmo à procura de socorro foi a fonte para o carioca José do Patrocínio escrever *O Retirante* em 1879 (final da grande seca de 1877), tendo sido o primeiro a abordar esta temática. Muito já se escreveu sobre a migração forçada dos nordestinos para a Amazônia e para o Sudeste. O excelente livro *Essa Terra* (Torres, 2001) mostra um outro ângulo sobre os migrantes nordestinos que foram para São Paulo ao abordar a volta de um deles após o seu “fracasso” no “Sul Maravilha”. Na música, entre as canções que tratam do tema, podemos citar *Nos Becos da Vida* (Brito, 1987). Esta migração perdeu velocidade nos últimos anos graças aos projetos de convivência com o Semiárido e os projetos de transferência de renda do governo federal, além do aumento ao acesso aos serviços de educação e saúde, embora estes ainda estejam aquém das reais necessidades daquela população.

O início do século XX trouxe a visão tecnocientífica como a solução para as estiagens no Semiárido com a criação da Comissão de Açudes e Irrigação e da Comissão de Perfuração de Poços, que se fundiram, em 1909, no Instituto de Obras Contra as Secas – IOCS. Medeiros Filho e Souza (1988, p. 33) ressaltam que, “Ao longo da Velha República, a problemática da seca foi predominantemente (não exclusivamente) reduzida à falta de reservatórios para acumular água”. Garcia (1984, p. 80-81) revela que “Do ciclo seco de 1932 ganhou a região um dispositivo na constituição de 1934 destinando 4% dos recursos orçamentários da União no “combate as secas”, percentagem essa reduzida para 3% na Constituição de 1946 e suprimida após a Constituição de 1964.

Este montante fez com que regiões não atingidas por este fenômeno climático reivindicassem fazer parte do Polígono das Secas para que pudessem gozar do mesmo privilégio orçamentário.

É na década de 1930 que as Frentes de Trabalho ou Frentes de Emergência são reforçadas de uma forma mais organizada como uma maneira de arrefecer os ânimos revoltos dos sertanejos. As capitais começavam a ter que lidar com milhares de migrantes de forma inesperada e a situação começava a gerar insatisfação nas populações destas cidades. A ideia principal era manter os retirantes ocupados no próprio Semiárido para que não se deslocassem para as cidades, onde a população estava amedrontada pela ameaça de saques. A prática assistencialista também passou a ser predominante em todas as abordagens referentes às populações assistidas pelos governos no século passado, e a distribuição de cestas básicas garantiu a aquisição de produtos das empresas do Sul do país. A distribuição de água através dos carros-pipa, nas décadas seguintes, também promoveu a concentração de poder de poucos grupos políticos.

A década de 1940 traria novos órgãos para “desenvolver o Nordeste e combater as secas”, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)¹⁴ Ambos plantariam a ideia de que a industrialização seria a solução para todos os problemas no que diz respeito às desigualdades sociais da região. Essa semente germinou nos anos 1950 com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para financiar projetos agrícolas e empresariais. A mesma crença estava presente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

As respostas governamentais nos anos da Ditadura Civil-Militar brasileira no tocante às longas estiagens copiaram muitas das ações anteriores. Novamente houve investimento em megaprojetos como as grandes barragens no Rio São Francisco e o início da Rodovia Transamazônica. Grandes projetos de irrigação também foram planejados e implantados no sertão e o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA) foi criado para pesquisar e auxiliar estes projetos, embora tenha contribuído nos últimos anos com projetos de convivência com as secas com uma visão holística.¹⁵ Os grandes proprietários da região mais uma vez lucrariam com as secas durante estes anos, pois podiam adquirir empréstimos a longo prazo caso prometessem investir 30% do montante tomado ao banco em mão de obra local. Medeiros Filho e Souza (1988, p. 87), ao comentarem que as propriedades com mais de 500 hectares foram as grandes beneficiadas com os empréstimos oferecidos pelo governo federal durante aqueles anos, afirmam que “As vantagens financeiras que foram oferecidas permitiram a estes proprietários transformar a seca numa fonte de acumulação de capital.” Uma atitude que se tornaria repetida a cada estiagem.

¹⁴Posteriormente denominada de Comissão de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

¹⁵Para conhecer os projetos de convivência, visite o site da Articulação Semiárido Brasileiro em <http://www.asabrasil.org.br/>. Confira Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento (Silva, 2008).

Ainda nos anos 1970, o Ceará criou a Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais (FUNCEME). A intenção era provocar chuvas artificiais através da nucleação da atmosfera. A iniciativa não vingou, apesar de o estado do Ceará adquirir dois aviões para este programa (Medeiros Filho; Souza, 1988).

A grande seca do início da década de 1980, agravada pela crise na cotonicultura, trouxe à tona a corrupção que envolvia as Frentes de Trabalho.¹⁶ Trabalhadores eram contratados para a construção de açudes e estradas em troca de um reduzido salário e distribuição de “cestas básicas”. As Frentes beneficiavam as terras dos grandes proprietários com obras financiadas pelo dinheiro público e asseguravam a mão de obra para quando as chuvas voltassem (Cohn, 1978).

A constituição de 1988 instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e definiu o Semiárido como a área com uma precipitação igual ou inferior a 800 mm. Também instituiu que esta área estaria sob a atuação da SUDENE.

A ajuda para as vítimas das estiagens chega sempre como resposta às ameaças aos grupos políticos e econômicos detentores do poder. Assim foi com a formação do quadro militar no *front* de resistência aos cangaceiros no início do século XX (Mello, 2011), e com a construção de açudes iniciada ainda no século XIX em resposta à seca de 1877 e ampliada com o presidente Epitácio Pessoa nos anos 1920. As ações do primeiro governo de Getúlio Vargas, nos anos trinta do século passado, foram uma resposta ao sucesso da passagem da Coluna Prestes¹⁷, liderada por Luís Carlos Prestes, pelo Semiárido. Assim como a criação da SUDENE foi uma resposta ao fortalecimento das Ligas Camponesas e às derrotas eleitorais de Juscelino Kubistchek, em 1958. A cada nova crise, o governo federal lança um grande projeto, uma grande obra para aplacar as nervuras da política e assim garantir apoio. Foi assim com a açudagem, com os órgãos de apoio aos financiamentos da agropecuária, com a SUDENE e seus subsídios para os industriais do Sudeste e da própria região, com os vários campos de irrigação criados ao longo dos anos e agora com o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

Ao concluirmos este tópico, podemos afirmar que diferentes ações foram tomadas e órgãos governamentais foram criados ou mudaram sua nomenclatura. Os projetos criados para “salvar” o Nordeste foram tantos, que listá-los tomaria muito espaço.¹⁸ Mesmo assim, continuam sendo lançados com estardalhaço na mídia por parte do governo atual. De fato, a atitude que permeou a visão e as ações dos governos durante todas estas décadas foi o investimento em grandes obras como forma de “combate às secas”, não interpretando o fenômeno da desigualdade socioeconômica nordestina, de forma deliberada ou não, como algo decorrente de tantos outros fatores além da falta de chuvas.

3. OS NOVOS DISCURSOS E AS VELHAS PRÁTICAS COM RELAÇÃO ÀS SECAS

Depois de décadas desde que a seca começou a ser utilizada como justificativa para o envio de grandes verbas para o Nordeste e a construção de grandes obras, alguns fatos sugerem que, embora os discursos tenham os adjetivos e os substantivos modificados nas falas oficiais das últimas décadas, a prática governamental continua, em grande parte, a mesma. Ainda para dentro das gavetas de Brasília uma crença no velho modelo de “combate à seca”.

16 Em julho de 1983, o número de homens e mulheres alistados nas Frentes chegou a 1.512.000. (Medeiros Filho e Souza, 1988).

17 Confira *A noite das grandes fogueiras* (Meirelles, 1995).

18 Para citar alguns: PROTERRA, POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, PROFIR, PROHIDRO, PDAN, PRODAGRI, PRO-NAGRI, PRODETUR, Projeto Áridas, Pró-Água e Projeto Água para Todos. Além de todos estes, todos os programas nacionais com capítulos sobre o Nordeste, a exemplo do Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O primeiro fato a ser ressaltado é a construção da Barragem do Castanhão, no estado do Ceará, iniciada durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se o referido presidente pregava o enxugamento da máquina administrativa e o zelo orçamentário, repetiu o gesto de vários governantes brasileiros de querer ser lembrado por deixar uma grande obra. Entretanto, o grande destaque da crença na solução da engenharia hídrica como única via para um Nordeste mais justo com seus habitantes é o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, iniciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e continuado pela Presidenta Dilma e pelo Presidente Temer.

O Projeto Água Para Todos¹⁹ lançado em 2011, pela Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de mais uma estiagem prolongada no Semiárido, é outra demonstração de mudança na linguagem sobre o tema, mas com a permanência das mesmas ações. Ao anunciar os investimentos para “combater as secas”, a Presidenta colocou no orçamento um grande montante para os projetos de irrigação. Para promover a distribuição dos recursos hídricos, investe-se na área que mais gasta e desperdiça água doce no mundo.

Um outro agravante contra aquele governo é a falta de investimento nas cisternas de placa²⁰ que ajudam a mitigar o não acesso a água potável no Semiárido. Lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o Programa Um Milhão de Cisternas atingiu apenas cerca de 60% de sua meta depois de quatorze anos. Mesmo sendo apontada como uma das causas da diminuição dos efeitos negativos da estiagem e de doenças transmitidas por água contaminada, ela não é priorizada. O seu sucesso não recebe o financiamento que merece. Como afirma Malvezzi (2007, p. 16) ao comentar como as ações governamentais com relação ao Semiárido ainda seguem um velho modelo:

As mudanças contemporâneas no poder central do Brasil não alteraram essa lógica, embora possam ter contribuído para fragilizá-la. A diferença entre o coronelismo clássico e o coronelismo moderno – eletrônico – é que, aos métodos antigos de dominação, este aliou as possibilidades da mídia e do marketing.

Mesmo financiando projetos de convivências com o Semiárido, os investimentos governamentais para o sertão acontecem em proporções desiguais, como demonstram os números para megaprojetos como o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco²¹ e estes montantes identificam a escolha seguida pelo governo. Ao financiar megaprojetos para a região, como os seus antecessores, deles não se diferencia, pois patrocina a velha e conhecida rota que direciona para o agronegócio baseado na monocultura em grande escala para a exportação. E é este modelo de agricultura que vem, há séculos, construindo as desigualdades socioeconômicas no Nordeste, além das degradações ambientais por ele geradas.

Na estiagem de 2013, o trabalho de convivência com o Semiárido desenvolvido pelos movimentos sociais locais e os programas de transferência de renda do governo fizeram com que as imagens exibidas nos telejornais e nos periódicos nacionais não fossem a dos retirantes em êxodo para as metrópoles do Sudeste. Não houve saques a supermercados ou a feiras livres como era comum acontecer nas estiagens passadas. Também não houve Frentes de Trabalho promovidas pelos governos. No entanto, a grande mídia continuou a repetir reportagens sobre

19 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm>. Acesso em 20 de abril de 2017.

20 Confira o número de cisternas construídas até agora no Semiárido no site da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA - disponível em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em 20 de abril de 2017. Vale ressaltar que este é um projeto que recebe dinheiro de empresas privadas como os bancos.

21 Já foram gastos mais de 10 bilhões de Reais.

a seca e a cobrar mais investimentos do governo para o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Era a história se repetindo para que a história não mudasse.

CONCLUSÃO

A elite política e econômica nordestina pode ter mudado o sobrenome, como no caso da Família Arraes/Campos, em Pernambuco, e das Famílias Jereissati e Ferreira Gomes,²² no estado do Ceará, mas continua agindo da mesma maneira com relação às secas. Os grupos detentores do poder continuam sabendo aproveitar as imagens das estiagens para a implantação de grandes projetos e para perpetuarem-se no comando político e econômico da região. São novos os mercados, novas as empresas e novos os personagens a comandarem o palco da política regional e nacional, mas o espetáculo ganha proporções bilionárias com obras como o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e a mesma visão sobre como lidar com os problemas da região. Os sobrenomes e algumas práticas podem ter mudado, mas não a essência das ações, o discurso continua sendo repetido na estiagem que vem atingindo a região nos últimos anos.

As imagens divulgadas sobre o Nordeste, em especial sobre o Semiárido, estão sempre enfocando a necessidade de intervenção por meio dos poderes governamentais e a seca continua a reverberar como mote para reivindicar dinheiro público um século depois.

Recebido em: 03/01/2017

Aprovado em: 25/04/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, J. Seca dos séculos XVII e XVIII. *Revista Conviver Nordeste Semi-Árido*. Fortaleza, v. 1, n. 4, out-dez. 2004.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

CARVALHO, O.; CARVALHO, O. Políticas anti-seca e irrigação. *Revista Conviver Nordeste Semi-Árido*. v. 1, n. 4, out./dez. 2004.

_____. As secas e seus impactos. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS E ESTRATÉGICOS; AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *A questão da água no Nordeste*. Brasília: CGEE, 2012, p. 45-100.

CASTRO, I. E. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COHN, A. *Crise Regional e Planejamento (o processo de criação da SUDENE)*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CUNHA, E. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

22 Desde 1987, a Família Jereissati, na pessoa do ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará nos anos 1980, o ex-governador e atual Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e a Família Ferreira Gomes, assumiram o governo do Estado por 24 anos. Tasso por 12 anos (1987-1991 e 1995-2002), Ciro Gomes por 4 anos (1991-1994) e seu irmão Cid Gomes por 8 anos (2007-2014). Atualmente, Tasso Jereissati é senador (PSDB) e Ciro Gomes é pré-candidato a presidência da república pelo PDT. Em Pernambuco, a Família Arraes/Campos esteve à frente do governo por 14 anos, com Miguel Arraes (1987-1990 e 1995-1999) e seu neto, Eduardo Campos (2007-2014). Campos deixou o Palácio das Princesas para candidatar-se à Presidência da República com o discurso de que seria o novo na política brasileira e morreu em um acidente de avião durante a campanha de 2014. Não por coincidência, Ceará e Pernambuco são os dois estados apontados por Oliveira (1977) como os detentores das oligarquias mais enraizadas no Nordeste.

- DUQUE, J. G. *Perspectivas nordestinas: obras póstumas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1982.
- GARCIA, C. *O que é Nordeste brasileiro?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GUEDES, C. C. *Culinária com broto de palma*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- GUERRA, P. B. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.
- KURY, L. A Comissão Científica de Exploração (1859-1961). *Revista Conviver Nordeste Semi-Árido*. Fortaleza, v. 1, n. 4, out./dez. 2004.
- MALVEZZI, R. *Semi-Árido – uma visão holística*. Brasília: Confea. Coleção Pensar Brasil. 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Semi-%C3%81rido_uma_vis%C3%A3o_hol%C3%ADstica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MEIRELLES, D. *A noite das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Record: Rio de Janeiro, 1995.
- MELLO, F. P. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Girafa, 2011.
- MELO NETO, J. C. *Poesias Completas (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PATROCÍNIO, J. *Os retirantes*. São Paulo: Editora Três, 1973.
- QUEIROZ, R. *O Quinze (Três Romances)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948.
- RIBEIRO, M. B. D. *A potencialidade do Semi-Árido Brasileiro*. Brasília: Qualidade, 2007.
- SILVA, R. M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Série BNB de Teses e Dissertações. 2008.
- TORRES, A. *Essa Terra*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VILLA, M. A. *Vida e morte no sertão: histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MUSICOGRAFIA

- A Força que Nunca Seca* (Chico Cesar/Vanessa da Mata, 1999)
- Asa Branca*, toada. (Luiz Gonzaga/H. Teixeira, 1947).
- A Triste Partida*, toada (Patativa do Assaré, 1964) *Carcará* (João do Vale/José Cândido, 1963).
- Nordeste Já* (Vários, 1985).
- Nos Becos da Vida* (Silvio Brito, 1984).
- Pobres Flagelados* (Eduardo das Neves, 1915).

A EMERGÊNCIA DE UMA TECNOLOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE VALENTE – BA

João Paulo dos Santos Silva; Alessandra Alexandre Freixo

RESUMO

Este artigo visa analisar uma experiência de produção de tecnologias sociais e compreender as ruralidades que emergem desta experiência, que se desenvolve em uma Escola Família Agrícola (EFA) no semiárido baiano. A partir do diálogo envolvendo diferentes atores, foi se construindo uma relação que teve como culminância o Circuito de Ciência, Cultura e Tecnologia. Para tanto, foram realizadas observações na EFA-Valente, sob a perspectiva da pesquisa-ação participante. Assim, a construção e materialização de tecnologias sociais de pertencimento ao lugar envolvendo a comunidade escolar foram fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade como sujeitos individuais e coletivos no intuito de promover o debate sobre as potencialidades da educação do campo proporcionada pela instituição. Palavras-chaves: Educação do Campo; Tecnologia Social; Escola Família Agrícola.

THE EMERGENCE OF A SOCIAL TECHNOLOGY IN A RURAL EDUCATION CONTEXT: THE CASE OF THE FAMILY FARM SCHOOL AT VALENTE – BAHIA STATE

ABSTRACT

This paper has the objective of analysing an experience of social technology production and understanding the ruralities that emerge from that, experience, which is carried out in a Family Farm School (FFS) in the semiarid of Bahia State (Brazil). A relationship was built from a dialogue involving different actors, culminating in the Circuit of Science, Culture and Technology. Observations were made in EFA-Valente, according to the perspective of participatory action research. The construction and materialization of social technologies of belonging to the place, involving the school community were essential to the development of an identity of participants individual and group subjects, in order to promote the debate on the potentialities of rural education offered by the FFS.

Keywords: Rural Education; Social Technology; Family Farm School.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época em que as tecnologias, mais do que nunca, fazem parte do nosso cotidiano. Dentre essas tecnologias, observa-se destaque relevante para a internet, a televisão, as mídias digitais, os celulares, entre tantas outras. Muitas vezes, ao falar em tecnologia, a primeira imagem que vem à cabeça está atrelada a um dos meios eletrônicos citados acima. Por outro lado, existe outro viés tecnológico tão importante que tem ganhado espaço cada vez mais considerável em muitas comunidades, cidades e regiões do Brasil, conhecido como Tecnologia Social (TS). Apesar das tecnologias sociais estarem voltadas para pequenas empresas, cooperativas e pequenos empreendimentos, elas estão começando a ser desenvolvidas sob outros olhares e experiências em universidades e escolas. Neste sentido, destacam-se as experiências de Lopes e colaboradores (2011) e Bagattolli e Jesus (2013) buscando o desenvolvimento de TS com cunho pedagógico.

Discutir TS envolve um contexto histórico que merece atenção. Ao longo dos anos, o conceito sofreu modificações e adequações para a concretização de uma política pública sob a concepção geral de uma participação comunitária no processo de construção tecnológica, um custo baixo de investimento e do produto dessa construção, bem como a simplicidade e os aspectos positivos oriundos de sua aplicabilidade em um determinado lugar (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004). De acordo com Thomas (2009), TS é uma maneira de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável. Assim, observa-se que TS pretende construir ações de mudança onde ela é desenvolvida, na qual os atores envolvidos têm participação direta no contexto ao qual a tecnologia se aplica.

Este trabalho tem como objetivo analisar uma tecnologia social que vem sendo desenvolvida no contexto da Educação do Campo no semiárido baiano, bem como compreender como esta pode ressignificar as representações de rural e campo que se desenvolvem a partir da escola. Para tanto, apresentaremos inicialmente o corpus teórico a partir do qual compreendemos o desenvolvimento de uma “ruralidade sisaleira” (Freixo, 2010) no lugar. A partir do desenvolvimento desse corpus, buscaremos compreender o contexto da produção de uma tecnologia conhecida como o Circuito de Ciência, Cultura e Tecnologia (CCT). Discutiremos o processo de construção desta tecnologia social, analisando o contexto em que está inserida, bem como os atores envolvidos em sua produção, de modo a compreender seu papel no fortalecimento da identidade social dos sujeitos do campo.

1. A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DO RURAL

O tema das representações há muito vem sendo objeto de reflexão, não apenas entre antropólogos, mas também entre psicólogos sociais. Atualmente, tem sido acionado como um importante elemento na compreensão do significado do rural na contemporaneidade (Mormont, 1989; Carneiro, 1998; Moreira, 2003). Estes estudos partem da premissa de que o rural não pode ser compreendido senão como uma representação social, e assim deslocam seu foco da análise das propriedades de uma realidade e um espaço rural fixos para as percepções que os sujeitos coletivamente constroem sobre um dado espaço e uma dada realidade; percepções estas que nortearão suas relações com e neste espaço, que será diferentemente apropriado pelos distintos grupos sociais que compõem a sociedade. Tal perspectiva de análise, longe de identificar um espaço como rural, procura identificar as diferentes representações que se apresentam na sociedade e que ultrapassam o âmbito espacial, tomando parte na constituição cultural de distintos grupos sociais.

Dessa forma, de acordo com o proposto por Mormont (1989), a categoria rural passa a ocupar um lugar particular, por designar não apenas populações, espaços ou funções, mas também – e principalmente – sistemas de valor. O rural deixa de ser compreendido como um espaço unívoco definido e com características fixas, para abarcar uma diversidade de conteúdos estritamente relacionados aos distintos modos de apropriação do espaço, ou seja, passa a constituir uma multiplicidade de territórios, com características identitárias próprias (Remy, 1989).

O viés da análise do rural como representação nos apresenta assim como um campo profícuo de estudo, uma vez que possibilita compreender como os diferentes grupos sociais se apropriam diferentemente do mesmo espaço, que passa a ser ressignificado por suas práticas sociais. É neste sentido que compreenderemos as experiências de construção de tecnologias sociais em nosso contexto de estudo, em consonância com o que propõe Freixo (2010, p. 120), ao cunhar o termo “ruralidade sisaleira”. Segundo a autora, a proposição do termo ruralidade, ao contrário de conferir exclusividade às representações e vivências dos camponeses da região sisaleira da Bahia, visa inserir mais um elemento que merece atenção no estudo das relações esses sujeitos em seu ambiente – a cultura do sisal, que ultrapassa as fronteiras do urbano e do rural, passando a conformar-se à ‘vocação’ daquela região.

É neste universo da ruralidade sisaleira que se buscou construir coletivamente uma tecnologia social, no intuito de fortalecer as redes de pertencimento e enraizamento ao lugar, que trataremos a seguir. Para tanto, apresentamos nos tópicos a seguir uma aproximação ao lugar em que foi desenvolvida esta tecnologia e aos sujeitos-foco da ação pedagógica envolvida na construção da tecnologia social – a juventude rural, para então adentrarmos na análise de nossa experiência: o Circuito de Ciência, Cultura e Tecnologia.

2. CONHECENDO A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE VALENTE: O LÓCUS DE NÓSSA TECNOLOGIA SOCIAL

A Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha está localizada no município de Valente, à aproximadamente 250 Km de Salvador e à 150 Km de Feira de Santana. A EFA-Valente está circunscrita em um ambiente que se intitula Região Sisaleira (Território do Sisal¹), onde os traços socioculturais são caracteristicamente rurais. A atividade econômica da região circula em torno do cultivo do sisal, mas a caprinocultura, ovinocultura e outras culturas de criação também são atividades de destaque (Cunha et al., 2016). A aproximadamente 12 Km da sede do município, a EFA-Valente abrange estudantes de vários povoados da redondeza, bem como de outros municípios da região. Suas instalações estão dispostas em uma fazenda experimental da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) que foi cedida, em 2009, à associação mantenedora da escola, a Associação de Pais e Amigos da Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha (APAEFA).

A Escola Avani de Lima Cunha foi inaugurada no ano de 1996 e sua história está diretamente relacionada com a APAEB. Lideranças comunitárias e sindicais estavam entre os sujeitos envolvidos na fundação da EFA, além de pessoas ligadas à Igreja Católica. De início, a escola contou com recursos oriundos da APAEB, mas outros setores surgiram com a intenção de

1 O Território Do Sisal abrange uma área de 21.256,50 Km² e é composto por 20 municípios: Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candéal, Canção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Valente. A população total do território é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. Possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,60 (Brasil, 2010)

contribuir com o processo de gestão da escola e independência financeira da mesma (Teixeira; Freixo, 2011).

A Associação de Pais e Amigos da Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha (APAE-FA), composta de pais de alunos, ex-alunos, monitores, lideranças comunitárias e agricultores, surge com o objetivo de fomentar e supervisionar o desenvolvimento da escola. A escola conta ainda com o apoio da Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAI-SA), da Fundação APAEB e do Instituto de Cooperação Belgo-brasileiro de Desenvolvimento Social - DISOP-Brasil. O Governo do Estado da Bahia é o mais novo parceiro das EFAs no estado (EFA-Valente, 2011).

A escola surge com a necessidade de ter um ensino voltado para as especificidades do campo, com o propósito de oferecer uma educação de qualidade que correspondesse ao desenvolvimento integral dos sujeitos do campo, investindo na “formação geral, necessária para formar a personalidade, como também a formação humana e espiritual” (EFA-Valente, 2011, p. 6) dos jovens, e que permitissem aos jovens, filhos de agricultores, acessar um modelo diferenciado de escola que atendesse às suas demandas formativas, dentre elas a construção de alternativas de convivência com o semiárido. Assim, percebe-se como princípio educativo da escola, por meio da Pedagogia da Alternância, o compromisso em ressignificar a representação cotidiana do rural como lugar do atraso, mas como lugar de convivência, de luta por qualidade de vida. Nota-se, então, a preocupação da escola com a permanência dos jovens no campo, com capacitação técnica necessária para retirar da terra tudo o que precisem e com o desenvolvimento local aliado à valorização do semiárido e da região nordeste.

O ambiente escolar é propício para o desenvolvimento de atividades práticas. Dentre os objetivos elencados no Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola de Valente, destaca-se o papel que a instituição exerce estimulando os jovens a serem sujeitos das suas próprias histórias. Como mencionado anteriormente, a escola desenvolve seu projeto a partir do preceito da Pedagogia da Alternância, que se caracteriza por ser uma metodologia que interliga diferentes experiências na formação dos jovens do campo, distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, objetivando assim uma formação integral (Teixeira, Bernartt; Trindade, 2008). Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade, junto a sua família e comunidade, com a formação teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária (Silva, 2000).

A EFA-Valente utiliza a Alternância em regime seriado, no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, com disciplinas adicionais de agricultura, zootecnia e administração rural, e cada ano apresenta um eixo específico, intercalando períodos de aprendizagem (as chamadas sessões) semanalmente. A família é essencial no desenvolvimento do jovem, sendo integrante do seu desenvolvimento cognitivo. A EFA-Valente propõe com a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância a filosofia de que a formação do jovem agricultor ocorra “nos seus aspectos social, humano, profissional, intelectual, ético, espiritual e ecológico” (EFA-Valente, 2011). Portanto, a escola busca abranger todos os sentidos da formação dos jovens, engajados na valorização histórico-cultural de sua região e nas demandas de suas comunidades.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO: JUVENTUDE PRODUZINDO TECNOLOGIA SOCIAL

A trajetória da educação do campo é constituída pela integração de vários sujeitos, pautas e lutas, objetivando fortalecer um processo educacional que vise atender às demandas de uma população que há muito tem sido marginalizada pelo poder público. Neste processo, a educação do campo culmina em uma reflexão social acerca do papel dos sujeitos do campo como produtores de sua própria história, bem como indispensáveis na construção de políticas

que atendam às suas particularidades. A educação do campo emergiu justamente desse processo de afirmação das especificidades de uma educação para os sujeitos do campo, no que Caldart (2009, p.39) discute como uma “crítica à realidade da educação brasileira”.

A educação do campo está inserida em um rural que tem convivido com diversos tipos de representações:

[...] do rural [...] como sinônimo de atraso, fonte de problemas sociais de toda ordem, seja como sinônimo de produtividade, tecnologia e agroindústria ou mesmo como sinônimo de alternativa para os problemas sociais derivados dos sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento identificado como urbano-industrial, a exemplo das questões ambientais (Teixeira; Freixo, 2011, p. 16).

Marschner (2011) aponta que para a existência de um processo histórico de massificação do ideal urbanocêntrico de educação escolar, ou seja, centrado num ideal urbano de desenvolvimento, se constituiu o que foi comumente traduzido como “educação rural”, cujo foco principal estava na difusão de modelos tecnológicos modernizantes que visavam a superação do atraso social e econômico que caracterizavam os espaços rurais. Em contraposição a este modelo de desenvolvimento, a educação do campo resiste e se articula através de movimentos sociais e sindicais na elaboração de estratégias de um campo como espaço pedagógico (Marshner, 2010), bem como políticas públicas rumo à afirmação de um grupo.

Em conjunto, instituições educativas, com destaque para as universidades, têm contribuído diretamente para o desenvolvimento de propostas consistentes e coerentes sobre a relevância de uma educação do campo. Neste sentido, torna-se crescente a necessidade de rediscutir o papel e a inserção social dos jovens no campo, categoria historicamente invisibilizada nas estatísticas e políticas públicas direcionadas aos sujeitos do campo (Weisheimer, 2007), de modo a garantir seu status de sujeitos de direitos (Abramo; Branco, 2005), a quem devem ser direcionadas políticas públicas específicas.

A inserção dos jovens rurais na dinâmica da agricultura familiar é iniciada assim que ele tem capacidade de realizar determinadas tarefas na propriedade. Nesse sentido, os jovens rurais também são inseridos nas questões sociais e econômicas que envolvem a atividade que sua família desempenha na propriedade (Carvalho et al., 2009). Consequentemente, esses jovens começam a formar suas primeiras ideias sobre o que eles almejam em suas vidas. Muitas vezes, as dificuldades encontradas na família e na propriedade familiar, a falta de perspectiva de projetos futuros e tantas outras complexidades fazem com que muitas vezes esses jovens comecem a ver a cidade como solução para os problemas e desafios que afetam o cotidiano (Castro, 2009).

Portanto, deve-se repensar ainda a categoria juventude rural como subsídio ao processo de enraizamento (Weil, 2001) e de fortalecimento de uma identidade rural entre os jovens, não mais percebida, exclusivamente, enquanto fixação desses sujeitos no campo, mas enquanto uma possibilidade de ressignificação das representações tanto do rural como do urbano produzidas por estes sujeitos, atualmente ainda tomadas como polos opostos de realidade vivida. Nesta perspectiva, juventude agrega um conjunto de fatores e peculiaridades, no que Castro (2009) considera como além de uma categoria, pois se constitui a partir de processos de interação social e as configurações em que está imersa.

Dados os múltiplos olhares e representações que estes jovens constroem sobre o rural e as diversificadas mediações que essas representações encontram nos projetos de futuro por eles construídos (incluindo-se aqui as situações em que esses projetos se apresentam de modo fortemente difuso e instável), torna-se premente a necessidade de um estudo sistemático sobre distintas experiências formativas em que estes sujeitos se inserem, à medida que a formação do sujeito do campo tem assumido um papel central no enraizamento dos jovens no campo (Teixeira; Freixo, 2011).

A produção de Tecnologias Sociais vem se apresentando como uma das alternativas que contribuem para a dinamização de oportunidades para os jovens rurais. Um desses trabalhos, proposto por Souza, Pozzebon e Silva Filho (2015), discute a promoção de programas que vem oferecendo aos jovens rurais a oportunidade de empreenderem em sua própria região. Nesta perspectiva, a produção de tecnologia social produzida por lideranças jovens tem mudado a realidade de um lugar, a saber: o semiárido cearense (Souza; Pozzebon; Silva Filho, 2015). Outra iniciativa apresentada por Beltrão e colaboradores (2011) utiliza minibibliotecas como fonte de conhecimento científico e de técnicas agropecuárias. Dentre o público alvo dessa TS, estão as comunidades rurais, que tem contado com a participação de jovens rurais como “agentes multiplicadores de técnicas agrícolas e de desenvolvimento sustentável” (p.16). Assim, estas são apenas algumas das iniciativas que têm sido desenvolvidas e estão transformando a realidade dos envolvidos nos projetos.

Neste sentido, é de fundamental importância o desenvolvimento de Tecnologias Sociais como prática de enraizamento cultural dos jovens rurais. Seja no desenvolvimento de políticas de juventude (Castro, 2009), de capacitação adequada para a realização de uma atividade rural (Carvalho et al, 2009), ou em estratégias que exercitem a autonomia dos jovens rurais (Teixeira; Freixo, 2011), as TSs devem incluir estes sujeitos em todos os momentos que ela é desenvolvida, pois permitem a integração dos sujeitos que produzem e internalizam o sentido dessa produção, e principalmente permite a valorização da tecnologia como algo próprio, com direcionamento para as reais condições vivenciadas pela comunidade na qual essa TS está inserida.

Assim, a participação desses jovens tem sido de fundamental importância na trajetória do CCT, reforçando essa TS como produção deles e para eles, refletindo uma Educação do Campo que atenda às realidades, desafios e perspectivas do lugar, pois:

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui como espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como lugar do atraso, da não-cultura. O campo é acima de tudo o espaço da cultura (Ramos; Moreira; Santos, 2004, p. 33).

Diante desta realidade social diferenciada, a juventude rural demanda por propostas que são constituintes das práticas pedagógicas voltadas para a educação do campo. Dentro desta dinâmica, o papel do desenvolvimento de TS na EFA-Valente tem buscado possibilitar à juventude rural espaços de intervenção que contribuam para a participação democrática desses jovens, rumo à concepção de visão de futuro exercitando a autonomia e valorizando o lugar.

4. O CIRCUITO DE CIÊNCIA, CULTURA E TECNOLOGIA

A construção de Tecnologias Sociais está intimamente relacionada ao espaço ao qual ela se direciona. Consequentemente, a compreensão das características do local aonde se pretende desenvolver uma TS é de fundamental importância para o melhor desenvolvimento de estratégias objetivando resultados positivos. Para Dagnino, Brandão e Novaes (2004), identificar e acompanhar os grupos sociais relevantes envolvidos é o fator inicial na construção de uma TS, pois demonstra o aspecto que caracteriza uma possibilidade de tecnologia de viés social em detrimento de um processo independente e determinista. Jesus e Costa (2013) destacam que o cunho de TS critica uma lógica convencional de desenvolvimento tecnológico e sugere uma perspectiva mais sustentável e solidária de tecnologia para todas as camadas da sociedade.

O Circuito de Ciência, Cultura e Tecnologia (CCT) foi criado em 2012 a partir de uma experiência entre estudantes de Licenciatura em Biologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em um estágio supervisionado, com o intuito de atribuir novos sentidos e significados para as três grandes áreas de conhecimento trabalhadas no evento - Ciência, Cultura e Tecnologia. Então, seguindo a proposta de concepção sistêmica de Capra (1998), o CCT tem por objetivo permitir que seus participantes adquiram conhecimentos pertinentes aos temas discutidos nas oficinas e amostras dos estandes, em que possam realizar uma análise da relação entre Ciência, Cultura e Tecnologia e a ligação destas com a práxis humana. Desta maneira, pretende-se proporcionar experiências que contribuam para uma visão de totalidades integradas, permitindo ainda

a construção de uma autoconsciência, a experiência consciente, o pensamento conceitual, a linguagem simbólica, os sonhos, a arte, a criação de cultura, senso de valores, interesse no passado remoto e preocupação com o futuro distante (Capra, 1998, p.288).

A partir dessa integração, buscou-se desenvolver estratégias que buscassem cativar e envolver os sujeitos envolvidos em toda a dinâmica do evento, a saber: estudantes do ensino básico e superior, pais, professores do ensino fundamental e universitários, bem como pessoas diretamente relacionadas à Comunidade Sisaleira e à EFA-Valente. Apesar de muitas vezes surgirem desafios e surpresas ao longo da trajetória da construção desta TS, ter um planejamento em mãos contribui no direcionamento de novas estratégias que busquem superá-los.

Seguindo a proposta de Baptista (2003) de valorizar e respeitar a cultura das comunidades envolvidas, incentivar práticas ambientais saudáveis, aproveitar os conhecimentos e experiências do homem e da mulher do campo, e principalmente a sua forma de ser e viver, os Circuitos de Ciência, Cultura e Tecnologia buscam o diálogo entre as demandas da EFA-Valente e as relações que permeiam os atores envolvidos na construção das trajetórias dentro de suas comunidades.

Assim, os eventos têm valorizado desde o início a interação e uma troca de conhecimentos entre os participantes e as demais pessoas envolvidas, contribuindo no processo de afirmação da identidade rural dos estudantes, jovens egressos, pais e professores. Portanto, os aspectos acima mencionados integram-se diretamente com as demandas propostas pela escola e comunidade envolvida na construção e desenvolvimento do CCT.

4.1. A MOBILIZAÇÃO PARA UMA NOVIDADE: O I CCT (2012)

No ano de 2012, como fruto de um rico momento de vivências advindas do estágio supervisionado desenvolvido na EFA-Valente, iniciamos a construção de nossa Tecnologia Social, o I CCT. Este tópico busca refletir o processo de construção dessa tecnologia, demonstrando o quanto as trajetórias a partir do primeiro Circuito foram tornando-se mais complexas, envolvendo um diálogo progressivamente mais intenso entre estudantes e professores da universidade e a equipe pedagógica, estudantes e colaboradores da escola.

Neste sentido, aliado ao diálogo entre sujeitos, foram realizadas observações na EFA-Valente em diferentes períodos de alternância, seguindo o viés metodológico da pesquisa-ação participante proposta por Barbier (1985). As observações do cotidiano escolar foram importantes para uma melhor compreensão e identificação dos diferentes instrumentos pedagógicos que caracterizam a proposta de alternância da escola. Concomitantemente, os diálogos que ocorreram durante todo o processo serviram de fonte para um exercício de encontro de complexidades rumo à construção e significação de uma nova experiência.

Dentro das atividades desenvolvidas na escola, surgiu uma primeira noção, ainda não claramente definida como tecnologia social, que contava com o envolvimento da equipe escolar, já envolvida em projetos de pesquisa e extensão em andamento, a atividade finda a se configurar como tal. E tudo emergiu da necessidade de retorno social à escola, advindo dessa experiência de estágio. A partir dela que os estagiários da universidade, buscando também ampliar seus conhecimentos e contribuir mais amplamente na formação daqueles sujeitos do campo, se engajaram no projeto de extensão e consolidaram o evento como tecnologia social.

Aliado a observação e ao diálogo, a construção do Circuito envolveu uma análise documental do projeto político-pedagógico da EFA-Valente (2011), como fonte para a observação do processo de maturação ou de evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc. (Cellard, 2008). Portanto, buscou-se compreender o papel da instituição na formação dos jovens e dos instrumentos avaliativos, desenvolvidos pela escola que versam sobre os aspectos socioculturais da região sisaleira, a reflexão desses jovens em suas comunidades, a apropriação das tecnologias no cotidiano, etc. Vale ressaltar o papel de algumas leituras norteadoras no processo de direcionamento dos diálogos e da construção do I CCT, com destaque para Arroyo (2009), Baptista (2003), Dagnino (2009) e Teixeira e Freixo (2011). Logo, todo o embasamento teórico foi importante para determinados encaminhamentos decorrentes dos encontros e diálogos na EFA-Valente e na UEFS.

Após o levantamento de informações foram realizados encontros quinzenais que se intensificaram ao caminho da proximidade do evento. Em alguns encontros, a equipe pedagógica da EFA estava presente, e em outros momentos a equipe se fazia presente através dos contatos pelas mídias sociais. Nestes encontros foram discutidas propostas de intervenção que melhor atendessem as demandas daquela experiência para a construção de uma TS adequada e adaptada ao espaço ao qual se planejava desenvolver. Então, viabilizou-se a identificação e descrição das características comuns à diversidade e complexidade de demandas apresentadas dentro da dimensão da EFA-Valente.

As mídias sociais foram uma importante fonte de articulação aberta entre a equipe da escola e da universidade no processo de construção dessa TS, como ferramentas que oportunizaram uma participação ativa em todas as fases de construção do evento, o que confere aos sujeitos uma experiência que se deslocaliza, sem desenraizar-se, no sentido em que os participantes aproximam-se, encurtam as distâncias, sem perder o foco do universo formativo em questão: a construção de uma tecnologia social articulada à educação do campo, ampliando os significados que os sujeitos conferem ao rural e ao campo. Em junção, os encontros permitiram avaliar e selecionar as propostas mais adequadas para o I CCT, a saber: semiárido, sexualidade, violência no campo, valorização da identidade dos sujeitos e saúde. Neste sentido, desde o princípio de surgimento dessa TS, o grupo envolvido sempre buscou não só integrar o contexto escolar, mas o espaço identitário ao qual os jovens rurais estão inseridos em um processo formativo dinâmico, tanto para os jovens rurais quanto para os proponentes do Circuito.

4.2. A CONSOLIDAÇÃO E O AMADURECIMENTO DE UMA TRAJETÓRIA: O IV CCT (2015)

O IV CCT marca um processo de amadurecimento de uma trajetória. Apesar de manter a mesma base de objetivos e perspectivas, o IV CCT culmina de experiências acumuladas ao longo das três edições anteriores. Neste sentido, novas leituras e novos sujeitos marcaram este processo, demonstrando a fluidez e a dinâmica que envolve a TS.

Em uma oficina desenvolvida durante as semanas de alternância na EFA-Valente, envolvendo a produção de um vídeo-documentário sobre o IV CCT, foram realizadas entrevistas

com alguns envolvidos na dinâmica do evento. Nesta oficina, intitulada ‘CCT em Ação’, os alunos foram estimulados a desenvolverem práticas de registro documental através das imagens, bem como todo o processo de produção de um vídeo-documentário, a destacar: a escolha da temática; a montagem do roteiro; as técnicas básicas de manuseio de equipamentos de filmagem e fotografia; a produção de um questionário de acordo com a temática; edição e socialização do vídeo-documentário. Vale ressaltar que todo o processo de produção do vídeo-documentário contou com total protagonismo dos estudantes da EFA-Valente.

Outra estratégia utilizada para a compreensão do papel do evento constou de questionários direcionados aos colaboradores e aos estudantes da EFA. O questionário direcionado aos colaboradores continha dez perguntas abertas, as quais versavam sobre a trajetória de construção e desenvolvimento do evento, das experiências oriundas do processo, além das percepções e sugestões sobre o mesmo. Já para os alunos foi desenvolvido um questionário aberto, com questões que permeavam as experiências no evento, a opinião deles sobre o mesmo e sugestões de oficinas e atividades para os próximos eventos.

Estas ferramentas de pesquisa foram utilizadas para dar suporte ao trabalho. Nesta perspectiva, foram retirados trechos tanto dos questionários quanto do vídeo-documentário. Estas ferramentas contribuíram para uma análise do papel do evento a partir das experiências dos sujeitos envolvidos. No percurso da análise dessas narrativas é possível perceber uma diversidade de significações sobre o Circuito. A partir delas buscou-se extrair elementos para identificar e compreender melhor o IV CCT, e muitas vezes a trajetória do próprio evento, pois muitos dos sujeitos participam do processo desde o início. Desta forma, um olhar mais minucioso sobre as narrativas permitiu destacar alguns desses significados.

A experiência oriunda do compartilhamento de saberes está presente nas narrativas (Figura 1). A ideia de compartilhamento aqui é multidirecional, pois todos os envolvidos no evento participam nessa dinâmica. De certa forma, o processo experiencial dos sujeitos está interligado pela troca de saberes, vivências e percepções do lugar. Desta forma, seguindo a perspectiva de Larrosa (2002), o ato da experiência toca os sujeitos. Portanto, essa experiência não está somente relacionada às oficinas ou exposições, mas pela receptividade e disponibilidade dos sujeitos para uma abertura para o diferente, para o outro.

FIGURA 1 – MOMENTOS COMPARTILHAMENTO DE SABERES: NARRATIVAS DE PARTICIPANTES DO IV CCT²



Fonte: João Paulo Silva⁴, 09 de julho de 2015.

Numa visão particular, acredito que o CCT é um espaço de encontro com a diversidade e compartilhamentos de saberes.

Dalila³,icineira, Licencianda em Biologia.

Sempre aprendi com os estudantes, moldando minhas próprias práticas e fiquei todas as vezes muito grato em levar novidades e conhecimentos para eles.

Felipe,icineiro, Biólogo.

² Os títulos das fotografias foram produzidos a partir dos depoimentos dos participantes deste trabalho.

³ Todos os nomes presentes nos depoimentos são reais, por reconhecer que o trabalho do Circuito de Ciência, Cultura e Tecnologia é de natureza coletiva, logo a autoria da tecnologia é compartilhada, num trabalho colaborativo com a escola. A troca dos nomes dos colaboradores retira deles a autoria de parceiros, de sujeitos da ação

⁴ As fotos apresentadas fazem parte do acervo de fotografias do evento, bem como do vídeo-documentário do IV CCT.

Portanto, o evento cria possibilidades de encontro com o diferente, com o inusitado, com a novidade (Figura 2). Por outro lado, a existência de um momento como o CCT cria vínculos da semelhança de um espaço comum, culminando em uma congruência de experiências individuais e coletivas. Este fator é uma das consequências dos diálogos constantes entre a Escola Família Agrícola e a Universidade. A intensificação das parcerias e fortalecimento do vínculo entre as instituições ao longo dos anos permitiu uma melhor fluidez na preparação do evento, na montagem das exposições, oficinas temáticas e demais atividades.

FIGURA 2 – O ENCONTRO COM O NOVO, NA NARRATIVA DE UMA ESTUDANTE DA EFA-VALENTE



Foto: João Paulo Silva, 09 de julho de 2015.

As oficinas foram ótimas, adorei, foram várias atrações, coisas novas, porque em três anos de CCT que já tive, coisas novas são trazidas a cada ano, então é sempre uma nova experiência. O CCT é um novo aprendizado, não tanto pra mim, quanto pra eles, cada vez que eles trazem novas coisas nós ensinamos a eles assim como eles ensinam pra nós, então isso vai criando aprendizados novos, coisas novas, de outras culturas e internas.

Maria Vitória, Aluna da EFA Valente.

A equipe pedagógica da escola já tem o CCT em seu calendário escolar, já discute a TS na jornada pedagógica, e usa-o como ferramenta de ensino-aprendizagem no processo formativo dos estudantes. Este fator é fundamental, pois a identificação do evento como parte da identidade escolar oportuniza diferentes debates, múltiplas propostas e sugestões que estejam em constante diálogo entre EFA e Universidade (Figura 3). Vale ressaltar que as mídias sociais foram fundamentais na dinamização da TS, contribuindo na superação das dificuldades de deslocamento entre as instituições. Mesmo com a distância, as parcerias têm sido mantidas e novos envolvimento são criados, e independente da renovação de estudantes, colaboradores, professores e demais envolvidos, a TS já é uma ferramenta da Escola.

FIGURA 3 – O CCT NO MOMENTO DE SERÃO NA EFA-VALENTE: OPORTUNIDADE DE FORTALECIMENTO DAS APRENDIZAGENS.



Foto: João Paulo Silva, 09 de julho de 2015.

O CCT é uma iniciativa importante que vem fazendo, na sua quarta etapa, e pra EFA é sempre um prazer receber, porque é uma oportunidade de envolver as turmas e debater temáticas diferentes do que a gente acaba tratando aqui na EFA, além das temáticas serem voltadas para fortalecer o que a gente estuda aqui na EFA.

Messias, diretor da EFA-Valente.

O CCT também tem sido uma oportunidade para muitos licenciandos estarem em contato com a prática de ensino proposta pela Educação do Campo. Prática esta que pode ser percebida como uma possibilidade para a formação estética, da emoção, da memória e da identidade cultural, em um mundo de cultura, valores e representações coletivas (Arroyo, 2009). Por outro lado, vale destacar que, na realidade em que ela está inserida, as pessoas envolvidas têm um engajamento diferenciado em virtude das relações cultivadas entre sujeitos e Escola Família Agrícola. Esta peculiaridade da escola foi percebida por muitos dos colaboradores do evento, inclusive permitindo destacar diferenças formativas em relação à Educação Urbana (Figura 4).

FIGURA 4 – VIVÊNCIAS ENTRE OFICINEIROS E ESTUDANTES.



Foto: João Paulo Silva, 10 de julho de 2015.

Foi a primeira oportunidade que tive de participar, foi muito prazeroso e me senti muito realizada acerca da minha escolha profissional, pois ao entrar em contato com a realidade da escola família agrícola e com os alunos, foi possível doar o meu melhor na realização da atividade planejada. Os alunos, sem sombra de dúvidas, foram os protagonistas para que isso acontecesse, com participação, empenho e dedicação, o que é muito difícil de encontrar nas escolas em que tenho contato (em Feira de Santana).

Ariane, oficinaira, Licencianda em Biologia.

A narrativa da futura professora de Biologia se constrói como denúncia ao próprio modelo formativo de educadores nas universidades, na medida em que, via de regra, prioriza-se na formação desses sujeitos um modelo urbanocêntrico de educação. Nesse sentido, podemos refletir sobre o papel desta tecnologia social como uma ressignificação das representações de rural e urbano não apenas no contexto da Escola Família Agrícola, mas também no contexto da formação inicial dos estudantes de graduação envolvidos, na medida em que esta tecnologia propõe a ruptura dos limites espaço-temporais, possibilitando uma reapropriação desses espaços, tal como nos sugere Remy (1989), constituindo novos territórios de saberes. Enfim, até que ponto o evento também se configura numa maneira de oportunizar outro processo formativo, e questionar esta centralidade da formação de professores voltados exclusivamente para o modo de vida urbanocêntrico?

Dentro desta realidade desafiadora, contrastante e instigante se constrói essa TS. Em toda a trajetória do Circuito evidenciou-se a relação social entre os sujeitos e as temáticas trabalhadas, integrando o conhecimento popular ao científico, as tecnologias e a cultura, discutindo demandas que a escola, os estudantes e a comunidade convivem.

Nesta perspectiva, os estudantes foram estimulados desde o início a participar da construção desse evento. A cada ano, o número de egressos que participam do evento tem aumentado, demonstrando que essa TS também é uma possibilidade para a manutenção do vínculo com a escola. Assim, a construção e materialização de tecnologias sociais de pertencimento ao lugar envolvendo a comunidade escolar foram fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade como sujeitos individuais e coletivos, seja por meio de propostas de produção coletiva de textos, hipertextos ou vídeo-documentários, no intuito do resgate aos sentidos e às trajetórias vividas pelos envolvidos com a EFA-Valente, como suporte ao debate sobre as potencialidades da educação do campo proporcionada pela instituição.

5. AVALIANDO TRAJETÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RURALIDADES

As tecnologias sociais são alternativas importantes para o desenvolvimento de iniciativas e projetos voltados para situações e comunidades específicas. Para além das pequenas empresas, cooperativas e pequenos empreendimentos, as TS podem estar sendo desenvolvidas sob a perspectiva pedagógica. Em vista disso, uma TS de cunho pedagógico pode apresentar uma variedade de iniciativas, e uma amplitude de resultados inimagináveis. O Circuito de Ciência, Cultura e Tecnologia é apenas uma das possibilidades de aplicação de uma TS sob esse viés. Apesar dos desafios encontrados durante a trajetória dos Circuitos, a constatação de que aquela TS está se desenvolvendo, e caminhando com as próprias pernas, tem demonstrado que um espaço escolar aberto, uma equipe pedagógica disposta a discutir ideias, e um alunado disposto a encarar desafios são pontos de uma tríade que constitui um solo fecundo para o desenvolvimento de uma TS.

Na trajetória do desenvolvimento dos eventos, não existiu uma unidirecionalidade na transmissão de conhecimentos; Ao contrário, todo o processo tem sido marcado pelo compartilhamento, pela troca de saberes, demonstrando que todos são “ativos e passivos” no processo de ensinar e aprender, o que possibilitou uma reorientação nas representações dos participantes sobre o lugar do rural e do urbano, e da multiplicidade de olhares direcionados a estas categorias. Inclusive, a materialização de tecnologias sociais oriundas das oficinas, exposições e da mesa redonda tem sido fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade social que tem ultrapassado os limites espaciais, possibilitando a construção de uma ruralidade compartilhada não apenas entre sujeitos que compõem a comunidade escolar, mas também entre os parceiros universitários, chamados cotidianamente a repensar seu olhar sobre o campo, ou a “roça”, como lugar do atraso, mas como lugar de produção e compartilhamento de saberes. Desta forma, a produção coletiva de cordéis, textos, hipertextos ou vídeo-documentários tem dado suporte no intuito do resgate aos sentidos e trajetórias vividas pelos envolvidos com o CCT, intensificando mais uma vez a ideia do compartilhamento.

O objetivo deste artigo não foi simplesmente concluir essa trajetória, mas compartilhar essa experiência, tornando-a uma possibilidade a ser desenvolvida em outras realidades, com outras problemáticas, sob outras perspectivas. Ainda sim, nota-se que qualquer iniciativa de produção de uma tecnologia social conta essencialmente com o diálogo dentro das questões reais de um lugar. Desta forma, uma TS pode ser chamada a assumir seu papel reflexivo na construção de novas ruralidades na contemporaneidade.

Recebido em: 04/01/2017

Aprovado em: 15/05/2017

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Apresentação. In: Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 9-22.

ARROYO, M. G. *Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BAGATTOLLI, C.; DE JESUS, V. B. Educação contextualizada e tecnologia social: a experiência da Casa Familiar Rural de Igrapiúna (BA). In: COSTA, A.B (Org.) *Tecnologia Social e Políticas Públicas*. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: FBB, 2013, p. 113-132.

- BAPTISTA, F. M. C. *Educação rural: das experiências à política pública*. Brasília: NEAD/Editorial Abare, 2003. (Série Debates e Ação, 2).
- BARBIER, R. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BELTRÃO, L. L. S.; ARAÚJO, M. F. de; OLIVEIRA, J. A. B. de; PEREIRA, F. A. Minibibliotecas – uma experiência de inclusão social e intercâmbio entre o conhecimento científico e o saber local no meio rural. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 4 n. 2, p.11-18, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/index/search/authors/view?firstName=Selma%20L%C3%BAcia&middleName=Lira&lastName=Beltr%C3%A3o&affiliation=&country=>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Sistema de Informações Territoriais*. 2010. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=2922656>>. Acesso em: 25. Ago. 2017.
- CALDART, R. S.; Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. Saúde*. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 35-64. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>>. Acesso em 14 abr. 2016.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. 19. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1998.
- CARNEIRO, M. J. T. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- CARVALHO, D. M. et al. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009. *47º Congresso Sober. Desenvolvimento, Território e Biodiversidade*. Porto Alegre: SOBER, 2009.
- CASTRO, E. G. de Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev. Latinoam.cienc.soc.niñez juv*, Manizales, v.7, n.1. p. 179-208. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100008&lng=en&nrm=i-so>. Acesso em 14. Abr. 2016.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CUNHA, T. J. F et al. *Árvore do conhecimento: Território do Sisal*. Brasília: Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2016. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fckg3dhc02wx5eo0a2ndxyf4ytald.html>. Acesso em 13. Abr. 2016.
- DAGNINO, R. P; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR. et al., (Org.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: <https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:3qQhcv4g44UJ:scholar.google.com/&hl=p-t-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em 13. Abr. 2016.
- EFA-VALENTE. *Projeto Político Pedagógico*. 2011. Mimeo.
- FREIXO, A. A. *Entre e valentia do boi e as fibras do sisal: narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente*. (Tese) Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, 2010.
- JESUS, V. B.; COSTA, A. B. De. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, A.B (Org.) *Tecnologia Social e Políticas Públicas*. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: FBB, 2013, p. 17-32.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Rev. Bras. Educ.* n. 19, p. 20-28. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>>. Acesso em: 26. Mai. 2016.
- LOPES, R. E. et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. *Interface*. v.15, n.36, p. 277-288, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832011000100021>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

- MARSCHNER, W. Lutando e ressignificando o rural em campo – notas epistemológicas. *Interações*, v. 12, n.1, p. 41-52. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v12n1/05.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- MORMONT, M. Vers une redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3, p. 331-350. 1989.
- MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 20, p. 113-143. 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/232>>. Acesso em: 26 maio 2016.
- RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. Dos. *Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004.
- REMY, J. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3, p. 265-277. 1989.
- SILVA, L. H. *As representações sociais da relação educativa Escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância*. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2000.
- SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M.; SILVA FILHO, J. C. L. Adel: Jovens no semiárido cearense criando tecnologias sociais. *Gvcasos, Rev. Bras. De Casos de Ensino em Administração*, v. 5, n. 2, p. 1-14. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvcasos/article/view/46469/56410>>. Acesso em: 02 mai. 2016.
- TEIXEIRA, A. M. F.; FREIXO, A. A. Educação do campo e memória de velhos: navegando entre o passado e o presente. *Revista Contrapontos*, v.11, n.1, p. 14-23. 2011. ISSN 1984-7114. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2261>>. Acesso em: 14. Abr. 2016.
- TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*. v. 34, n. 2, p. 227-242. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000200002>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- THOMAS, H. E. Tecnologia para inclusão social e políticas públicas na América Latina: In: OTTERLOO, A. (Org.). *Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade*. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009, pp. 25-82.
- WEIL, S. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.
- WEISHEIMER, N. *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO

PARECERISTAS

Ademir Antonio Cazella
Aldo Manoel Branquinho Nunes
Aline Barbosa
Catia Grissa
Gestemeier do Nascimento
Dalva Mota
Debora Franco Lerrer
Dione Moraes
Eli de Fátima Napoleão Lima
Fernanda Leal
Flávia Charão Marques
Francisco Emanuel Matos Brito
Gil Almeida Felix
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Henrique Carmona Duval
Heribert Schmitz
Jairo Bezerra
Jonatta Sousa Paulino
José Irivaldo Alves Oliveira Silva
Lauro Mattei
Lemuel Dourado Guerra
Leonilde Medeiros
Luis Henrique Cunha
Marc Piraux
Maciel Cover
Márcia Maria Rios Ribeiro
Marcos Bessa
Maria Aparecida de Moraes Silva
Maria Assunção Lima de Paulo
Maria José Carneiro
Mario Ladosky
Marta Regina Ciocari
Mauricio Sardá de Faria
Otavio Valentim Balsadi
Ramonildes Alves Gomes
Regina Bruno
Renato Barroso
Roberto de Sousa Miranda
Roseli de Fátima Corteletti
Sergio Sauer
Valter Lúcio de Oliveira
Walter Belik

NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.
2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu (s) autor (es) a manter a com Raízes oferecer a exclusividade de oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não oferece-lo a outro periódico ou coletânea.
3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.
4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.
5. Eventuais sugestões de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.
6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.
7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.
8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.
9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.
10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.
11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:
 - . Aspas simples para palavras com emprego não convencional;
 - . As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);
 - . Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;
 - . Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
 - Bold para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;
 - . As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;
 - . As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;
12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:
 - . LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de página (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.
 - . ARTIGO: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.
- . ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.
13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.
14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:
 - a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;
 - b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e 3 *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;
 - c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.
15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores ad hoc. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.
16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.
17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.
18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.

O Comitê de redação